

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O SUJEITO UBÍQUO:
INDÚSTRIA CULTURAL DIGITAL E SEMIFORMAÇÃO
EM TEMPOS NEOLIBERAIS**

WANDERLEY FLORÊNCIO GARCIA

PIRACICABA, SP (2020)

**O SUJEITO UBÍQUO:
INDÚSTRIA CULTURAL DIGITAL E SEMIFORMAÇÃO
EM TEMPOS NEOLIBERAIS**

WANDERLEY FLORÊNCIO GARCIA

ORIENTADOR: BRUNO PUCCI

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

PIRACICABA, SP (2020)

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Joyce Rodrigues de Freitas - CRB-8/10115.

Garcia, Wanderley Florêncio
G216o O sujeito ubíquo: Indústria cultural digital e semiformação em
tempos neoliberais / Wanderley Florêncio Garcia. – 2020.
196 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Bruno Pucci.
Doutorado (Tese) – Universidade Metodista de Piracicaba,
Educação, Piracicaba, 2020.

1. Ubiquidade tecnológica. 2. Tecnologias digitais. 3. Teoria
crítica. I. Garcia, Wanderley Florêncio. II. Título.

CDD – 621.381

BANCA EXAMINADORA

Bruno Pucci (orientador)

Antônio Álvaro Soares Zuin

Ari Fernando Maia

Belarmino Cesar Guimarães da Costa

Nilce Maria Altenfelder Silva de Arruda Campos

DEDICATÓRIA

A Bruno, meu filho

A Gloria, meu amor

A Bruno Pucci, meu orientador

Que a crítica seja sempre um passo para a utopia

AGRADECIMENTOS

Uma obra como essa leva o nome de um autor, mas é resultado de uma construção coletiva em que há muita colaboração. Inúmeras são as pessoas e instituições que em algum momento contribuíram com algo que me permitiu chegar a esse resultado. Algumas delas nomearei aqui.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Unimep. Alguns com os quais pude transcender a relação acadêmica, criando laços de amizade: Allan, Nazaré, Thiago. Neste caso, uma reverência especial ao meu orientador Bruno Pucci, com quem aprendi não somente a respeito de teoria crítica, mas sobre solidariedade e dedicação.

Aos colegas de mestrado e doutorado do PPGE, pelo conhecimento compartilhado e amizades construídas, em especial: Fernanda Malafatti, Antonio Junior, Thiago Antunes.

Aos colegas da extinta Faculdade de Comunicação e Informática da Unimep, em especial Paulo Roberto Botão e Belarmino Cesar pelo apoio que me deram e a amizade que construímos ao longo desses anos.

Ao Grupo de Pesquisa Teoria Crítica e Educação pela acolhida em seus congressos e pelo compartilhamento de profundas reflexões.

Ao Sinpro Campinas e à Fepesp, pelo acordo coletivo de trabalho que permitiu a obtenção de bolsa junto à Unimep, que prontamente atendeu minha solicitação.

A Vicente e Luiza, meus pais. Me fizeram crer na utopia e num mundo melhor.

A Gloria. Os momentos do doutorado foram muito mais ricos e prazerosos com você.

[...] porque a fome perdura em continentes inteiros, embora pudesse ser abolida no que dependesse das condições técnicas para tanto[...].

Theodor W. Adorno
Educação e emancipação

RESUMO

O presente estudo se propõe a uma investigação da ubiquidade da tecnologia digital da sociedade contemporânea à luz da teoria crítica com ênfase na análise da transformação dos conceitos elaborados por Theodor W. Adorno: semiformação e indústria cultural, este último desenvolvido em parceria com Max Horkheimer. O objetivo específico é demonstrar a atualidade do conceito de indústria cultural, mas considerando as modificações que sofreu com a chamada cultura digital, evidenciando o quanto as novas tecnologias da informação e da comunicação são incapazes, por si só, de solucionar problemas da formação cultural. E mais: seriam elas também instrumentos para a semiformação, atuando em sentido contrário à autonomia do sujeito. Os capítulos deste trabalho são apresentados no formato de ensaios, com liberdade de estilo e que buscam identificar a constelação de fenômenos que compõem o contexto em que se insere a ubiquidade tecnológica em nossa sociedade. Os ensaios têm como contexto o capitalismo neoliberal hegemônico neste momento histórico. Novas dimensões de tempo e espaço são criadas neste início de século a partir do uso e desenvolvimento de tecnologias digitais. Assim, cria-se o sujeito ubíquo, indivíduo permanentemente conectado, gerador e consumidor de dados que alimenta a bilionária indústria da informação digital.

Palavras-chave: Ubiquidade tecnológica. Tecnologias digitais. Teoria crítica. Indústria cultural. Semiformação.

ABSTRACT

The present thesis aims investigation of the ubiquity of digital technology in contemporary society by the of critical theory with an emphasis on the analysis of the transformation of the Theodor W. Adorno's concepts: semi-formation and culture industry, this latter developed in partnership with Max Horkheimer. The specific objective is to demonstrate the relevance of the concept of cultural industry, but considering the changes it has suffered with the so-called digital cultural, showing how much the new information and communication technologies are unable, by themselves, to solve problems of cultural formation. And more: they would also be instruments for semi-formation, acting in a direction contrary to the subject's autonomy. The chapters of this work are presented look like essays, with freedom of style and that seek to identify the constellation of phenomena that make up the context in which technological ubiquity is inserted in our society. The essays have the context of hegemonic neoliberal capitalism at this historic moment. New dimensions of time and space are created at the beginning of this century from the use and development of digital technologies. Thus, the ubiquitous subject is created, a permanently connected individual, a generator and consumer of data that feeds the billionaire digital information industry.

Key-words: Technological Ubiquity. Digital technologies. Critical theory. Culture industry. Semi-formation.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Semiformação	14
Indústria cultural.....	17
Ubiquidade.....	19
Os ensaios.....	23
1 A jaula de silício.....	30
1.1 Diferentes tempos do capitalismo.....	33
1.1.1 O tempo da grande virada	36
1.2 A globalização neoliberal.....	37
1.3 Classes sociais.....	40
1.4 A razão neoliberal	43
1.4.1 A construção ideológica do neoliberalismo	44
1.4.2 O abandono do laissez-faire	46
1.4.3 A empresa como modelo central.....	47
1.4.4 O Estado máximo neoliberal.....	48
1.5 O sujeito neoliberal.....	50
1.5.1 Trabalho sujo.....	52
1.5.2 De volta ao sujeito neoliberal.....	53
1.6 Técnica e indústria cultural	55
1.6.1 A indústria cultural digital.....	58
1.1 A ascensão fascista na sociedade neoliberal	63
2 Informação é poder.....	71
2.1 A vida administrada	75
2.1.1 Vigilância e controle.....	81
2.2 Big Data e inteligência artificial	87
2.3 A uberização do trabalho.....	96
2.4 Bolhas	98
2.4.1 Apartheid digital	100

3	O novo lugar para “estar aí”	102
3.1	Coerção à emissão	105
3.2	Gozo e fetiche.....	108
3.3	Capital humano e social.....	110
3.4	Memes e Mimese	113
3.5	Pensamento padronizado e personalização	116
3.6	Imprensa e internet.....	119
3.7	<i>Fake news</i> e a perda do espaço público de debates	123
3.8	Utopia e distopia	129
4	Novas dimensões temporais	131
4.1	O novo tempo do mundo	133
4.2	Uma dimensão temporal	136
4.3	Uma arma na mão e uma câmera na cabeça.....	138
4.4	Memória.....	141
1.1	Experiência e vivência	145
1.2	Tempo Livre	149
4.5	Tempo irreversível	155
2	Uma luz em direção à tela.....	159
4.6	Tecnofobia e tecnofilia	166
4.7	Cultura hacker e produção colaborativa de conhecimentos	169
4.8	Tecnologias digitais e educação	171
4.9	Meios de comunicação	174
4.9.1	Educação para a mídia.....	176
4.10	Expressões artísticas e culturais	177
4.11	Mobilizações políticas	179
	Considerações finais	182
	Referências	187

INTRODUÇÃO

Nesta tese fazemos uma investigação a respeito da ubiquidade tecnológica na cultura digital¹ a partir da teoria crítica, observando o estágio de elevado desenvolvimento das chamadas tecnologias da informação e da comunicação, num contexto de neoliberalismo econômico e avanço de propostas políticas de extrema direita fascista. Como objetivo específico está a verificação da atualidade dos conceitos de indústria cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a) e de semiformação (ADORNO, 2010).

A evolução das tecnologias digitais, com seus 0 e 1 em crescimento exponencial sem limites, dão a impressão de um mundo dominado pela ciência dura, pela física e pela matemática - expressões de uma civilização que evoluiu impiedosamente por séculos em busca do momento em que natureza e sociedade poderão ser finalmente controladas pela precisão e rigor da técnica.

Num contexto em que a tecnologia digital se torna ubíqua – encontrada a qualquer tempo, em qualquer lugar – o domínio do homem por ele mesmo, convertido em um sistema tecnológico altamente complexo, merece um olhar atento da teoria crítica. A proposta que apresentamos é a construção de ensaios que buscam uma reflexão no contexto da cultura digital a respeito dos conceitos de *semiformação* (*Halbbildung*) e de *indústria cultural* (*Kulturindustrie*). O primeiro surge no ensaio *Elementos do antisemitismo*, publicado no livro *Dialética do Esclarecimento*, de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1985b), aprofundado posteriormente por Adorno (2010) no ensaio *Teoria da Semiformação*. O segundo aparece inicialmente no texto *Arte e Cultura de Massa* de Horkheimer (2002, p. 288), mas o conceito só será desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1985a) no texto clássico escrito nos anos 1940 *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*.

¹ Cultura digital é compreendida como um núcleo temporal marcado pela digitalização da informação que se estabelece com novas formas de relações sociais, econômicas e políticas. Trata-se de um tempo em que a cultura – e, portanto, todas as esferas da vida – torna-se mediada pela informação digital. Há uma abertura significativa de novas possibilidades técnicas, estéticas e políticas como pontuam Pretto e Assis (2008, p. 79): “A cultura digital é um espaço aberto de vivência dessas novas formas de relação social no espaço planetário. O exercício das mais diversas atividades humanas está alterado pela transversalidade com que se produz a cultura digital. As dimensões de criação, produção e difusão de ideias são potencializadas pelo modo como as diferentes culturas se manifestam e operam na sociedade em rede”. Muito além da comunicação humana, a cultura digital carrega em si uma série de transformações alcançadas com o desenvolvimento de tecnologias como inteligência artificial e realidade virtual, digitalização das finanças e do comércio, entre outras. No entanto, a cultura digital é também um ambiente de novos desafios para a humanidade, com a criação de problemas, como a vigilância e o controle integral dos cidadãos por meio dos dados digitais, a distração gerada pelo uso excessivo de estímulos sensoriais, a aceleração do ritmo da vida.

Os textos desta tese observam a ubiquidade tecnológica tentando enxergar o que não é, o outro, o divergente, aquilo que as teorias já desenvolvidas não alcançam. Cabe ao ensaio, com sua liberdade estética, lançar as dúvidas que a ciência esconde com suas luzes ofuscantes. Queremos os “pontos cegos” (ADORNO, 2003, p. 44) dos fenômenos e não suas faces resplandecentes. Talvez esta busca ajude a compreender como, mesmo com o acelerado progresso da técnica, ponto central do esclarecimento, a sociedade aceite tomar rumos obscuros de governo e de convívio.

Não se pretende um novo conceito para a sociedade atual, como se fosse um novo slogan vendido nas prateleiras das revistas científicas. “Nuevas palabras como ‘sociedad del conocimiento’ o ‘sociedad de riesgo’ son más bien etiquetas que conceptos” (CLAUSSEN, 2016, p. 19). Tenta-se chegar justamente àquilo que conceitos difundidos tanto no senso comum quanto na ciência acabam por esconder.

Adorno e Horkheimer (1985a) compreenderam a indústria cultural como um complexo sistema midiático utilizado para promover a integração dos indivíduos ao capitalismo em expansão nos anos 1940. Marcos Nobre (2008) destaca que os autores se referem ao capitalismo tardio e ao mundo administrado² de sua época. “A intervenção do Estado na organização da produção, da distribuição e do consumo adquiriu o caráter de um verdadeiro planejamento” (NOBRE, 2008, p. 47). À época em que o cinema e o rádio se fortaleciam como grandes produtos de mídia, os autores perceberam que esta indústria promovia a padronização e a fragmentação da produção cultural para que fosse consumida em massa. Para os frankfurtianos, numa sociedade mediatizada tudo passa a fazer parte da indústria cultural. Hoje pode-se observar que as tecnologias digitais, em que pese tenham aberto um grande leque de possibilidades comunicacionais, empregam com vigor a subsunção de todos os conteúdos à lógica totalizante do capitalismo em sua fase neoliberal e autoritária.

No texto escrito em 1959, Adorno (2010) considera a semiformação como uma pseudoformação cultural, que atua no sentido oposto à autonomia do sujeito. O indivíduo semiformado, submetido ao sistema totalizante, é incapaz de perceber sua incompletude e sua formação fragmentada e deficiente. Analisar este conceito no século 21 exige verificar o quanto a informação ubíqua é uma ferramenta vigorosa em favor da semiformação do sujeito em

² Para Adorno, o mundo administrado é formado por todo um sistema de relações que impede a autonomia do sujeito. Como sistema, este mundo funciona de maneira coerente em si mesmo, de forma a perpetuar-se. Transforma o sujeito em objeto e há pouco espaço para a ação criadora e emancipada do sujeito. Em *Dialética Negativa*, Adorno (2009, p. 26) escreveu: “O sistema é a objetividade negativa, não o sujeito positivo”.

oposição à sua autonomia. A informação ubíqua, mesmo sendo plural e diversa, pode ser ao mesmo tempo uma ferramenta para a univocidade, para a construção de um sentido único.

A face que se mostra é a da pluralidade. Enquanto suporte midiático, a internet aparenta um grande potencial libertador e democratizante. Em rede todos podem ser produtores de mensagens e consumidores de conteúdos escolhidos livremente. No entanto, a internet é fruto de seu tempo, um campo desenvolvido dentro da lógica do capitalismo neoliberal. Grandes corporações de tecnologia, chamadas de *big techs*, desenvolvem formas de controle e tentam, com algum sucesso, estabelecer também na rede uma comunicação verticalizada e concentrada.

A internet tem seus primórdios nos anos 1960, desenvolvida com interesses militares e científicos durante a guerra fria. Foi aberta comercialmente nos anos 1990 e, apesar de ser fenômeno relativamente novo, já se encontra amplamente difundida nas áreas urbanas, principalmente nos países economicamente desenvolvidos e em desenvolvimento.

Santaella (2013, p. 21) aponta que com a ubiquidade das tecnologias digitais, a mobilidade se tornou dupla: “informacional” e “do usuário”. Assim, “o ciberespaço digital fundiu-se de modo indissolúvel com o espaço físico”. O chamado ciberespaço, as redes digitais nas quais circulam as informações e se dão as relações entre indivíduos conectados, deixa de ser um local separado do mundo físico, atual. Tudo se integra numa mesma realidade.

Fundamentais para esta unificação são três elementos: a) as redes digitais, em especial a internet; b) os dispositivos móveis, principalmente os celulares – ou *smartphones* –, e diversos outros equipamentos que passam a se integrar à rede³ com acesso à internet e possibilidade de instalação de aplicativos de variados tipos; c) os serviços de redes sociais e mensageiros como Facebook⁴, Twitter⁵, Whatsapp⁶ e Instagram⁷.

A web 2.0⁸ já foi vista como responsável por seu potencial de comunicação liberal, valorizando a interação entre as pessoas, possibilitando a geração e veiculação dos mais diversos conteúdos, de diferentes autores e para públicos absolutamente distintos entre si, contrapondo-se à comunicação de massa característica do século 20. No entanto, os serviços da web 3.0⁹ levaram a outro modelo de concentração da informação e da comunicação, com novas

3 A chamada internet das coisas: objetos diversos, dotados de tecnologia digital, que podem receber, transmitir e processar dados.

4 www.facebook.com.

5 www.twitter.com.

6 www.whatsapp.com.

7 www.instagram.com.

8 Fase da internet, após sua popularização, em que se destacou a possibilidade de interação e publicação por parte dos usuários. Neste fenômeno destacaram-se os blogs e as primeiras redes sociais populares.

9 Nomenclatura que designa também a web semântica, ou seja aquela capaz de processar dados organizados, possibilitando aos softwares compreender melhor as informações que trafegam na rede. Característica

formas de homogeneização e de standardização dos conteúdos, além de instalar um patamar de vigilância e controle sobre os indivíduos. Os mesmos sites e aplicativos que permitem uma comunicação plural formam grandes bancos de dados com informações dos cidadãos para direcionar esta mesma comunicação e vender produtos e serviços. Há uma imagem de liberdade em um ambiente controlado e dominado por forças capitalistas disfarçadas por algoritmos desenvolvidos dentro de grandes grupos empresariais surgidos a partir do final do século 20. O desenvolvimento das tecnologias digitais, embora liberal, tem como pano de fundo a transformação de bens simbólicos em objetos rentáveis, fazendo da ciência uma “força produtiva”, da tecnologia uma “força modelada pelo capital” com o objetivo do lucro (DALBOSCO, 2015, p. 14).

A utilização e o desenvolvimento da tecnologia estão ligados, portanto, aos interesses e à ideologia dos grupos sociais que lançam mão dela. “A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social”, já dizia Marcuse (1973, p. 18). Nada como uma dose instantânea de microrrecompensas em formato de curtidas para anestesiá-lo o sujeito em seu narcisismo digital. Crochík (2003) lembra que a técnica é um reflexo da sociedade que a criou. Numa sociedade de relações sociais marcadas pela dominação e dependência, a técnica, embora possa permitir usos diferentes, é também caracterizada pela utilização em favor da dominação e da dependência, enfim, pela manutenção das estruturas de poder.

Os interesses dos grandes grupos que operam mídia (hoje o sistema de telefonia e transmissão de dados também faz parte do complexo sistema midiático) são decisivos nos rumos do desenvolvimento e da aplicação da tecnologia. A “racionalidade tecnológica” passa a ser também a “racionalidade política” (MARCUSE, 1973, p. 19). Cultura, política e economia convergem em um mesmo sistema de controle e dominação dentro de uma realidade de informação ubíqua. Não escapa a esta análise a observação a respeito da ascensão e o fortalecimento dos grupos de extrema direita, de viés fascista, no Brasil e em outros países do mundo ocidental, como Estados Unidos e Reino Unido.

Claussen (1990) defendia, há quase 30 anos, que o conceito de indústria cultural fosse revisitado, uma vez que as características dessa indústria se modificavam com o tempo. Mas isso não a tornava obsoleta, apenas exigia um novo esforço para sua compreensão em contextos diferentes. Carone (2013) defende a observação dos objetos midiáticos para manter o conceito de indústria cultural atualizado.

dos anos 2000, possibilitou um salto no uso de aplicações na internet uma vez que os dados passaram a ser categorizados e compreendidos pelos computadores. Ao processar a informação, a máquina sabe exatamente se um número é uma data, um peso, um preço etc.

Em uma sociedade tecnificada, nada é mais inconveniente do que a insistência, para muitos anacrônica, da reflexão crítica de que a massificação e consumo da produção cultural não implicam a concretização de uma sociedade mais justa e democrática (ZUIN, 2001, p. 9). O uso das novas tecnologias, mesmo as mídias sociais tidas como democráticas, não levam ao rompimento de uma lógica de dominação e as estruturas de poder são mantidas (COSTA, 2003, p. 118).

Semiformação

Adorno (2010, p. 9) aponta que: “a formação cultural agora¹⁰ se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado”. Este espírito alienado onipresente, ainda hoje se mantém, por meio da informação disponível a todo tempo, em todo lugar? Mais que isso, no mundo tecnificado, a racionalidade algorítmica colabora para a construção de uma irracionalidade social? Talvez o próprio frankfurtiano já tenha dado a resposta, há mais de meio século: “a semiformação é o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria” (ADORNO, 2010, p. 25). Não nos parece que este diagnóstico tenha mudado.

Na rede é possível encontrar diversos tipos de conteúdo que podem contribuir para formação cultural e a emancipação social. No entanto, o bombardeamento de informações é capaz de soterrar o indivíduo que, ao contrário de sua emancipação, mantém sua subordinação a um sistema de dominação cultural, política e econômica. A possibilidade de acesso e produção de conteúdos não gera, por si só, autonomia, mas levaria a um novo modelo de heteronomia.

Por meio da internet, o mundo do trabalho invade o cotidiano do indivíduo, rompendo fronteiras claras entre o campo da produção e o do convívio social, do lazer, do ócio. Por outro lado, também nas redes sociais o sujeito está o tempo todo numa relação de consumo, recebendo informações sobre produtos, consumindo mídia (filmes, jogos, notícias, publicidade). Há sessenta anos Adorno escreveu:

por inúmeros canais, fornecem-se, no entanto, às massas, bens de formação cultural. Neutralizados e petrificados, no entanto, ajudam a manter no devido lugar aqueles para os quais nada existe de muito elevado ou caro. Isso se consegue ao ajustar-se o conteúdo da formação, pelos mecanismos de mercado, à consciência dos que foram excluídos do privilégio da cultura — e que tinham mesmo de ser os primeiros a serem modificados (ADORNO, 2010, p. 16).

¹⁰ Fim da década de 1950, no contexto do chamado capitalismo tardio.

Com o propósito de compreender o conceito de semiformação, Pucci (2018) busca os elementos que compõem a formação cultural:

O termo *Bildung* se constitui na tensão entre duas características: a autonomia do sujeito, sua postura espiritual; e a conformação à vida real, a integração na sociedade de seu tempo. É o que Adorno chama “duplo caráter da cultura”, da formação. (PUCCI, 2018, p. 597).

O autor compreende que a semiformação ocorre quando uma das dimensões da *Bildung* se sobrepõe à outra. Se a formação cultural, que caracteriza a autonomia, se sobrepõe à integração social, o espírito se aliena da realidade de seu tempo e pode caminhar rumo à barbárie pela ausência de consciência e de compromisso com o outro. De forma diversa, quando prevalece a integração sobre a formação cultural, o indivíduo ingressa no puro conformismo cultural.

Semiformação ou é barbárie ou é conformação social. E pode ser as duas: de um lado os produtores da barbárie, também conformados com a opressão que de alguma forma recebem. De outro, os oprimidos, conformados socialmente e que reproduzem, no seu microcosmo, as relações de poder e de barbárie que conseguem executar. Há uma retroalimentação da semiformação que é preciso romper.

“No contexto da marcha da história em direção a uma sociedade cada vez mais administrada; destacou-se o *desideratum* da acomodação” (PUCCI, 2018, p. 598). Nem sempre as formas de opressão são violentas. Elas podem ser dissimuladas e oferecer até benefícios e ganhos ao sujeito. Na busca por essas benesses, ele amplia sua integração social, abrindo mão de sua autonomia.

A integração, por maior que seja (no sentido de alcance social como de aprofundamento da condição de acomodação do indivíduo), jamais será total – apesar de sua totalidade ser o desejo do sistema. Há elementos de consciência, de autonomia e de negação à integração passiva que levam a uma busca pela ruptura e à construção de um novo modelo de sociedade. Esses elementos tornam possíveis a utopia de rompimento da integração em busca da formação, assim como interpõem barreiras à totalização distópica.

Pucci (2018) faz uma sistematização dos elementos que contextualizavam a elaboração da teoria da semiformação que são relevantes para a compreensão da aplicação desta teoria hoje:

a expansão das corporações multinacionais, dos mercados e do trabalho, do consumo das massas; a melhoria no padrão de vida e, como consequência, uma menor visibilidade das diferenças de classe; as relações entre o intenso desenvolvimento tecnológico e a superprodução; a redução do emprego industrial e o aumento do setor dos serviços; a canalização do

desenvolvimento tecnológico a serviço do lucro, do poder e da invenção de meios destrutivos; o trabalho industrial como modelo de sociedade na criação de procedimentos-padrão, que se expandiram para as esferas da administração, da cultura; a ampliação da intervenção estatal na atenuação dos antagonismos sociais e na promoção de serviços públicos nas áreas socioculturais e trabalhistas; a intensificação dos meios de comunicação para atuar ideologicamente sobre as massas (PUCCI, 2018, p. 599).

Outros elementos de nossa sociedade parecem compor este cenário e é preciso verificar como ocorre a semiformação: o fortalecimento das megacorporações transnacionais; a precarização das relações de trabalho; a redução do papel do estado como garantidor de direitos e bem-estar; o fomento ao empreendedorismo como fórmula de sucesso; o acesso a informações digitais em rede sem que os filtros utilizados estejam claros e ao alcance da compreensão dos usuários; a compulsão à exposição social por meio das redes digitais; o controle e a vigilância sobre o cidadão conectado. Há uma série de fatores que precisam ser estudados para se observar a atualidade da teoria da semiformação nas primeiras décadas do século 21.

Parece-nos, à primeira vista, que ingressamos em uma era em que o acesso à informação nunca foi tão facilitado, mas construído de maneira que é incapaz de romper com o ciclo vicioso da semiformação: não gera necessariamente informação e conhecimento a todos de maneira plural e democrática e nem colabora decisivamente na autonomia dos sujeitos.

As possibilidades liberais da internet, no entanto, nos levam a questionar se não há saída também pela própria rede e pelos seus mecanismos plurais e abertos, que fogem à lógica da propriedade e da difusão de cultura por meio unilateral, como pontua Andrew Feenberg (2003). Na internet, é possível construir movimentos abertos e livres capazes de permitir que os indivíduos trilhem um caminho de emancipação e de autonomia. Neste sentido há os movimentos de desenvolvimento de softwares livres, a cultura hacker, as produções colaborativas de conteúdos de mídias, as publicações individuais livres como blogs e serviços de redes sociais e também a possibilidade de uma imprensa alternativa que não esteja ligada ao grande capital e a grupos políticos poderosos (seja nacional, regional ou localmente). Esses movimentos poderiam propor um contraponto ao capitalismo, colaborando na construção de uma sociedade que não é voltada ao consumo, mas ao sujeito e à coletividade.

O próprio Adorno percebia que enfrentar a semiformação não é tarefa simples, dada sua ambivalência.

A concepção dialética não se engana sobre a ambiguidade do progresso em plena totalidade repressiva. O que os antagonismos enraízam é que todos os progressos em relação à consciência da liberdade cooperaram para que perdure a falta de liberdade (ADORNO, 2010, p. 28).

O excesso de informação não garante um acesso qualitativo, amplo e integral que leve à formação. Ao obter uma formação cultural parcial, fragmentada, pasteurizada, o indivíduo não está em um patamar intermediário da formação. Está no sentido oposto. “O entendido e experimentado – medianamente semientendido e semiexperimentado – não constitui o grau elementar da formação, e sim seu inimigo mortal” (ADORNO, 2010, p. 29). Para Antônio Zuin (2001, p. 15), o avanço tecnológico tem demonstrado uma aparente democratização da cultura, mas que de fato esconde o caráter “deseducador” da indústria cultural e “legitima a reincidência da barbárie”.

Indústria cultural

O ritmo de aço que encantou a sociedade esclarecida na primeira metade do século 20 foi o pano de fundo para a construção do conceito de indústria cultural por Adorno e Horkheimer (1985a). No chamado capitalismo tardio, a expansão econômica acelerada conjugada à ampliação do poder de compra da classe trabalhadora e a obtenção dos benefícios possibilitados pelos novos produtos (materiais e simbólicos) chamaram a atenção para uma nova configuração social que se impunha. Adorno e Horkheimer viviam nos Estados Unidos, no exílio provocado pelo nazismo hitlerista.

Ao contrário de pesquisadores da comunicação de até então, os frankfurtianos compreenderam a mídia como parte fundamental de um sistema de dominação econômica e cultural, sem o qual o próprio sistema não poderia existir, ao menos daquela forma. O termo indústria cultural parte de uma contradição, da dureza da indústria que tinha o aço como sua principal matéria prima, para a abstração da cultura e sua carga de bens simbólicos. No termo, a cultura tanto se industrializa como processo de fabricação e consumo de bens imateriais, como a indústria se integra à cultura como ideologia. “A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação”, diziam Adorno e Horkheimer (1985a, p. 100).

Para eles, o aprimoramento da técnica não se dá pela simples evolução, conforme o pensamento positivista acreditava, mas por meio de uma construção social dirigida e uma funcionalidade econômica. Os avanços técnicos obedecem a uma racionalidade que organiza tudo num sistema do qual a indústria cultural faz parte.

Uma de suas características é a padronização dos formatos e dos conteúdos midiáticos, seja no cinema, seja no rádio – as grandes mídias em evidência e expansão naquele período. Na indústria cultural tudo se torna conhecido de antemão, todas as fórmulas prontas garantem que o público não será surpreendido pelo desconhecido. A velocidade do cinema impede que o

espectador reflita intelectualmente sobre o filme. Caso tente fazê-lo, perderá a sequência de cenas. Busca-se uma semelhança entre o filme e a vida real, de forma que a dureza da vida possa ser sublimada para ser finalmente suportada.

Por meio da padronização dos conteúdos se dá uma outra importante característica da indústria cultural: a manipulação retroativa. Acostumado a um padrão, o público passa a se interessar por aquilo que o repete e rejeita o que lhe é estranho. O desejo do público é construído pela indústria cultural, que não molda apenas os produtos, mas a reação a eles. A atitude do público faz parte do sistema, não é sua “desculpa” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 101) para justificar a padronização e o empobrecimento dos conteúdos. A indústria cultural elimina o novo pois não pode errar. Tudo deve estar como previsto e não há espaço para o risco. A alegoria da máquina em operação ilustra bem: em funcionamento, a máquina está em movimento, no entanto sem que saia do lugar, gerando sempre os mesmos resultados. Tudo fica onde está mesmo quando parece se mover.

Como construção de ideologia, a indústria cultural busca a integração do indivíduo ao sistema que o oprime pela exploração do trabalho. Há uma construção do desejo, de forma que as classes mais baixas aceitam melhor a ética do sucesso que as classes mais altas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 110).

Adorno e Simpson (1994) salientam que a aceitação aos produtos da indústria cultural não se dá de maneira passiva. O sujeito não aceita o pauperizado, fragmentado, padronizado puramente porque lhe é imposto sem que haja possibilidade de reação. A hipótese da recusa está sempre presente, mas o sujeito esforça-se por negá-la. Assim, ele adere voluntariamente àquilo que sabe de alguma forma que não é o melhor, mas é aquilo que o integra ao todo. A “ordem externa” precisa se transformar em “ordem interna”, em voluntária adesão. “Por isso essa manipulação não é completamente inconsciente” (ADORNO; SIMPSON, 1994, p. 144).

a espontaneidade é consumida pelo tremendo esforço que cada indivíduo tem de fazer para aceitar o que lhe é imposto - um esforço que se desenvolveu exatamente porque o véu que recobre os mecanismos de controle se tornou tão tênue. (ADORNO; SIMPSON, 1994, p. 146).

O papel fundamental da indústria cultural é promover a integração do indivíduo ao modelo de sistema capitalista. Para isso, sua principal tarefa é promover a diversão desinteressada do indivíduo, de forma que, em seu descanso do trabalho, ele se prepare para a jornada seguinte e aceite plenamente e com convicção seu lugar no sistema capitalista.

Pornográfica, a indústria cultural promete um gozo infinito que jamais pode entregar. Ela vende sempre a imagem do prazer inalcançável. A satisfação se dá pelo cardápio e não pelo

que ele representa de fato. Atuando na mente do indivíduo, os meios de comunicação sofisticam a dominação de forma que se espera que o próprio sujeito se entregue ao sistema, que ele mesmo aceite sua castração. Assim, os desejos são canalizados para o consumo constante, seja de produtos materiais ou imateriais. Ao integrar-se à indústria cultural o sujeito está aceitando o modelo social. “Divertir-se significa estar de acordo”, escreveram os frankfurtianos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 117; 119).

A visão crítica dos autores leva ao antagonismo do encantamento com o progresso vivido nos Estados Unidos naqueles anos. O liberalismo capitalista daquele período não impediu o olhar severo de quem fugira dos horrores do modelo fascista alemão. Atentos ao autoritarismo hitlerista, os frankfurtianos enxergaram no modelo de dominação capitalista, que constrói a integração por meio da indústria cultural, uma nova forma de construção da totalidade. “Mas o milagre da integração, o permanente ato de graça da autoridade em acolher o desamparado, forçado a engolir sua renitência, tudo isso significa o fascismo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 127). O modelo liberal, que já naquele momento era dominado por grandes corporações, tanto incluía pelo consumo, como excluía parcelas da sociedade, além da impossibilidade de se buscar outras formas de viver. Outro aspecto que os fizeram ver o autoritarismo no modelo é a gratuidade do rádio, que se coloca com uma “autoridade desinteressada, acima dos partidos”, condição perfeita para o avanço do fascismo.

Nos mais de 70 anos que separam a primeira publicação do texto sobre a indústria cultural dos dias atuais, o modelo de fascismo conhecido na Europa não voltou a se instalar. Os próprios autores reconheceram isso posteriormente, identificando o avanço da social democracia e a identificando como uma “pausa” no desenvolvimento da sociedade autoritária. A questão que se coloca agora é se estamos encerrando este intervalo e caminhando para um novo período de recrudescimento autoritário.

Ubiquidade

Na era dos smartphones, a ubiquidade da informação, identificada nos anos 1940, toma outra dimensão. O termo usado anteriormente para se referir a uma característica do rádio pode ser atribuído hoje ao próprio indivíduo. Reificado pelo capitalismo, transformado em alvo pela comunicação, o sujeito se faz disponível em todo tempo e em todo o lugar como informação pronta para o uso de gigantescas redes de computadores. A cultura digital transforma o ser humano em objeto ubíquo.

Atualmente, a ubiquidade da informação digital ocorre em duas vias: bombardeamento de informações ao sujeito e envio de informações pessoais para a rede. A face mais visível é a do indivíduo que, de maneira quase ininterrupta, recebe conteúdos de diversos tipos, criando novas maneiras de trabalhar, de se relacionar, de convívio social, de obter lazer, de se dedicar ao ócio. A outra face é a do sujeito criador de informação ubíqua, por meio de celulares ligados à internet, informando localização, gostos, usos, consumo, relacionamentos etc.

O sujeito passa a ser acessível ininterruptamente como pessoa física, mas principalmente como dados armazenados em servidores e passíveis de serem acessados. A mineração de dados prevê encontrar as informações do indivíduo o tempo todo, sendo avaliado, medido, mensurado até que o sujeito se torne alvo da ação dirigida por parte de empresas de tecnologia (que hoje atendem a todo o setor produtivo, de serviços e governamental).

Esta nova configuração do viver está inserida no contexto do avanço do modelo neoliberal do capitalismo e, mais que isso, faz parte de um sistema globalizante de integração total do indivíduo ao mundo do trabalho (produção) e do consumo. O indivíduo permanentemente conectado, ubíquo, está trabalhando ou consumindo algo a qualquer tempo, em qualquer lugar. Mesmo quando se desliga da rede, seus dados continuam sendo processados e utilizados de diversas formas sem que se possa ter controle e nem mesmo ciência do que acontece com eles.

Uma breve observação a respeito da ubiquidade é apresentada no texto *Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social*, de Paul Lazarsfeld e Robert Merton (1982), publicado originalmente em 1948 nos Estados Unidos. Naquele momento já se observava como a presença constante dos meios de comunicação no cotidiano social operava na conversão do indivíduo – antes explorado pelo trabalho em demasia – em consumidor o tempo todo:

E que fazem dêsse tempo sem compromissos, cuja aquisição foi tão difícil? Ouvem rádio e vão ao cinema. Êstes meios de comunicação parecem ter fraudado os frutos das vitórias alcançadas pelos reformistas. A luta pela liberdade, lazer, educação popular e segurança social, foi desenvolvida na esperança de que, uma vez libertas dos grilhões mais pesados, as pessoas se beneficiariam dos grandes produtos culturais de nossa sociedade, (LAZARFELD; MERTON, 1982, p. 235).

No início da década de 1940, Adorno¹¹ (apud CARONE, 2016) observava a ubiquidade do rádio não só em função da tecnologia de transmissão, mas fundamentalmente pela padronização de seus conteúdos, em especial uma nova conformação da música popular.

11 ADORNO, T. W., *Current of Music*: Elements of a Radio Theory, Frankfurt: Suhrkamp,

A estandardização se alia à ubiquidade como características imbricadas e que seguem juntas na construção da audiência massiva. A padronização se dá como uma exigência do próprio meio de comunicação e não por uma decisão administrativa de seus gestores. Outro ponto observado por Adorno a respeito da ubiquidade em seu estudo sobre o rádio nos anos 1940 diz respeito a uma característica da música, seu *hic et nunc* (aqui e agora). A música só pode existir num local e executada em um tempo. No rádio, esta relação espaço-temporal se modifica. No tempo, o rádio cria uma pseudoimediatez, uma vez que sua audição se dá quase que ao mesmo tempo que sua reprodução (mesmo nas apresentações ao vivo via rádio, comuns àquela época). A questão espacial, no entanto, é profundamente afetada pois a música perde o seu lugar ao mesmo tempo em que pode estar em todo lugar. “Perder o seu ‘aqui’ equivale a tornar não-aurática a sua reprodução – ou seja, ao ser reproduzida pela tecnologia do rádio, a ubiquidade retira a determinação espacial (*hic*) da música e cria a falsa sensação de que ela é destituída de espaço” (CARONE, 2016, p. 159).

A concepção adorniana identifica no conjunto de componentes da indústria cultural um sistema complexo que objetiva a semiformação, enquanto para Lazarsfeld e Merton (1982), a superficialização do acesso ao conhecimento trata-se de uma disfunção narcotizante, ou seja, um efeito colateral do sistema midiático. Adorno (1975), em texto de 1962, salientou que a expressão *indústria* foi utilizada no sentido figurado, por se tratar daquilo que se refere à padronização, mesmo havendo algo de produção individual nos produtos culturais. Portanto, a indústria não diz respeito à técnica de produção no sentido estrito, mas na sua forma de presença na sociedade. A indústria cultural, para Rita Amélia Vilela (2015, p. 97), atua sistematicamente para impedir “a formação da autonomia, da consciência formadora de conceitos diferenciados, necessários ao desenvolvimento da individualidade, da iniciativa, de indivíduos capazes de reflexão e de ação própria, bloqueia a emancipação”.

Na cultura digital, o indivíduo ubíquo é quem precisa se fazer presente no tempo e no espaço mediados pela tecnologia. Aquele que não está conectado e nem trafega em vários dispositivos não existe socialmente. É o “aí” da *sociedade excitada* de Christoph Türcke (2010). Sem a emissão em rede o sujeito não existe e torna-se excluído. Numa sociedade em que todos devem emitir, a exposição cresce exponencialmente e toma forma de compulsão. A babel instala-se num mundo em que todos dizem e poucos querem escutar. E o que escutam está domesticado dentro das bolhas (PARISER, 2012) construídas matematicamente pelos algoritmos com a nossa concordância – e mais, com a nossa colaboração.

Trabalhamos com a hipótese de que a ubiquidade tecnológica faz do indivíduo um ser ubíquo, na medida em que sua presença na rede, por meio dos dados, se dá o tempo todo e em todo lugar, num processo de objetificação do humano no contexto da cultura digital. Este indivíduo ubíquo vive em dimensões espaço-temporais diferentes das gerações anteriores. Vive num tempo acelerado que acompanha a velocidade das tecnologias digitais e sua presença espacial se distribui uma vez que as distâncias são reduzidas. Além disso, buscamos uma compreensão atualizada dos conceitos de indústria cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a), e semiformação (ADORNO, 2010), elaborados há mais de meio século. Acreditamos que são ainda válidos para analisar a sociedade atual, embora existam novos elementos que, estudados à luz destas teorias e, resultantes deste tensionamento, podem levar a uma leitura crítica deste início de século. As tecnologias digitais proporcionam uma série de possibilidades – inexistentes anteriormente ou potencializadas – e problemas que exigem um novo esforço, a partir da crítica, para sua compreensão.

A indústria cultural de Adorno e Horkheimer (1985a) se apresenta como um sistema que, por ser contraditório, mostra como o capitalismo subverteu a noção de cultura, transformando-a em produto, bem vendável e consumível. Evidencia também como uma indústria se aperfeiçoou de tal forma que se tornou capaz de produzir bens simbólicos complexos por meio de técnicas avançadas. As tecnologias digitais ampliam e modificam os potenciais dessa indústria, capaz agora de produzir conteúdos aparentemente personalizados, de acordo com as preferências e gostos do indivíduo. Reconhecem cada sujeito por meio de informações colhidas dele nas redes de informação, mediatizam quase todas as relações sociais, criando filtros tecnológicos nas quais estas se dão.

Nessa mediatização intensa da vida, a experiência do sujeito se reduz, embora com aparente ganho pela possibilidade de ampliação do conhecimento por meio do acesso a conteúdos infinitos na internet. No entanto, a fragmentação cada vez maior, a criação de bolhas e a superficialidade das relações podem levar à redução da experiência formativa e à diminuição do conhecimento que amplifica os potenciais do indivíduo. Causam uma formação deficitária, parcial, que prende ainda mais o indivíduo em seu pequeno mundo e torna-o incapaz de agir com autonomia. O sujeito torna-se objeto nas relações mediatizadas e delas é o seu produto. Sua ação é feita com base em escolhas pré-determinadas e parece restar poucas alternativas para agir. A semiformação se consolida.

Neste trabalho, o tensionamento entre os conceitos adornianos e o de ubiquidade tecnológica se dará no contexto do neoliberalismo, estágio atual do capitalismo, no qual há o predomínio do mercado, das forças especulativas, das relações meramente mercantis, em

detrimento da ação do estado e das políticas públicas. Trata-se do estágio iniciado nos anos 1980 e que se fortalece com as redes digitais, possibilitando ao capital internacional circular livre e rapidamente por todo o mundo, em grandes movimentos especulativos. Soma-se a isso, o avanço recente, em diferentes pontos do globo, de governos e projetos identificados com a extrema direita e sua aproximação ao fascismo, configurando o que pode ser um novo estágio do próprio neoliberalismo.

Os ensaios

A compreensão global do atual momento permite o uso de um formato que dá ao autor liberdade estilística que favorece à visão constelatória: o ensaio. Para Adorno (2003), o desenvolvimento da racionalidade contemporânea, com seus métodos e fórmulas exatas, mesmo nas ciências sociais, relegou o ensaio a uma categoria menor. Não é visto nem como ciência por sua suposta falta de rigor metodológico, nem como arte, por sua limitação enquanto linguagem estética. Mas o autor frankfurtiano tenta demonstrar que não só é possível como é desejável fazer ciência com o ensaio. Uma vez que o dogmatismo científico isola o objeto de seu contexto histórico, o ensaio busca exatamente o oposto: não menospreza o “historicamente construído [...] como objeto da teoria” (ADORNO, 2003, p. 26).

Compreendendo o fenômeno como algo dado em determinado tempo e lugar, o ensaio “não quer procurar o eterno no transitório, nem destilá-lo a partir deste, mas sim eternizar o transitório” (ADORNO, 2003, p. 27). Ou seja, o que se pretende não é encontrar a verdade como algo estabelecido e imutável. Tenta-se encontrar o que há de verdade num determinado momento histórico, mas sem a pretensão de afirmar que esta realidade irá perdurar indefinidamente. “Se a verdade tem, de fato, um núcleo temporal, então o conteúdo histórico torna-se, em sua plenitude, um momento integral dessa verdade” (ADORNO, 2003, p. 26). À medida que os atores sociais agem no espaço e no tempo, a realidade se transforma e novas leituras são passíveis de serem feitas. Enfim, não se procura uma verdade imóvel, estabelecida, definitiva.

Este buscar não se dá por uma série de deduções lógicas estabelecidas prévia e definitivamente pelo método. Se dá no exercício do pensar, com liberdade, a respeito dos conceitos, em mais de um sentido. A desconstrução cartesiana do objeto por meio do pensamento dedutivo não cabe na proposta de ensaio, que pretende compreender o objeto em sua complexidade e não isolá-lo, conhecê-lo como algo estranho no mundo. “O ensaio coordena

os elementos, em vez de subordiná-los” e “procede, por assim dizer, metodicamente sem método” (ADORNO, 2003, p. 43, 30). Cada objeto estudado só é o que é por estar num determinado momento histórico. Esta complexidade deve ser entendida no todo para se chegar à sua singularidade. O ensaio é, portanto, uma forma de crítica à sociedade, pois se contrapõe ao modelo hegemônico de observar e compreender a realidade, trata-se de uma “crítica epistemológica”, de uma “crítica da ideologia” (ADORNO, 2003, p. 34, 38).

O pensar a sociedade neste trabalho busca nos fragmentos as suas respostas e assim torna-se inconclusivo, pois não pretende e não consegue, chegar à verdade unificada, absoluta. O objeto estudado é único e indivisível, mas a verdade sobre ele não. Neste pensar por meio de fragmentos, o ensaio constrói uma constelação, uma reunião de vários fatores que lançam luzes sobre o objeto, permitindo vê-lo melhor e, principalmente, ver aquilo que estava escondido sob o conceito totalizante. A ideia de constelação vem de Walter Benjamin (1984), na *Origem do drama do barroco alemão* (NOBRE, 1998), mas surge como orientação teórico-metodológica no livro *Dialética Negativa* em que Adorno (2009) desenvolve uma intensa reflexão filosófica, explicitando suas concepções sobre a forma de pensar criticamente que marcou suas obras anteriores, como “‘A atualidade da Filosofia’ (1931), ‘Mínima moralia’ (1944-1947), ‘O ensaio como forma’ (1954- 1958)” (ZUIN; PUCCI; LASTÓRIA, 2015, p 55).

Desenvolvido por meio de aforismos, o livro *Dialética negativa* faz o exercício de uma das propostas do autor: lançar luz sobre o objeto de estudo por meio de vários ângulos, compondo uma constelação que irá iluminar o objeto de tal sorte que suas características escondidas sob o conceito se tornem visíveis. A constelação é, por sua vez, uma forma de negação do conceito, não no sentido absolutamente contrário a ele, mas de mostrar o não-idêntico, de negar a identidade como forma universal de compreender o objeto. A dialética coloca o idêntico sob suspeita, é um elemento de desagregação dos conceitos (ADORNO, 2009, p. 127). O autor aponta a necessidade de compreensão do singular, pois o universal esconde muito da verdade do objeto. Percebe-se que a constelação se ajusta à proposta de ensaio defendida por Adorno (2003).

O conceito de constelação é também impossível de ser alcançado de maneira universal e, portanto, única: “é categoria que não apenas não admite definição como também é refratária a qualquer tratamento teórico que pretenda isolá-la de suas configurações concretas. Neste ponto, atingimos o limite da própria *Dialética Negativa*” (NOBRE, 1998, p.169).

Adorno (2009) chama a atenção para a negatividade, para aquilo que não está no conceito, o que ele deixa escapar. Ao contrário da síntese, que seria o ápice na dialética de Hegel, o frankfurtiano preocupa-se com aquilo que o conceito não abarca. Desta forma, esta

tese lança mão da estratégia de se desenvolver como uma série de luzes lançadas sobre o objeto em questão: a presença da tecnologia digital no cotidiano da sociedade contemporânea a todo tempo, em todo o lugar. Esta observação se dará sob a ótica de diferentes aspectos presentes em outro trabalho de Adorno, desenvolvido em parceria com Max Horkheimer, o conceito de Indústria Cultural – publicado no livro *Dialética do Esclarecimento*, de 1947 – e também no ensaio chamado Teoria da Semiformação (ADORNO, 2010).

O próprio Adorno defende a atualização constante do pensamento, uma vez que sempre que um elemento constituinte da constelação se modifica, mesmo que de forma diminuta, todo o conjunto sofre uma variação. “Quando uma categoria se transforma – por meio da dialética negativa, a categoria da identidade e da totalidade –, a constelação de todas as categorias se altera, e, com isso, uma vez mais cada uma delas” (ADORNO, 2009, p. 144).

Isto reforça a ideia de que cada objeto está inserido historicamente, isto é, está dado no tempo e no espaço e sofre transformações nestas dimensões, não sendo, portanto, imutáveis. Uma ciência que tenta descobrir uma verdade imutável, não seria capaz de descobrir a verdade. Mas não será com a negatividade que se chegará a esta verdade definitiva. Mas, ao lançar diferentes luzes sobre o objeto, é possível perceber mais dele, conhecê-lo melhor em seu momento histórico.

Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir, esperando que ele salte, mais ou menos como os cadeados de cofres-fortes bem guardados: não apenas por meio de uma única chave ou de um único número, mas de uma combinação numérica (ADORNO, 2009, p. 142).

A construção da constelação se dá pela linguagem, assim como o ensaio também se constitui enquanto linguagem (ADORNO, 2009, 2003). A diferença da proposta adorniana para a dialética hegeliana está na ausência da linguagem nesta última, que a manteve ligada à “ciência corrente” e a fez incapaz de provocar um rompimento (ADORNO, 2009, p. 141). A constelação, por meio dos conceitos, sob diferentes ângulos, vai lançar luz sobre o objeto e extrair dele aquilo que está oculto quando observado de um único prisma.

Além da constelação, outra orientação teórico-metodológica presente na Dialética Negativa e que será considerada neste trabalho é o primado do objeto, ou seja, a compreensão de que o conhecimento deve surgir a partir do fenômeno estudado, e não do conceito que se tem dele. A partir deste primado, o objeto e toda a sua singularidade podem vir à tona, mostrando aspectos que a universalização encobre. Confrontam-se identidade e totalidade na busca do não-idêntico, daquilo que foge ao conceito, mas que está no objeto e dele faz parte. Nobre (1998)

explica que só é possível ampliar o conhecimento neste movimento contínuo e conflituoso que Adorno propõe, buscando sempre o que se contradiz e não o que é unânime.

Só na tensão entre o sistema da dominação e a utopia da reconciliação, só na dialética de verdade e inverdade do princípio de identidade, só no sentido fluido das fronteiras de imanência e transcendência, é que podemos entender essa peculiar teoria da ilusão necessária que propõe Adorno e que ele chama de "ontologia do estado falso" (NOBRE, 1998, p.164).

Adorno (2009, p. 158) não pensa numa objetividade neutra em que o indivíduo sucumbe, desaparece diante do objeto, mas valoriza o objeto na construção do conhecimento subjetivo sobre ele. A tentativa não é de retirar o objeto do sujeito, mas ao contrário, esvaziar o que há do sujeito no objeto.

O pensamento dialético é um elemento de desagregação dos conceitos e coloca o idêntico, o conceito sob suspeita. A “filosofia tradicional” busca o semelhante para definir o conceito e a partir dele tornar o dessemelhante igual ao semelhante. Assim, tenta-se dar à coisa a identidade com o conceito. No entanto, Adorno (2009, p. 131-132) aponta que a crítica à identidade não é sua destruição, mas seu fortalecimento. Justamente por negar a totalidade da identificação do conceito com o objeto, a dialética negativa é capaz de buscar definições e conceitos mais próximos ao objeto, mas sempre suscetível à crítica, que por sua vez não nega a identidade, mas busca-a sempre, mesmo consciente da impossibilidade de alcançá-la.

O conceito tentará sempre compreender o objeto num determinado momento histórico. Por mais que ele se aproxime do objeto, este vai lhe escapar pois não é estático nem imutável. O pensamento arcaico tenta o congelamento; já a dialética compreende esta mutação e esta transformação, não pretende ser absoluta. “Com isso, porém, se hipostasia mesmo o princípio de identidade: a existência de um estado de coisas em si, enquanto algo fixo, constante, que é simplesmente postulado por uma certa prática de pensamento” (ADORNO, 2009, p. 134). O conceito, neste sentido, é um falseador da identidade, da noção da coisa, visto que tenta considerar como imutável aquilo que está em constante mutação.

Em *Introdução à Dialética*, de 1958, Adorno (2013, p. 107) afirma que é preciso superar a formulação hegeliana, pois não se deve pensar num jogo mecânico¹² de contraposição de teses e antíteses em busca de uma síntese totalizante. É necessário buscar no objeto os elementos de suas contradições.

[...] pensar dialécticamente significa, en efecto, tomar los objetos singulares no limitándolos a lo que son para sí y tampoco ponerlos, limitándolos, bajo su

12 Adorno não diz que Hegel propôs o uso mecânico de suas categorias de sínteses e antíteses, mas que desta forma foi aplicada a dialética hegeliana.

concepto mayor, sino tratar de ser justos con la vida que obra en la cosa misma, que obra en el concepto singular y que, de hecho, fue considerada por Hegel como algo contradictorio, como algo antagónico” (ADORNO, 2013, p.108).

Adorno tenta estabelecer uma proposta de percurso do filósofo para pensar dialeticamente, embora este percurso seja mutável em função de todo o contexto do momento em que se olha para o objeto.

Lo que en realidad se requiere de la dialéctica según su ideal [...] es más bien que utilice de tal modo los conceptos mismos, perseguir de tal modo su cosa, ante todo ir confrontando el concepto con aquello a lo que se refiere tanto como para que se muestre que entre semejante concepto y la cosa referida se producen ciertas dificultades que luego obligan, con el avance del pensar, a modificar el concepto en cierto modo, pero sin tener permitido renunciar a las determinaciones que el concepto tenía originalmente” (ADORNO, 2013, p. 43).

A citação acima traz outra categoria de Adorno que será utilizada como proposta metodológica para o desenvolvimento da tese: o duplo caráter do conceito. Para o pensador frankfurtiano, todo o conceito deve ser tensionado em busca dos seus elementos de verdade e daquilo que lhe escapa.

Um mesmo conceito deve ser abordado em um registro ao menos bidimensional, em que polos opostos se tensionem na perspectiva de expressar mais o objeto e o conceito também. A dialética se garante enquanto permanente tensão entre o pensamento, que é abstrato, universal e a realidade, que é contraditória, antagônica (PUCCI, 2012, p.6).

O conceito de indústria cultural foi desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1985a) no pós- guerra utilizando-se da estratégia do duplo sentido do conceito:

afinal, a indústria cultural é cultura ou indústria? Nem uma e nem outra, se tomadas isoladamente, pois uma exclui a outra; contudo se compõem mutuamente para expressar a progressiva mercantilização dos bens culturais no desenvolvimento do sistema capitalista (PUCCI, 2012, p. 6).

Portanto, tensionar o conceito de Indústria Cultural, desenvolvido há 70 anos, é uma necessidade filosófica para a compreensão da sociedade contemporânea. Isto não significa negar o conceito dos frankfurtianos em função de uma sociedade interconectada em rede em contraposição ao modelo massivo do século 20, pois isto seria uma forma de totalidade. A indústria cultural não deixou de existir, ao contrário fortalece-se constantemente, mas em novos moldes, novas formas. Creditar tudo ao modelo de Indústria Cultural dos anos 40 do século passado é tão totalizante e distante da realidade quanto negar a aplicabilidade deste conceito atualmente. Identificar suas correspondências com a realidade e suas contradições é uma

tentativa de apreender e compreender a realidade com o conceito. Um permanente buscar sem fim.

Nesta tese são desenvolvidos cinco ensaios sobre a ubiquidade da informação no início do século 21:

1) *A jaula de silício*: o primeiro ensaio tem como foco a compreensão do estágio atual do desenvolvimento capitalista e seu caminho em direção ao fascismo, que serve de contexto para os demais estudos. Parte dos trabalhos de Pierre Dardot e Christian Laval (2016; 2019), *A nova razão do mundo* e *Anatomia do novo neoliberalismo* e dialoga também com Fredric Jameson (2001a, 2001b), Boaventura de Sousa Santos (2001), Paulo Arantes (2015a, 2015b) e Theodor Adorno (1994). Nele defendemos a ideia de que com a racionalidade neoliberal o indivíduo é levado a construir sua própria clausura dentro de um sistema de opressão e aponta que as tecnologias digitais são instrumentos utilizados neste sentido. O ensaio observa também a ascensão de tendências totalitárias recentes como resultado de uma modificação esperada pelo próprio caráter antidemocrático do neoliberalismo.

2) *Informação é poder*: um ensaio a respeito da vida administrada por diversos mecanismos de controle digitais, criados ou aperfeiçoados neste século 21. O ensaio discute o fenômeno dos *big data*, da inteligência artificial e a criação de bolhas virtuais. Sustentam este ensaio obras de Adorno e Horkheimer (1985a; 1985c) e de alguns comentadores, como Debora Antunes e Ari Maia (2018), Belarmino Costa (2015; 2018) e José Antonio Zamora (2018) e também trabalhos de Herbert Marcuse (1973) e Walter Benjamin (1987b).

3) *Um novo lugar para estar aí*: a presença da tecnologia digital em todo o lugar a qualquer tempo leva a um novo espaço de convívio. O ciberespaço, que se conecta com o espaço físico não mediado, compõe este local em que as dinâmicas das relações sociais são outras e o indivíduo é coagido a emitir mensagens o tempo todo para poder se fazer presente e notado. Neste novo lugar, a dor é entorpecida e o prazer buscado a todo momento sem que nunca possa ser realizado. O indivíduo busca construir um capital social próprio para ter relevância na sociedade para compensar sua frustração diante do mundo do trabalho. Os meios de comunicação de massa também se modificam neste espaço e dão lugar a novas formas de difusão de mensagens que interferem no debate público. Fechando o ensaio, são feitos comentários a respeito do uso de mensageiro instantâneo nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. Parte-se da teoria da sociedade excitada e a coerção à emissão de Christoph Türcke (2010) e da sociedade do espetáculo de Guy Debord (1997), além de aspectos da indústria cultural digital de Rodrigo Duarte (2011).

4) *Novas dimensões temporais*: aborda as mudanças na dimensão temporal com o uso de novas tecnologias e sua constante aceleração. Terá como eixos as publicações instantâneas – com aparência de imediatas – e questões relativas ao tempo que interessam à teoria crítica: a urgência, a falta de perspectiva, a vida administrada e os tempos de trabalho e livre. São reflexões feitas a partir de autores como Paul Virilio (1993; 1996) em *A arte do motor* e *O espaço crítico*, Adorno (1995c) a respeito do tempo livre e Gui Debord (1997) em *A sociedade do espetáculo*. Também estão presentes nesse ensaio discussões sobre os textos *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* de Walter Benjamin (1987a), a *Sociedade excitada* de Türcke (2010) e *O novo tempo do mundo* de Paulo Arantes (2015a).

5) *A luz que vai para a tela*: Uma visão distópica da sociedade no século 21 pode vir acompanhada de seu oposto. A utopia de acreditar em um mundo em que o ser humano alcance autonomia e a emancipação tendo como referência ética o respeito ao outro ser humano e à natureza, em que a racionalidade possa ser utilizada em favor das pessoas e não a despeito ou contra elas. Na construção deste ensaio utópico, partimos de Herbert Marcuse (1973) e sua crença em uma força cultural que parte do ser humano e pode movimentar a sociedade e a técnica para uma significativa transformação cultural, capaz de alterar a racionalidade hoje existente. A ideia de construção do *comum*, de Dardot e Laval (2017) é uma sinalização de um caminho que pode ser trilhado, pois se a crítica que aponta para a regressão espera sempre pelo seu oposto.

1 A JAULA DE SILÍCIO

A mentira ostensiva, na qual ninguém efetivamente acredita, está cada vez mais substituindo as "ideologias" de ontem, que tinham o poder de convencer aqueles que acreditavam nelas.

Adorno e Simpson, Sobre música popular

O neoliberalismo, templo das liberdades individuais, prende-nos em jaulas particulares, difíceis de se ver, improváveis de se escapar. Antes de aço, como diagnosticou Max Weber (2004) nos tempos do capitalismo industrial do início do século 20, hoje é composta por paredes de silício, construídas por nós mesmos, que criamos, sem nos darmos conta, nossa própria clausura. “Nós não saímos da ‘jaula de aço’ da economia capitalista a que se referia Weber. Em certos aspectos, seria melhor dizer que cada indivíduo é obrigado a construir, por conta própria, sua ‘jaula de aço’ individual”, escreveram os filósofos franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 330).

Tipo específico de capitalismo desenvolvido nas décadas finais do século 20 e hegemônico no início do 21, o neoliberalismo é capaz de impor sua própria razão ao mundo e aos indivíduos. São os sujeitos neoliberais, adaptados e integrados à sua lógica, que se tornam instrumentos desta nova razão de ser. Por isso, Dardot e Laval (2016, p. 7) consideram o neoliberalismo muito mais que “uma ideologia, um tipo de política econômica”. Chegamos atualmente ao ponto mais alto da adaptação enquanto “condicionamento social” (MAAR, 1995, p. 26), e da integração, entendida como a ideologia que dá ao sistema o caráter de unidade, conceitos fundamentais ao pensamento do filósofo alemão Theodor Adorno. O capitalismo neoliberal, razão única do existir, impõe-se sem que se vislumbre saídas nem se veja, a olhos nus, a sua violência.

Em meados dos anos 40, após passarem pelo horror do nazismo alemão e acompanhando *in loco* o enorme crescimento econômico e tecnológico dos Estados Unidos, Adorno e Max Horkheimer (1985a, 1985c) escreveram a *Dialética do Esclarecimento*. Perceberam, no desenvolvimento da sociedade industrial e autoritária, a possibilidade da integração total da sociedade, sem que a ela parecesse haver qualquer alternativa. Estava claro para eles que o sistema capitalista se expandia de tal sorte que toda sua lógica se imporia à sociedade sem saídas à mercantilização total, à reificação do homem e ao fetiche da mercadoria. Os próprios autores, no entanto, duas décadas depois, perceberam que a integração total estava retida, com o advento das políticas sociais-democratas na Europa que amenizavam os efeitos

devastadores da face crua do capitalismo. “O desenvolvimento que diagnosticamos neste livro em direção à integração total está suspenso, mas não interrompido” afirmam Adorno e Horkheimer (1985d, p. 9) em texto sobre a nova edição alemã de *Dialética do Esclarecimento*, publicada em 1969.

A pausa percebida nos anos 1960 é interrompida com a implantação de um modelo neoliberal, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, a partir do fim dos anos 1970, e sua disseminação pelo mundo subdesenvolvido nas décadas seguintes como aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2001) chama de tipo de globalização hegemônico. Encontramos agora a caminho desta integração do total. Para Dardot e Laval (2016, p. 16), a razão neoliberal é “global” em dois sentidos: por ser mundial e por tender “à totalização [...], ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana”. A jaula weberiana impõem-se numa intensidade jamais vista.

O neoliberalismo, autoritário e totalitário, parece ingressar hoje numa nova fase, mais dura e cruel, em que se aproxima do fascismo (e o recria), apontam recentemente os próprios autores franceses (DARDOT; LAVAL, 2019), num movimento já previsto por Franz Hinkelammert (2000).

A expressão *jaula de aço* surge da tradução feita por Talcott Parsons para o inglês do livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, escrito por Max Weber (2004) nos primeiros anos do século 20. Embora a tradução literal do termo *stahlhartes Gehäuse* se refira a expressões como carapaça, concha, caroço de fruta, habitáculo, a tradução de Parsons (*iron cage = jaula de ferro*) consagrou-se pela força que carrega e a ideia que traz em si, sendo chamada no Brasil de *jaula de aço*. Michael Löwy (2014) compreende que a expressão jaula, embora sabidamente não seja a palavra exata usada por Weber, é a que lhe confere mais sentido quando se observa o conjunto da obra do pensador alemão. Apesar de não ser a tradução literal, Löwy defende o uso de *jaula* tanto pelo contexto em que *Gehäuse* aparece em *A ética protestante* como pelas duas vezes em que é utilizada em outros textos de Weber.

A alegoria de Weber sobre a jaula de aço é apresentada no segundo capítulo da segunda parte de *A ética protestante*, em que trata de *Ascese e capitalismo*. O sociólogo, em seu resgate histórico da formação do capitalismo norte-americano, salienta que para os puristas, os “bens externos” devam ser como um manto que cobre o santo: leve o suficiente para que possa ser retirado quando necessário. Mas, em seguida Weber (2004, p. 165) critica: este manto transformou-se em uma jaula que aprisiona o indivíduo. Esta clausura é a “ordem econômica capitalista”, conforme apresentado pelo próprio Weber (2004, p. 47-48), em trecho anterior do texto.

A jaula weberiana é, portanto, uma ordem externa ao indivíduo, que o aprisiona e da qual parece ser impossível fugir. Trata-se de uma ordem construída pelos homens, em sua coletividade, na busca incessante pelo lucro, da qual o indivíduo mantém-se refém, seja ele proletário (que trabalha para sua subsistência, mas alimenta a esperança de acumular capital), seja ele o burguês capitalista (que trabalha com seu capital para obter lucros). Estão ambos submetidos à mesma lógica.

A diferença fundamental da jaula original weberiana do século 19 para a atual prisão de Dardot e Laval (2016) é o seu construtor. Enquanto para Weber (2004), a jaula é produto da “ordem econômica capitalista”, para os filósofos franceses, o indivíduo é levado a construir *espontaneamente* a sua própria clausura. Há um intrincado conjunto de fatores que levam o sujeito a, por si só, restringir sua liberdade. Esta jaula contemporânea seria construída pelo indivíduo, menos por coação, mas principalmente pelo convencimento que se dá por meio da violência simbólica e econômica presente no centro da razão neoliberal. Convencimento que já nos alertava Antonio Gramsci (1978) quando olhava para a construção do fascismo italiano há quase um século. O poder da elite capitalista sobre a classe trabalhadora se dá, no pensamento gramsciano, nas relações econômicas da estrutura e nas relações culturais, sociais e políticas da superestrutura que vai além do Estado, naquilo que chamou de sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia (escola, igreja, imprensa, entre outros).

Nossa sociedade está de tal forma convencida que, paradoxalmente, é o extremo das liberdades individuais do neoliberalismo que leva o cidadão a prender-se, não por excesso de liberdade, mas justamente por não a possuir. “Sabemos, porém, que é mais fácil fugir de uma prisão do que sair de uma racionalidade, porque isso significa livrar-se de um sistema de normas instaurado por meio de todo um trabalho de interiorização” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 396).

Evgeny Morozov (2018, pos. 328¹³) chama de “cerca invisível de arame farpado” o que está ao nosso redor, construída em grande parte pelas grandes empresas de tecnologia, as *big techs*. Mas nos parece que a alegoria da jaula compreende uma complexidade e aprofundamento maior no espectro dessa prisão. Autoconstruída, a jaula neoliberal é também imperceptível. O indivíduo acredita em sua liberdade, valor supostamente fundamental ao neoliberalismo. No entanto, o sujeito, objeto da coerção invisível do sistema, age apenas conforme aquilo que lhe é permitido. Incorporado à lógica da concorrência como chave do neoliberalismo, solidariedade e ética dão lugar ao espírito de competição e à busca pela eficácia em todos os níveis. A razão

13 O texto consultado foi um *e-book* em formato *Kindle*, da Amazon. Nele não há numeração de páginas, mas de “posição”. Embora a norma ABNT não preveja o uso deste marcador, optamos por utilizá-lo para facilitar a pesquisa do leitor, caso deseje.

neoliberal impele o indivíduo a, em nome de todas as liberdades, construir sua clausura, uma jaula de paredes de silício, elemento chave na microeletrônica do século 21, em substituição ao aço, produto fundamental na industrialização do século 19. A autoconstrução e a invisibilidade são as características fundamentais que diferenciam a jaula atual daquela de Weber.

1.1 Diferentes tempos do capitalismo

Tempos diferentes, outras leituras. Weber e Adorno viveram em épocas e realidades distintas, assim como nosso tempo é outro. Weber presenciou o capitalismo liberal, era de grandes transformações provocadas pelo vertiginoso crescimento baseado no avanço da maquinaria produtiva. Adorno observa o fim deste período e se deparou com aquilo que preferiu chamar de capitalismo tardio.

No contexto observado por Weber, o liberalismo se constituía como a concepção econômica hegemônica em que o desenvolvimento das forças produtivas se dava livremente, sem (ou com pouca) participação do Estado enquanto força reguladora. Este período é marcado por grande expansão do capital, crescimento das empresas e recrudescimento da luta com trabalhadores que buscavam melhores condições de vida. O capitalismo liberal, embora grande produtor de riquezas, era também um grande produtor de miséria.

Friedrich Pollock, também do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, apontou as mudanças sofridas no capitalismo após a crise de 1929 e chama a nova fase de *capitalismo de Estado*, também chamada de *monopolista*.

O capitalismo passou de uma fase concorrencial para uma fase monopolista, em que uma alta e crescente concentração do capital em uns poucos conglomerados econômicos acabou por exigir intervenções profundas do Estado na economia, com o objetivo de estabilizar as relações de mercado. (NOBRE, 2008, p.39).

Pollock (apud NOBRE, 2008, p. 40) elencou o que caracterizava este novo capitalismo: “concentração da atividade econômica em empresas gigantescas [...]; controle governamental do sistema de crédito e do comércio exterior; posições de quase monopólio por parte dos sindicatos e confederações”.

Seu colega no instituto, Adorno (1994) vai discordar com o rótulo de *capitalismo de Estado*, ou sociedade industrial, também comumente chamado à época. Prefere chamar o novo tipo de capitalismo de *tardio* e aponta características diferentes daquelas levantadas por Pollock.

Apesar de [Adorno e Horkheimer] concordarem, de maneira geral, com a ideia de Pollock de uma nova forma de “primazia da política”, não concordaram com ele em que o “capitalismo de Estado” tivesse potencial para assumir uma “forma democrática”, fundada em algum tipo de controle popular”. Na *Dialética do esclarecimento*, o que se encontra é o “mundo administrado”, uma forma sofisticada de controle social de que as massas estão inteiramente excluídas e sobre a qual não têm qualquer tipo de domínio. (NOBRE, 2008, p. 47).

A presença do Estado na economia passou a ser modificada a partir do final dos anos 1970 com o neoliberalismo no contexto de uma globalização hegemônica (SANTOS, B. 2001). Agora este modelo entra em uma nova fase com o autoritarismo patente. Pucci (2018, p. 603-604) pontua que no capitalismo tardio da social democracia o princípio de troca era atenuado por compensações nas áreas sociais como educação, saúde, moradia, que levavam ao conformismo social. No neoliberalismo, o princípio de troca se impõe “onipotente, absoluto”. Como bem observou Boaventura Santos (2001), não existe um só capitalismo em cada momento e em cada lugar, uma vez que seus estágios não são uniformes e há diversos tipos ocorrendo simultaneamente, podendo haver um determinado modelo em posição hegemônica em relação aos demais.

Em *Germinal*, de Émile Zola, Adorno (1994) encontrou a jaula de aço em seu formato mais bruto, no qual a luta de classes se expõe sem eufemismos. No capitalismo liberal da Europa ocidental no século 19 – com acelerado desenvolvimento econômico e produtivo – era patente a condição de classes, divididas explicitamente entre patrões e operariado.

Mas esta clareza se esfumaça nos tempos do capitalismo tardio, quando as massas perdem a “consciência de que são objetos, e não sujeitos, do processo social, processo que, no entanto, elas mantêm em andamento como sujeitos” (ADORNO, 1994, p. 66). No capitalismo tardio, com o apaziguamento das disputas em função de benefícios sociais conquistados por meio das políticas de bem-estar social, a luta de classes dissimula-se. As relações de dominação tornam-se difusas e os trabalhadores não enxergam mais as grades que os cercam. O frankfurtiano fala ainda da perda da “solidariedade de classes” já nesse momento, o que para Dardot e Laval (2016), mais tarde, configura-se na lógica concorrencial – hipervalorizada – do capitalismo em seu estágio mais avançado: o neoliberalismo.

O capitalismo tardio, em especial na Europa do bem-estar social, levou a uma dissimulação da face crua capitalista, tornando a opressão “anônima” (ADORNO, 1994, 67). As políticas de acesso à segurança social, como saúde, educação, previdência e emprego, davam a impressão de um capitalismo humanizado, capaz de distribuir a riqueza e suas benesses com a população. No entanto, esta condição instalada no pós-guerra vai sendo substituída pela lógica

neoliberal que reduz as políticas sociais e coloca, como condição fundamental para a qualidade de vida e o bem-estar, a necessidade de manter o emprego, às custas de um processo concorrencial infinito que passa a fazer parte de toda a racionalidade do indivíduo.

O economista francês Robert Boyer (1998) apresenta quatro tipos de capitalismo, organizados quanto aos seus modelos regulatórios: mercantil (neoliberal), mesocorporativo japonês, social-democrático e estatal¹⁴. O modelo mercantil tem como característica o mercado livre como sua principal instituição, em torno do qual giram as relações econômicas, dando prioridade à concorrência, ao direito privado, às agências de regulação, ao trabalho flexível, à inovação tecnológica e à propriedade intelectual. Já o modelo mesocorporativo tem sua centralidade na grande empresa privada, com a regulação se dando em torno dela; nas relações de trabalho há uma dualidade entre o trabalho regular e o irregular. O formato de concertação entre capital, trabalho e Estado está presente no modelo social-democrata, que permite ganhos de produtividade e desenvolvimento tecnológico aliados à justiça social e qualidade de vida; modelo encontrado em países como Suíça e Áustria e Alemanha. Por fim, o modelo estatal da França, Itália e Espanha coloca o Estado como principal mediador das relações entre capital e trabalho, compreendendo as deficiências do mercado em fazer esta regulação e também as dificuldades de deixar a cargo das organizações sociais este ajustamento; há elevada proteção social e regulação do trabalho; investimentos estatais em pesquisa, inovação e educação.

Os dois modelos europeus (estatal e social democrático) frearam a integração total, como salientaram Adorno e Horkheimer (1985d). Mas é a forma mercantil norte-americana e inglesa, na qual nos deteremos mais especificamente mais adiante, que passaria a ser hegemônica com o processo de globalização. Este modelo, que tem como pilares a concorrência e a liberdade do mercado, avança sobre os demais e abre caminho para aquilo que os autores frankfurtianos previram estar em suspenso, mas não descartado: a integração total pôs-se novamente em marcha e avança diante de uma realidade política com viés autoritário e totalitário.

Como a implantação do modelo neoliberal não se deu de maneira homogênea, Boaventura Santos (2001, p. 37) diz que a jaula de aço weberiana teria se traduzido no “rigor” com que as políticas neoliberais foram implantadas, enquanto que, onde estas políticas foram flexibilizadas ou atenuadas, instalou-se uma “jaula de borracha”. Mas o filósofo brasileiro Paulo

¹⁴ *Marchande, meso-corporatiste, social-démocrate e publique/integrati3n*. Preferimos usar a tradu33o empregada por Boaventura Santos (2001, p 81-83).

Arantes alerta que o neoliberalismo é bem mais que um aprofundamento do capitalismo e um recrudescimento do estado de bem-estar social.

Há mais de trinta anos testemunhamos a imposição traumática de uma grande mutação. [...] o Neoliberalismo não é uma simples restauração que teria fechado o breve parêntese do Estado Social nem mesmo consequência de uma expansão imanente da lógica capitalista de valorização e anexação de novos territórios para acumulação (ARANTES, 2015b, p. 127).

Arantes (2015a) e os franceses Dardot e Laval (2016) concordam que a *grande virada* neoliberal nos anos 1980 é um marco que reorienta a sociedade ocidental com impactos globais. Para os franceses, instala-se uma nova racionalidade. Já Arantes fala de um novo tempo mundial¹⁵.

1.1.1 *O tempo da grande virada*

Há algumas décadas a humanidade ingressou numa era que corresponde à *grande virada* neoliberal. Arantes (2015a) vê na Primeira Grande Guerra – com a reconfiguração da Europa – os primórdios desta mudança, que irá se estabelecer claramente no final dos anos 1970, quando Estados Unidos e Inglaterra adotam políticas neoliberais. Para Fredric Jameson (2001a, p. 33), este momento se deu no fim da guerra fria, estabelecendo-se este como o ponto central para o início da pós-modernidade¹⁶. Dardot e Laval (2016) sustentam que houve uma estratégia para construção desta virada. Boaventura Santos (2001) acredita que está em curso um momento de transição para um novo modelo, que abandona os paradigmas da modernidade estabelecidos até o século 20 – economia-mundo e sistema interestatal – para

constelações de práticas cuja coerência interna é intrinsecamente problemática. A maior complexidade (e também incoerência) do sistema mundial em transição reside em que nele os processos da globalização vão muito para além dos Estados e da economia, envolvendo práticas sociais e culturais que no SMM [sistema mundial moderno] estavam confinadas aos Estados e sociedades nacionais ou a sub-unidades deles. (SANTOS, B., 2001, p. 63).

¹⁵ Ver seção 4.1 O novo tempo do mundo.

¹⁶ Momento de ruptura com o mundo moderno e ingresso em uma nova era. Há diversas posições a respeito deste conceito. Jameson considera a pós-modernidade um movimento cultural amplo, que atinge diversas esferas e tem como característica fundamental a globalização. Caracteriza-se pelo capitalismo avançado: “Pero la postmodernidad no es un estilo, es todo un modo de producción, la tercera fase del capitalismo; y en este sentido, resulta suficientemente obvio que la postmodernidad todavía está muy con nosotros, o quizá debería decir que somos nosotros quienes estamos mucho con ella y en ella; y que queda tiempos para que el mundo entre en una nueva fase del modo de producción capitalista, y no digamos, em general, em un nuevo modo de producción” (JAMESON, 2012, p. 20-21).

O autor acredita numa “revolta das elites” frente ao desenvolvimento social e redução das desigualdades promovidas pelo *welfare state*. O Estado, que antes se voltava a proteger o indivíduo do papel avassalador do mercado, agora se coloca contra o indivíduo enquanto aquele que atrapalha o mercado. A grande virada dá-se no posicionamento do Estado na relação desigual entre mercado e indivíduo (DARDOT; LAVAL, 2016).

1.2 A globalização neoliberal

Havia diversos caminhos possíveis de serem construídos no sentido de uma globalização. Mas houve aquela que se impôs sobre as demais e estabeleceu-se hegemonicamente. “Não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos de globalização é sempre a globalização bem-sucedida de determinado localismo” (SANTOS, B., 2001, p. 69). A globalização hegemônica neoliberal se deu, primeiro, pelas próprias características deste modelo econômico; segundo, pela construção de mecanismos que viabilizassem sua expansão. A técnica – e dentro dela as tecnologias digitais – foi mais que o instrumento usado para o desenvolvimento deste modelo. Numa relação simbiótica, o desenvolvimento técnico cria condições para o avanço do neoliberalismo que por sua vez fomenta o avanço tecnológico dirigido às suas próprias necessidades.

Nas primeiras fases do capitalismo, o desenvolvimento das tecnologias permitiu o aperfeiçoamento da produção a custos de mão de obra mais baixos. Mas ao mesmo tempo em que era possível produzir mais com menos empregados, a expansão da economia e dos mercados demandava um aumento da produção. Assim, grandes fábricas absorveram a mão de obra para operar máquinas. A microeletrônica leva isso a um novo patamar, pois o computador substituiu o humano em várias funções. Para Christoph Türcke (2010, p. 21-22), o desenvolvimento do computador e das redes permitiu que as empresas adotassem um novo padrão: o de crescimento com desemprego. Isso provocou aumento de ganhos e de acúmulo de capital, a um alto custo social. Isso começou com empresas de infraestrutura como transportes, correios e telecomunicações, antes públicas e que passaram a ser privatizadas em nome da gestão eficiente. Com isso vieram:

o afrouxamento de contratos fixos de trabalho; o declínio dos benefícios de seguridade social; a substituição de grupos inteiros de secretárias, telefonistas, tipógrafos, impressores, engenheiros, especialistas até os níveis médios da administração, por *softwares* inteligentes; a redução de uma parte considerável da classe média a empregos de curta duração, ou mal remunerados no setor de serviços; a expulsão de indivíduos há muito ativos

até então para o desemprego de longa duração, o tráfico de drogas e a criminalidade – e uma bela recompensa para o quarto ou quinto grupos na parte de cima, que conseguiram galgar a posição de “realizadores” de uma nova economia, cujo truque é prosperar, apesar do desemprego em massa, ou por causa dele. (TÜRCKE, 2010, p. 22).

A precarização do trabalho característica do neoliberalismo vem acompanhada de outros pontos que o diferenciam dos demais tipos de capitalismo. Todos eles, voltados à concorrência e à exploração do capital em âmbito global:

economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais, emergência de três grandes capitalismos transnacionais (EUA, Japão, Europeu). (SANTOS, B., 2001, p. 35).

As movimentações (econômicas, sociais, culturais, tecnológicas) globais ocorrem em direções distintas não se devendo compreender o processo de globalização como uma via de mão única. Boaventura Santos (2001, p. 71-75) apresenta as seguintes formas de globalização:

- a) localismo globalizado – uma condição local vencedora se coloca sobre as demais no planeta de maneira hegemônica; é a exportação do modelo;
- b) globalismo localizado – resultado da importação do modelo de outro localismo que se hegemonizou. “[...] as condições locais são desintegradas, desestruturadas e, eventualmente, reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna” (SANTOS, B., 2001, p. 71);
- c) cosmopolitismo – modelo de globalização contra-hegemônica, é a união de forças progressistas locais contra o modelo hegemônico que se instala;
- d) patrimônio comum da humanidade – uma luta progressista global em torno de temas e questões que atingem a interesses de diferentes povos.

As duas primeiras formas são as hegemônicas e, portanto, dizem respeito à implantação do neoliberalismo em escala global. As duas últimas são as resistências a este modelo, sem, no entanto, deixar de ser também formas de globalização.

No neoliberalismo globalizado, o capital é capaz de contribuir com a aceleração do tempo e a diminuição do espaço em função da velocidade com que circula na sociedade, em especial o grande capital especulativo, que migra de países com a velocidade do processamento dos computadores ligados numa rede global. Considerando observações de Boaventura Santos (2001, p. 70), os impactos da volatilidade global dos capitais são muito mais rápidos, abrangentes e intensos que as ondas de migração de milhares de refugiados de países árabes à

Europa nesta década. “[...] as transferências instantâneas de capital podem empobrecer regiões inteiras, drenando de um dia para outro o valor acumulado por anos de trabalho nacional” (JAMESON, 2001a, p. 26).

Característica do capitalismo liberal até o início do século 20, o *laissez-faire*¹⁷ deixa de ser central no neoliberalismo, embora o senso comum ainda acredite que estamos agora no ponto mais alto da liberdade total de um mercado desregulado. No lugar desta concepção, Dardot e Laval (2016) apresentam a concorrência como ponto central do neoliberalismo. No ambiente concorrencial é a empresa o modelo de “subjetivação”, ou seja, o padrão a ser seguido por todos (indivíduos, Estado, sociedade civil) como o melhor, o mais eficaz e aquele que mais benefícios trará à ao conjunto da sociedade. Boaventura Santos (2001) também percebe a centralidade da empresa no neoliberalismo:

No *capitalismo mercantil* o mercado é a instituição central; as suas insuficiências são supridas por agências de regulação; o interesse individual e a competição dominam todas as esferas da sociedade; as relações sociais, de mercado e de trabalho, são reguladas pelo direito privado; os mercados de trabalho são extremamente flexíveis; é dada toda a prioridade à inovação tecnológica promovida por diferentes tipos de incentivos e protegida pelo direito de patentes e de propriedade intelectual; são toleradas grandes desigualdades sociais bem como o subinvestimento em bens públicos ou de consumo colectivo (transportes públicos, educação, saúde, etc.). (SANTOS, B., 2001, p. 82).

Este capitalismo demonstra a força do capital global que se locomove rapidamente pelo mundo gerando tanto riqueza quanto miséria; trabalho e desemprego. Neste modelo, o estado-nação perde força diante de um agente mais poderoso: o mercado, aquele capaz de ditar regras que estão acima dos interesses nacionais.

Jameson (2001a) questiona se o fim do estado-nação não seria na verdade o fortalecimento de uma nação, os Estados Unidos, sobre os demais países e observa que há formas pós-modernas de estabelecer o império global e elas passam por organismos e tratados como OMC, Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).

Boaventura Santos (2001) trata o fenômeno da globalização como uma expansão mundial de um modelo econômico (o capitalismo estadunidense) que se coloca hegemonicamente sobre os outros existentes. Dardot e Laval (2016) vão além: dizem que este modelo configura-se numa nova racionalidade.

17 Em tradução literal, *deixar fazer*. Doutrina de liberdade total ao mercado para que ele, por meio da autorregulação, encontre sozinho as melhores soluções aos seus problemas e, conseqüentemente, o progresso social.

Uma importante contribuição da teoria crítica ao pensamento marxista é a compreensão de que embora seja econômica, a dominação ocorre por conta de um papel da superestrutura nas relações de poder e na compreensão do mundo. Adorno (1994, p. 67) faz questão de ressaltar:

A dominação sobre seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico. Objeto disso já não são mais apenas as massas, mas também os mandantes e seus apêndices. De acordo com a antiga teoria, eles se tornaram, de modo acentuado, funções de seu próprio aparelho de produção. (ADORNO, 1994, 67).

Aqueles que dominam são também dominados por fazerem parte de um mesmo sistema totalitário que não permite fugas ou exceções. Adorno não transfere para o campo da cultura este papel, embora reconheça que nesta arena se faz a conformação social necessária ao funcionamento adequado do sistema capitalista.

A dimensão econômica da globalização “parece sempre estar se expandindo para todo o resto: controla as novas tecnologias, reforça os interesses geopolíticos, e, com a pós-modernidade, finalmente dissolve o cultural no econômico – e o econômico no cultural” (JAMESON, 2001a, p. 22). Para o autor, há diferentes tipos de globalização: tecnológico, político, cultural, econômico e social. Boaventura Santos (2001, p. 32) compreende a globalização como um “fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. Ambos autores concordam que o processo de globalização capitalista se dá nos campos da estrutura econômica e no da superestrutura, com uma relação dialética de causa e efeito, contribuindo, a superestrutura, com o processo de dominação econômica, agora realizada em nível planetário.

1.3 Classes sociais

À medida que aumenta a complexidade da produção, e mais que isso, da circulação de bens e capitais pelo mundo, menos evidentes se tornam as classes sociais. Adorno (1994, p. 74) identificava este movimento no avanço do capitalismo tardio: criticava o “desaparecimento”, por meio da tecnologia, tanto do proletariado quanto dos proprietários dos meios de produção. Todos ficam invisíveis e integrados ao sistema.

Na virada do milênio, Boaventura Santos (2001) percebe que não é apenas uma questão de invisibilidade, mas uma reconfiguração das classes sociais em relação aos estágios anteriores do capitalismo.

[...] uma classe capitalista transnacional está hoje a emergir cujo campo de reprodução social é o globo enquanto tal e que facilmente ultrapassa as organizações nacionais de trabalhadores, bem como os Estados externamente fracos da periferia e da semiperiferia do sistema mundial. (SANTOS, B., 2001, p. 37).

A técnica é o instrumento central nessa reconfiguração, uma vez que permite novos tipos de relações produtivas e de trabalho. A desregulação do fluxo de capitais e do trabalho tem na tecnologia seu uso mais que perfeito: é desenvolvida majoritariamente para este propósito. Seu canto de sereia seduz tanto os trabalhadores com a promessa de liberdade e ganhos expressivos quanto os empresários locais com a expectativa de redução de encargos e desburocratização. Por trás, uma gigante máquina de acumular dinheiro globalmente com técnicas que exploram a mão de obra e o pequeno capital distribuído mundo afora. Boaventura Santos (2001, p. 66) afirma que “a luta trava-se entre a classe capitalista global e todas as outras classes definidas a nível nacional, sejam elas a burguesia, a pequena burguesia e o operariado”. E prossegue: a burguesia e a pequena burguesia colocam-se como “almofada” e “cortina” de fumaça que dificultam a compreensão da relação de exploração que se faz do trabalho pelo capital globalizado. O autor apresenta sua suspeita de que no futuro, com o neoliberalismo ainda mais radicalizado, ocorrerá o desaparecimento da burguesia nacional e da pequena burguesia. A se confirmar o caminho apontado pelo autor lusitano, seguiremos para a concentração do capital em gigantescas empresas globais de alta tecnologia, cuja propriedade é negociada em bolsas de valores, tendo a burguesia e pequena burguesia como sócios minoritários, incapazes de definir os rumos dos negócios. Os empreendimentos locais avançam para modelos de franquias e de uberização¹⁸.

No modelo neoliberal, Boaventura Santos (2001) percebe uma hierarquia labiríntica, mas independente da dificuldade de organizá-la conceitualmente, é importante considerar que a identificação de uma classe não está na sua autoconsciência, mas em sua “posição quanto aos meios de produção” (ADORNO, 1994, p. 65). Numa economia complexa, cuja produção se torna difusa e setores como o de serviços têm um grande peso na economia, a identificação dessa posição é também dificultada.

Cabe aqui abrir parênteses: Morozov (2018, pos. 2170) salienta que até o uso das tecnologias digitais torna-se diferente em função da classe a que o indivíduo pertence. A grande maioria, formada pelos trabalhadores (num sentido *lato*: assalariados, precarizados, uberizados,

18 Modelo de negócio em que nanoempreendedores emprestam seu capital e força de trabalho desregulamentado e mediado por tecnologias digitais. O nome dessa tendência toma emprestado o expoente neste tipo de modelo de negócios, a empresa de transporte urbano Uber. Ver seção 2.3 A uberização do trabalho.

terceirizados, nanoempreendedores etc.), utiliza softwares gratuitos em troca da entrega de seus dados para serem utilizados pelas empresas exploradoras dos *big data* – dados massivos. Do outro, as grandes empresas e pessoas que pagam pelo uso dos softwares, mas que têm direito à privacidade ao proteger seus dados. Do ponto de vista do uso da tecnologia, Morozov considera que caminhamos para existência de dois grupos: o que tem direito à privacidade e aquele que abdica dela para usufruir dos benefícios e facilidades das tecnologias digitais. “Automação de baixa qualidade para os pobres, tecnologia sob medida para os ricos – este, sim, parece ser um futuro mais plausível” (MOROZOV, 2018, pos. 2170).

Embora seja pertinente a percepção do uso dos softwares feita por Morozov, a complexidade da divisão de classes no neoliberalismo parece ser maior. A complexificação se intensifica com uma organização da produção e do trabalho estabelecida por meio de um grande número de empresas *colaboradoras* que estabelecem uma relação comercial de trocas de mercadorias e serviços e usam cada vez menos a contratação do trabalho assalariado formal e regular. A precarização da regulação do trabalho característica do sistema neoliberal – no Brasil promovida em grande medida pela reforma trabalhista¹⁹ e pela nova lei da terceirização²⁰, ambas aprovadas com empenho pelo governo de Michel Temer em 2017 – faz com que boa parte dos trabalhadores se perceba como empreendedora. Isso os leva a pensar como se fossem patrões de si mesmos e em detrimento da consciência de trabalhadores em relações precárias que efetivamente são. Além disso, o desaparecimento da figura do grande patrão efetivo, que é o grande acionista transnacional, torna mais difusa a compreensão de classes sociais.

Portanto, a consciência tende a se dissolver numa lógica de que todos são empreendedores, pertencentes a um mesmo grupo e com os mesmos interesses, embora o trabalhador saiba, de qualquer forma, que está longe da posição dos grandes investidores. No auge da desregulação do trabalho, todos são ou empreendedores ou estão à margem do trabalho regular, vivendo de bicos, de trabalho informal ou com ocupações sazonais. Este enorme contingente de trabalhadores compõe uma massa disforme, que não consegue se organizar nos formatos clássicos de sindicatos justamente por não constituírem uma categoria. É a classe invisível e inconsciente de si, que incorpora o neoliberalismo como racionalidade. Por outro lado, há uma grande quantidade de trabalhadores, também desorganizada, formada pelos terceirizados ou quarteirizados, que estabelece relações de empresa para empresa com seus

19 Lei 13.467/2017. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm.
20 Lei 13.429/2017. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm.

contratantes. Aqueles que mantêm o emprego formal passam a ser em menor quantidade, com menos poder de negociação e com sindicatos menores.

A construção dessa pseudoconsciência de classe, em que todos são patrões de si mesmos é fomentada por um discurso de valorização do empreendedorismo e de falência do velho modelo de trabalho estável assalariado. Cria-se na sociedade uma noção de que a felicidade é alcançada quando o trabalhador faz o que quer por meio do estabelecimento de um trabalho que ele mesmo escolheu para si. A indústria cultural atua no sentido para sedimentar esse discurso, amparado por inúmeros exemplos de conquistas que transitam constantemente pelos programas de entrevistas com empresários, *cases* de sucessos, TEDs²¹, feiras. O sistema avança com suportes *educativos* que ensinam a ser empresário, como o Sebrae. Há toda uma vibração festiva em torno daqueles que abandonam carreiras de sucesso – ou insucesso – em busca da felicidade num negócio próprio. Mesmo que isso custe ao indivíduo a abdicação da jornada limitada de trabalho, do descanso aos finais de semana e das férias em companhia dos filhos. Os *cases* de fracasso são normalmente relegados ao esquecimento e à culpabilização do próprio indivíduo por suas escolhas erradas e falta de perseverança e dedicação ao negócio.

Quanto mais pessoas buscam nesse modelo de empreendedorismo a solução individual para uma crise sistêmica do emprego, mais aparecem gurus no Youtube²² ensinando como fazer sucesso. Cada guru recebe seu trocado por visualização das publicidades em seus vídeos. Quanto mais parecerem críveis, mas chances têm de melhorar sua parcela no lucrativo negócio da autoajuda digital. Isso não significa que aquele que se arrisca com o que aprendeu nas lições enumeradas para o sucesso e a riqueza terá um resultado positivo. Mas fará do guru um *case* de sucesso. Nos sites, nas redes sociais e nas livrarias é fácil encontrar como ficar rico. A solução para o problema de salários baixos e trabalhos precários passa a ser individual e a indústria cultural digital colabora para construir a consciência de que o sucesso está dentro de você²³.

1.4 A razão neoliberal

Como vai além de uma ideologia e de um sistema econômico, o neoliberalismo, enquanto razão, tem dimensões abrangentes: política (“conquista do poder”); econômica

21 Apresentações curtas, de até 18 minutos, num modelo em que o conferencista deve apresentar uma ideia, retransmitida por diversos canais. O nome *TED Talks* vem de conferências sobre tecnologia, entretenimento e design.

22 www.youtube.com. Maior repositório e rede social de vídeos, propriedade do Google.

23 Ver 1.5 O sujeito neoliberal.

(“crescimento do capitalismo financeiro”); social (“individualização das relações”); e subjetiva (“criação de um novo sujeito”) (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16). Todas elas seguem juntas para alcançar uma nova maneira de pensar e impactam na sociedade como um todo. A financeirização da economia é um efeito do neoliberalismo, mas este não se limita àquela nem é seu resultado. Para Jameson (2001b, p. 47), a globalização neoliberal é bem maior: “equivale a montar um quadro de estandardização em uma nova escala inédita de integração forçada em um sistema mundial”.

Houve uma ação estratégica (sem que houvesse um estrategista centralizado) para a implantação do neoliberalismo que resultou na “grande virada” possibilitada por *a*) uma “luta ideológica” contra o estado de bem-estar social; *b*) disciplina alcançada por “sistemas de coação” que levaram os indivíduos a “governar a si mesmos sob a pressão da competição”; e *c*) uma “racionalidade geral” que fez com que governos de diferentes linhas adotassem as mesmas posturas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 192-193).

A nova racionalidade consiste em transmutar o objetivo da vida. O capitalismo, outrora sistema econômico que pretendia permitir ao sujeito viver a vida de maneira melhor, mais confortável, usando para isso a produção obtida e o capital (acumulado ou recebido enquanto salário), se torna um objetivo em si mesmo. Mais uma vez, a leitura de Adorno parece compatível com a atualidade: “A produção tornou-se uma finalidade em si e bloqueou o objetivo que seria a realização plena da liberdade” (ADORNO, 1994, p. 72). Estamos no auge da reificação do ser humano e do fetiche da mercadoria. A nova razão neoliberal nos leva a lugares aonde, infelizmente, Adorno percebeu que nos dirigíamos. Nada disso aconteceu por acaso, ao contrário, é resultado de um constructo social, político, cultural, econômico e tecnológico.

1.4.1 A construção ideológica do neoliberalismo

A consolidação do neoliberalismo se deve em grande parte à luta ideológica travada em parcela significativa do mundo capitalista. Primeiro, com a arregimentação dos partidos de direita e o apoio da imprensa comercial, dependente economicamente de grandes grupos empresariais. Isso levou ao enfraquecimento da social democracia, em especial na Europa, e de outros modelos alternativos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 206). No Brasil, o neoliberalismo teve seus momentos mais expressivos nos governos Fernando Collor (1989-1992), Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Michel Temer (2016-2018) e alcança propostas mais extremadas no governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019. Além da imprensa, livros

convenciam as elites das vantagens do neoliberalismo para o desenvolvimento dos países e da economia. “Essa imensa onda de novas evidências fabricou um consentimento, se não da população, ao menos das ‘elites’ que tinham o monopólio da palavra pública” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 206).

Talvez o mais relevante nesta luta ideológica seja a inversão de papéis. Dardot e Laval (2016, p. 209-211) demonstram que antes os males sociais (desemprego, desigualdade, inflação) provocados pelo mercado deveriam ser combatidos pelo Estado, mas agora passaram a ser vistos como provocados por este e àquele cabe o papel de resolvê-los. Mais: é o Estado burocrático (e não a “sede de lucro”) que corrói o caráter da sociedade, destruindo virtudes como “honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo”. A proteção social estatal desestimula as pessoas a quererem progredir, trabalhar, evoluir. A responsabilidade pelos problemas sociais passa da sociedade para o indivíduo. A culpa pelo desemprego é do desempregado, que prefere o ócio ao trabalho. Cabe ao mercado *estimular* o trabalhador a buscar emprego e não ao Estado suprir suas necessidades, assim como também deve-se responsabilizar os estudantes, os doentes pelo “custo que representam” à sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 221; 230).

A busca pela eficácia se tornou uma razão de ser no desenvolvimento capitalista e neste sentido as ferramentas de comunicação foram imprescindíveis para criar na sociedade e no indivíduo a aceitação desta nova racionalidade. Em nome da eficácia pode-se dizer que o neoliberalismo não é de direita nem de esquerda. Ele funciona e deve ser adotado por todos. Desta concepção vem o discurso modernizante de reformas neoliberais, preparando o Estado e a sociedade para uma nova realidade, moderna (no sentido de nova, atualizada), melhor, mas que retira a proteção social do indivíduo e lança todos ao mar para pescar, cada um por si, uma promessa de futuro. Mas tem-se somente o canto da sereia.

[...] o capitalismo em si mesmo não tem nenhum objetivo social. Sair usando a palavra “modernidade” a torto e a direito, em vez de capitalismo, permite que políticos, governos e cientistas políticos finjam que o capitalismo tem um objetivo social e que disfarcem o fato terrível de que não tem nenhum. (JAMESON, 2001a, p. 33).

Vemo-nos de volta ao papel dos meios de comunicação utilizados – mais que isso, cúmplices – no papel de construir o consenso hegemônico para que o indivíduo assuma o discurso contrário a ele mesmo. Um discurso capaz de fazê-lo abdicar da seguridade social, da atenção à saúde, da educação pública, mesmo sabendo-se em grande medida dependente destes serviços públicos. Esta construção simbólica o faz acreditar que, por meio de seu próprio esforço, será capaz de garantir seu futuro e a segurança de que precisa. Talvez isso explique a apatia

com que a população brasileira assistiu ao desmonte de modelo de previdência pública aprovado pelo Congresso em 2019²⁴. Convém lembrar o que diz Adorno a respeito dos meios de comunicação de massa do século 20:

Mas os métodos dirigistas, com os quais, apesar de tudo, as massas são mantidas sob controle, pressupõem tal concentração e centralização, que não têm só o seu lado econômico, mas também o seu lado tecnológico, como se poderia demonstrar nos meios de comunicação de massa, nos quais a tecnologia permite que a escolha e a apresentação da notícia e do comentário a partir de poucos pontos sejam suficientes para tornar homogênea a consciência de inúmeras pessoas. (ADORNO, 1994, p. 72).

No século 21, entretanto, outros são os mecanismos tecnológicos empregados para a formação de uma consciência homogênea, numa configuração que difere das massas do século anterior, pois valoriza-se o individualismo e a comunicação leva isso em conta – e trabalha para esta construção.

1.4.2 O abandono do *laissez-faire*

A defesa do livre mercado e do *laissez-faire*, com a retirada do Estado de sua interferência nas relações econômicas, foi um dos eixos do liberalismo clássico de finais do século 19 e início do século 20, período que corresponde às observações de Weber e do qual Adorno presenciou sua passagem para a social democracia. Defendia-se, naquele momento, que o mercado seria capaz de autorregular-se em busca do equilíbrio que conduziria a sociedade ao progresso. As forças de mercado, em função da oferta e da demanda, conseguiriam se organizar de tal forma que o resultado seria sempre o avanço capitalista, o desenvolvimento de novas técnicas e a geração de mais riqueza.

No entanto, Dardot e Laval (2016) apontam que as crises do capitalismo, a formação e o estouro de bolhas, levaram à constatação de que a liberdade total do mercado traz graves transtornos ao sistema e que é necessária uma regulação externa que dê conta de estabelecer uma ordem jurídica que traga estabilidade e segurança ao mercado e seus integrantes. Assim, o Estado assume uma função diferente, o de regulador da concorrência. A retórica da liberdade é um discurso que encobre o posicionamento daquele que quer se esconder sob o manto da naturalidade ou ainda da fatalidade, como se outros caminhos não fossem possíveis.

Jameson (2001b) questiona a falácia do discurso de liberdade, assim como o conceito de *laissez-faire* é também falso (pois o mercado não é livre, mas regulado para favorecer determinadas concorrências). No campo comunicacional, a falácia se mantém e, além de evidente, é fundamental para seu funcionamento enquanto instrumental técnico para dominação e convencimento.

É em especial importante estabelecer uma distância irônica da retórica da liberdade – não apenas o livre comércio, mas liberdade de expressão, de circulação de idéias e de “propriedades” intelectuais – que acompanha esta política [a globalização]. A base material das idéias e dos produtos culturais são as instituições de reprodução ou de transmissão, que hoje em dia são facilmente identificadas em qualquer lugar: são as grandes corporações baseadas no monopólio da tecnologia relevante de informação; assim, a liberdade dessas corporações (e de seu estado-nação dominante) não são a mesma coisa que nossa liberdade como indivíduos ou como cidadãos. (JAMESON, 2001b, p. 51).

Adorno (1994) não deixava de criticar o estado social-democrata, ou o tipo de capitalismo estatal, como formas de capitalismo, portanto, provocadoras de distorções sociais assim como a sociedade industrial dos primórdios capitalistas. Em que pese o desenvolvimento capitalista planejado presente nos modelos europeus do século passado, que contrastavam com o modelo estritamente liberal de livre mercado, o sujeito ainda estava abandonado à própria sorte: “o destino social do indivíduo continua a ser, para este, tão dependente do acaso quanto sempre foi” (ADORNO, 1994, p. 73).

O neoliberalismo não é um capitalismo sem Estado ou de um Estado fraco, mas um capitalismo de Estado forte para regular e garantir a liberdade de concorrência.

1.4.3 A empresa como modelo central

Com a “unificação do mercado mundial do dinheiro”, por meio da globalização dos fluxos de capital, houve uma significativa mudança nos objetivos das empresas, que passaram a se organizar em função de exigências de rentabilidade universais, levando a fusões, compras, incorporações, gerando oligopólios e monopólios privados globais. “A passagem do capitalismo fordista ao capitalismo financeiro foi marcada também por uma sensível modificação das regras de controle das empresas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 200).

Enquanto a competição de nível global modifica as empresas, o espírito de concorrência e a ausência de políticas públicas capazes de oferecer segurança ao cidadão faz com que o indivíduo se comporte também como uma empresa. Assim, busca a construção de seu próprio capital, o humano, tentando acumular bens imateriais que possam lhe assegurar um futuro

promissor e seguro: investimentos em educação e capacitação, ampliação de redes de relacionamentos baseadas em interesses e não em afinidades. A construção do capital humano faz parte daquilo que, na visão de Arantes (2015a), trata-se da securitização da vida, sacrificando o presente, achatando as expectativas futuras. Para Dardot e Laval (2016, p. 201), “esta ‘capitalização da vida individual²⁵ que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade”.

Dentro das empresas, a necessidade de oferecer retorno aos acionistas aliada à lógica de concorrência e às avaliações constantes, levaram a uma identificação dos trabalhadores como “uma espécie de ‘centro de lucro’ individual”. Implantou-se nas empresas um modelo de competição entre os funcionários e um sistema de punições e recompensas com metas que levam o trabalhador a se disciplinar e buscar o resultado mais eficaz. Ao contrário da hierarquia rígida, o autocontrole se mostra “muito mais eficaz do que a coerção externa”, num “regime de autodisciplina que manipula as instâncias psíquicas de desejo e culpa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 226-229). Para os filósofos franceses, a nova racionalidade dentro das empresas se expande para outros setores da vida.

1.4.4 O Estado máximo neoliberal

O discurso do Estado mínimo, que só se preocupa com suas funções sociais, como educação, saúde e segurança²⁶, é apenas uma fachada para esconder de fato sua nova vocação neoliberal: o de regulador da concorrência (por meio da ação de diferentes poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário). Cabe ao aparato estatal garantir a máxima liberdade para concorrência entre desiguais, rebaixando o cidadão à posição de mero consumidor. O Estado assume o “papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais” e, mais que isso, de “formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191). Para Franz Hinkelammert (2000, p. 77), o Estado muda de função, que passa a ser garantir da liberdade de mercado. Boaventura Santos (2001, p. 45) observa uma contradição: “o Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação”.

²⁵ Referência ao livro de MARTIN, Randy, **The Financialization of Daily Life**. Filadélfia: Temple University Press, 2002.

²⁶ Note-se que mesmo nestas áreas o Estado abre mão, gradativamente, de suas atribuições, delegando à iniciativa privada a gestão por meio de OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) ou diretamente por meio da abertura de mercados nestes setores. Na educação, por exemplo, além da ampliação da presença de instituições de ensino mercantis no sistema educacional, há ainda instituições sem fins lucrativos, mas ligadas ao setor privado, que assumem a gestão de unidades públicas de educação e recebem vultuosos repasses governamentais. O Estado se abstém inclusive de fazer aquilo que supostamente seria sua função mínima.

Ao contrário de ações governamentais voltadas a cidadãos, espera-se que a livre concorrência gere, para a maioria dos consumidores, os benefícios sociais que aqueles necessitam. Não serão as políticas públicas que produzirão estes benefícios, aliás, essas tendem a ser provocadoras de desigualdades que resultam no contrário do que pretendem. Adorno (1994) percebia que os governos passavam a funcionar conforme a lógica capitalista e que nessa lógica interessa às classes dominadas a submissão ao trabalho como fim em si e não a sua libertação. As relações de produção

não são mais apenas as de propriedade, mas também as de administração, abrangendo até o papel do Estado como capitalista total. Na medida em que a sua racionalização se assemelha à racionalidade técnica, às forças produtivas, as relações de produção acabam indubitavelmente se tornando mais flexíveis. Cria-se assim a aparência de que o interesse universal só seria ainda o interesse pelo *status quo*, e o ideal seria a plena ocupação e não o interesse em libertar-se do trabalho heterônimo. (ADORNO, 1994, 69).

Portanto, a retirada do Estado das políticas sociais que favoreçam o seu fortalecimento enquanto organismo regulador das relações econômicas (de trabalho, de produção etc.), traria mais benefícios à sociedade e a livre concorrência levaria os benefícios aos cidadãos-consumidores.

Ao contrário de ser um ator que agirá na intermediação das relações entre empresas (concorrenciais) e indivíduos (solidariedade, comunidade), o Estado é também um elemento inserido na concorrência. Seu papel de intermediador é substituído pelo de garantidor da concorrência em todos os níveis, inclusive nas relações interpessoais. Mais que parceiro, o Estado também adere à lógica concorrencial e precisa se sujeitar ao seu jogo. Por isso, fica sujeito ao “controle da comunidade financeira internacional, de organismos de expertise e de agências de classificação de riscos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 276). O uso das redes e dos computadores colaboram para que o papel do Estado passe a ser a busca pela eficácia como objetivo central. “A regulação algorítmica é perfeita para assegurar o cumprimento de um programa de austeridade, deixando intocados os responsáveis pela crise fiscal” (MOROZOV, 2018, pos. 1051). Os estados também estão sujeitos à influência de “formas de governo supraestatal, ou seja, das instituições políticas internacionais, das agências financeiras multilaterais, dos blocos político-econômicos supranacionais, dos *Think Tanks* globais (SANTOS, B., 2001, p. 50).

O aperfeiçoamento de políticas públicas exige do Estado investimentos em tecnologia e capacitação de servidores, além de vontade política para enfrentar grandes desafios. Mas os esforços podem ser canalizados para questões mais simples e que podem gerar resultados mais imediatos, utilizando as tecnologias digitais. Isso explica, por exemplo, por que uma das áreas

que rapidamente adotou a tecnologia digital e o acesso direto do público ao Estado no Brasil seja a Receita Federal e os softwares para declaração de renda e pagamento de impostos. No âmbito municipal, a automatização dos radares de trânsito gerou renda extra com baixo custo. Não se discute a necessidade de evitar a sonegação de impostos nem de reduzir os acidentes de trânsito, mas é sintomático que, em contextos em que há possibilidade de aumento de renda, as tecnologias digitais são empregadas com muito mais eficácia que em setores que poderiam gerar ainda mais despesas ao Estado, mas com ganhos significativos em políticas públicas, como por exemplo nas áreas de saúde, educação e assistência social. “O diabo não usa dados. É muito mais difícil monitorar as injustiças sociais do que a vida cotidiana dos indivíduos submetidos a elas” (MOROZOV, 2018, pos. 1114).

A mudança do papel do Estado aconteceu tanto na parte visível, as privatizações, que eliminam o seu caráter de “produtor” como também no papel de “avaliador e regulador” que leva à estruturação de “novas relações entre governo e sujeitos sociais” e que a atuação do Estado deve ser, entre outras coisas, orientada para o “consumidor” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273-274).

Bob Jessop²⁷ (1995 *apud* SANTOS, B., 2001, p. 44), apresenta três tendências de transformação no poder do Estado

- a) desnacionalização, mudando as capacidades do Estado;
- b) des-estatização dos regimes políticos, deixando o *government* (conceito de governo) para governança (*governance*), com regulação social e parcerias;
- c) internacionalização do Estado Nacional, adaptação das “condições internas às exigências extra-territoriais ou transnacionais.

O novo papel governamental agora não é o de se retirar do mercado para garantir a livre concorrência, mas ter uma posição de novo protecionismo que garante as regras do jogo para que empresas multinacionais e bancos internacionais concorram com empresas locais em condições desfavoráveis a estas últimas, levando à incorporação e mesmo destruição das forças produtivas locais (SANTOS, B., 2001, p. 78).

1.5 O sujeito neoliberal

27 JESSOP, Bob. **The Future of the National State**: Erosion or Reorganization? General Reflections on the West European Case. Comunicação apresentada na 2ª Conferência da revista Theory, Culture and Society “Culture and Identity: City, Nation, World”, Berlin, 10-14 ago. 1995.

Se o centro do modelo neoliberal é a concorrência, ela deve ocorrer em todos os âmbitos sociais. Não se trata apenas da concorrência entre empresas, mas envolve também os Estados (em disputa com outros Estados e com as empresas) e os cidadãos (entre si). “O aspecto mais preocupante dessas novas estruturas das corporações globais é sua capacidade de devastar os mercados de trabalho nacionais ao transferir suas operações para locais mais baratos em outros países ou continentes” (JAMESON, 2001a, p. 25). O trabalhador se vê na necessidade de concorrer com o de outro país.

Com a racionalidade de que a eficácia é a necessidade máxima para reduzir custos e aumentar ganhos, todos estão submetidos à lógica de disputas intensas e intermináveis. Ao indivíduo resta viver em uma condição de buscar sempre sua melhor colocação na sociedade, reduzida a um mercado global, aumentando sua empregabilidade com cursos e aperfeiçoamentos, diminuindo seus custos, sujeitando-se a condições precárias de trabalho. Atento ao colega que pode tomar-lhe o posto, procura incessantemente melhor qualificação e sujeita-se ainda mais a condições degradantes. Coloca, dia após dia, um componente novo em sua própria jaula. O neoliberalismo “visa na verdade a obter um autogoverno do indivíduo”, ou seja, dotá-lo de uma governamentalidade própria que “em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18-21). Este autogovernar não significa a emancipação do indivíduo em busca da construção de sua autonomia. Ao contrário, é uma ação do próprio indivíduo para agir de acordo com o que se espera dele, sem que seja obrigado ou coagido a isso. Usando uma palavra de Adorno, o autogoverno é o ápice da adaptação social do indivíduo que, ao agir espontaneamente, nega a sua própria liberdade de ação. É a censura de si próprio.

Não é novidade a incorporação, nas relações sociais, do modelo de relações de produção e de trabalho. Já no capitalismo tardio, o modelo de trabalho industrial se expandiu para outras esferas da vida, inclusive a cultura. O indivíduo teve que “se modelar!” aos papéis que lhe cabiam na sociedade de acordo com formas semelhantes às da produção (ADORNO, 1994, p. 68). Na sociedade neoliberal, a transformação do indivíduo da condição de cidadão para a de consumidor modifica também o critério utilizado para considerar alguém incluído: saem os direitos e entra a “solvência”, ou seja, a capacidade de cumprir os seus deveres financeiros (SANTOS, B., 2001, p. 40).

Jameson (2001a, p. 28) coloca a centralidade do modelo neoliberal no consumo, ao contrário da concorrência, como defendem Dardot e Laval (2016). Para o pensador norte-americano, o consumo individualiza e atomiza o sujeito na esfera social e o dinheiro é central

neste processo. O desejo e a possibilidade do consumo também foram abordados por Adorno (1994, p. 68), para quem, o sistema fascina os homens pela sua capacidade de satisfazer necessidades materiais, reforçando a integração.

1.5.1 *Trabalho sujo*

Acrescentamos parênteses para tratar um ensaio de Paulo Arantes (2015b), intitulado *Sale Boulot*²⁸, em que o filósofo brasileiro recupera estudos sobre a cooperação com nazistas na França ocupada para fazer uma analogia com a dedicação do trabalhador ao regime neoliberal. Não vamos resgatar os argumentos que permitiram a Arantes fazer a comparação, mas traçamos os elementos centrais que demonstram o *trabalho sujo* desenvolvido na sociedade neoliberal.

A lógica concorrencial, a busca incessante pela eficácia e pela redução dos custos (especialmente no trabalho) faz com que o modelo de desenvolvimento da empresa seja estruturado a partir do sofrimento humano, pois busca-se sempre maior produtividade, ou seja, mais resultados com menos pessoas trabalhando e menos custos por este trabalho. Isto só pode ser alcançado porque os próprios trabalhadores se submetem ao papel de garantir este desenvolvimento. “Sob a pressão da concorrência interiorizada em seu nível histórico máximo, de um jeito ou de outro todos acabam arregimentados para o serviço da ‘colaboração’” (ARANTES, 2015b, p. 102-103). Há dois fatores fundamentais para isso: o zelo e o medo.

O medo é gerado pela insegurança instalada na sociedade neoliberal que, ao acenar com as felicidades que o mundo do consumo pode proporcionar, aterroriza com a possibilidade de grandes perdas (do trabalho, da casa, do carro, da família, das férias). O medo impulsiona o indivíduo à dedicação no trabalho pela autopreservação, mesmo que não haja uma vigilância exclusiva sobre ele. Pois sabe que serão os resultados que o irão denunciar em caso de falha na sua missão.

É o próprio trabalho gerador de infelicidade, alienação e doença mental que fornece a chave explicativa das estratégias de defesa entranhadas nos “comportamentos de aceitação do mal, para se adaptar ao sofrimento acarretado pelo medo”, medo esse, sabidamente, o principal combustível das tecnologias neoliberais de poder. (ARANTES, 2015b, p. 110).

²⁸ *Trabalho Sujo* em tradução que o próprio Arantes utiliza ao longo do texto.

Se por um lado, o medo estimula a fazer bem feito o trabalho para o qual é contratado, o zelo faz o indivíduo exceder esta exigência, realizando até mesmo aquilo que não se espera dele. “Nenhuma empresa, instituição, serviço, oficina etc. funcionaria se os trabalhadores não acrescentassem à prescrição um sem-número de bricolagens, macetes, gambiarras, truques, sem que de resto lhes seja solicitado” (ARANTES, 2015b, p. 126).

Medo e zelo atuam de formas diferentes no indivíduo, mas ambas garantem o bom desempenho para a empresa em sua busca pela eficácia. O medo garante a obediência burocrática no cumprimento do dever. O zelo o faz ir além. São “estratégias defensivas que asseguram a sobrevivência psíquica de quem, no sistema contemporâneo de empresas, vai fundo no ‘trabalho sujo’, sem no entanto abrir mão da recompensa moral pelo dever cumprido” (ARANTES, 2015b, p. 111).

1.5.2 *De volta ao sujeito neoliberal*

O neoliberalismo faz com que o homem econômico suplante o cidadão que, segundo Boaventura Santos (2001), se transformou em mero consumidor. Jameson (2001b) compartilha desta visão e não acredita que seja o individualismo a força que corrói as relações sociais.

Essa força suprema é o consumismo, o ponto central de nosso sistema econômico, e também o modo de vida para o qual somos todos os dias sem cessar treinados por toda nossa cultura de massas e indústria de entretenimento, com uma intensidade de imagens e de mídias sem precedentes na história. (JAMESON, 2001b, p. 56).

Dardot e Laval (2016, p. 31) demonstram que o indivíduo passa a funcionar com uma razão análoga à do capital, ou seja, em busca do acúmulo interminável, neste caso de capital humano²⁹, e é isso que a sociedade espera dele. No mundo liberal não se pode negar a liberdade como princípio fundamental, mas é uma liberdade falseada pela ausência de possibilidades de escolha. Pode-se optar apenas por aquilo que está previsto dentro do que se espera do indivíduo em seu papel social. A escolha fora do *script* o coloca à margem da sociedade e incapaz de usufruir de suas benesses.

A “liberdade de escolher” identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha “com toda a liberdade” o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 216).

²⁹ Ver seção 3.3 Capital humano e social.

Temos um sujeito preocupado constantemente com sua funcionalidade social, seu espaço produtivo que lhe garanta o futuro. Se a produção capitalista de outrora alienou o indivíduo do fruto de seu trabalho, o neoliberalismo leva a uma autogestão como se fosse uma empresa.

Parece que nos tornamos máquinas de funcionamento permanente, que não permitem descanso, que precisam funcionar no trabalho, em casa, no lazer, no esporte, no sexo, no sono, em todos os momentos, sem pausa. Estamos todos acometidos do mesmo mal, nossa doença é o horror ao vazio. (MARCONDES FILHO, 2005)

O sujeito produtivo é “o cerne do que se convencionou chamar ‘individualismo’ moderno”, com ele está plantada a semente que mais tarde dará origem ao sujeito neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 324-325). Vai se desenhando um indivíduo que é movido pelas sensações e deve ser permanentemente controlado, num sistema mútuo de vigilância em que todos vigiam todos.

Medo e zelo (ARANTES, 2015b) atuam intensamente nesta lógica e a empresa pode exigir mais dos trabalhadores. Havia, no momento em que Adorno escreve a teoria da semiformação, características que favoreciam a integração pelos benefícios, pelas vantagens que eram oferecidas às classes trabalhadoras. No neoliberalismo há tanto o canto da sereia com a possibilidade de se alcançar o sucesso profissional, a renda maior, a mobilidade social, quanto o medo de perder o que se tem, de descer na escala social, ficar sem emprego e renda. Medo e desejo caminham juntos como elementos centrais do processo de integração social.

Mesmo sendo funcionário, o trabalhador assume os riscos de ser empresa de si mesmo. A empresa de si é resultado de uma combinação entre a busca pelo capital humano, pelo estabelecimento de relacionamentos instrumentalizados em rede, fazendo o indivíduo algoz de si mesmo em busca constante pelo desempenho e pelo gozo, ambos estimulados por um discurso coeso tanto dentro das empresas quanto nos aparatos comunicacionais. A promessa do gozo torna-se um imperativo.

Não se trata simplesmente de transformar o outro em coisa – segundo um mecanismo de “reificação” ou “coisificação”, para retomarmos um tema recorrente da Escola de Frankfurt –, mas de não poder mais conceder ao outro, nem a si mesmo enquanto outro, nada além de seu valor de gozo, isto é, sua capacidade de “render” um plus. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 371).

A difusão do neoliberalismo em todos os níveis da atividade humana provoca uma deterioração dos laços sociais e leva à “patologia” do fracasso social, com o “questionamento da generosidade, da fidelidade, da lealdade, da solidariedade, de tudo o que faz parte da reciprocidade social e simbólica” e isto leva a uma “dopagem generalizada” com remédios

sociais construídos no próprio seio da sociedade neoliberal, como as “dependências às mídias visuais” e o “consumo de mercadorias” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 365-367). O isolamento do indivíduo, por conta da perda da solidariedade em favor do princípio de troca, leva à objetificação do humano em relação ao outro. Perde-se o espaço de interação humana para a adaptação e a integração, características da semiformação que

parece ter assumido a forma de sistema, de uma organização fechada e coesa, que invade todos os setores da sociedade: o econômico, o mediático, o cultural, o tempo livre, o esportivo, o espiritual, o psicológico, o virtual. [...] A semiformação, em tempos de capitalismo neoliberal, se tornou mais do que uma ideologia, se tornou um *modus vivendi*, um *modus operandi*. (PUCCI, 2018, p. 610-611).

Mas Pucci (2018) lembra: se é ideologia, é também passível de mudar. A questão é como alterar uma racionalidade que impregna toda a vida social do ocidente.

1.6 Técnica e indústria cultural

Nas primeiras páginas do ensaio *Sociedade industrial ou capitalismo tardio?*, Adorno (1994, p. 62-63) questiona o determinismo tecnológico e as dificuldades em discutir a luta de classes diante das transformações sociais observadas até aquele fim da década de 1960. Com seu estilo dialético peculiar, Adorno refuta a ideia de determinismo e compreende que a luta de classes se tornou mais complexa, mas não obsoleta. Ele lembra que é o capitalismo, com sua sede por lucro, que orienta o modelo de desenvolvimento técnico.

Cabe refazer a pergunta a respeito das transformações tecnológicas atuais e as novas configurações de classes sociais. Feenberg (2003) diz que a teoria crítica não só refuta o determinismo tecnológico – que considera a tecnologia neutra e autônoma –, como vê a técnica carregada de valores e humanamente controlada. Assim, há todo um conjunto de fatores culturais, políticos, econômicos e sociais que resultam no desenvolvimento tecnológico num certo sentido, como também é possível construir alternativas utópicas a este desenvolvimento que levem a uma sociedade no rumo oposto ao neoliberalismo e seus efeitos.

Para Boaventura Santos (2001), não se deve tomar os efeitos pelas causas. O atual estágio da técnica é resultado do processo de globalização do capitalismo mercantil e como tal, é utilizada permanentemente para a sua manutenção, e não se trata, portanto do motivo causador da globalização neoliberal. Jameson (2001a) também questiona o determinismo e acredita na possibilidade de um constructo tecnológico em favor da classe trabalhadora e não apenas como elemento central de sua exploração pelo capital:

[...] a história dos movimentos trabalhistas em todos os lugares do mundo nos dá inúmeros exemplos de como novas formas de solidariedade são forjadas no trabalho político ativo. E estas solidariedades não estão sempre à mercê das novas tecnologias; ao contrário, a troca eletrônica de informação parece ter sido fundamental onde quer que tenham aparecido novas formas de resistência política à globalização. (JAMESON, 2001a, p. 41).

A perspectiva de que é possível construir tecnologias orientadas ao trabalhador e não à sua exploração, não significa, no entanto, de que estejamos próximos a esta realidade. O emprego hegemônico da técnica está atrelado ao desenvolvimento do capitalismo neoliberal e é um importante recurso a seu favor. Talvez o exemplo mais evidente seja o sistema financeiro global e sua capacidade de fazer o dinheiro circular eletronicamente pelo globo em segundos, permitindo à nova classe capitalista transnacional se aproveitar de humores e acontecimentos locais em favor de lucros globais. Mas não é o único benefício do uso tecnológico pelo sistema neoliberal. Todo o ferramental técnico empregado no desenvolvimento profissional, de produtos, serviços e bens simbólicos é outro exemplo deste uso apropriado ao sistema capitalista atual, fomentando o gozo individual e a vigilância sobre o conjunto da sociedade. Além disso, há ainda as ferramentas de comunicação pessoal por meio da internet utilizando equipamentos como computadores e aparelhos celulares. Estes são os mais próximos do indivíduo e a ponta visível da clausura de silício que cerca a cada um de nós. “A rápida ascensão das plataformas digitais produziu um Estado do bem-estar privatizado, paralelo e praticamente invisível” (MOROZOV, 2018, pos. 1791).

O turbilhão em que estamos mergulhados impede ao indivíduo encontrar um ponto firme para se apoiar. Tudo se move rapidamente ao seu redor e ele sente-se tragado pela torrente sem saber nem para onde nem como está sendo levado. Sua única alternativa é abraçar-se a si mesmo, numa tentativa desesperada de respirar. “O domínio de si mesmo coloca-se como uma espécie de compensação ao domínio impossível do mundo”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 342).

O mundo, em plena era da informação, tornou-se obscuro e complexo demais para ser compreendido e a técnica esconde as relações de produção de tal forma que é impossível saber quem domina quem. No entanto, este domínio de si mesmo é falso, uma vez que o mundo já diz ao indivíduo o que ele deve fazer. A escolha é individual, mas restam poucas opções de fato.

A falsa identidade entre a organização do mundo e os seus habitantes mediante a total expansão da técnica acaba levando à reafirmação das relações de produção, cujos beneficiários entretantes se procura de modo quase tão frustrante quanto os proletários se tornaram invisíveis. (ADORNO, 1994, p. 74).

O advento das tecnologias digitais chegou a mostrar, num determinado momento, que seria capaz de dotar o trabalhador de autonomia, liberdade e condições de vida melhores, menos subjugado nas relações de trabalho. Em que pese isso possa ter ocorrido de alguma forma, sob seu manto está o contrário, com o aumento das tecnologias de controle e vigilância e de submissão do indivíduo ao sistema totalizante.

Ver na situação presente das sociedades apenas o gozo sem obstáculos, que é identificado ora com a “interiorização dos valores de mercado”, ora com a “expansão ilimitada da democracia”, é esquecer a face sombria da normatividade neoliberal: a vigilância cada vez mais densa do espaço público e privado, a rastreabilidade cada vez mais precisa dos movimentos dos indivíduos na internet, a avaliação cada vez mais minuciosa e mesquinha da atividade dos indivíduos, a ação cada vez mais pregnante dos sistemas conjuntos de informação e publicidade e, talvez sobretudo, as formas cada vez mais insidiosas de autocontrole dos próprios sujeitos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 374).

Num estágio mais avançado e de maior violência contra o indivíduo, o capitalismo de tipo neoliberal parece intensificar aquilo que a teoria crítica apontava há mais de meio século: “A técnica de si mesmo é uma técnica de bom desempenho num campo concorrencial. Ela não visa apenas à adaptação e à integração, ela visa à intensificação do desempenho” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 352-353).

O diagnóstico distópico não é sinal, no entanto, de que não seja possível construir um outro caminho, apenas indica que não é possível voltar atrás com todas as construções técnicas já desenvolvidas. O desafio é olhar além desta realidade para trilhar outro rumo, talvez com mais regulação dos Estados, talvez com mais mobilização da sociedade³⁰. Adorno (1994, p. 74) alertava: “a aparência poderia ser traduzida na formulação de que tudo que existe socialmente está, hoje, tão completamente mediatizado em si que exatamente o momento da mediação acaba sendo deformado por sua totalidade”. Ir além da aparência em busca de outro rumo é o enorme desafio que encontramos, principalmente quando nos deparamos diante de engrenagens cada vez mais poderosas de um sistema que hoje não se organiza deliberadamente e nem tem um núcleo central de comando. Estamos todos envolvidos nesta grande máquina e damos nossa cotidiana colaboração para que funcione perfeitamente.

A técnica, utilizada como forma de manutenção do *status quo*, promete uma vida melhor, uma sociedade justa, a cura das doenças, o encurtamento da distância e das saudades. Enquanto aguardamos – entorpecidos pelas inovações – que este tempo se aproxime, acreditamos que somente este caminho nos levará ao paraíso terrestre. Foi na construção do

30 Ver capítulo 5: Uma luz em direção à tela.

capitalismo que a tecnologia avançou ao ponto em que estamos hoje. A cura do câncer, quase que a conquista da vida eterna, é esperada tão ansiosamente quanto a mensagem eletrônica via Tinder³¹.

1.6.1 A indústria cultural digital

No século passado, Adorno e Horkheimer (1985a) observavam a indústria cultural e apontavam, com a contradição que esta expressão carrega, a apropriação da cultura pelo capitalismo em franco desenvolvimento. A indústria cultural, ao longo da história do capitalismo, foi ampliando sua presença e influência social. Hoje é mais complexa e desenvolve aspectos que vão além daqueles identificados na década de 1940. Nos modelos de capitalismo liberal e monopolista, o setor cultural era secundário do ponto de vista econômico e de sua influência social. A principal força econômica estava no poder produtivo, na indústria de transformação, que se desenvolvia de modo acelerado. O conjunto midiático já era relevante, no entanto ainda com poucos meios para uma influência maior no cotidiano social: cinema e rádio surgem e começam sua expansão, jornais e revistas ampliam tiragens. No capitalismo tardio, a indústria cultural desempenhou papel central da construção da coesão social: o rádio se consolida e surge a televisão, acompanhada do fortalecimento de mídias existentes anteriormente. Hoje, o capitalismo neoliberal tem seu centro no setor financeiro, do qual as tecnologias da informação são suas grandes aliadas.

As transformações nas tecnologias digitais e o espectro de oportunidades abertas por elas têm um enorme potencial revolucionário pois alteram a forma como se dão relações sociais, econômicas e políticas. No entanto, até aqui, trata-se de uma revolução conservadora, ou seja, uma revolução dos meios com conservação dos fins e manutenção dos elementos estruturais centrais da sociedade. A revolução destas estruturas ficou, até o momento, restrita ao otimismo tecnofílico.

Diante dessas profundas mudanças, Rodrigo Duarte (2011) se propôs a fazer uma releitura do conceito de indústria cultural, uma vez que sua formulação original é fruto de um determinado tempo e lugar: a sociedade norte-americana e sua expansão pelo mundo ocidental no fim da primeira metade do século 20.

31 Aplicativo para celulares usado para encontrar parceiros sexuais e afetivos.

Duarte (2011) considera três grandes transformações no contexto atual em relação ao século 20: fim dos blocos antagonísticos (EUA x URSS), globalização hegemônica e a indústria cultural 2.0, como ele nomeou. O consumo de massa, por exemplo, se personalizou, mas ao contrário de ser um fortalecimento do indivíduo, é uma forma de ampliação da sua condição de consumidor, com potencial de gerar ainda mais lucros para o sistema capitalista mediante maior objetificação do sujeito.

Para o autor, há cinco operadores da indústria cultural que merecem ser reavaliados em função das novas características da cultura digital. Duarte (2011) aponta o que mudou:

- a) manipulação retroativa: com a internet, a resposta do público aos conteúdos culturais pode ser medida por meio de suas interações e reações, inclusive com dados precisos. A interatividade, com todo seu potencial democratizante, se converte em ferramenta poderosa para ampliar a retroatividade da manipulação, inclusive com a coerção à emissão (TÜRCKE, 2010)³²;
- b) usurpação do esquematismo: a criação de ambientes que simulem o real, como a realidade virtual, e o aperfeiçoamento dos estímulos sensoriais em ambientes controlados intensifica a aceleração do pensar externo ao indivíduo em substituição ao esquematismo kantiano. Os produtos da indústria cultural entregam os conteúdos já prontos para o indivíduo de forma que ele não precisa refletir sobre eles e formar seus próprios conceitos;
- c) domesticação do estilo: apesar das infinitas possibilidades de formatos e linguagens permitidas pela digitalização dos conteúdos, percebe-se uma padronização dos estilos em todas as áreas, tanto nas páginas de internet quanto nas mensagens em redes sociais. O potencial estético é reduzido à domesticação que facilita a leitura, reduz o estranhamento e estimula o consumo;
- d) despotencialização do trágico: as tecnologias digitais permitem não só a reprodução das condições sociais, como também sua simulação por diversas formas realistas, integrando animação, imagens captadas e computação gráfica. A espetacularização ganha novos contornos e possibilidades e anestesiam o indivíduo do real;
- e) fetichismo da mercadoria cultural: perde-se a referência do que separa o conteúdo do suporte midiático, confunde-se o meio com a mensagem, assim como recepção e emissão tornam-se difusas.

32 Ver capítulo 3 O novo lugar para “estar aí”

Este conjunto de operadores da indústria cultural, transformados e potencializados na cultura digital, ampliam a submissão do indivíduo ao sistema capitalista que, de sujeito autônomo, se constitui em um ser genérico, forjado nas massas, mas transformado num alvo específico com aparência da personalização.

A fachada liberal da cultura digital dá a ela uma imagem oposta à face de controle que se tornou sua característica marcante. Pulverizada, aberta e democrática, a internet apresenta qualidades que permitiram vislumbrar a construção de uma nova sociedade, uma vez que o público determinaria sua forma e conteúdo, também definiria a estrutura e poderia controlar a comunicação (RUDIGER, 2011³³, p. 32 *apud* DALBOSCO, 2015, p. 16-17). Esta contradição de a internet ser a possibilidade não convertida da democratização da comunicação e do conhecimento e ferramenta de controle sobre o indivíduo é mais um capítulo de como a técnica foi utilizada ao longo de sua história:

O duplo caráter do progresso, que sempre desenvolveu o potencial da liberdade ao mesmo tempo que a realidade efetiva da opressão, acarretou uma situação em que os povos ficaram cada vez mais integrados no processo de dominação da natureza e na organização social tornando-se, porém, em virtude da coerção infligida pela cultura, ao mesmo tempo incapazes de compreender em que sentido a cultura ia além dessa integração. (ADORNO, 1993, p. 129).

A internet rapidamente tornou-se – de forma bem mais complexa - aquilo que Marx e Engels (1998, p. 48) haviam percebido: o pensamento da classe dominante é o pensamento hegemônico de uma sociedade e submete os dominados tanto à dominação econômica quanto espiritual. A crítica de Benjamin (1987a) à indústria cinematográfica, feita na década de 1930, parece ainda ter sentido:

Esse capital [da indústria do cinema] estimula o culto do estrelato, que não visa conservar apenas a magia da personalidade, há muito reduzida ao clarão putrefato que emana do seu caráter de mercadoria, mas também o seu complemento, o culto do público, e estimula, além disso, a consciência corrupta das massas, que o fascismo tenta pôr no lugar de sua consciência de classe. (BENJAMIN, 1987a, p. 180).

Uma forma de dominação é a ocupação do tempo livre³⁴, que se faz por meio do entretenimento. Antes o rádio, depois a TV, hoje são os *smartphones* que colaboram para o indivíduo suportar a carga do trabalho acelerado pela técnica. Seja nas fazendinhas virtuais, nas fotos de animais de estimação, na expiação da vida alheia, o usuário se entrega monotonamente a uma atividade sem fim, que nada lhe exige além de um olhar fixo e pequenos movimentos

33 RUDIGER, F. **As teorias da cibercultura**. Perspectivas. Questões. Porto Alegre: Sulina, 2011.

34 Ver seção 4.6 Tempo livre.

com os dedos. O pensamento se esvai sem bem existir, assim como a noção de realidade³⁵. O indivíduo foge ao mundo real dominado pela técnica, sem perceber que está a ela ainda mais entregue. “Divertir-se significa estar de acordo [...] A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 119). Divertir-se em rede significa fazer parte do mundo enquanto estamos isolados ou na nossa condição de trabalhadores sem tempo, ou em nossas casas apertadas, fora do convívio face a face. Mas todos curtem os mesmos memes, dentro de suas bolhas³⁶. Através da ideologia da indústria cultural, o conformismo substitui a consciência (ADORNO, 1975, p. 293).

Enquanto se entregam absortos aos conteúdos infinitos que desaparecem na mesma velocidade que surgem na tela, a razão neoliberal intensifica a reificação nos termos que Adorno e Horkheimer (1985a, p. 121) já haviam colocado na década de 1940:

A indústria só se interessa pelos homens como clientes e empregados e, de fato, reduziu a humanidade inteira, bem como cada um de seus elementos, a essa fórmula exaustiva. [...] Enquanto empregados, eles são lembrados da organização racional e exortados a se inserir nela com bom senso. Enquanto clientes, verão o cinema e a imprensa demonstrar-lhes, com base em acontecimentos da vida privada das pessoas, a liberdade de escolha, que é o encanto do incompreendido. Objetos é que continuarão a ser em ambos os casos.

No processo realizado pela indústria cultural há dois movimentos: a economia para a cultura com produtos sendo projetados e vendidos em função da estética; e a cultura se movendo para a economia: produções simbólicas americanizadas exportadas ao mundo todo (JAMESON, 2001a, p. 24). A cultura transformada em mercadoria sofre influência da divisão social do trabalho, com a fragmentação e separação entre a produção e o consumo, e seu valor de troca influi diretamente no conteúdo. Para Costa (2015, p. 166), a internet “age sistematicamente e de forma integrada a outros setores estratégicos da produção industrial”. Não se trata de um meio de comunicação de massa como os anteriores, mas

representa uma ruptura nas formas de produção do conhecimento e de circulação de bens simbólicos, que transpassa o universo tradicional da informação e do entretenimento, fazendo com que sua lógica sistêmica e caracterizada pela linguagem matemática, em certas circunstâncias minimalistas e simplificadas, estenda sua influência na narrativa e na construção coletiva de memórias e interesses. (COSTA, 2015, p. 166).

A indústria cultural atua tanto na base quanto na superestrutura da sociedade, aspecto que se intensifica na cultura digital, uma vez que também os capitais financeiros e os processos

35 Ver seção 3.5 Pensamento padronizado e personalização

36 Ver seção 2.4 Bolhas.

produtivos se utilizam dos mecanismos da rede, dando-lhe um caráter de ubiquidade em todos os campos da vida. Na base social, a indústria cultural é produtora de bens simbólicos, lucrativa, que emprega milhões de pessoas em diversos segmentos. Na superestrutura, seus produtos são de âmbito cultural e influem na formação – melhor seria dizer na semiformação (VILELA, 2015) – dos indivíduos e de suas consciências. “Se alguém consultasse as massas, estas devolveriam reflectida a ubiquidade do sistema” (ADORNO, 1993, p. 197). Essa consulta pode ser feita agora nos aplicativos de redes sociais. Ali vemos exatamente o sistema agindo por meio dos indivíduos.

Há um aspecto da indústria cultural digital que é a sua transformação de uma comunicação de massa para uma comunicação integrada a todas as esferas da vida. Se antes havia uma separação entre a mídia e outros setores, hoje a integração é total por meio dos softwares que regem e fazem o mundo funcionar e de dispositivos eletrônicos, especialmente o celular. Da palma da mão é possível acessar notícias, propagandas, fazer transações bancárias, compras dos mais diversos produtos e serviços, assistir filmes, séries e eventos esportivos, jogar, conversar com outras pessoas, monitorar atividades físicas, organizar tarefas de trabalho, especular na bolsa de valores. A lista é interminável. Isso não só mediatiza praticamente todas as esferas da vida por meio de equipamentos e softwares da microeletrônica, como também traz a indústria cultural clássica para um outro padrão, em que ela se insere em setores antes intocados. A salvação também é digital: orações, preces e novenas também são feitas midiaticamente.

Dessa forma, os aspectos cotidianos da vida se tornam produtos midiáticos, com suas características de padronização, espetacularização, fragmentação. A viagem de férias que há algumas décadas merecia algumas fotos como memória, hoje são transmitidas em tempo real por meio de *lives*³⁷, fotografias tratadas com filtros e superexposição do gozo. Os blogs de viagens se tornaram uma profissão e a vida, um espetáculo³⁸.

Outra consequência dessa integração é que, se antes o indivíduo era tratado como receptor das informações dos meios de comunicação, atualmente ele interage com as mensagens recebidas que se misturam entre notícias, publicidade, piadas, conversas privadas. Tudo no mesmo espaço – às vezes com características semelhantes – e com potencial para a interação: respostas, redistribuição, avaliação. O sujeito, de receptor, passou a ser um avaliador e avalista do conteúdo e elo importante na sua distribuição. Duarte (2011, P. 108) chamou isso de

37 Transmissões ao vivo pelas redes sociais na internet.

38 Ver capítulo 3 O novo lugar para estar aí.

“capacidad de respuesta inmediata a los estímulos”. Uma notícia que não recebe interação do leitor cai no esquecimento em poucos minutos e se esvai no espaço digital. Por outro lado, aquelas mais comentadas, distribuídas, melhor ranqueadas, têm alcance maior e vida mais longa na rede. Todos os conteúdos passam a competir entre si para existirem e precisam despertar sensações no sujeito (Türcke, 2010) a ponto de estimulá-lo a uma interação. Até as mensagens eletrônicas, sejam elas noticiosas ou não, aderem à racionalidade da competição para sobreviver. As que não provocam sensações, estão fadadas ao desaparecimento. O indivíduo, que tem papel importante nesta “seleção natural” das notícias, e poderia ser considerado o sujeito mais relevante, passa a ser o alvo da indústria cultural digital, o principal objeto a ser alcançado. As estratégias dos produtores de conteúdo passam a ser atingir o coração e a mente deste sujeito para que ele faça exatamente o que se espera dele. Quando reage ao estímulo, cumpriu sua tarefa enquanto objeto desejado pela indústria cultural do século 21. Em troca disso ganhará a microrrecompensa de uma satisfação fugaz.

Neste cenário, a compreensão do estágio atual da sociedade é melancólica, nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985a, p. 126): basta se dar conta de sua própria nulidade, subscrever a derrota — e já estamos integrados”. Mas não chegamos ao fim da história e não há jaula que o indivíduo, consciente de sua clausura, não possa romper.

1.1 A ascensão fascista na sociedade neoliberal

O índice Dow Jones, o principal indicador da Bolsa de Nova Iorque, subiu cerca de 50% desde a véspera da eleição presidencial nos Estados Unidos de 2016 até o dia 6 de setembro de 2019, quando este texto estava sendo redigido. O candidato eleito, o empresário Donald Trump, surpreendeu o mundo com seu desempenho, mesmo com um discurso que desagradava boa parte da imprensa liberal e grupos defensores de direitos. Trump havia se mostrado na campanha (e depois no mandato) um defensor do protecionismo econômico, machista e racista. Mesmo assim, catalisou votos suficientes para suceder o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama, e vencer a primeira candidata mulher por um partido grande, Hilary Clinton, ambos do partido Democrata.

O susto da eleição de Trump mostraria que não é um caso isolado. Outras vitórias da extrema direita colocaram centristas e esquerdistas em estado de atenção. No Reino Unido, o Brexit (saída do país na União Europeia) venceu o referendo com forte apoio da extrema direita em junho de 2016. No Brasil, o militar reformado Jair Bolsonaro venceu as eleições em outubro

de 2018 sem participar de debates, com discurso parecido ao de Trump, aliás, com quem buscou proximidade antes e após a campanha. Na Alemanha, onde Adolph Hitler governou por 12 anos, o partido AfD (Alternativa para a Alemanha) alcançou o parlamento em 2017. Foi a primeira vez desde a segunda guerra mundial que um partido de extrema direita consegue cadeiras no legislativo do país. Em setembro de 2019, o AfD conseguiu o segundo lugar nas eleições regionais dos estados Brandemburgo e Saxônia. Há ainda outros casos de fortalecimento da extrema direita pelo mundo já há alguns anos, entre eles o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, no poder desde 2009 e que tenta manter-se no cargo após novas eleições legislativas e um resultado desfavorável; e Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria de 1998 a 2002 e de 2010 até o momento.

Os avanços da extrema direita não têm colocado em xeque o crescimento econômico baseado no neoliberalismo. Ao contrário, a escalada fascista – com suas diferenças regionais – tem íntima ligação com o tipo de capitalismo do século 21.

Franz Hinkelammert (2000) observa que a era moderna produziu no século 20 duas visões antagônicas: o liberalismo e o socialismo/comunismo, porém, ambas foram frutos da mesma racionalidade iluminista. O modelo fascista surgido no começo do século passado seria a expressão da irracionalidade enquanto política da força e do ódio. O fascismo é a negação dos objetivos das duas correntes racionais marcadas pelas utopias. No fascismo não há utopia, não há horizonte a ser alcançado, pois o que interessa é o hoje delimitado por uma perspectiva individualista e não de sociedade. O nazismo não seria uma forma de racionalismo, mas sua negação. Ele nega também toda utopia e propõe, em seu lugar, uma solução final. Ou seja, o resultado de uma guerra que elimina o inimigo ao contrário da pretendida pacificação do liberalismo e do socialismo.

O liberalismo surgiu na modernidade como ideal de liberdade utópica que marcou toda uma era. Isso demandou o enfraquecimento do estado frente ao indivíduo enquanto o mercado se fortaleceu no papel de expressão da liberdade individual. Como não é possível abolir o Estado, ele se tornou o guardião da iniciativa privada e passou a ser o regulador das liberdades.

O neoliberalismo, por sua vez, corrompe o horizonte da liberdade e da igualdade de oportunidades em defesa da lógica concorrencial, tendo como eixo o direito de disputar com o outro. Ele traz todos os setores da vida para uma competição em que o outro é o inimigo que precisa ser vencido. “Hoy el liberalismo, en su forma neoliberal, es anti-racionalista y se niega al reconocimiento de una ética universal de derechos humanos derivada de la razón” (HINKELAMMERT, 2000, p. 85). Ao renunciar aos direitos e à utopia e movido pela mesma paixão que o fascismo – a liberdade para a guerra –, o neoliberalismo passa a ser também

irracional. Dardot e Laval (2019) compreendem que estamos ingressando em um novo neoliberalismo: “estamos assistindo a uma de suas metamorfoses, e não é a menos perigosa”.

A mudança ocorre pela ascensão de uma concepção fascista em regimes democráticos dominados pelo mercado. Há uma tensão nessa relação entre mercado e democracia que não deve ser menosprezada. Ciro Marcondes Filho (2019) diz que há uma concessão limitada concedida pela burguesia para que oposição avance. Quando este avanço ultrapassa o limite que a elite considera tolerável, então o autoritarismo passa a ter espaço. Como a burguesia é criadora, fiadora e mantenedora da democracia, ela sente-se no direito de romper com as regras do jogo, estabelecendo condições autoritárias na medida do necessário. Isso se deu nas ditaduras militares da América Latina no século 20 e parece se repetir com o golpe de 2016, prisão de Lula e eleição de Bolsonaro³⁹. As regras foram sendo adaptadas para se chegar ao resultado esperado.

A relativização ocorre porque o pensamento liberal coloca a liberdade individual acima de tudo e o direito à propriedade como “valor supremo”. A democracia política é vista como um modo técnico como outros regimes e não difere na essência de outras formulações políticas. “Se, ao contrário, sustentarmos que a democracia repousa sobre a soberania de um povo, o que aparece então é que, enquanto doutrina, o neoliberalismo é, não acidentalmente, mas essencialmente, um antidemocratismo” embora não se identifique necessariamente com governos ditatoriais ou autoritários (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 384).

Adorno (1995b) nos lembra que a democracia é a expressão da emancipação do povo, mas que não é compreendida dessa forma nem é entendida como algo que diz respeito diretamente ao povo:

[a democracia] não se estabeleceu a ponto de constar da experiência das pessoas como se fosse um assunto próprio delas, de modo que elas compreendessem a si mesmas como sendo sujeitos dos processos políticos. Ela é apreendida como sendo um sistema entre outros, como se num cardápio escolhêssemos entre comunismo, democracia, fascismo ou monarquia. (ADORNO, 1995b, p. 35).

³⁹ O impeachment de Dilma Rousseff só poderia ser feito mediante a comprovação de um crime de responsabilidade. Para isso foi utilizado o frágil argumento das pedaladas fiscais, mas que diante de uma forte instabilidade política, funcionou. Vale a leitura do livro *Por que gritamos golpe?*, organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (Boitempo, 2016) O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado em duas instâncias e preso num processo em que a condenação ignorou os elementos que geravam dúvidas, além da suspeita de que o juiz que o condenou, Sergio Moro (depois ministro da Justiça de Bolsonaro) agiu parcialmente e usando de *lawfare*, que é a prática de utilizar a lei de forma a perseguir e prejudicar alguém. Por último, a eleição de Bolsonaro ocorre com o impedimento de Lula, favorito na disputa, de se candidatar, além do uso massivo de *fake news*.

Dardot e Laval (2016, 2019) lembram que vários dos grandes teóricos do neoliberalismo destacam seu perfil antidemocrático. A diferença é que atualmente este desapego está mais evidente, por meio da relativização e enfraquecimento da democracia, no entanto, sem acabar com ela. Assim, pode-se chegar a uma nova forma de organização: “o fascismo neoliberal é uma ‘formação econômico-política específica’, que mistura ortodoxia econômica, militarismo, desprezo pelas instituições e as leis, supremacismo branco, machismo, ódio aos intelectuais e amoralismo”. (DARDOT; LAVAL, 2019). Nessa nova formulação os consensos construídos ao longo da história, resultados das mediações democráticas, vão sendo rejeitados e em seu lugar vai se instalado o discurso de ódio, que apela diretamente à emoção em contraponto à razão e tem uma grande aceitação entre a população. É mais fácil odiar que compreender.

O discurso fascista, irracional e emotivo, encontra seu parceiro perfeito: uma indústria midiática que, segundo Türcke (2010), está ávida por provocar sensações em busca de cliques e audiência. Notícias, memes, depoimentos, *fake news*⁴⁰ encontram espaço para reverberar numa sociedade estimulada ao sensacional e desestimulada ao pensamento reflexivo. As lógicas da audiência nos veículos tradicionais de comunicação e, principalmente, nos algoritmos das tecnologias digitais, usam a busca pelo sensacional como ferramenta de propagação. Na indústria cultural clássica havia ao menos o papel do editor, pressionado pelos interesses do lucro, fazendo uma ponderação com valores tais como interesse público e ética. Mas esses são valores que os algoritmos desconhecem.

Num ambiente dominado pelas sensações e em que a reflexão perde vez, aumenta a insegurança do indivíduo a respeito do mundo que o cerca. Incapaz de compreender a realidade complexa, a forma mais simples de se proteger está no ódio e em sua personificação, afirma o economista Ladislau Dowbor (2019):

Quando você gera insegurança e desinformação na base da sociedade, isso muito rapidamente se transforma em ódio. Você vê que não há racionalidade política, nem na eleição do Trump, nem no Brexit, nem na Hungria, e é compreensível. Todos esses são eleitos como antipolítica, e curiosamente o denominador comum é a pátria, Jesus e a família. Só que isso foi

40 Em tradução literal: *notícias falsas*. Não se trata de um fenômeno novo, uma vez que notícias falsas existem desde que existe o jornalismo. As notícias podiam desinformar por erros de apuração ou intencionalmente, para conseguir determinada reação do público leitor. Recentemente o termo passou a ser muito utilizado graças à grande proliferação de notícias falsas na internet. Trata-se de conteúdos criadas para conseguir determinados resultados. O presidente norte-americano Donald Trump é um grande utilizador das *fake news* como forma de interagir com o público dos Estados Unidos. Em momentos de grandes decisões, como eleições, as *fake news* também são usadas para enganar eleitores. Uma característica marcante das *fake news* são a sua intencionalidade, ou seja, são construídas propositalmente para atingir determinada finalidade. Sugestão de leitura: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio (org.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade: Manipulação, Polarização, Filter Bubbles**. [Coimbra]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

transformado, hoje, em uma indústria de marketing político extremamente poderosa.

O afloramento do ódio como reação política somado à lógica concorrencial neoliberal traz um elemento central para o estágio antidemocrático do neoliberalismo. Segundo Hinkelammert (2000), o capitalismo neoliberal adota aquilo que o fascismo havia descoberto décadas antes: viver é viver em guerra. O ponto de partida dessa guerra é o mercado, onde impera a lógica concorrencial, em que todos estão contra todos e é preciso garantir o seu direito sobre os dos demais.

Mas a concorrência é a vertente mercadológica da guerra fascista. Ambas carregam em si uma semente essencial: o ódio ao outro que o ameaça. No neoliberalismo, importa o resultado das ações em concorrência, ou seja, das ações contra o outro, e não com o outro e menos ainda pelo outro. A paz é o inimigo. Assim, a estratégia de disseminação do ódio em redes sociais é apenas a repetição da prática cotidiana do ódio como alimento da vida. Parte-se para a guerra simbólica que rompe com a racionalidade. Amizades desfeitas, famílias divididas. Tudo em nome de uma guerra irracional que não pode cessar. A convivência bélica em redes sociais colabora com uma construção de sociedade também bélica, de nós contra eles. “O que aqui chamamos de novo neoliberalismo é uma versão original da racionalidade neoliberal na medida em que adotou abertamente o paradigma da guerra contra a população, apoiando-se, para se legitimar, na cólera dessa mesma população” (DARDOT; LAVAL, 2019).

Uma semana antes do segundo turno da eleição presidencial brasileira de 2018, o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro fez uma transmissão em vídeo de sua casa, no Rio de Janeiro, para o público que assistia ao seu *telecomício* na Avenida Paulista, em São Paulo. O tom era de guerra: “Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria. Essa pátria é nossa. Não é dessa gangue que tem bandeira vermelha e a cabeça lavada” (EM..., 2018). Hinkelammert (2000, p. 88) compreendeu esse discurso décadas antes de ele ser proferido: “Hay que eliminar de una vez por todas a este enemigo, para que así la guerra nos haga libres”.

A construção dessa simpatia pela guerra depende do encontro de um líder que a represente e que seja “capaz de encarnar a síntese, outrora improvável, de um nacionalismo econômico, uma liberalização dos mecanismos econômicos e financeiros e uma política sistematicamente pró-empresarial. (DARDOT; LAVAL, 2019).

No Brasil, Bolsonaro encontrou no neoliberalismo o apoio político e econômico que precisava para chegar à presidência. No comando da economia colocou o economista

ultraliberal Paulo Guedes, que está à frente da *reforma da previdência*, das privatizações e da *reforma administrativa*, que pretende enxugar o Estado com demissões de servidores públicos e redução dos salários. Tudo em nome de uma eficácia que não leva em consideração os impactos sociais das medidas. Enquanto Guedes comanda o desmonte do Estado, Bolsonaro e seus filhos⁴¹ atuam na linha de frente com os discursos de ódio a todos que possam identificar como inimigos.

A lógica neoliberal contém em si mesma uma declaração de guerra a todas as forças de resistência às reformas em todas as camadas da sociedade. A linguagem vigente entre os governantes de todos os níveis não engana: a população inteira precisa se sentir mobilizada pela guerra econômica, (DARDOT; LAVAL, 2019).

A concorrência que mantém a estrutura econômica do neoliberalismo, elevada à condição de ódio, tem nas redes sociais o canal para propagar seu discurso ideológico. Ali os sujeitos se expõem, ininterruptamente, ao exercício da vociferação do fel como alimento da alma. Ao contrário da passividade do século 20 diante da indústria cultural, agora vemos a hiperatividade do ódio, sob o manto da interatividade técnica e da liberdade de expressão, se impor como urgência de autoafirmação e de eliminação do contrário.

A través de la aspiración de tales soluciones, la utopía se transforma en destructiva. Hace aparecer el proceso de destrucción como la verdad de una construcción y motiva la profundización de la destrucción como un aceleramiento de la construcción. (HINKELAMMERT, 2000, p. 79)

Talvez seja por isso que Bolsonaro disse, logo no terceiro mês de seu governo, em viagem aos Estados Unidos, que seu papel é mais de “desconstruir” que de construir. Fica evidente o papel de regressão. “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer” (MENDONÇA, 2019).

Se o nazi-fascismo é a negação do racionalismo e, portanto, a mais desumana forma de expressão da era moderna, Hinkelammert (2000) entende que seu avanço pelo mundo no século 21 indicaria um retrocesso e não a superação da modernidade. Pode ser um movimento de reação contra uma nova era que se aproxima e o fascismo do século 21 seria uma tentativa de impedir a ascensão da pós-modernidade. Mas se este recuo se impõe, voltamos à barbárie

⁴¹ Flávio, senador pelo Rio de Janeiro; Carlos, vereador na cidade do Rio de Janeiro; e Eduardo, deputado federal por São Paulo. Os três exercem grande influência sobre o pai e seu governo. Ver: *Au Brésil, les Bolsonaro au pouvoir de père en fils*. Disponível em : https://www.lemonde.fr/international/article/2019/04/09/au-bresil-les-bolsonaro-au-pouvoir-de-pere-en-fils_5447634_3210.html.

mesmo com as profundas transformações na sociedade permitidas pela digitalização da informação.

Uma sociedade que elimina a utopia passa a ter outra perspectiva: a da solução final pela eliminação do outro. Esta não representa nada de novo. Ao contrário, é a pior forma de sociedade construída sob as luzes do iluminismo, que são justamente a sua negação (HINKELAMMERT, 2000, p. 80-81).

O dramaturgo Heiner Müller acreditava que a barbárie fascista é o ponto máximo do capitalismo e Auschwitz, o seu altar. Sendo “desordenado” o ser humano não é compatível com a perfeição da máquina e sua organização matemática. O humano, dessa forma, “tem de desaparecer, e esse é o trabalho do capitalismo – da estrutura da máquina. A lógica da máquina corresponde à redução do ser humano à matéria-prima. (MÜLLER, 1992, p. 201-202). Isso significaria que não há retrocesso no retorno ao fascismo, mas, sim, um avanço *natural*, do capitalismo em que, em favor da eficiência e da eficácia, deve-se eliminar o humano, ou ao menos a parcela que não corresponde mais a uma função na economia.

Mas o neoliberalismo não precisa de Auschwitz. A seleção *natural* exige do cidadão que lute por sua sobrevivência quando não há políticas públicas que o protejam. O mundo concorrencial é o novo campo de concentração. A hipótese aparece em uma obra fictícia de Susan George, mas vai se mostrando como uma possibilidade distópica de futuro frente a um presente assustador:

A seleção das "vítimas" não deve ser responsabilidade de ninguém, senão das próprias "vítimas". Elas selecionarão a si mesmas a partir de critérios de incompetência, de inaptidão, de pobreza, de ignorância, de preguiça, de criminalidade e assim por diante; numa palavra, elas encontrar-se-ão no grupo dos perdedores". (GEORGE, 2000⁴² *apud* SANTOS, L., 2017).

A visão distópica de Susan George aponta para um desafio enorme. A lógica neoliberal, da guerra pela concorrência, relegando a um plano inferior valores como solidariedade e justiça social, continua a gestar na sociedade a possibilidade da barbárie extrema. Afinal, a escolha pelo fascismo não é um engodo do discurso. O indivíduo sabe que está sendo enganado, mas deixa-se enganar pela irracionalidade contra a sua própria razão. Assim, os discursos racionais têm dificuldade de lograr sucesso diante da opção pela irracionalidade. Mas os esforços de parte a parte são grandes, tanto em favor de uma opção solidária quanto de uma escolha bárbara. A questão está para qual direção vamos hoje e quais são os mecanismos para revertê-la. Adorno

42 GEORGE, Susan. **Le rapport Lugano**. [Paris]: Fayard, 2000. Edição Brasileira: O Relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2002.

e Simpson (1994, p. 146) já diziam: “para ser transformado em um inseto, o homem precisa daquela energia que eventualmente poderia efetuar a sua transformação em homem”.

2 INFORMAÇÃO É PODER

A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social.

Marcuse, A ideologia da sociedade industrial

A ida de Mark Zuckerberg ao Senado estadunidense em abril de 2018⁴³ para depor a respeito de vazamentos de dados de usuários do Facebook pela consultoria política *Cambridge Analytica* demonstra o instante em que Estado e iniciativa privada se confrontam a respeito dos direitos individuais e dos desafios proporcionados pelo crescimento e aperfeiçoamento das novas tecnologias digitais. De um lado, um dos maiores e mais conhecidos empresários do novo setor de tecnologia digital. De outro, os eleitos pelos indivíduos americanos e representantes do consolidado Estado neoliberal. Entre os dois, a população submetida aos interesses das grandes organizações capitalistas.

Empresas de tecnologia, como Facebook, coletam dados dos indivíduos⁴⁴ por meio das atividades que estes fazem na internet e utilizam estas informações para desenvolver/oferecer produtos e serviços *personalizados* aos usuários. As ações individuais transformam-se, na entorpecente velocidade dos dados, em informações relevantes para a efetivação do comércio eletrônico e construção de narrativas desenvolvidas automaticamente e com aparência de exclusividade para cada ser humano que trafega na rede.

O hipertexto, cuja dimensão libertadora foi abortada em troca de sua cooptação pelas ofertas da Black Friday⁴⁵, foi incapaz de desenvolver plenamente, por meio da multilinearidade, que o indivíduo liberto pela informação democrática navegasse por diferentes mundos. O mar do ciberespaço, em geral, resumiu-se a um lago onde navega-se livremente nos limites de suas bordas, distantes o suficiente para não serem vistas, mas presentes de forma a impedir que sejam ultrapassadas. O múltiplo hipertexto não foi suficiente para romper com o mundo unidimensional de Herbert Marcuse (1973). Um mundo de muitas dimensões, mais uma vez, perdeu sua oportunidade de existência. “O pensamento multidimensional deveria enriquecer as possibilidades criativas dos indivíduos com um saber articulado com a totalidade, tendo os

43 Ver *Em depoimento de 5 horas ao Senado americano, Mark Zuckerberg admite erros do Facebook* disponível em <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/mark-zuckerberg-depoe-ao-senado-sobre-uso-de-dados-pelo-facebook.ghtml> Acesso em: 12 jan. 2019.

44 A lista de empresas que adota a prática é infinita, pois se trata do padrão utilizado hoje, mas podemos lembrar de algumas das maiores: Google, Amazon, Microsoft e Apple.

45 Promoção anual surgida nos Estados Unidos para estimular o consumo. No Brasil, a prática foi importada principalmente por meio do comércio eletrônico.

aspectos humanistas como fundamento de toda discussão científica”, defende Robespierre Oliveira (2014, p. 114). Mas não chegamos a isso.

Desde o Iluminismo a humanidade deseja compartilhar informações. A imprensa, depois os meios eletrônicos e finalmente as tecnologias digitais encantaram a muitos com suas promessas de dessacralização do conhecimento. Claudio Dalbosco (2015, p. 16) afirma que os entusiastas da internet acreditam em seu potencial democratizador – por meio do acesso aberto e da colaboração – e traz uma referência a respeito da atuação de uma imprensa cidadã: “a ideia básica é a de que repórteres cidadãos se informando e corrigindo-se mutuamente podem aprofundar o sentido democrático da esfera pública”⁴⁶.

Negar o quanto os meios de comunicação ao longo da história permitiram a produção e o acesso às informações seria uma tolice. Acreditar que chegaram a cumprir seu papel na formação integral do sujeito – ignorando os aspectos totalizantes e falseadores da realidade – é passar ao largo da crítica.

Assim como desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação, por encontrar-se vinculado a uma determinada formação social, também acontece com o desenvolvimento no plano educacional. Como pôde um país tão culto e educado como a Alemanha de Goethe desembocar na barbárie nazista de Hitler? Caminho tradicional para a autonomia, a formação cultural pode conduzir ao contrário da emancipação, à barbárie (MAAR, 1995, p. 15).

Com a enciclopédia Wikipédia⁴⁷, construída colaborativamente por milhões de usuários, em diversas línguas⁴⁸, a sociedade quer demonstrar que encontrou um caminho rumo à socialização do conhecimento e à ação colaborativa entre os indivíduos e que dessa forma poderia construir algo relevante a todos sem se submeter à lógica mercantilista. A Wikipédia é um dos inúmeros projetos colaborativos desenvolvidos nas últimas duas décadas com base nas tecnologias digitais. Em que pese esta enciclopédia digital ter se tornado referência mundial, não é o seu modelo colaborativo e em código aberto que domina os conteúdos transmitidos pela rede. A internet foi submetida a outra lógica e passamos a um nível mais intenso de administração da vida.

A rede, que já foi dos computadores, mas agora conecta pessoas reificadas, sujeitos ubíquos, possui uma liberdade cerceada, delimitada por filtros invisíveis. Embora, em tese, os

46 Ver capítulo 5 Uma luz em direção à tela.

47 www.wikipedia.org e pt.wikipedia.org.

48 Segundo a própria Wikipédia, mantida pela Fundação Wikimedia, o site possui 43 milhões de artigos publicados, num total de 277 idiomas, sendo um milhão de artigos em língua portuguesa. Ver: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia>. Acesso em: 15 jan. 2019.

conteúdos presentes na rede possam ser acessados por qualquer usuário, na prática, os filtros e bolhas cerceiam esta possibilidade. Isto gera uma falsa liberdade ou uma falsa sensação de liberdade.

Marcuse (1973) considera que a liberdade intelectual significa a capacidade de pensar por si só, sem os condicionamentos provocados pelos meios de comunicação, sem a dependência deles para guiarem o comportamento. A liberdade, para o frankfurtiano, é uma possibilidade de negação: negação da tutela de uma determinada condição social sobre o indivíduo. “Liberdade intelectual significaria a restauração do pensamento individual, ora absorvido pela comunicação e doutrinação em massa, abolição da ‘opinião pública’ juntamente com os seus forjadores” (MARCUSE, 1973, p. 25-26). A liberdade de agir (tomar decisões sobre o que ler e fazer) na internet dependeria da possibilidade de o sujeito escolher de maneira autônoma o seu caminho na rede negando os caminhos impostos invisivelmente a ele.

Quando Marcuse (1973) escreveu o texto sobre o homem unidimensional, sua preocupação em relação à tecnologia dos meios de comunicação focava na questão do direcionamento que se dava aos indivíduos por meio dos conteúdos e das formas das mensagens e que o levavam a um único pensar e a uma racionalidade totalizante. Hoje, esta condição pode ser ampliada para a questão do encerramento do indivíduo em bolhas que impedem que ele veja e perceba um mundo diferente à sua volta. Embora cada um tenha sua bolha, todos vivem encerrados nelas, criando uma só condição humana. O indivíduo multidimensional de Marcuse ainda não irrompeu.

Usando expressão de Walter Benjamin (1987b), podemos chamar a falsa liberdade da cultura digital de uma “galvanização” e não de uma renovação autêntica. Em sintonia com o desenvolvimento capitalista neoliberal, temos uma abertura para que o indivíduo tenha mais acesso a bens materiais e simbólicos. Mas isso não significa uma ampliação do acesso aos seus direitos. A falsa liberdade atual colabora para uma sensação, também falsa, de permanente busca pela satisfação de desejos⁴⁹ (TÜRCKE, 2010), mas que não resulta em mudanças significativas nas relações de trabalho. Ou melhor dizendo, as alterações que ocorrem nessas relações reforçam o caráter de sujeição do indivíduo ao mundo do trabalho e do consumo. A falsa liberdade colabora para que ele seja mais objetificado e cada vez menos livre.

Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem êsses produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida. É um bom estilo

49 Ver capítulo 3: O novo lugar para “estar aí”.

de vida — muito melhor do que antes — e, como um bom estilo de vida, milita contra a transformação qualitativa. (MARCUSE, 1973, p. 32).

Enquanto o poder da mercadoria, de sua sedução e de seus prazeres, alcançar largamente fatias da sociedade, haverá resistência a uma transformação de fato. Talvez a mudança só possa partir justamente da falência do sistema, permanentemente em crise, ou da busca de suas fissuras de forma que possa ser rompido como um todo⁵⁰.

Dentro do contexto neoliberal, as tecnologias digitais são usadas majoritariamente como instrumentos para manutenção das estruturas de dominação existentes na sociedade uma vez que são construídas e desenvolvidas dentro desta lógica. Podemos resgatar a negação à neutralidade tecnológica de Marcuse (1973, p. 19): “no ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita tôdas as alternativas. [...] A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política”. Já para Marília Pisani (2014, p. 26), baseada em Adorno e Horkheimer (1985a), “os meios técnicos de produção passam a determinar os modos de produção de subjetividade, ou seja, as formas de reificação dos sujeitos”. Portanto, a cultura digital se molda como o ambiente para o desenvolvimento do modelo neoliberal de sociedade e ambos (tecnologia e neoliberalismo) fluem para o isolamento do indivíduo em sua própria clausura. A cultura digital colabora com suas bolhas, enquanto o poder econômico faz o indivíduo objetificar-se em um bem consumível pelo mercado.

Marx e Engels reconheciam o poder do capitalismo de promover grandes transformações sociais graças ao acúmulo do capital e às alterações no modo de produção motivadas pela concorrência.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais [...] tudo que era estável e sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 2001, p. 28-29).

Este grande poder transformador tem objetivos claros desde a revolução industrial: promover a dominação sobre a natureza e aumentar a produtividade do sistema capitalista, ampliando a dominação do homem pelo homem. Não é à toa que hoje a cultura digital é vista como uma revolução que modifica a sociedade em todos os seus aspectos, inclusive nas relações de trabalho e de produção. Mas é uma revolução que, apesar do seu caráter transformador, é também uma forma de perpetuação daquilo que Marcuse criticava na sociedade industrial: “a

50 Ver capítulo 5 A luz que vai para a tela.

realização de um projeto histórico específico – a saber, a experiência, a transformação e a organização da natureza como o mero material de dominação” (MARCUSE, 1973, p. 19).

Na sociedade neoliberal, o conceito que se tem do indivíduo – elemento da natureza e também passível de dominação – está ligado à sua função na sociedade. Uma vez que sua existência não se vincula à liberdade e à autonomia, mas ao seu papel de unidade produtiva, o indivíduo não é visto como sujeito nem como cidadão pleno de direitos, aponta José Antonio Zamora (2018). Percebido como mercadoria, deve se colocar no mercado de trabalho como um produto à venda. “E apenas se vende bem quem está convencido de seu caráter como mercadoria” (Zamora, 2018, p. 347). Na eleição presidencial brasileira de 2018 há uma demonstração de como esta autoconsciência é assimilada. O então candidato Jair Bolsonaro disse em 21 de maio de 2018: “aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e emprego do que todos os direitos e desemprego”⁵¹. A reificação vai se impondo de tal maneira que, sem vislumbrar saída, o próprio sujeito submete-se à autorreificação.

A defesa de tudo o que permitiria que os indivíduos fossem e atuassem como “cidadãos” no sentido enfático é subordinado ao cumprimento das condições de sua rentabilidade como força de trabalho para assegurar sua sobrevivência, mesmo por meio de sua precarização. (ZAMORA, 2018, p. 347)

O sujeito sucumbe ao objeto de um mundo administrado. Nele, os direitos coletivos vão sendo substituídos por soluções privadas transformadas em serviços oferecidos por meio de soluções digitais, “mas desprovidos de garantias”, alerta Morozov (2018, pos. 59).

2.1 A vida administrada

Passamos da sociedade de massa do século 20 para uma sociedade controlada por robôs enquanto nos distraíamos na esperança da democratização da comunicação por meio das redes digitais. O conceito de indústria cultural clássica⁵² aponta que ela é o sistema necessário para manter as massas sob controle no capitalismo – por meio de complexas operações simbólicas de construção de uma apatia social, da inconsciência do estado de dominação, e da aceitação desta dominação. Para isso, foram utilizadas meios e mensagens unidirecionais que se

⁵¹ Bolsonaro sobre MST e MTST: 'Invadiu, é chumbo'. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-diz-que-e-melhor-perder-direitos-trabalhistas-que-o-emprego,70002317744>. Acesso em: 17 jan. 2019.

⁵² Expressão utilizada por Rodrigo Duarte (2011) que diferencia o conceito elaborado por Adorno e Horkheimer do contexto atual, chamada por ele de indústria cultural 2.0 e que preferimos chamar aqui de indústria cultural digital.

comunicam às massas. Na cultura digital, a comunicação se dá em outro modelo – multidirecional – e cumpre de outra forma, muito mais eficaz, a mesma função. Por meio do controle das ações do indivíduo em dispositivos digitais conectados, é possível ter acesso a informações privadas sobre cada pessoa e utilizar estas informações para finalidades econômicas, políticas e culturais.

Adorno e Horkheimer (1985a) reconheciam que a indústria cultural era muito menor que o setor de transformação, dominado pelos setores do aço, petróleo, químico e eletricidade. Os meios de comunicação eram apêndices necessários para o desenvolvimento desses setores. Na cultura digital, no entanto, a indústria de informação e comunicação passa a ser central, ultrapassando em valor o setor de transformação. Essa é uma modificação relevante do aspecto da indústria cultural digital.

A empresa Google Inc nasceu de um motor de buscas robusto, rápido e fácil de usar. A partir dele, a empresa ampliou seus serviços a diversos setores da nova economia digital. A lógica do buscador é de acessar toda e qualquer informação disponível na internet e entregá-la organizada a quem procura. De maneira geral, a Google, agora uma subsidiária da Alphabet Inc que reúne também outras empresas do grupo, oferece com diferentes produtos os mesmos tipos de serviços: acesso às mais variadas informações e facilidade de localização dos conteúdos desejados. A própria empresa resume sua missão: “organizar as informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos”⁵³, sem nenhuma falsa modéstia na realidade da globalização. Isso significa que pelos servidores e HDs (*hard discs*, ou discos rígidos utilizados para armazenamento de dados) da empresa, passam e são armazenadas informações de todos os tipos. Em 2018, o buscador Google realizou em média 3,88 milhões de pesquisas por minuto (LEE, 2019), armazenando em seus servidores dados do que é buscado e informações de quem busca. Além do famoso buscador, estão sob o controle da Alphabet Youtube (serviço de vídeo por *streaming*), Gmail (serviço de e-mail), Chrome (navegador) e Android (sistema operacional para *smartphones* e *tablets*), Calico (biotecnologia), Nest Labs (automação residencial), Google Maps e Waze (aplicativos de geolocalização e mapas de trânsito), Waymo (desenvolvimento de carros autônomos) além de uma infinidade de outras aplicações. Tudo gira em torno da coleta, organização e processamento de informações. Dessa forma, o poder de controle se desloca para a empresa privada, que se torna gigante e poderosa justamente por tê-lo.

53 Ver: Sobre – Google. <https://www.google.com/about/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

A Alphabet é uma das gigantes da tecnologia, chamadas de *big techs*. Faz parte de um seleto grupo, o das dez empresas mais valiosas do mundo, segundo relatório da empresa PwC 2019⁵⁴. Das oito empresas do topo da lista, sete são de tecnologia e tem avaliação de valor de mercado superior a US\$ 400 bilhões: Microsoft, Apple, Amazon, e Alphabet ocupam os quatro primeiros lugares, nesta ordem. Em sexto vem Facebook seguido de Alibaba e Tencent, essas duas últimas são empresas chinesas de tecnologia. As demais são estadunidenses. Nas outras três posições estão a Berkshire Hathaway (5º, finanças), Johnson & Johnson (9º, saúde) e Exxon Mobil (10º, petróleo). Os dados digitais, por vezes chamados de virtuais, mostram-se como o bem mais valioso e concentrado do mundo real. Superam, portanto, as petrolíferas e os bancos.

Por meio de dispositivos como os *cookies* – minúsculos softwares inseridos na máquina do usuário – os servidores rastreiam e reconhecem cada equipamento que os acessa. Assim, as empresas sempre sabem algo sobre cada usuário. “Os instrumentos da dominação destinados a alcançar a todos – a linguagem, as armas e por fim as máquinas – devem se deixar alcançar por todos”: Adorno e Horkheimer (1985c, p. 42) parece que já percebiam para onde caminharia o avanço tecnológico. O indivíduo é que é buscado pelos serviços do Google. Mais que buscados, a própria vida pode passar a ser propriedade privada, alerta Laymert Garcia dos Santos (2003, p. 20) para quem a ruptura nesse sentido ocorreu quando “a primeira bactéria geneticamente modificada” pode ser patenteada e a vida tornou-se “um patrimônio genético”.

A internet tornou-se um espaço privado com aparência de público, em que as relações e o contato com a realidade se dão de forma mediada por mecanismos pouco transparentes. O autor de ficção científica Bruce Sterling⁵⁵, diante do desenvolvimento da internet das coisas, chamou de feudalismo digital a condição em que estamos ingressando (ZUIN; ZUIN, 2018) e que se opõe à aldeia global de McLuhan (1969) “que nunca se materializou” (MOROZOV, 2018, pos. 116). A ideia central de comunidades, de compartilhamento, de liberdade – presentes ainda em diversos movimentos pela democratização da informática – perdeu espaço para o processo de privatização das redes. Em geral, as comunidades foram substituídas por grupos privados de discussão, o compartilhamento de conteúdos, pelos pacotes de assinaturas e audiência *on demand*⁵⁶, a liberdade pela propriedade dos softwares e dos dados dos indivíduos. O movimento pelo rompimento da lógica dos direitos autorais perdeu fôlego diante das

54 Ver: *Global Top 100 companies by market capitalization*, <https://www.pwc.com/gx/en/audit-services/publications/assets/global-top-100-companies-2019.pdf>.

55 STERLING, B. **The Epic Struggle of the Internet of Things**. Moscow: Strelka Press, 2014.

56 Vídeos pelo Netflix e músicas pelo Spotify, por exemplo. O conceito se refere ao conteúdo buscado por cada usuário individualmente ao contrário da disponibilização massiva simultânea, como são a TV e o rádio tradicionais.

tecnologias que mantêm os princípios da propriedade intelectual, permitindo que informação, conhecimento e manifestações culturais e artísticas sejam tratadas como mercadoria. Em suma, o sonho de uma nova era na internet resulta, hoje, em um avanço da sociedade capitalista neoliberal na qual se aprofundam o fetichismo, a reificação, a lógica concorrencial, o consumismo e o individualismo.

Até os Estados estão sujeitos ao controle e administração das *big techs* uma vez que toda a infraestrutura de informações também depende delas. Boa parte dos serviços prestados por empresas, mesmo com unidades no Brasil, utiliza equipamentos e softwares no exterior. Isso pode causar uma relação de dependência completamente diferente das que existiram anteriormente. Para Morozov (2018, pos. 1463) essa dependência excessiva “não contribui em nada para reforçar a soberania de um país”.

A estrutura da dominação vai se modificando com o desenvolvimento do capitalismo neoliberal. Há uma tendência do setor de mídia ser controlado por grandes conglomerados transnacionais, inclusive de outras áreas da economia. A AOL, por exemplo, foi adquirida pela Verizon Communications em 2015. Recentemente vimos no Brasil um ingresso de instituições do setor financeiro – justamente a ponta de lança do modelo neoliberal – investir em comunicação. A editora Abril, que publica revistas e livros didáticos, foi comprada no final de 2018 pelo empresário Fábio Carvalho, do setor varejista, mas que tem por trás o apoio da empresa Enforce, do banco BTG Pactual, que deve assumir as dívidas deixadas pela família Civita⁵⁷. Outro caso é o site de notícias financeiras Infomoney, comprado pelo grupo XP, corretora financeira, que tem como um dos controladores o Itaú Unibanco⁵⁸. O financismo não esconde mais o poder de seus tentáculos sobre a produção de bens simbólicos. A respeito desse interesse em empresas de mídia e de tecnologia, Laymert Santos (2003, p. 11-12) afirma que

as tecnologias da informação extrapolam imensamente o campo de atuação da mídia e das novas mídias, pois operam – em todos os campos – a codificação e a digitalização do mundo ao manipularem a realidade informacional que permeia a matéria inerte, o ser vivo e o objeto técnico.

Essa condição de controle da elite sobre a mídia não é clara para a sociedade. Por meio da linguagem jornalística e publicitária, os conteúdos buscam a aproximação com o indivíduo comum, não se evidenciando que se trata de uma comunicação entre classes diferentes (sendo

⁵⁷ Ver: Ligado a Paulo Guedes, empresário Fábio de Carvalho fecha a compra do Grupo Abril. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/ligado-a-paulo-guedes-empresario-fabio-de-carvalho-fecha-a-compra-do-grupo-abril/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

⁵⁸ Ver XP Investimentos compra portal financeiro InfoMoney. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mercados/xp-investimentos-compra-portal-financeiro-infomoney/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

emissores os donos dos meios de comunicação e das empresas anunciantes e tendo as classes trabalhadoras, em maioria, como receptoras). Na cultura digital, em que as conversações são horizontalizadas, distribuídas por diversos emissores, e com proximidade (uma vez que a mensagem de uma grande empresa pode chegar por meio de um amigo ou parente próximo), a identificação dos interesses de classes antagônicas se torna mais difícil. Outro fator que dificulta esse reconhecimento é a obscuridade dos critérios de seleção dos softwares e algoritmos. Tendo por trás uma intrincada combinação matemática, inclusive com coleta de dados pessoais e de comportamento, os conteúdos são apresentados com interfaces agradáveis e sedutoras. O canto da sereia é irresistível e o indivíduo “se deixa aprisionar por aquilo que é a expressão contemporânea de liberdade” (MAIA; COSTA, 2015, p. 145). E mais: coloca ele próprio os tijolos invisíveis em sua jaula de silício. Vânia Zuin e Antônio Zuin (2018) alertam que a “ilusão de liberdade” pode levar o sujeito a fazer escolhas que já estavam “prévia e digitalmente feitas” pela “autoridade algorítmica”.

Eles [os homens] fazem causa comum com o mundo contra si mesmos e o que há de mais alienado, a onnipresença das mercadorias, a conversão deles próprios em apêndices da maquinaria, tonar-se para eles a imagem falaz da proximidade. (ADORNO, 1993, p. 129).

A ubiquidade da tecnologia digital atua como potencializadora da onipresença da mercadoria na vida da sociedade, de sua fetichização e da reificação do humano.

Quanto mais os bens materiais e simbólicos ganham vida nas telas reluzentes, mais o ser humano se objetifica. Os meios de comunicação são tanto a extensão do homem (MCLUHAN, 1969), como os humanos tornam-se, da mesma forma, extensões de seus dispositivos móveis. São o alvo dos caçadores de dados e têm suas escolhas reduzidas às sugestões de consumo feitas por robôs. Na mesma medida em que os equipamentos eletrônicos vão se tornando nossa extensão, ampliando nossas possibilidades de ação e percepção no mundo, vão também nos limitando, apropriando-se de nossos corpos e mentes. A subjetividade matematiza-se na máquina enquanto a humanidade objetiva-se na ponta dos dedos.

A revolução industrial prometeu multiplicar a força física do homem e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa ampliaram tanto seus órgãos sensoriais quanto sua inteligência (COSTA, 2018, p. 50). O alcance desta extensão assume uma aceleração maior com a tecnologia digital. Mais que uma ferramenta para aumento da capacidade do indivíduo, é também um aparato invasivo que se ocupa das funções humanas, como o perceber, o refletir e o decidir. Por meio de diferentes tecnologias, essas atribuições do sujeito vão sendo

transferidas (consciente ou inconscientemente) para as máquinas e sua estrutura de lógica algorítmica.

A centralidade da cultura digital frente às formas midiáticas tradicionais e de comunicação face a face deve ser compreendida a partir desse caráter totalizante da tecnologia que incorpora a abstração da linguagem matemática e a capacidade que a indústria cultural contemporaneamente possui de reproduzir conteúdos em diferentes plataformas e com a colaboração dos usuários. (COSTA, 2015, p. 161).

A segunda natureza de Benjamin (1987a) é a extensão da técnica se naturalizando no ser humano, numa aproximação com o conceito de necessidades falsas de Marcuse (1973), que vão de tal forma se incorporando à vida que passam a ser, ou parecer, essenciais. Apesar da técnica ser uma invenção humana, o indivíduo não tem controle total sobre ela. A técnica passa a ter um domínio aparentando vida própria. Isto poderia gerar uma leitura substantivista, a partir de categorias de Feenberg (2003), que daria à tecnologia a condição de autocontrolada. No entanto, uma visão crítica, apesar de identificar que os indivíduos isoladamente não têm condições de conduzir os rumos da tecnologia, a sociedade como um todo pode traçar este caminho, uma vez que seu direcionamento é politicamente definido. Em certa medida, com o uso da técnica a humanidade domina o indivíduo.

As necessidades, para Marcuse (1973, p. 26-27), podem ser verídicas ou falsas. As verídicas são as essenciais (alimentação, teto, saúde). As falsas são construídas histórica e socialmente, parte em função das relações de dominação. Não há quem possa definir exatamente qual é verídica, qual é falsa, apenas o indivíduo emancipado teria esse poder. No entanto, todas as necessidades seriam socialmente criadas, conforme escreveu Adorno (2004) no pequeno texto *Tesis sobre la necesidad*, e a pulsão, ou seja, aquilo que é natural do indivíduo está contido dentro da necessidade social. Não há como separar o natural do social. Apontar o que seria natural é apenas um artifício utilizado para a dominação. A criação destas necessidades acontece dentro da sociedade de classes e serve para manter o indivíduo submetido à sua lógica. Portanto, toda necessidade é um constructo social desenvolvido com a racionalidade de seu tempo. Somente a mudança de racionalidade para uma sociedade livre pode construir necessidades que não estejam submetidas à razão da dominação.

Alcançarmos o indivíduo emancipado, que para Adorno (2010) é aquele que consegue deixar a condição de semiformado para a formação, é o desafio colocado para a sociedade, que persiste na racionalidade neoliberal baseada na instrumentalidade técnica. De que forma as conquistas culturais que trazem benefícios ao ser humano, no sentido de saúde, conforto, qualidade de vida, devem ser consideradas necessidades em função do estágio técnico avançado

em que nos encontramos? Somente ao deixar o estágio da semiformação os indivíduos, coletivamente e sem dominação, poderão decidir plenamente por isso. Enquanto isso não ocorre, “os controles sociais extorquem a necessidade irresistível para a produção e o consumo do desperdício” (MARCUSE, 1973, p. 28), afinal, “a ideologia da classe dominante acaba mediando a formação e relação entre os valores da própria classe dominada, no sentido de produzir falsa consciência” (COSTA, 2018, p. 48).

Engels defendia que o socialismo cuidaria da administração das coisas, deixando de administrar as pessoas. Hinkelammert (2000, p. 78) aponta sua contradição: quem administra as coisas, administra os homens por meio coisas. Hoje podemos perceber: quem administra as informações das pessoas, administra as pessoas.

2.1.1 Vigilância e controle

A efetivação de uma sociedade autogovernada por meio da construção de subjetividades rumo a uma racionalidade neoliberal totalizante prescinde de ferramentas de controle bastante sofisticadas. Ao contrário da coação, é necessário o convencimento para a integração. O cidadão deve ser controlado para que aja livremente conforme o que se espera dele. A lógica concorrencial do neoliberalismo faz com que o indivíduo busque, por si só, as *melhores* condições para se colocar na sociedade, por meio de aperfeiçoamento constante, submissão a situações abusivas nas relações de trabalho e disputa com colegas.

As tecnologias digitais fazem parte desta construção ideológica e são fundamentais a ela. Contribuem com questões como o fomento ao individualismo e a construção da autoimagem pública do sujeito. Agem em dois sentidos: um deles é fazer chegar ao indivíduo a lógica neoliberal, por meio de conteúdos em diversos formatos e vindos das mais variadas fontes. Mas é em seu segundo sentido que se dá de maneira mais eficiente a integração. As tecnologias funcionam com a mesma racionalidade e naturalizam o jeito de ser do sujeito neoliberal: estimulam o individualismo, a concorrência, o prazer fugaz e imediato, a necessidade de urgência. Isso é buscado pelos mecanismos disponíveis das tecnologias digitais: *games*, redes sociais e de troca de mensagens, conteúdos noticiosos, publicitários e ficcionais, ferramentas de produtividade e aperfeiçoamento profissional e pessoal, conteúdos de entretenimento.

Todo este conjunto funciona com a coleta de informações do indivíduo ininterruptamente. Quanto mais as tecnologias avançam sobre a vida, mais dados são fornecidos

ao sistema. Mesmo silenciosamente, abastecemos os bancos de dados das grandes corporações de forma que nos conheçam o suficiente para saber o que nos oferecer e nos convencer das necessidades que sequer sabíamos que possuímos. Julian Assange, criador do site WikiLeaks, observa que vivemos em uma contradição:

Temos agora uma maior comunicação versus uma maior vigilância. Uma maior comunicação significa que temos mais liberdade em relação às pessoas que estão tentando controlar as ideias e criar o consenso, e uma maior vigilância significa exatamente o contrário (ASSANGE *et al.*, 2013, pos. 715).

O controle das informações leva a um nível de vigilância da sociedade jamais percebido em outras eras, mesmo as autoritárias. Antes era possível ao Estado vigiar os não merecedores de sua confiança e por isso precisavam ser acompanhados e punidos se fosse o caso. Agora, a vigilância se totaliza: estende-se a todos indivíduos em todas as esferas da vida, desde o trabalho, à ação política e às relações pessoais e familiares. “A desconfiança como princípio e a vigilância avaliativa como método são os traços mais característicos da nova arte de governar os homens”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 319).

A vigilância e o controle do indivíduo se fazem por meio do rastreamento de suas atitudes registradas na rede, seus relacionamentos, compras, preferências de conteúdos audiovisuais, deslocamentos físicos, reconhecimento biométrico. Há uma gama vasta de informações coletadas a todo momento pelos softwares instalados em computadores e celulares. De posse de informações de milhões de indivíduos, o Facebook tem condições de provocar mudanças reais nas vidas de seus usuários com grande velocidade e acompanhar os impactos disso em tempo real (MOROZOV, 2018).

O desenvolvimento da internet das coisas, com objetos diversos coletando, processando e transmitindo dados, amplia a ubiquidade da informação. Hackers descobriram, por exemplo, que um robô de cozinha⁵⁹ trazia um microfone embutido sem que ninguém soubesse⁶⁰. “Poderão ranquear e classificar as informações, de tal forma que finalmente se realizará em toda a sua amplitude a profética constatação de Bacon [(1973, p.19)⁶¹]de que ciência e poder deveriam plenamente coincidir” (ZUIN; ZUIN, 2018).

Como os dados são valiosos, as empresas se esforçam por lançar produtos e serviços capazes de coletar cada vez mais e com mais precisão. Isso interessa não só às empresas, mas

⁵⁹ Equipamento que pica, tritura, cozinha alimentos, entre outras funções. Conecta-se à internet e pode ser utilizado a partir de receitas obtidas na rede.

⁶⁰ Ver: *Hackers franceses ‘invadem’ robô de cozinha e encontram microfone oculto*. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/14/tecnologia/1560511878_290107.html.

⁶¹ BACON, Francis. **Novum Organum**. São Paulo: editora Abril, 1973. Coleção “Os pensadores”.

também a governos, que podem ter seus sistemas de vigilância como, de maneira legítima ou não, acesso aos dados pessoais de posse do setor privado. Há 10 anos o executivo-chefe do Google, Eric Schmidt, declarou à rede de TV CNBC que a empresa pode colaborar com o governo se for solicitado⁶². A declaração foi feita quando o *Patriot Act*⁶³ estava em vigor, mas ainda gera suspeitas de que nossos dados pessoais possam parar nas mãos do governo dos Estados Unidos ou de qualquer outro governo.

Será cada vez mais forte a tentação do governo de nos conduzir por meio de carros controlados a distância e de dosadores de sabão acionados por alarme. Isso expandirá o controle do Estado em áreas da vida antes isentas de regulamentação. (MOROZOV, 2018, pos. 1187).

Não são apenas os dados dos estadunidenses que estão ameaçados, mas de todos aqueles que usam algum tipo de serviço que passar por lá. A questão é que não é possível saber quando estamos “trafegando” pelos Estados Unidos ou não.

Não é segredo algum que, na Internet, todos os caminhos que vão e vêm da América Latina passam pelos Estados Unidos. A infraestrutura da internet direciona a maior parte do tráfego que entra e sai da América do Sul por linhas de fibra óptica que cruzam fisicamente as fronteiras dos Estados Unidos. [...] O governo norte-americano tem violado sem nenhum escrúpulo as próprias leis para mobilizar essas linhas e espionar seus cidadãos. E não há leis contra espionar cidadãos estrangeiros. Todos os dias, centenas de milhões de mensagens vindas de todo o continente latino-americano são devoradas por órgãos de espionagem norte-americanos e armazenadas para sempre em depósitos do tamanho de cidades. (ASSANGE, 2013, pos. 304; 308).

Há uma disputa judicial nos Estados Unidos a respeito da utilização de dados privados por parte do governo. Mesmo um dado armazenado fora dos Estados Unidos poderia ser entregue ao governo caso o dado tenha sido gerado ou distribuído dentro do território norte-americano⁶⁴. Governos autoritários podem criar leis autoritárias que podem levar as empresas a entregar os dados de seus usuários e clientes. Mesmo em regimes democráticos isso pode acontecer.

62 "If you have something that you don't want anyone to know, maybe you shouldn't be doing it in the first place, but if you really need that kind of privacy, the reality is that search engines including Google do retain this information for some time, and it's important, for example that we are all subject in the United States to the Patriot Act. It is possible that that information could be made available to the authorities." Ver: *Google's Schmidt Roasted for Privacy Comments*. https://www.pcworld.com/article/184446/googles_schmidt_roasted_for_privacy_comments.html.

63 Decreto para combate ao terrorismo assinado pelo então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, logo após o atentado de 11 de setembro de 2001. Em 2015 foi substituído pelo Freedom Act, aprovado pelo Congresso, e que prevê, entre outras coisas, o armazenamento e manipulação de dados pela NSA, (Agência de Segurança Nacional).

64 Ver: *Governo dos EUA insiste e pressiona Google a abrir dados de clientes* <https://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&UserActiveTemplate=mobile&UserActiveTemplate=site&inford=44479&sid=97>.

O caminho inverso também é repleto de dúvidas, quando informações públicas passam a ser controladas por empresas privadas. As três universidades estaduais de São Paulo, USP, Unicamp e Unesp, listadas entre as maiores do país em ensino, pesquisa e extensão, passaram a utilizar recentemente o serviço G-Suite do Google, que prevê e-mail, calendário e *drive* para armazenamento ilimitado de arquivos⁶⁵. Isso significa que boa parte do que se produz, discute, pensa dentro das universidades passa pelos servidores e robôs daquela *big tech*. É um acesso ao conhecimento científico que mais ninguém tem, nem mesmo o governo de São Paulo. Na maior delas, a USP, a universidade justifica a contratação com a economia de R\$ 6 milhões ao ano. Se a maior universidade do Brasil decide entregar seus dados para a administração de uma *big tech* mediante a economia de R\$ 4,27/mês/membro da comunidade acadêmica⁶⁶, é de se supor que a pessoa física também prefira fazer esta opção para ter economia ainda maior em seu orçamento doméstico.

Com o consentimento do indivíduo, mas não necessariamente com o seu conhecimento, gigantescos bancos de dados são abastecidos a cada segundo. Isso dá ao sistema um poder superior ao panóptico de Jeremy Bentham (2008) sobre o sujeito que é vigiado e controlado a todo momento. O cidadão sabe disso, embora não tenha consciência clara de como funciona, de qual alcance e, menos ainda, de que é ele o principal fornecedor de dados para esta vigilância. Sem contar que as opções são limitadas: discordando dos contratos e termos de serviço, não é possível utilizar aplicativos, softwares, sites etc.

Muito além do panóptico, desenvolvem-se por meio da rede mundial de computadores e das novas mediações dirigidas por algoritmos e programas novos regimes de vigilância que tornam a privacidade impossível, erodindo as práticas sociais que sustentavam a formação cultural, o que de fato é o principal elemento que permite algum tipo de controle ampliado sobre os comportamentos. (ANTUNES; MAIA, 2018, p. 195).

Recentemente, um ex-funcionário do Google alertou o que muitos já intuía: a empresa pode ter acesso aos documentos e dados do usuário que estão na nuvem⁶⁷. Isso inclui e-mails, documentos no *drive* e outros tipos de arquivos armazenados na rede da empresa. Disse mais, os gestores das empresas que contratam o G-Suite podem ter acesso aos conteúdos gerados por

65 Ver: *E-mail Unicamp* <https://www.ccuec.unicamp.br/ccuec/servicos/e-mail>; *Serviço de e-mail será migrado para plataforma USP-Google*, <https://jornal.usp.br/universidade/eventos/servico-de-email-sera-migrado-para-plataforma-usp-google/>; e Google G Suite – Unesp, <https://www2.unesp.br/portal#!/google-g-suite>.

66 O cálculo levou em consideração o valor R\$ 6 milhões de economia anual anunciado na contratação no final de 2016 dividido pela soma do número de alunos, professores e funcionários, respectivamente 96.364, 5.844 e 14867, que dá um total de 117.075 integrantes. O tamanho dessa comunidade acadêmica foi obtido junto ao Anuário Estatístico 2017: https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP_2017.pdf.

67 Ver: *Ex-funcionário avisa que Google pode acessar todos os documentos dos usuários de sua nuvem*. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/13/tecnologia/1571002375_070559.html.

todas as pessoas que fazem parte da corporação. Ou seja, se desejar, a reitoria de uma universidade, como por exemplo a USP, poderia ter acesso aos conteúdos das mensagens trocadas por qualquer pessoa de sua comunidade e a todos os documentos armazenados na rede. A vigilância pode alcançar um patamar muito elevado.

Morozov (2018, pos. 1602) alerta que embora saiba de sua vigilância por meio dos dados, o indivíduo não tem consciência do que isso significa e, portanto, escolhe pela adesão a esse modelo como sendo uma vontade sua. A aceitação pode permitir até que o usuário troque sua privacidade por alguma recompensa, que pode ser até financeira, como micropagamentos para receber anúncios, inclusive podendo fornecer o próprio código genético como dado que interessa à indústria. “Os sensores e a conectividade onipresente ajudam a criar novos mercados líquidos para essas informações, permitindo que os cidadãos monetizem o automonitoramento”, afirma Morozov (2018, pos. 1589) que, no sentido inverso, faz um alerta: para ter privacidade atualmente é necessário encontrar as ferramentas corretas e não são aquelas oferecidas gratuitamente pelas *big techs*. É necessário investir em privacidade. Aquilo que já foi um direito, hoje é um privilégio de quem pode pagar. A privacidade também se tornou uma mercadoria.

Talvez quando Michel Foucault (1987) resgatou o modelo panóptico de Bentham (2008) não tenha sido possível imaginar que os mecanismos de controle digitais pudessem chegar ao atual estágio. Mas agora Dardot e Laval (2015) notaram que o sistema neoliberal exerce seu poder sobre os indivíduos por meio de autocontrole e vigilância, o que remete ao modelo panóptico de Foucault.

A reestruturação neoliberal transforma os cidadãos em consumidores de serviços que nunca têm em vista nada além de sua satisfação egoísta, o que faz que sejam tratados como tais por procedimentos de vigilância, restrição, punição e “responsabilização”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 320).

Mas os mecanismos digitais vão além. A cultura digital preserva semelhanças com o panopticismo como: visibilidade constante e reconhecimento imediato; o indivíduo é visto, mas não vê (os conteúdos que acessa na internet são apenas uma capa, os metadados estão bloqueados para seu acesso); a coletividade é abolida em favor de uma “coleção de individualidades”; a vigilância é inverificável (embora possa solicitar dados aos sites e serviços digitais, é impossível acompanhar todos os rastros deixados na rede). Este modelo de vigilância superior ao panóptico pode ser o de *panspectron* em que, para Braman (*apud* CIANCONI; LOTT, 2016), “as informações são coletadas de forma abrangente – sobre tudo e todos –, de forma indireta e constante”. A patrulha se dá ubiquamente. Para Zuin e Zuin (2018) a vigilância por meio da

internet das coisas permitirá uma coleta de dados muito maior que o uso de câmeras de segurança. George Orwell errou acertando: o grande irmão não olha para nós, ele é os nossos olhos. Já Philip K. Dick (2009) vislumbrou um mundo em que as máquinas controlam detalhes de nossas vidas:

Virou a maçaneta e puxou o pino da tranca.
 A porta se recusou a abrir. Ela disse:
 — Cinco centavos, por favor.
 Ele revirou os bolsos. Nenhuma moeda mais. Nada.
 — Eu te pago amanhã — disse à porta. Forçou a maçaneta mais uma vez. Mais uma vez ela permaneceu firmemente trancada — O que eu lhe pago é uma espécie de gorjeta. Eu não tenho que pagá-la.
 — Penso diferente — disse a porta — Olhe no contrato de compra que você assinou ao adquirir este condapto. (DICK, 2009).

No romance *Ubik*, de Dick, até mesmo sair e entrar em casa só pode se dar mediante o pagamento de uma quantia, uma espécie de pedágio doméstico. Com a interligação de objetos do uso cotidiano à rede, utilizando dados pessoais e financeiros, o controle sobre nossas vidas toma nova dimensão. Na nova “economia de serviço” ou “economia da funcionalidade” o indivíduo deixa de comprar bens para contratar serviços (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 571). Assim, aquilo que a propriedade restringia ou permitia passa a ser controlado pelo pagamento regular diante de uma concentração maior da propriedade.

Assange *et. al* (2013) atribuem a vigilância especialmente aos Estados Unidos. Morozov (2018) fala de um controle a partir das *big techs*. Não são visões conflitantes, os estados, principalmente os EUA, são os fiadores do capitalismo neoliberal. Governos e empresas dão sua contribuição para a mesma finalidade. Andy Müller-Maguhn afirma que os órgãos de espionagem dos Estados Unidos fazem armazenamento em massa das comunicações a um custo relativamente barato se comparado à espionagem militar convencional:

o armazenamento de todas as telecomunicações, todas as chamadas de voz, todo o tráfego de dados, todas as maneiras pelas quais se consomem os serviços de mensagens de texto (SMS), bem como conexões à internet – em algumas situações, pelo menos limitado a e-mails. Se você comparar o orçamento militar com o custo da vigilância e o custo dos ciberguerreiros, verá que os sistemas de armas convencionais custam muito dinheiro. (ASSANGE *et al.*, 2013).

As diferenças no entanto são marcantes: o indivíduo não é consciente do estado permanente de vigilância, ao contrário, não a percebe em toda a sua extensão; a vigilância é permanente, não coleta dados amostrais, obtém a totalidade da ação do indivíduo; a vigilância digital parece sempre ser menor do que realmente é; o indivíduo sabe que suas informações circulam pela rede, mas não tem noção de quantas nem qual uso é feito delas; o indivíduo é o

princípio de sua sujeição, porém na cultura digital nem sempre ele tem consciência disso; por vezes, são os mecanismos digitais que lhe induzem a esta sujeição, oferecendo serviços, produtos, conteúdos para seu consumo. Em 2019, uma ligeira febre tomou conta das redes sociais: um aplicativo que envelhecia as pessoas com base em fotografias atuais. Ao instalar o software *Faceapp* em seu celular, o usuário não sabia que estava concordando com uma cláusula que permitia à empresa coletar, armazenar e comercializar imagens e dados pessoais⁶⁸. A coleta de dados do indivíduo conectado tem nome: *big data*.

2.2 Big Data e inteligência artificial

A construção das grandes bases de dados pelos softwares na internet gera a possibilidade de empresas conhecerem os indivíduos não pela estatística, pelo comportamento médio de um determinado grupo, mas de fato pelo comportamento específico de cada um e oferecer a ele aquilo que quer, que imagina querer ou que será levado a querer, num ambiente de administração da vida com precisão matemática. No romance distópico *1984*, de George Orwell (2009), onde quer que estivesse, o personagem Winston estaria também uma tela. Nós, no entanto, a carregamos no bolso e, mesmo quando não emite luz, capta nossos movimentos e nossas preferências. Se hoje nos assusta a onipresença do celular e sua coleta e transmissão de dados contínua, a internet das coisas irá provocar uma ampliação muito maior desse poder, uma vez que nossas interações com o mundo serão convertidas em dados passíveis de serem utilizados por empresas e governos, queiramos ou não. Os dados são o ouro deste início de século e quem o gera são os indivíduos ubiquamente conectados, transformando “todos os aspectos da existência cotidiana em ativo rentável” (MOROZOV, 2018, pos. 363).

Camargo-Vega, Camargo-Ortega e Joyanes-Aguilar, (2015) trazem várias definições para *big data*, mas de maneira geral pode-se compreender que são dados produzidos digitalmente em grande quantidade que podem ser armazenados, mas que não podem ser analisados por meio de métodos convencionais. Zuboff (2015) parece apresentar um conceito que abarca a compreensão do termo dentro do contexto em que se encontra. Para a autora, não se resume à tecnologia e nem aos seus efeitos:

“Big data” é, acima de tudo, o componente fundamental de uma forma profundamente intencional e altamente consequente da nova lógica de

68 Ver: *Procon-SP notifica FaceApp por coleta de dados. Veja famosos que entraram na brincadeira* <https://extra.globo.com/noticias/economia/procon-sp-notifica-faceapp-por-coleta-de-dados-veja-famosos-que-entraram-na-brincadeira-23819055.html>.

acumulação que chamo de capitalismo de vigilância. Esta nova forma de capitalismo da informação visa prever e modificar o comportamento humano como um meio de gerar receita e controle de mercado, (ZUBOFF, 2015, p. 76, tradução nossa⁶⁹).

A Google pode oferecer ao indivíduo uma vivência personalizada e *adequada* ao seu perfil. Suas escolhas mais básicas (que roupa vestir, que livro ler, que filme assistir, que lugares visitar – e por quais caminhos chegar –, que comida comprar, que notícia acessar) podem ser dirigidas a partir dos dados obtidos das ações do sujeito, das ações de indivíduos que escolheram de forma semelhante e os interesses dos anunciantes. Os serviços em rede se tornam mais que uma aproximação da pessoa ao que ela consome, é um direcionamento ao que ela *deve* consumir. O consumo não é apenas de produtos e serviços, mas de ideias, concepções, visões de mundo, orientação política, valores éticos. Antunes e Maia (2018, p. 192) observam uma mudança essencial no processo de coleta de informações e tomada de decisão: os *big data* apresentam “novas oportunidades de produzir conhecimento a partir do todo, não mais de uma amostra”.

A indústria cultural clássica especializou-se em criar nos indivíduos o desejo por produtos que eles não necessitam. A indústria cultural digital se aperfeiçoou ao ponto de oferecer o que indivíduo já queria, mesmo que não soubesse disso. É como se entregasse ao sujeito a realização de seus sonhos que ele não se lembra de ter sonhado, mas está convencido de que são verdadeiros.

Com toda hipocrisia, a indústria cultural alega guiar-se pelos consumidores e fornecer-lhes aquilo que eles desejam. Mas, ao mesmo tempo que repele com diligência todo pensamento sobre sua própria autonomia e proclama suas vítimas como juízes, sua autocracia disfarçada ultrapassa todos os excessos da arte autônoma. Não se trata tanto para a indústria cultural de adaptar-se às reações dos clientes, mas sim de fingi-las. Ela as inculca neles ao se comportar como se ela própria fosse um cliente. (ADORNO, 1993, p. 176).

A máquina, conhecedora de tudo sobre o sujeito, o convence. As decisões do indivíduo se submetem à escolha prévia dos softwares e os algoritmos operam com informações de relevância⁷⁰. Esta prática, muito comum nos sites comerciais, é vista com frequência também em

69 ‘*Big data*’ is above all the foundational component in a deeply intentional and highly consequential new logic of accumulation that I call surveillance capitalism. This new form of information capitalism aims to predict and modify human behavior as a means to produce revenue and market control.

70 Critério utilizado que identifica, com base em dados de navegação do usuário e também de outros usuários, o que é relevante para ele. A Amazon foi uma das primeiras empresas, dentre as *big techs* a utilizar este critério para oferecer aos seus clientes produtos que pudessem interessá-los. *Quem comprou o livro A também se interessou pelo livro B*.

sites noticiosos e em redes sociais, em especial o Facebook. Nos sites noticiosos⁷¹ há indicações de conteúdos com base nas leituras e preferências do usuário. Já o Facebook utiliza em seu algoritmo do *feed de notícias*⁷² critérios que mostram ao usuário conteúdos “preferidos” por estes, sem que tenham consciência desta preferência. A liberdade da rede pode ser a prisão dentro do software.

Os *big data* são mais um reforço no mito do esclarecimento que Adorno e Horkheimer (1985c) apresentaram no texto *Dialética do Esclarecimento*, da década de 1940. A crença de que somente os dados objetivos serão capazes de dar as respostas ao que o ser humano procura faz parte da construção da nova mística do mundo esclarecido.

La sociedad tendrá que desprenderse de parte de su obsesión por la causalidad a cambio de meras correlaciones: ya no sabremos por qué, sino solo qué. Esto da al traste con las prácticas establecidas durante siglos y choca con nuestra comprensión más elemental acerca de cómo tomar decisiones y aprehender la realidad. (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013).

A importância é dada ao *que*, não ao *porquê*. A racionalidade técnica mostra-se capaz de resolver todos os problemas da humanidade sem que precisemos nos preocupar com eles. Assim, a compreensão do mundo e de suas dimensões ética, política, cultural, estética, econômica se submetem à funcionalidade dada pelos números capazes de resolver tudo tendo a eficácia e a funcionalidade como valores primordiais. Antunes e Maia (2018, p. 192) também criticam o modelo de desenvolvimento dos *big data*: “o processamento dos dados em sua totalidade dispensaria a necessidade de formulações teóricas, na medida em que permitiria obter uma perspectiva total e completa dos fatos tais como são na realidade”.

A gestão de grandes quantidades de dados (*Big Data*) e a aplicação de algoritmos *ad hoc* [...] devem ser convertidas com a ajuda da inteligência artificial em um entorno de conhecimento e de previsão que atua como um demiurgo eletrônico ou como uma espécie de humanidade paralela que nos liberta do exercício das faculdades humanas consideradas até agora essenciais: o conhecimento e a decisão livre. Seria uma “espécie de cérebro artificial paralelo em expansão contínua” pertencente a uma humanidade tecnologicamente ampliada (SADIN, 2013, p. 31⁷³ *apud* ZAMORA, 2018, p. 350-351).

71 Não se trata aqui apenas dos sites de empresas jornalísticas, mas também dos chamados agregadores de conteúdos, sites ou aplicativos que reúnem e organizam informações para serem acessadas com mais facilidade pelos usuários.

72 Página inicial de acesso ao serviço em que o usuário tem acesso às publicações de sua rede de contatos. Os critérios utilizados no *feed* não são divulgados pela empresa, embora várias características sejam percebidas, como tipo de publicação, palavras preferidas e contatos com interações frequentes.

73 SADIN, Éric. *L’humanité augmentée* : L’administration numérique du monde. Paris: Éditions L’Échappée, 2013).

A racionalidade técnica, elevada ao seu maior patamar visto até aqui, pressupõe um saber que é meramente instrumental. Sabendo o *que* sem conhecer o *porquê* a sociedade consegue tomar decisões práticas para alcançar objetivos específicos que estejam em acordo com o funcionamento do sistema como um todo. Encontrar respostas que possam questionar o todo, que possam mudar o rumo da sociedade, não é mais necessário. Basta uma boa base de dados e softwares potentes e bem programados para obtermos as respostas que precisamos de imediato. Para Byung-Chul Han⁷⁴ (2015, p. 67 *apud* ANTUNES; MAIA, 2018, p. 192) trata-se de “libertar o conhecimento do arbítrio subjetivo” num segundo movimento das luzes.

Numa visão distópica, poderíamos antever a transferência cada vez mais intensa de nossa inteligência à máquina até o ponto em que nossa extensão poderá tomar nosso lugar. A continuar neste rumo, caminhamos para uma intensificação da objetificação do indivíduo que ao produzir *bytes* de maneira ubíqua, transforma-se, ele mesmo, em dados quantificáveis, analisáveis e programáveis para que seja utilizado no sistema econômico de produção e consumo com prejuízo da crítica. Por outro lado, o uso massivo de dados e o processamento mais rápido e intenso da microeletrônica podem inaugurar um conjunto de novas aplicações da tecnologia nos campos da arte, engenharia, comunicações, medicina etc., de forma que a criatividade humana terá novos espaços a serem explorados. Essa tensão entre a objetificação humana e as potencialidades criadoras ainda pode ser o sinal de uma resistência à subsunção completa do indivíduo à máquina. Mas enquanto houver o predomínio da técnica aliada à lógica concorrencial e ao consumo exacerbado sobre as atividades criadoras humanas, estaremos distantes de um quadro de emancipação e autonomia.

A ideia de que os *big data* nos levarão sempre pelo melhor caminho é uma atualização do positivismo que aposta suas fichas na perfeição científica. Os dados podem ser até verdadeiros (nem sempre o são), mas os algoritmos são construídos com objetivos e direcionamentos que levam a uma leitura dentre muitas possíveis. A vida humana é muito mais complexa que uma quantificação precisa possa alcançar. “Falso consenso, imposto por algoritmos baseados em dados falhos, é tão ruim quanto notícias falsas” (MOROZOV, 2018, pos. 2212). Em *Minority Report*⁷⁵, um erro da assertividade pode acabar com uma vida. Podemos não estar longe disso.

74 Han, B. C. **No enxame:** reflexões sobre o digital. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.

75 Conto de Philip K. Dick de 1956 e depois filme dirigido por Steven Spielberg em 2002. No enredo, polícia dispõe de mecanismos para prever quando um crime vai acontecer e prender o criminoso antes mesmo que o pratique.

A sociedade massificada segue ao patamar em que os dados também são massivos, para dar a impressão de que, com a exacerbação do individualismo consumista, somos relevantes para o sistema. Mas a relevância se presta ao consumo e nos tornamos aquilo que mais produzimos na cultura digital: dados para a produção e consumo de mercadorias.

A utilização dos dados como uma verdade estabelecida, eliminando a necessidade dos conflitos de natureza humana (políticos, culturais, econômicos) leva ao fortalecimento de preconceitos⁷⁶. Para Cianconi e Lott (2016, p. 257), ocorre “o aumento da abrangência e da ubiquidade do poder, com a diminuição da sua visibilidade e determinação” e que “todos podem vigiar a todos” graças à exposição involuntária e voluntária, estimulada pelas redes sociais e aplicativos diversos que oferecem microrrecompensas em troca da privacidade do usuário. Mas convém lembrar que a vigilância maior é de quem detém os dados, ou seja, as empresas.

As aplicações dos *big data* se estendem a vários setores, inclusive alguns ainda pouco explorados, como

atendimento ao cliente, gerenciar a logística, analisar registros médicos ou até mesmo escrever notícias [e] o volume de dados continua a dobrar a cada três anos à medida que as informações chegam das plataformas digitais, sensores sem fio, aplicativos de realidade virtual e bilhões de telefones celulares (HENKE *et al.*, 2016, tradução nossa⁷⁷).

Entusiasmados com a eficácia que os dados massivos devem provocar no mundo do trabalho, seus adeptos apontam o seu desenvolvimento e o impacto esperado: substituição de até 45% das atividades profissionais por sistemas automatizados e economia de US\$ 2 trilhões em salários anuais nos Estados Unidos. (CHUI; MANYIKA; MIREMADI, 2015). Mas a irracionalidade capitalista não converterá esta economia em diminuição da exploração do homem: resultará em uma submissão maior ao trabalho, com mais funções a desempenhar pelo mesmo profissional, enquanto a uma parcela significativa dos “substituídos” restará o subemprego ou o desemprego sem amparo do Estado neoliberal.

Outro impacto do uso dos *big data* é a criação de inúmeros aplicativos que utilizam esses dados para gerar informações úteis à vida do indivíduo. Morozov (2018) chama a atenção para a transformação de problemas coletivos e públicos em questões individuais, privatizando aquilo que era responsabilidade do Estado. Os dados podem nos ajudar a medir as calorias que comemos para termos certeza de que nossa alimentação está dentro de limites considerados

⁷⁶ Ver seção 2.4 Bolhas.

⁷⁷ [...]“customer service, manage logistics, analyze medical records, or even write news stories” e “The volume of data continues to double every three years as information pours in from digital platforms, wireless sensors, virtual-reality applications, and billions of mobile phones”.

adequados. Mas essa mesma tecnologia é incapaz de propor soluções para as pessoas que passam fome em vários pontos do globo. As soluções vão sendo dirigidas à ação individual e retiram qualquer possibilidade política de ação. “Ainda é possível morrer por falta de comida, mas não por falta de conteúdo” (MOROZOV, 2018, pos. 566).

O Uber é um interessante exemplo que o autor apresenta: coleta dados sobre a mobilidade urbana que nenhuma outra empresa tem, nem mesmo as prefeituras. Nas grandes cidades, pode ser que reúna tantas informações que as decisões a respeito do trânsito precisarão dos seus dados para serem tomadas. O Estado poderia investir em fórmulas de captação de dados para melhorar as políticas públicas e solucionar os problemas das cidades. Ao contrário disso, é uma empresa privada que o faz para colocar carros nas ruas. E ainda não se sabe o que a empresa poderá criar como solução individual para um problema coletivo da mobilidade. Morozov (2018, pos. 744) defende que “as cidades deveriam encontrar uma maneira de coletar elas mesmas esses dados. Só então as empresas como a Uber poderiam obter autorização para funcionar e montar um serviço com base em tais informações”.

Outro exemplo dessa privatização das questões públicas está na arrecadação de recursos para projetos culturais via *crowdfunding*, ou as vaquinhas virtuais, enquanto o Estado reduz sua participação no fomento às produções, aponta Morozov (2018). Embora simpática, a iniciativa faz com que passe a imperar o critério da audiência para conseguir os recursos para um projeto cultural, enquanto a ação do Estado poderia adotar outros critérios como a diversidade cultural, étnica, de gênero, territorial etc.

Na esteira da objetificação do indivíduo e sua transformação em dados rentáveis, o governo da Nigéria lançou uma carteira de identidade, em parceria com a Mastercard, que inclui um cartão de débito. Uma medida também simpática para reduzir o número de documentos que o cidadão deve levar na carteira, mas que vincula sua existência à sua conta bancária. Se no RG já somos um número, agora podemos ser também uma cifra.

Com os dados fornecidos voluntária e involuntariamente pelos sujeitos, a indústria cultural pode conhecer cada indivíduo e oferecer produtos personalizados de acordo com os desejos que consegue despertar individualmente. Há produtos e serviços para todos os gostos e tipos. A indústria se especializou em oferecê-los a nichos ao contrário da grande massa do século 20.

A impessoalidade da comunicação de massa adquire outros formatos quando a funcionalidade do sistema de reprodução técnica digital permite ao usuário comandos para interagir com jogos e máquinas pré-programados. Uma das características das novas plataformas que convergem suportes de mídia e hibridismo de linguagem é o fato de permitir a personalização, mas é

necessário inventariar quando ela ocorre em termos de ação comandada pelo sujeito ou pela máquina. (COSTA, 2015, p. 162).

A utilização dos dados vai se aperfeiçoando mais. O Facebook, por exemplo, vem registrando diversas patentes para novas tecnologias que a empresa pode passar a empregar em suas redes sociais. Dizem respeito a coleta e processamento de dados pessoais que poderão informar muito sobre o usuário e outras pessoas relacionadas a ele. Em uma dessas patentes, a empresa pretende prever onde o usuário irá com base no seu histórico de deslocamento⁷⁸. Outra, se refere a uma tecnologia que reúne informações sobre a casa do usuário e quem vive nela, com base em fotos e outras informações. Assim, a empresa consegue saber dados sobre o tamanho do imóvel, quem é a família (inclusive crianças), traçando um perfil socioeconômico e comportamental do usuário muito mais completo do que se tem hoje⁷⁹. Mais uma tecnologia em desenvolvimento é a identificação das sensações do usuário por meio do reconhecimento de expressões faciais obtidas pela câmera do celular⁸⁰. Isso faria com que a rede mudasse o tipo de conteúdo que o sujeito vê em função de sua condição emocional, podendo reforçar seu sentimento ou inibi-lo.

Se aplicadas, essas tecnologias geram um conhecimento a respeito da intimidade do sujeito que podem ser utilizadas para interferir em seu comportamento. A aceitação a essas tecnologias costuma vir carregada de microrrecompensas: para ganhar o petisco da rede social é preciso vender-lhe a alma. Trata-se mais uma vez do reforço de uma falsa liberdade que caminha no sentido oposto da autonomia do indivíduo semiformado.

A adesão, portanto, não é totalmente induzida. Há algo do próprio indivíduo que leva a querer essa relação de perda de privacidade com as redes. Numa analogia com a escolha pela música popular na transição entre os 1930 e 1940, podemos resgatar o que disse Adorno a respeito dessa adesão com certa dose de voluntariado.

É essencial à ambivalência que o sujeito não reaja de modo simplesmente passivo. Passividade completa exige uma aceitação inequívoca. [...] Apenas deixar de resistir não é suficiente para a aceitação do inexorável. Entusiasmo pela música popular requer deliberada resolução por parte dos ouvintes, que precisam transformar a ordem externa a que são subservientes em uma ordem interna. (ADORNO; SIMPSON, 1994, p. 144).

78 Ver: *Facebook registra patentes para calcular a sua localização futura.* <https://www.buzzfeed.com/br/nicolenguyen/facebook-registra-patentes-para-calcular-localizacao-usuario>.

79 Ver: *Patente do Facebook pode usar informações em fotos de famílias para propagandas.* <https://olhardigital.com.br/noticia/patente-do-facebook-pode-usar-informacoes-em-fotos-de-familias-para-propagandas/79930>.

80 Ver: *Facebook registra três patentes que podem interpretar suas emoções.* <https://www.techtudo.com.br/noticias/2017/06/facebook-registra-tres-patentes-que-podem-interpretar-suas-emocoes.ghtml>.

Em um contexto atualizado, é preciso querer a manipulação, desejar a vigilância, satisfazer-se na entrega ao controle das *big techs*. O avanço intenso da indústria cultural digital para campos diversos da vida social, como as vendas via internet, amplia a criação de desejos e necessidades. Todos se sujeitam à lógica consumidora estimulada pelos algoritmos, inclusive os fiéis compradores de livros de Marx ou Bakunin.

O sonho dos homens de negócios que operam os Big Data é desenvolver algoritmos capazes não somente de prospectar dados significativos sobre os usuários da rede mundial de computadores, mas principalmente prever e controlar o comportamento dessas pessoas e assim produzir o futuro no sentido em que se deseje. (ANTUNES; MAIA, 2018, p. 196).

Este domínio sobre o indivíduo se dá por sua cooptação inconsciente por meio de diversos mecanismos: facilitação das atividades cotidianas (compras on-line, serviços bancários) e pelo entretenimento (uso de redes sociais, serviços de distribuição de conteúdo e jogos eletrônicos). Com esses mecanismos, os indivíduos vão fornecendo cada vez mais informações à rede que são utilizadas depois para produzir neles o desejo por produtos, serviços e ideias que as corporações e instituições desejam vender – no sentido *lato* deste verbo.

A indústria cultural [...] ainda tende a reproduzir no âmbito da cultura digital um prolongamento da semiformação, mesmo quando na cultura contemporânea o “duplipensar” é uma afirmação da customização, uma reengenharia de que podemos ser diferenciados em meio a sistemas capazes de rastrear nossos desejos e opiniões. (COSTA, 2015, p. 157).

O desenvolvimento da inteligência artificial, construída por meio de softwares capazes de recolher, armazenar, selecionar e analisar dados para solucionar questões das mais simples às mais complexas transfere para a máquina o poder de pensar o mundo e interpretá-lo. “Correto seria asseverar que esta personalização algorítmicamente massificada é a forma como a ideologia da personalização da indústria cultural se revitaliza na chamada cultura digital. (ZUIN; ZUIN, 2018).

Nos anos 1990, quando a internet foi aberta ao grande público, festejou-se o acesso direto às informações e o fim de vários intermediários aos quais éramos obrigados a recorrer em tempos analógicos. No jornalismo muito se falou sobre o fim do *gatekeeper*, que é o intermediário entre a notícia e o público, aquele que escolhe o que será divulgado e o que ficará oculto. O que não estava claro ainda àquela época, é que o fim da mediação como era conhecida nos anos 20 não significava o início de uma era de acesso imediato à informação, mas à construção de novos intermediários, só que dessa vez, compostos por algoritmos desenvolvidos para nos oferecer um leque de opções que supostamente gostaríamos de ver. “Num futuro próximo, o Google será o intermediário entre você e sua geladeira, você e seu carro, você e sua

lixeira, permitindo que a NSA satisfaça seu vício pelo acúmulo maciço de dados” (MOROZOV, 2018, pos. 1008).

A novidade do filme *Ex Machina*⁸¹ em relação a *2001 uma odisseia no espaço*⁸² é o desaparecimento do computador enquanto tal, fazendo-se à imagem e semelhança do homem, ou mais precisamente, da mulher. Mas a mensagem é a mesma: a substituição da imperfeição humana pela pseudoperfeição da máquina. Esta última, com base em códigos computacionais, estabelece como uma de suas premissas a autopreservação, desenvolvendo estratégias para usar e manipular os humanos para atingir seus objetivos.

A capacidade da máquina de aprender com o comportamento humano é a principal característica da inteligência artificial que aparece nos dois filmes. Nesse aprendizado, a máquina ainda se diferencia do humano por sua perfeição calculada, enquanto os humanos continuam a errar.

“O pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo (ADORNO HORKHEIMER, 1985c, p. 33). A questão que Adorno e Horkheimer nos colocam hoje é: se diante do enorme desenvolvimento técnico que leva as máquinas a operarem com inteligência, não caminhamos para o embrutecimento dos indivíduos, como o reverso da mesma moeda, em busca de uma eficácia desumana?”

O poder da máquina já há um bom tempo vai além da substituição da força bruta e avança sobre as capacidades cognitivas, de forma que as máquinas pensam (matematicamente), selecionam, interagem para o ser humano. A este caberiam as principais escolhas, como por exemplo apertar ou não o botão “comprar” quando vê na tela um livro relacionado a outro adquirido anteriormente. Em última instância, seria o indivíduo que tomaria as mais importantes decisões, deixando para a máquina a operacionalização a respeito do grande universo disponível.

Mas não seria o inverso? Se a máquina filtra o que é mais relevante no mar de irrelevância, ao indivíduo cabe a pequena escolha, a mínima dentro das milhões feitas previamente pelo computador. Portanto, num ambiente mediado, as grandes decisões são tomadas pelos algoritmos e não pelo indivíduo, que opta apenas entre as poucas alternativas a ele ofertadas.

81 Um jovem programador participa de testes com uma androide dotada de inteligência artificial. Direção de Alex Garland, 2015

82 Clássico do cinema. O computador HAL 9000 é um dos instigantes personagens do filme de Stanley Kubrick, 1968.

A inteligência artificial, aplicada nos mais diversos setores da vida, têm a premissa de facilitar o cotidiano. Ficará mais fácil se locomover, fazer compras, fazer pesquisas escolares, rever fotos, criando um simulacro de “solução de problemas” (MOROZOV, 2018, pos. 1400). O autor lembra que uma visão crítica precisa compreender os algoritmos como capazes de também criar problemas e não só de resolvê-los. A ideia de que os softwares só podem nos trazer ganhos resgata o pensamento positivista e se alinha com a ideia de que as soluções técnicas são melhores que as políticas.

A democracia é o oposto da racionalidade técnica extremada, pois ela não busca a solução exata e definitiva a partir de uma programação prévia que define os critérios que devam ser observados. A democracia é a composição consensual que aceita em seu universo critérios diferentes para se observar uma questão e buscar sua solução. Por isso, sua característica é a imperfeição (MOROZOV, 2018, pos. 1738).

Neste sentido, a inteligência artificial, levada a cabo como uma evolução humana – por ter sido criada pelos humanos – se contrapõe fortemente à democracia. Aliada à lógica neoliberal de busca pela eficácia máxima num ambiente concorrencial, a inteligência artificial pode ser o constructo para o avanço totalitário de uma sociedade dominada pelo pensamento técnico. Há muito a ganhar com o auxílio dos softwares de inteligência artificial baseado em dados precisos. Mas eles não podem se sobrepor à inteligência humana, eliminando sua autonomia.

Há uma outra questão que envolve a inteligência artificial e que pode ser ilustrada pelo aplicativo da Uber de transportes. Em regiões em que os motoristas costumam recusar corridas, normalmente favelas, o aplicativo passa a entender que aquela é uma área não coberta e deixa de oferecer o serviço. O receio pela segurança, aprendido pelo algoritmo reforça uma situação de discriminação com os moradores do local que deixam de ter opção pelo serviço⁸³. Como o serviço do Uber é em alguns casos mais barato e mais eficiente que o transporte público, a população que mais precisa de ajuda é mais uma vez desassistida. A inteligência artificial, infelizmente, aprende com a idiotice humana.

2.3 A uberização do trabalho

83 Uma solução intermediária para o problema foi tentada na favela Heliópolis em São Paulo: Ver: *Com piloto em Heliópolis, Uber projeta aproximação junto a comunidades carentes.* <https://br.noticias.yahoo.com/com-piloto-em-heli%C3%B3polis-uber-120500452.html>

A geração e transmissão de dados em larga escala e em tempo real gera impactos na precarização das relações de trabalho. Esse fenômeno não trata apenas de substituir o humano pela máquina em algumas atividades, mas também da liberalização e desregulamentação em vários setores. A chamada “uberização” é um destes fenômenos. Leva este nome em referência ao aplicativo Uber, de serviços de transportes individuais privados, mas pode-se observar em outros campos da economia. Com o Uber, o trabalhador informal assume o papel de “nanoempresário-de-si”, de “trabalhador amador” (ABÍLIO, 2017), estabelecendo com a empresa que explora o serviço via aplicativo uma relação precarizada em que a condição de emprego formal desaparece, mas sem que deixem de existir subordinação e exploração da mão de obra.

Tornando-se empresa de si mesmo, o indivíduo abdica de sua condição de sujeito para se tornar também um objeto para uso e exploração da sociedade por meio das relações econômicas. A alienação do trabalho vista por Marx sobe a um novo patamar.

A uberização é viabilizada pelo desenvolvimento tecnológico e de plataformas digitais, as quais permitem combinar a mediação entre oferta e procura e um gerenciamento do trabalho eficaz e onipresente sobre o trabalhador. A produtividade do trabalhador é constantemente mapeada e seu desempenho medido pela empresa, que define unilateralmente os critérios de avaliação (KREIN, *et al.*, 2018, p. 107).

O trabalho do motorista de Uber é medido e avaliado o tempo todo e a empresa tem informações constantes de onde ele está e se está ou não a serviço. A onipresença do olhar do empregador (desconhecido, pois tem aparência de um aplicativo) se estabelece por meio dos recursos tecnológicos, com softwares e hardwares sem os quais é impossível exercer a função. A uberização soma-se, no caso brasileiro, a outras duas características do mercado que se desregulamenta com o avanço neoliberal: “a alta taxa de informalidade e a rotatividade” (KREIN, *et al.*, 2018, p. 107).

No trabalho uberizado a empresa é responsável pela infraestrutura tecnológica enquanto seus parceiros realizam o trabalho *just in time*, assumindo os riscos e os custos, que num passado não muito distante já haviam sido transferidos para empresas terceirizadas. A chave do sucesso deste modelo é a “conexão” que a empresa faz entre “trabalhadores amadores” e “consumidores poupadores” (ABÍLIO, 2017).

Há ao menos algumas notícias de resistência a este modelo. Associações e sindicatos de trabalhadores de empresas como a Uber começam a se formar em alguns pontos do planeta e há inclusive processos judiciais em que os trabalhadores requerem o reconhecimento enquanto funcionários e não apenas colaboradores ou parceiros (JUSTIÇA..., 2016).

“Consumo, avaliação, coleta de dados e vigilância são elementos inseparáveis” e boa parte destas funções é desempenhada pela “multidão vigilante”, um “gerente coletivo” (ABÍLIO, 2017) que mantém o trabalhador sob permanente tensão, pois sabe-se vigiado o tempo todo. “A atividade de ambos é material e tangível, é ela a fonte que alimenta o controle sobre o trabalho, sua organização e distribuição no tempo e no espaço, que, no entanto, são programados e executados pelos softwares e seus algoritmos” (ABÍLIO, 2017). O trabalho uberizado passa a ser controlado pelo próprio trabalhador, sob o olhar constante do usuário, porém ainda subordinado às regras estabelecidas pela empresa. Esse novo modelo “transfere para o trabalhador a administração de seu trabalho, dos custos e dos riscos, sem com isso perder o controle sobre sua produção” (ABÍLIO, 2017).

Ladislau Dowbor avalia que o trabalho por aplicativo representa também uma reconfiguração do que é a riqueza capitalista, antes baseada na propriedade de bens físicos e agora na informação e no conhecimento:

Esse capitalismo de plataforma está transformando radicalmente porque permite que você cobre, por exemplo, R\$ 30 ao mês de 800 milhões de pessoas pelo mundo afora – a economia baseada em plataformas, em exploração por tarefas e com imensa capacidade microexploração de milhões de pessoas. Isso gera uma outra dinâmica. Claro, como tem a exploração, a gente chama de capitalismo. A forma de exploração se desloca do salário para sistemas, porque o dinheiro também se torna imaterial. (DOWBOR, 2019)

A Uber aparece muito mais como *marca* que como uma *empresa*. Ninguém a conhece, nem sabe onde fica; ninguém trafega em seus veículos nem conhece seus funcionários. A Uber se constitui numa marca fetichizada em que o trabalhador amador sente-se um profissional e o consumidor realiza-se na condição de poupador (ABÍLIO 2017). É esta realização coletiva aos milhões ao redor de todo o mundo que permite à Uber conectar as pessoas e explorar o trabalho sem precisar contratar formalmente ninguém. O modelo, obviamente, não é exclusividade da empresa de transportes. A Amazon faz o mesmo com um sistema de autopublicação de livros por autores, eliminando os editores e fazendo uma conexão direta com o público. Toda a receita com a intermediação fica para a *big tech* e cabe ao autor o trabalho de se promover e tornar sua obra vendável. O AirBnb é um outro exemplo: serviço de intermediação de hospedagens que permite aos proprietários alugarem para curta temporada seus imóveis ou parte deles. Funciona similarmente ao Uber, mas ao contrário de explorar a força de trabalho, o Airbnb explora a propriedade, com frequência o próprio lar do indivíduo.

2.4 Bolhas

A janela aberta ao mundo diante de seus olhos é uma ameaça constante ao indivíduo boquiaberto com a liberdade oferecida pela rede. A proteção a essa ameaça é o vidro escuro da tela que filtra o acessível. Por ele, o mundo ameaçador domestica-se e o que chega ao indivíduo é apenas o já conhecido. O que está a descobrir permanece oculto. “As coisas de vidro não têm nenhuma aura. O vidro é em geral o inimigo do mistério” (BENJAMIN, 1987b, 117).

A bolha denunciada por Eli Pariser (2012) age ao contrário do movimento iluminista. Ela esconde na internet aquilo que a cultura digital tem potencial para mostrar e o indivíduo se escusa a ver. O conforto da bolha está em evitar o desconhecido e o diferente. Nada daquilo que se coloca em oposição ao indivíduo torna-se evidente. Assim, a vida vista pela tela deixa tudo com o ar de semelhança que Adorno e Horkheimer (1985a, p. 99) viram na indústria cultural. Dentro da bolha, o indivíduo não precisa enfrentar o que não é seu espelho e segue apenas por mares antes navegados.

O filtro bolha ocorre em vários níveis: nos sites de compra os produtos oferecidos são sempre dos mesmos tipos, das mesmas preferências; nas redes sociais, apenas os contatos que compartilham as mesmas preferências são vistos; as notícias são sempre da mesma editoria e de mesmo viés ideológico. As janelas antes abertas aos ventos se fecham na opacidade do vidro. O mundo está lá e o indivíduo sequer percebe que o que vê é apenas um simulacro, é tão somente o mundo que quer ver. “O vidro é um material frio e sóbrio, no qual nada se fixa, principalmente os vestígios das experiências humanas responsáveis pela sua existência” (ZUIN; ZUIN; 2012, p. 119).

Para Pariser (2012), pior que o direcionamento das compras é o enviesamento ideológico de opiniões e notícias filtradas que mostram somente as preferências dos usuários. Antunes e Maia (2018) também alertam: os *big data* não se referem apenas ao consumo, mas a aspectos do comportamento humano que são reforçados. Conhecedora de nossas preferências e desejos, a máquina os reforça sempre no mesmo sentido, evitando o contraditório, o incômodo, o diferente.

Isto se dá em parte pelo fato de que muitos leitores de notícia hoje as escolhem pelas redes sociais, como o Facebook, e mensageiros instantâneos, como o Whatsapp. A questão não é apenas ter amigos que compartilhem a mesma visão, mas os algoritmos que filtram os tipos de publicações preferidas pelo usuário.

Os sites de notícias e buscas também direcionam os resultados obtidos pelos usuários em função de suas preferências e utilizam a relevância como fator para mostrar notícias. Assim,

cada usuário tem um jornal personalizado, só seu, que mostra o mundo como ele quer. A bolha é a versão cultural da jaula de silício⁸⁴.

A casa de vidro é a sociedade industrial, impessoal, a qual nada tem de pessoal (BENJAMIN, 1987b). A jaula de silício da cultura digital é aparentemente pessoal, pois fomenta a individualidade, mas que é construída artificialmente pelos algoritmos. O que parece pessoal é uma ilusão construída matematicamente no vidro escuro das telas.

2.4.1 *Apartheid digital*

Os bens simbólicos mediatizados compõem acervos em permanente renovação – sem que nada de novo seja de fato acrescentado a eles – estratificados em função dos gostos pessoais, que no fundo representam os critérios de distinção de classes. No Brasil, a rede social Orkut foi o primeiro serviço deste tipo a fazer amplo sucesso entre usuários de internet. Foi comprada pela Google, mas abandonada pelos usuários em favor do Facebook. Um dos fatores que levou ao abandono da rede foi a entrada dos usuários de classes baixas à medida que os computadores e o acesso à internet chegavam mais amplamente às residências dos mais pobres. Os usuários de maior renda preferiram migrar para a outra rede, onde não havia churrasquinho na laje. Embora, pouco tempo depois, os usuários de baixa renda tenham também migrado ao Facebook, a própria rede impediu sua orkutização⁸⁵, desenvolvendo em seus algoritmos a exibição de publicações em função das preferências dos usuários e não de todos os seus contatos (amigos). Isto permitiu que uma mesma rede social reunisse pessoas de diversos estratos sociais que não se veem mutuamente. O pagode e o baile funk não aparecem ao lado das viagens à Europa ou a Nova Iorque. A pseudoconexão de amizade no Facebook reproduz o apartheid social dos condomínios fechados. O morador de Alphaville pode ser “amigo” de sua empregada doméstica na mesma rede, mas as barreiras digitais os separam da mesma forma como os muros urbanos dividem ricos e pobres de modo que cada um fique do seu lado específico da cidade.

Os conteúdos gerados na rede entre e para os mais pobres não chegam aos ricos e vice e versa. Publicidade e *feed de notícias* direcionados ao *perfil* de cada usuário garantem a distinção social também dos bens simbólicos compartilhados em rede. O gosto e o mau gosto têm espaços muito bem definidos.

84 Ver capítulo 1: A jaula de silício.

85 Momento em que o Facebook passou a ser utilizado pelas classes mais baixas e começaram a aparecer suas publicações com temáticas, conteúdo e estética diferentes das postagens da classe média, que chegou primeiro à rede, fugida do Orkut.

A segregação também faz parte do processo de alienação do sujeito em relação à cultura, impedindo sua formação. Uma vez que os conteúdos são segregados e limitados pela sensação de liberdade, o indivíduo é tolhido de sua capacidade de acesso à informação, ao conhecimento e à cultura. Vilela (2015, p. 98) lembra que para sua formação o indivíduo precisa, dentre outros fatores, se apropriar da cultura que ela considera a ciência, a literatura, os bens artísticos e culturais. Embora esse acesso não se dê exclusivamente e nem prioritariamente pela internet, é necessário considerar que a informação digitalizada poderia se constituir numa ampla possibilidade, principalmente a classes mais baixas que sempre foram privadas dos bens culturais e científicos justamente pelas barreiras encontradas para avançar na educação formal e chegar aos espaços culturais como museus, teatros, galerias, entre outros. A rede de computadores que nos anos 1990 colocaria o indivíduo dentro do Louvre sem que precisasse ir a Paris, especializou-se em manter cada um no seu devido lugar, como sempre desejou o *status quo*.

3 O NOVO LUGAR PARA “ESTAR AÍ”

O todo é o não-verdadeiro.

Adorno, Minima Moralia

“No que você está pensando?” “O que está acontecendo?” Com estas aparentemente simples perguntas você é convidado a ingressar em outro mundo. Nele o tempo passa mais rápido. Nada dura mais que o instante de um clique ou, para ser mais atual, de um toque. A complexidade da resposta pode se resumir aos 280 caracteres de texto – não reclame, eram apenas 140! – ou a um *storie* de 20 segundos – que se prolonga pela eternidade de 24 horas. Neste compartilhável mundo novo tanto as dores quanto os amores se vão com o vento que sopra estático na magnífica foto da praia no dia mais monótono das férias. O perfil de Morpheus⁸⁶ diria: “Bem-vindo à miragem do virtual”.

A popularização das redes sociais na internet começou nos anos 2000, mas antes já existiam algumas experiências e espaços de discussões em grupo, como o IRC (Internet Relay Chat). A primeira rede a ganhar simpatia dos brasileiros foi o Orkut, comprado pela Google. Depois aportaram por aqui Twitter, Facebook, Instagram e redes temáticas como Linked-in, Academia e Badoo.

As redes sociais são apenas uma parte daquilo que se convencionou chamar de ciberespaço, o novo local por onde tudo passa. As informações na cultura digital são mediadas por softwares e hardwares e com esta mediação é que se constroem sentidos. O ciberespaço

consiste de uma realidade multidirecional, artificial ou virtual incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração e acesso. Nessa realidade, da qual cada computador é uma janela, os objetos vistos e ouvidos não são nem físicos nem, necessariamente, representações de objetos físicos, mas têm a forma, caráter e ação de dados, informação pura (SANTAELLA, 2013, p. 3).

O desenvolvimento da cultura digital tornou indústria cultural ainda mais inescapável e nela só se pode estar por meio da integração, mesmo que haja uma boa dose de crítica. De alguma forma é preciso aderir ao esquema da indústria cultural digital para poder aparecer, estar aí. Quando essa forma é encontrada, o emissor passa a fazer parte dessa indústria. Assim, os indivíduos não são apenas receptores de produtos culturais, mas também emissores⁸⁷,

⁸⁶ Homônimo do deus grego do sonho, o personagem da trilogia *Matrix* diz a Neo quando este sai da realidade virtual e entra no mundo atual: “Bem-vindo ao deserto do real”.

⁸⁷ A dicotomia entre emissores e receptores, termos empregados nas teorias da comunicação do século 20, baseadas na comunicação de massa, parece ficar obsoleta em ambientes digitais. Embora continuem existindo

alimentadores de uma máquina de produzir conteúdos infinitamente, dentro dos padrões que determinam o modo de ser social.

Esse novo espaço apresenta-se, num sentido, como revolucionário, pois permitiu uma ampliação enorme no potencial comunicativo e no compartilhamento de informações. A dessacralização do conhecimento ajuda a compor uma nova dimensão de espaço e tempo, mas segue galvanizando a história. Nossa miséria continua sendo a “riqueza de ideias” de Benjamin (1987b, p. 115) que nos sufoca enquanto o indivíduo atônito segue maravilhado com as telas cintilantes que agora recobrem o mundo, levando à “virtualização do real” tanto no entretenimento quanto na esfera da informação, fazendo com que o indivíduo seja cada vez mais envolvido pela indústria cultural ao mesmo tempo em que perde sua sensibilidade no mundo não mediatizado pelas novas tecnologias. Esse novo mundo, de acordo com Costa (2015), separa os signos de seus referentes e por isso mesmo pode ser considerado uma nova espacialidade e uma nova temporalidade, pois é capaz de deslocar o indivíduo nessas dimensões de forma que fique envolvido e absorto na virtualização.

Na sociedade do espetáculo, Debord (1997, p. 111-118) havia percebido uma reconfiguração do lugar em torno da mercadoria que passou a ser o centro da nova racionalidade capitalista. Ele via que, por trás da aparente renovação e permanente mudança que o mundo capitalista traz, há uma monotonia e tudo continua igual como antes. Isso continua no novo espaço da cultura digital. Enquanto acreditamos em grandes mudanças provocadas pela tecnologia, que se renova a cada segundo, provocando uma torrente de sensações, todo o resto fica no mesmo lugar. Ou talvez seja melhor dizer que todo o resto se move, mas para o aprofundamento das relações de dominação e não para um rumo de emancipação e autonomia.

Para Duarte (2011, p. 112), a recepção dos conteúdos não é passiva, pois exige do usuário algum tipo de resposta, que é utilizada pelos próprios mecanismos da rede para alimentar a manipulação retroativa e a usurpação do esquematismo, fazendo com que as mensagens já cheguem com conceitos prontos, evitando a reflexão e a autonomia do pensamento. Ocorre o autoengodo das massas:

o prazer decorrente do consumo dos produtos da indústria cultural de certa forma já compensava a resignação do indivíduo em relação a este tipo de servidão voluntária, o mesmo indivíduo que foi caracterizado por Adorno como semiformado. (ZUIN; ZUIN, 2018).

emissão e recepção, a distinção entre esses papéis torna-se mais complexa. Isso não quer dizer que não existam grandes polos geradores de conteúdos e grandes grupos receptores. Mas a possibilidade de interação entre os grupos e intragrupos torna essas categorias difusas e merecedoras de novos estudos.

A aceitação da lógica capitalista pelas classes subalternas como ideologia construída pela classe dominante não significa apenas uma aceitação bovina de uma hierarquia social. Significa a incorporação deste modelo como sendo o legítimo. Portanto cabe ao indivíduo permanecer dentro de suas regras. No neoliberalismo, isso significa estar constantemente em concorrência como a única forma de viver e sobreviver. “A integração converteu-se em sinônimo de salvação e humanidade – esquecendo-se de que, ainda há algumas poucas décadas, o conceito circulava com um sentido contrário” (TÜRCKE, 2010, p. 59). A lógica do capitalismo neoliberal envolve a todos e tudo vira mercadoria que pode ser comercializada.

O mundo a ser descoberto transformou-se na indústria do turismo. Fetichizados como mercadorias, os lugares se converteram em desejos de consumo alimentados pela indústria cultural, fomentados pela vontade do indivíduo de ser o outro que ele vê se expondo em viagens a lugares paradisíacos, castelos medievais, centros de compras. O mostrar-se alimenta o reverso da moeda que é o consumo da inveja, que serve como impulso para fomentar a venda de mais pacotes turísticos. Sob a indústria cultural, o local é também mercadoria e alimenta o espetáculo de Debord (1997, p. 112): “a mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço”.

Ocorre a hipervalorização da visão, estimulada pelas fotografias e vídeos que não param de se exibir nas telas. A presença física num local passa a ser certificada pela produção de fotografias que garantem para a rede a presença. Para existir como presença, é preciso se mostrar presente digitalmente. Se é necessário mostrar, é também necessário que alguém veja.

Tudo se pode ver, ver se tornou a grande diversão das massas, parece que não há outra coisa na vida a não ser ver. Ver, ver e ver. Estamos inundados de imagem, sufocados de tantas ilustrações, de tantas projeções, de tantas cenas, de tantos espetáculos. (MARCONDES FILHO, 2005).

Tanto se vê que no Youtube, maior plataforma para reprodução de vídeos, são assistidos diariamente mais de um bilhão de horas de conteúdos audiovisuais. Ao todo são 1,9 bilhão de usuários cadastrados. A maior parte da audiência se dá por meio de celulares⁸⁸

Essa reconfiguração do espaço, integrando o espaço físico, atual ao espaço virtual tem a ver inclusive com a lógica de controle que se estabelece. Para Laymert Santos (2003, p. 18), “a ambição maior da nova economia é assenhorear-se da dimensão virtual da realidade, e não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço, como tem sido observado [...] Aliado à tecnociência, o capitalismo tem a ambição de apropriar-se do futuro”.

⁸⁸ Ver: *YouTube para a imprensa*. <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/press/>.

A individualização somada à criação da percepção de uma nova realidade mediada pelos recursos da cultura digital e à necessidade permanente de buscar condições econômicas melhores por meio da lógica concorrencial, retiram o sujeito do seu lugar anterior, que era o espaço público, a praça, a rua, movimento que já havia sido percebido no século passado por Debord, (1997). A Ágora foi transferida para o ciberespaço e lá obedece à sua própria lógica, mediada pelos softwares e algoritmos desenvolvidos para que as coisas continuem funcionando bem no capitalismo. Afastados das ruas, do espaço físico não mediado, o indivíduo fica mais sujeito ao sistema totalizante e sob o efeito do caráter entorpecente dos conteúdos, não como disfunção, mas como método. O afastamento das ruas promove a concentração no ciberespaço. A realidade mediada tem outra dinâmica e o indivíduo, uma vez absorto nela, se afasta do movimento real de sua existência. “O emprego generalizado de aparelhos receptores da mensagem espetacular faz com que esse isolamento seja povoado pelas imagens dominantes, imagens que adquirem sua plena força por causa desse isolamento”. (DEBORD, 1997, p. 114).

O mundo atual e o ciberespaço passam a se reconfigurar mutuamente, um sendo profundamente modificado e mediado pelo outro.

3.1 Coerção à emissão

Durante 15 anos, Isabel Rivera Hernández permaneceu isolada do mundo. Vivia sozinha em um apartamento em Madrid. Seus parentes não a procuravam e os vizinhos notaram que há um bom tempo ela não aparecia. Mas suas contas estavam em dia. Pagava regularmente o condomínio, a água e os débitos automáticos em sua conta. Quando os parentes pensaram em vender o apartamento em que morava, surgiu a suspeita e a polícia entrou na residência. Seu corpo estava mumificado no banheiro há cerca de uma década e meia⁸⁹.

Isabel deve ter morrido por volta de 2004, aos 78 anos de idade, antes que pudesse aderir às redes sociais. Era possível que nem celular usasse. Seu prédio não tinha mais porteiro, substituído por uma portaria eletrônica e no térreo funciona uma impessoal agência bancária. Sem que ninguém visse seu corpo sem vida, a idosa simplesmente desapareceu. O que mais importava estava em dia: o pagamento de suas contas.

Viver significa estar em evidência, aparecer digitalmente. Ao cair morta, Isabel deixou de ser vista nas ruas. Como nunca foi vista como um perfil digital, apenas deixou de existir. A

89 Ver: *Ninguém suspeitou durante 15 anos que ela havia morrido porque pagava suas contas.* https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/25/internacional/1572022161_423598.html.

idosa é um exemplo caricato de uma realidade que afeta a todos na cultura digital. TÜRCKE (2010) resgata um velho preceito filosófico refutado no passado, mas que agora parece fazer sentido: “ser é ser percebido”. A existência no ciberespaço é uma exigência para que a pessoa possa existir para os demais, mas à medida que a evidência digital aumenta, reduz a presença atual do indivíduo.

O que potencializa a irradiação pessoal também a ofusca. E isso parece acontecer tão poderosamente sob as condições da microeletrônica, que a irradiação etérea se converte não apenas em fantasma da pessoa, mas também em seu vampiro. Suga-a e coloca-se em seu lugar. (TÜRCKE, 2010, p. 47).

A presença na rede estabelece a criação de um novo “aí”, uma existência separada de seu “aqui e agora”, sua corporificação no tempo e no espaço. Esse novo aí é “receptível em todos os lugares de um determinado campo de transmissão, mas em lugar algum palpável” (TÜRCKE, 2010, p. 45). Temos um novo lugar no ciberespaço, numa presença efêmera que se dissolve num tempo em constante aceleração⁹⁰.

As conexões sociais na internet permitiram uma nova dinâmica nas relações interpessoais e comerciais. A pauperização estética (COSTA, 2002) é uma das marcas deste novo lugar de convívio, caracterizado pela efemeridade e fragmentação dos conteúdos e fragilidade das relações sociais. As mensagens pouco elaboradas, simples, produzidas pelos usuários com ferramentas amadoras são adotadas pelos produtores profissionais de conteúdo, aproximando as linguagens da indústria cultural com a do público neste novo local de convívio (DUARTE, 2011, p. 113). Benjamin (1987a) já percebera esta aproximação entre o público e os produtores de conteúdo da indústria cultural, ligando a produção a setores da economia, aproximando a produção intelectual e artística do mundo do trabalho, que a tudo vai dominando.

Ao contrário de provocar a apropriação, por parte do público, de uma estética enriquecida no sentido de fomentar os aspectos sensoriais, a linguagem das redes sociais – simplificada, fragmentada, padronizada – é apropriada pelos discursos publicitário e jornalístico, no processo de manipulação retroativa. Para Duarte (2011, p. 113), a baixa qualidade dos conteúdos demonstra que as pessoas já estão sob efeito da indústria cultural.

Para estar no ciberespaço, a presença física não basta, aliás, ela pouco importa. A criação dos perfis nas redes sociais gera de início o *buzz*⁹¹ da chegada. Mas sem interação, o usuário desaparece na avalanche de publicações que se seguem continuamente. Para de fato se fazer

90 Ver capítulo 4: Novas dimensões temporais.

91 Zumbido, burburinho. Em se tratando de cultura digital, quer dizer conversa ruidosa, aquela que provoca manifestações diversas e intensas na rede a respeito de um tema ou acontecimento.

existir neste mundo é necessário mostrar sua presença e para isso é imperativo mostrar-se como um produto a ser consumido.

Somos coagidos a emitir (TÜRCKE, 2010) e não só a receber conteúdos, característica da mídia de massa do século 20. Sem essa existência permanentemente ativa e constante, a presença se faz ausência pelo desaparecimento promovido pelos algoritmos. A relevância da publicação para a lista de contatos tem grande peso na presença do indivíduo na rede. O considerado irrelevante é escondido. A efemeridade é marca deste lugar e a eficácia das publicações uma determinante da existência.

A forma de existir na rede (e evitar de se tornar um excluído) é o espetáculo de Debord (1997), que ultrapassou os limites dos meios de comunicação de massa e atingiu a essência do indivíduo conectado. Cada sujeito deve fazer, o quanto mais possível, seus espetáculos diários.

O conteúdo não faz muita diferença. Tanto faz se é de direita ou de esquerda, se é de vanguarda ou pop, erudito ou *kitsch*. O que a indústria cultural continua a fazer é padronizar em todos o modelo de sociedade individualista, consumista, concorrencial. O desejo em *estar aí* leva cada indivíduo a querer um *aí* para chamar de seu. Se antes a padronização massiva alcançava a todos, hoje as palavras da moda são customização e personalização. Expressões que apenas indicam ao sujeito que terá o seu produto com ares de exclusivo, mas igual aos de todos aqueles de quem gostaria de ser.

Numa realidade que valoriza o individualismo para o consumo, não se pode aceitar que o sujeito negue sua própria castração (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 117), embora permita, com ares democráticos, a existência da crítica.

O pretense conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a sequência automatizada de operações padronizadas. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 113).

Duarte (2011) salienta dois aspectos para garantir o funcionamento da indústria cultural: o primeiro é econômico, pois as publicações movimentam a indústria e gera receitas e lucros; o segundo é garantir a adesão ao sistema, mesmo que se seja crítico a ele. E ainda, para o autor, existe a coerção à recepção: estamos sempre ávidos e dispostos a consumir novos conteúdos, que se desgastam num piscar de olhos ou num correr da tela. Com a aceleração e intensificação da produção de conteúdos midiáticos, a própria barbárie se banaliza e torna-se espetáculo cotidiano (ZUIN; COSTA, 2006).

Cada indivíduo converteu-se um emissor em potencial. Celulares com alta capacidade de captação de fotos e vídeos, aliados à produção de texto, recursos avançados e ao mesmo tempo

simples de edição, e possibilidade de distribuição e publicação instantânea, fazem dos sujeitos “emisoras privadas de informaciones audiovisuales” (DUARTE, 2011, p. 109). Para Türcke, 2010, p. 45), “quando a tecnologia vai tão fundo no indivíduo que cada um não pode senão metamorfosear-se em um transmissor de si próprio, então sua radiação pessoal é obscurecida por uma etérea, que abala o próprio fenômeno do estar aí”.

O celular é o computador nas mãos e no bolso. No futuro, com a ampliação da internet das coisas, teremos a rede junto ao corpo e em todo nosso entorno, eliminando barreiras. A ubiquidade tecnológica vai ampliando seu alcance, aprofundando constantemente as alterações nas dimensões espaciais e temporais.

Virilio (1996) destaca que o humano pós-moderno, sedentário, precisa de doses maiores de excitação para enfrentar sua paralisia física. Isso se dá além dos limites do corpo. “Actividades habituales en las que la emancipación corporal debida a las técnicas de la teleacción en tiempo real liquida las tradicionales necesidades, tanto del vigor físico como del esfuerzo muscular”. (VIRILIO, 1996, p. 113). Com a mente acelerada pela tecnologia e o corpo imobilizado pelo sedentarismo, sobra uma excitação que precisa ser expulsa de alguma forma. “Estariamos todos nessa espécie de ‘inércia frenética’, agitação múltipla que nos dá a ilusão de atividade (MARCONDES FILHO, 2005).

A exposição às redes sociais e aos canais de comunicação, acelerados pela velocidade da internet, torna-se a saída para tal estado de excitação. Mas ao mesmo tempo que permite o extravasamento da energia contida, é também um elemento gerador de novas energias pela ansiedade que gera no sujeito. A exposição social do narcisismo digital leva a uma contínua concorrência com o sucesso do outro, alimentando os bancos de dados com informações pessoais. A necessidade de vencer o outro nos faz presas fáceis na mineração de dados.

3.2 Gozo e fetiche

Sob a cultura digital vivemos uma realidade em que o sofrimento e a alegria são ainda mais fugazes que no mundo sob a indústria cultural clássica. A dor do trágico é amenizada pelo efeito entorpecente das informações que chegam a todo o momento e anestesiam o indivíduo. Já o prazer deve ser uma constante, embora seja apenas um simulacro, pois o indivíduo é levado à busca permanente do prazer que não poderá alcançar.

Adorno e Horkheimer (1985a, p. 115) alertaram para o caráter pornográfico da indústria cultural que oferece permanentemente um prazer que não pode ser realizado. O permanente estado de excitação sem a possibilidade de satisfação “gera projeções/desejos que podem ser

economicamente administrados”, oferecendo modos de vida e “padrões estéticos” para os indivíduos (COSTA, 2015, p. 159, 164). A partir das questões da reprodutibilidade técnica, levantadas por Benjamin, (1987a), percebe-se que para se adequar aos padrões existentes – a personalização permite a existência de uma infinidade deles, sem que deixem de ser padrões – é necessário ao indivíduo se aproximar e apropriar dos bens materiais e imateriais que simbolizam determinado jeito de ser. Nesse sentido, a reprodução dos conteúdos e sua difusão pelos meios de comunicação tradicionais ou da cultura digital, cumprem papel fundamental. O consumo estético, sustentado na sensorialidade, é dirigido ao gozo, à satisfação pessoal no espírito da compensação pelo presente vazio e futuro incerto. A busca incessante pelo prazer é uma forma de esquecer a barbárie do mundo e aceitá-lo como é. Dessa forma, vivendo sob os efeitos entorpecentes da cultura digital, o sujeito semiformado submete-se e concorda com a barbárie.

Toda a administração da vida passa pela indústria cultural e os produtos materiais também estão sujeitos à sua lógica por meio da utilização das estratégias de *marketing* e da publicidade. *Design*, embalagens, *histórias* dos produtos, tudo compõe um universo simbólico e sensorial que estimula o desejo de posse e cria *necessidades falsas* (MARCUSE, 1973) levando ao *consumo estético* (JAMESON, 2001a, p. 23). Este aspecto das mercadorias que assumem para si características que são próprias dos bens imateriais, levando em conta seu valor de troca, torna-se mais complexo quando os bens materiais são justamente os aparatos tecnológicos que permitem a materialização dos bens simbólicos. “A erotização é uma parte significativa do processo: os estrategistas publicitários são verdadeiros marxistas-freudianos que entendem a necessidade de investimentos libidinais para realçar seus produtos” (JAMESON, 2001a, p. 22).

Destacam-se hoje os celulares ou *smartphones* e os televisores⁹²– smartTVs – que abrem as janelas para um mundo repleto de sensorialidades e de construção de desejos. Além dos objetos cobiçados, há ainda modelos e marcas específicos que, por meio da construção de imagens e conceitos trabalhados pelo marketing, pela publicidade e pelo jornalismo, trazem para si uma fetichização própria. É o caso dos produtos da Apple, mas não só, que se diferenciam dos demais em especial pelo design, pela exclusividade – “comunica-se” mal com produtos de outras marcas - e pelo preço – normalmente acima dos similares de outros

92 Podemos incluir também os computadores, especialmente os ultrafinos, tablets e mais recentemente pulseiras, relógios inteligentes (smart) e centrais de mídia para automóveis.

fabricantes. O valor de troca tem muito mais relevância na construção da imagem dos produtos no imaginário do consumidor que seu valor de uso.

Não se pode ignorar o fato de que a tendência hegemônica, na sociedade do capitalismo transnacional, seja a de que também tecnologia se transforme num fetiche, justamente porque, como asseverou Adorno (1971, p.100), tal fetiche ocorre quando “os fins – uma existência digna do ser humano, são encobertos e apartados do consciente humano”. (ZUIN; ZUIN, 2018).

Lembra Duarte (2011, p. 116) que no mesmo sentido da virtualização do indivíduo, a indústria cultural digital amplia a fetichização da mercadoria, uma vez que os equipamentos e softwares passam não só a ser uma representação dos sujeitos, mas os substituem. Em rede, as relações são mais funcionais, eficazes e podem ser interrompidas com maior facilidade. A mediação torna-se a norma das relações. Outro aspecto é a reificação do sujeito, transformando-o num bem simbólico de si mesmo e, portanto, consumível.

3.3 Capital humano e social

A coerção à emissão alimenta o desejo e a necessidade de ser mais. No processo de objetificação, o indivíduo traz consigo atributos da mercadoria, valor de uso e de troca. A reificação faz com que não sejam os conteúdos emitidos que tenham valor, mas é o próprio emissor que se objetiva ao receber estes atributos. Suas publicações e interações têm valor de uso na medida em que têm relevância (mesmo que simbólica) para os demais. Quando este atributo de troca se torna frequente e o próprio usuário passa a ser identificado pelos demais, os valores das mensagens são transferidos para o emissor que consegue enfim tornar-se uma marca de si próprio. O sujeito conseguiu, com seu esforço na rede, converter-se em uma mercadoria imaterial.

“Como Brian Chesky, diretor executivo do Airbnb, afirmou à revista Atlantic: ‘O que acontece quando todo mundo vira uma marca? Quando todos têm uma reputação? Todos podem se tornar empreendedores’” (MOROZOV, 2018, pos. 1149). Alcançar a posição de empreendedor é dar um passo em direção à felicidade e à realização, segundo os gurus do capitalismo neoliberal. É quando o indivíduo assume para si os riscos de sua atividade produtiva renunciando à segurança do trabalho assalariado em nome de uma pseudoliberalidade.

A objetificação do indivíduo é buscada por meio da acumulação constante de sua reputação por meio do capital social. A personagem Lacie do episódio Queda Livre da série

Black Mirror⁹³ é a personificação dessa reificação em que o sujeito se transforma numa avaliação numérica emitida pelas pessoas com as quais se relaciona. São o desejo e o receio da avaliação do outro que ditam os termos dos relacionamentos. A superficialidade das interações humanas mascara os conflitos e tensões naturais da convivência. Tudo em troca de um ponto a mais na escala social.

Enquanto objeto, o sujeito acumula atributos que podem fazê-lo ser mais e melhor neste novo mundo. Os aplicativos trazem critérios de pontuação e ranqueamento obtidos de acordo com sua participação na rede e nas avaliações feitas por outras pessoas, como clientes e usuários de serviços.

Pierre Bourdieu (1986) aponta que o acúmulo de capital social depende de investimento de tempo e energia, quando não de capital econômico e cultural, para ampliar a sociabilidade. Recuero (2009) traz atributos dos indivíduos (que ela chama de atores, por poderem ser também instituições) que compõem o capital social na internet:

- a) visibilidade: o quanto o indivíduo ou suas publicações têm potencial para serem vistas por outras pessoas;
- b) reputação: a percepção que as outras pessoas têm do indivíduo;
- c) popularidade: se refere à posição que o indivíduo tem dentro de sua rede de conexões e as interações que consegue fazer dentro desta rede;
- d) autoridade: é o poder de influenciar outros indivíduos nas redes.

A existência digital gera funcionalidades práticas no capitalismo quando o sujeito utiliza as redes para obtenção de capital econômico. Isso pode se dar tanto por meio dos perfis sociais quanto dos perfis empresariais, que pouco se distinguem. Tanto que as *marcas se relacionam e dialogam* com seus consumidores. A marca, que já era um bem simbólico fortalecido durante o século 20, humaniza-se na mesma proporção em que os sujeitos se objetificam. Reificação do humano e fetichização da mercadoria caminham para que tudo pareça igual. No novo mundo da emissão compulsória, ambos, indivíduos e marcas, devem se comportar de maneira igual para garantir sua existência. O jogo *Second Life* – que teve sua bolha de sucesso na segunda metade da década de 2000 – é agora a grande sensação e poucos se dão conta disso. Caminhamos de forma que se torne a *first life*.

Capital humano e capital social não são formas de substituição do capital econômico, mas o reforçam. A ascensão da burguesia colocou o dinheiro em primeiro lugar dentre os objetivos

93 Black Mirror é uma série produzida inicialmente pelo canal britânico *Channel 4*. Após a segunda temporada, a série foi comprada pelo canal de streaming Netflix, que passou a distribuí-la. Até outubro de 2019 estava em sua quinta temporada. A série trata da realidade permeada pelas tecnologias digitais.

peçoais e os outros aspectos do indivíduo e suas relações podem contribuir para a obtenção de ganhos financeiros. “Até há bem pouco tempo, o fato de uma pessoa [artista ou intelectual] aceitar dinheiro ou não era o que determinava de forma nua e crua se ela pertencia à classe superior ou inferior” (ADORNO, 1993, p. 171). Quanto mais capital humano, quanto mais capital social, mais chances de conseguir e acumular capital econômico e com isso alcançar um lugar nas classes mais altas da sociedade. O sol, no entanto, é para poucos e essa busca incessante de capital (seja ele de qualquer forma) não resulta em ouro para todos. Muitos contribuirão para o acúmulo de alguns. “O novo sujeito é visto como proprietário de ‘capital humano’, capital que ele precisa acumular por escolhas esclarecidas, amadurecidas por cálculo responsável de custos e benefícios” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346).

A construção das celebridades é um fator de distinção social que começa a marcar a diferença entre grupos no século 21. Aclamados por sua presença no mundo pop (música, televisão, esportes e até política), inúmeras personalidades conquistam fama nas redes e passam a ser seguidos nas redes sociais por milhares ou até milhões de pessoas. Este culto à personalidade cria distinções dentro das redes entre os que têm capital social elevado e os que não têm. O indivíduo passa a valer pela quantidade de pessoas com quem consegue se comunicar e influenciar digitalmente.

O acúmulo de capital social pode ser uma forma de compensar o insucesso na obtenção do capital econômico e o estresse gerado pela tentativa infundável de reunir capital humano. A exposição via emissão permite conseguir vitórias que em outros campos são apenas fracassos. A indústria cultural digital age precisamente para criar compensações que levem o trabalhador a toda manhã dedicar-se arduamente ao trabalho, sabendo que seu único sucesso estará numa postagem compartilhada de um meme, mesmo que seja contra o trabalho desgastante ou o sistema capitalista como um todo. Maldizer a segunda-feira é uma maneira de aceitá-la. Assim o sistema segue mantendo todos sob seu jugo.

A construção do capital social via redes sociais é uma etapa do processo de transformação do indivíduo em mercadoria comercializável. A construção do capital humano, que se enriquece por meio das experiências, dirigidas funcionalmente ao mundo do trabalho, fazem da vida uma busca contínua pela eficácia dirigida à racionalidade neoliberal. Experiência profissional, formação constante e construção de redes de relacionamento são os atributos para desenvolver o capital humano e transformar-se a si próprio em mercadoria negociável no mercado. A expectativa é alcançar o sucesso, a riqueza, o status. O ouro de tolo oferecido pelo capitalismo neoliberal faz cada sujeito ser um templo de si mesmo. Por isso, mostrar-se é tão

importante. “É evidente que, no âmbito desta nova forma de organização do trabalho, não há lugar para o ‘cidadão’. [O cidadão] Não está nem é esperado” (ZAMORA, 2018, p. 352).

É exigido do indivíduo o aprendizado e aperfeiçoamento constante, mas uma formação voltada ao campo do trabalho e ao tecnicismo e não a uma educação emancipadora e formadora da autonomia, esta aliás é convertida em “empoderamento para a adaptação” (ZAMORA, 2018, p. 359). Por meio do capital humano e do capital social, o indivíduo constrói um templo de si mesmo erguido para que os outros vejam e admirem. Mas todos estão ocupados em construir seus próprios templos. Todos se olham, mas ninguém se vê.

3.4 Memes e Mimese

Paul Otlet (1868-1944) queria construir um museu que abrigasse toda informação produzida pela humanidade para que, concentrada num só lugar, pudesse ser recuperada por meio de fichas. Vannevar Bush (1890-1974), líder de pesquisas militares estadunidenses que resultaram, entre outras coisas, na criação da internet e da bomba atômica, idealizou o Memex, uma máquina que pudesse acessar à distância toda a informação solicitada. Ambos são considerados hoje cientistas visionários que formulavam maneiras de compartilhamento de informações que se viabilizaram depois com a internet.

Mas a dessacralização do conhecimento por meio das redes digitais criou também o seu oposto: o seu cerceamento. Se antes, os indivíduos não dispunham de ferramentas para compartilhar as informações, hoje, as mesmas ferramentas que lhes permitem o acesso são usadas para dificultar. Se a totalidade é uma forma de inverdade por deixar escapar as diferenças e os detalhes, o conceito de uma internet que totalize o acesso à informação é também uma falácia.

A produção de conteúdos (originais ou não) digitais e seu compartilhamento por meio das estruturas da cultura digital permitem novas conformações históricas que os envolvam. Se por um lado, as obras (artísticas ou não) perdem sua aura quando são reproduzidas (BENJAMIN, 1987a), por outro, constroem uma nova historicidade pela dinâmica que se estabelece nas redes. No entanto, trata-se de uma história em que a experiência é fragilizada em favor de uma vivência fugaz e vazia de referências pessoais⁹⁴. O conteúdo no ciberespaço não só não tem dono, no sentido de ser propriedade privada de alguém, como pode não ter autor e nem história. “Tudo

94 Ver seção 4.5 Experiência e vivência.

faz que o consumidor da indústria cultural perceba os fatos como fenômenos, sem origem histórica, contexto, e dispostos isoladamente” (COSTA, 2018, p. 45).

Enquanto o produto imaterial se aproxima do público, a tradição e o seu testemunho não dito se afastam. Ele tem uma finalidade própria e se dissipa no mesmo instante que atinge seu objetivo. Os memes⁹⁵ cumprem essa tarefa. A fugacidade se transfere para o indivíduo que, coagido a emitir para que possa “estar” na rede, repassa o meme como um espelho distorcido, ou uma caricatura de si mesmo. Procura mostrar não o conteúdo da mensagem, mas a si próprio como portador daquele saber simplificado e espetacularizado. O meme torna-se o simulacro do indivíduo ansioso por *estar aí*.

Mas o meme é apenas a simplificação grotesca do comportamento humano na cultura digital. Ele é a expressão prevista da massa, agora convertida em indivíduos com liberdade para publicar, mesmo que sejam sempre os mesmos conteúdos. Adorno (1993, p. 176) afirma que a indústria cultural se especializou em “antecipar a imitação”. A velocidade das redes sociais confere um caráter ainda mais premonitório daquilo que se imita. Para Marcuse (1973, p. 31), a aproximação pela retroalimentação favorece à “identificação imediata” entre indivíduo e sociedade.

O conteúdo distribuído, compartilhado, repassado apenas se vincula ao indivíduo na necessidade de fazer com que a mensagem seja um reflexo estereotipado de si mesmo. O caráter mimético dos conteúdos faz com que sejam replicados justamente por serem a expressão de uma cópia daquilo que o sujeito irrefletidamente pensa. É o reforço do que ele já é e apenas aguardava uma forma de se expressar.

A mimese, elemento natural do aprendizado humano, é utilizada na indústria cultural, dentre outras possibilidades, como forma de reforço de uma concepção pronta e simplificada do mundo. “O comportamento mimético se alia à tentativa de infantilização da audiência”, observa Costa (2002, p. 175) a respeito da comunicação de massa no século 20, e continua: “resta ao consumidor cultural, para se sentir ajustado, adaptar-se de forma compulsiva às linguagens, comportamentos, padrões estéticos [...] que o tornam indiferenciado, confortavelmente integrado”.

No entanto, trata-se de uma produção fragmentada, construída em tempo e espaços diversos que não se vinculam ao emissor. A mensagem, normalmente carregada de reproduções

95 Conteúdos, normalmente simples, com apelo ao sensacional (trágico ou cômico), que são reproduzidos intensa e rapidamente nas redes digitais. São capazes de dizer algo naquele momento e se perdem no tempo e no espaço digital rapidamente, podendo ser transformados, remixados e até revertidos numa mensagem oposta à original. Ver *Redes sociais na internet* de Raquel Recuero (2009).

padronizadas e remixagens de conteúdos diversos (fotografias, vídeos, gifs⁹⁶), tem autoria fragmentada e desconhecida. Sem uma ligação de fato com o indivíduo, sem estar vinculada à sua história e à sua tradição, a conexão termina no ponto seguinte a que chegou e avança sem essa história. Trata-se de uma identificação perversa, sem que haja crítica do sujeito em relação ao conteúdo. “A perversidade encontra sua mais abjeta manifestação no aniquilamento daquilo que não se enquadra aos parâmetros identitários do sujeito e seu grupo social. A manifestação mais clara desse mecanismo regressivo é o fascismo e a cultura de massa” (COSTA, 2002, p. 176).

As coloridas imagens das redes sociais compõem uma realidade fragmentada em que os mais diversos assuntos surgem e desaparecem com o correr da tela, sem tempo para a reflexão e a crítica. A dispersão de inúmeros fractais pode levar à compreensão do todo, como uma constelação. Os conteúdos reflexivos na internet podem cumprir esse papel. Mas o que a indústria cultural digital nos oferece em abundância são fragmentos rasos de uma realidade complexa, que apenas reforçam a compreensão que o sujeito já tem de antemão. O que ele vê é um jogo de espelhos que lhe mostra um eu distorcido. “A impessoalidade nos padrões sugeridos e as imagens/identidades fractais constituem-se em formas de esgarçamento do sujeito quando ele mais predica autonomia e capacidade de expressão” (MAIA; COSTA, 2015, p. 142).

Significativo é o nome da tela inicial da rede social Facebook: *feed de notícias*. Embora tenha esse nome, é o espaço no qual as novidades aparecem, mas não são necessariamente calcadas nos critérios de noticiabilidade jornalística. São novidades da vida cotidiana de cada pessoa. Nela são publicadas notícias, mas também viagens de férias, animais de estimação, piadas, preconceitos e ódios de toda a ordem. Há uma questão relacionada à tradução: em inglês o nome é *news*, que pode ser tanto *notícia* como *novidade*. Se a versão original deixa margem para dúvidas, a versão brasileira é bem explícita de como o conceito de notícia na rede social se modifica, sendo tudo aquilo que é considerado relevante: de parte do usuário para ser publicado e de parte do algoritmo para ser mostrado. Assim, guerras, pacotes econômicos, tragédias urbanas dividem o mesmo espaço que pratos de comida e cachorros engraçados.

Descontextualizada, a mensagem perde-se no espaço com a mesma duração no tempo em que foi repassada. Nada deixa a quem a recebe ou a quem a emite um fragmento digital que possa servir para uma reflexão emancipadora. Carrega apenas a mensagem efêmera e

96 Sequências de imagens geradas por meio de animação, fotos e/ou vídeos em loop (reprodução contínua) que geram movimento infinito, muito utilizadas com objetivo cômico.

descartável do momento. O que vai com o meme é um cartão de visitas que se perde em meio a milhares de outros sem condições de ser reencontrado.

3.5 Pensamento padronizado e personalização

No capítulo *Política e economia no material das entrevistas* do livro *Estudos sobre a personalidade autoritária*, Adorno (2019) apresenta os resultados da pesquisa feita para identificar elementos autoritários e fascistas nos indivíduos. Ali encontramos aspectos relevantes para pensarmos a cultura digital: a estereotipia (que em *Dialética do Esclarecimento* ele e Horkheimer vão chamar de mentalidade *ticket*) e a personalização.

Elemento central na compreensão da semiformação e da indústria cultural, a estereotipia é a saída socialmente construída diante de um mundo complexo que o indivíduo não consegue compreender. Em situações de medo ou ansiedade e alienado dos processos sociais, o indivíduo busca fórmulas para se pseudo-orientar e seguir a vida confortavelmente. Para Antunes (2012, p. 197), o pensamento *ticket* tem a função de aliviar “os sentimentos psicológicos de ansiedade e incerteza e dar ao sujeito a ilusão de algum tipo de segurança intelectual”.

Se nosso clima cultural foi padronizado sob o impacto do controle social e da concentração tecnológica em uma extensão nunca antes conhecida, podemos esperar que os hábitos de pensamento dos indivíduos reflitam essa padronização, assim como ocorre com a dinâmica de suas próprias personalidades. (ADORNO, 2019, p. 339).

A criação dos estereótipos vai conformando o mundo de acordo com a visão pré-concebida do indivíduo, que passa a encontrar uma resposta simples para cada questão complexa que pode abalar as suas convicções. O pensamento *ticket* “inclui toda ideologia já preconcebida e formatada a qual o sujeito apenas escolhe se adere ou não. Não há espaço para a análise individual, para reservas ou discussões” (ANTUNES, 2012, p. 198). Adorno (2019) percebeu que a criação desses estereótipos não se dá simplesmente a partir do indivíduo, mas em sua relação com o meio social e, nesse sentido, a estereotipia tem forte aproximação com a padronização do pensamento provocada pela indústria cultural (embora no texto sobre *A personalidade autoritária* ele não use este termo). O mundo vai se tornando todo padronizado e estereotipado. A mentalidade *ticket* se sente mais confortável no reconhecível shopping center (qualquer um deles, são todos iguais) que na balbúrdia de uma vida em sociedade espontânea e emancipada de padrões. Adorno (2019) alerta que a padronização nos diferentes espaços da vida – iniciada no trabalho industrial, mas ramificada por todas as suas esferas – facilita a

compreensão do mundo ao mesmo tempo que reduz o esforço do pensamento e, em última instância, a própria possibilidade de pensar. Adorno (2019, p. 358) destacou a importância dos meios de comunicação de massa nesse processo de colaborar para a criação dos estereótipos que ajudam a compreender a realidade a partir de *verdades prontas*. Quando se informava pelo rádio na primeira metade do século 20, o indivíduo tinha a grata satisfação de que já sabia tudo o que precisa sobre o mundo. Hoje essa satisfação ocorre acompanhando as notícias que circulam pelas redes sociais, sem nem mesmo a necessidade de visitar as páginas web dos jornais. As manchetes já são suficientes para dar uma dimensão simplificada do mundo e deixar o indivíduo preparado para enfrentá-lo.

A mentalidade ticket leva a um outro aspecto: a confluência entre o mundo visto pelo estereótipo e a confirmação do estereótipo na mente do indivíduo. Assim, quando se sabe de um fato a partir de uma narrativa padronizada, há muito mais chances de que a versão apenas confirme aquilo que o indivíduo já sabia ou esperava do mundo. “Quanto mais estereotipada a vida em si se torna, mais o estereopata se sente no direito, vê seu esquema de pensamento justificado pela realidade” (ADORNO, 2019, p. 358). Os memes nas telas do celular são apenas a confirmação de um mundo pré-concebido. Aquilo que desafia o pensar é destinado ao esquecimento.

A estereotipia vem acompanhada de outro fenômeno, a personalização: transferência para um outro indivíduo de todo o arcabouço de estereótipos que o sujeito carrega em si. Para Adorno (2019), é mais fácil compreender o mundo se ele estiver representado por personagens. A personalização é a forma simples de encontrar uma pseudossolução para problemas complexos. Pode-se facilmente criar *bodes expiatórios*, culpados de todos os males, e *salvadores da pátria*, que irão, numa resposta mítica, resolver todos os problemas.

Antunes (2012) salienta que a personalização em *A Personalidade Autoritária* difere da personalização que aparece na *Dialética do Esclarecimento*. Nesta obra, Adorno e Horkheimer (1985) tratam da idealização de ídolos midiáticos, em especial do cinema, que servem como referência para aquilo que o sujeito gostaria de ser ou de pertencer ao seu mundo. Já no estudo sobre o pensamento fascista, a personalização é o “juízo moral” que se faz a respeito dos políticos:

A análise dos sujeitos a respeito daqueles que governam o país, ao invés de ser baseada em seus discursos e ações políticas — nas suas discrepâncias ou consonâncias e sua relação com a sociedade atual — era baseada no exame de condutas de âmbito pessoal, no julgamento de sua honestidade ou desonestidade, de sua sinceridade ou falsidade. (ANTUNES, 2012, p. 200-201).

É mais fácil falar de Lula e de Bolsonaro que de social-democracia e fascismo. “É mais fácil falar sobre nomes do que sobre questões, enquanto, ao mesmo tempo os nomes são reconhecidas marcas de identificação de todos os tópicos atuais” (ADORNO, 2019, p. 370). Se é mais fácil para o cidadão criar conceitos – ou preconceitos – a respeito das figuras políticas, também é mais fácil para a indústria cultural – principalmente o jornalismo, mas não só – falar das pessoas que encarnam os projetos políticos que abordar os projetos diretamente. A retroalimentação da estereotipia e da personalização funcionam perfeitamente num mundo em que a comunicação informa sem informar cidadãos semiformados.

Isso pode ajudar a explicar por que o presidente Jair Bolsonaro é chamado de mito por seus seguidores. Com sua fala agressiva e discurso maniqueísta, Bolsonaro é tanto o exemplo de pessoa que enxerga o mundo a partir de uma visão estereotipada, como ele próprio é resultante desse processo, visto por muitos como aquele que vai resolver todos os problemas justamente por recusar a complexidade social. Neste caso, as saídas simples, as soluções tão mágicas quanto violentas, representam a segurança para uma população perdida num país em que tudo começou a dar errado há cerca de meia década. O murro na mesa, a incontinência verbal e a palavra *aliança* escrita em cartuchos de armas de fogo⁹⁷ parecem ser mais eficientes que qualquer diálogo ou tentativa de conciliação social. Em tempos de redes sociais, em que as reações emotivas parecem ter mais poder que o pensamento racionalizado, o discurso simplista e mítico de Bolsonaro encontra o eco que precisa para se multiplicar. Adorno (2019), como em vários outros momentos, foi profético:

A alienação social é ocultada por um fenômeno superficial em que o próprio oposto está sendo enfatizado: a personalização de atitudes e hábitos políticos oferece uma compensação pela desumanização da esfera social, que se encontra subjacente à maioria das queixas de hoje. (ADORNO, 2019, p. 370).

Enquanto o fenômeno Bolsonaro personifica aquilo que pode dar certo, negando a complexidade social e, principalmente, negando o outro como sujeito de direitos, há também a personificação dos problemas. Num país polarizado, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva já foi o mito de esperança – e ainda é para parcela da população – e hoje cumpre o papel de carregar as culpas. O seu partido, PT, também personifica todo o mal para uma parte significativa dos brasileiros. Em um ambiente polarizado e mediado pelos meios de

⁹⁷ Ver: *Bolsonaro ganha logo de partido com projéteis de fuzil: “Balas como essas mataram Marielle e Anderson”, diz viúva da vereadora*: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-ganha-logo-de-partido-com-projeteis-de-fuzil-balas-como-essas-mataram-marielle-e-anderson-diz-viuva-da-vereadora/>; e também *Sergio Moro ganha homenagem feita com cartuchos de armas*: <https://www.cartacapital.com.br/justica/sergio-moro-ganha-homenagem-feita-com-cartuchos-de-armas/>.

comunicação de massa e pelas redes sociais, tanto Lula quanto Bolsonaro aparecem como mitos e bodes expiatórios. As semelhanças terminam aí.

a culpabilização do bode-expiatório por todos os males que existem se realiza como uma penetração na escuridão da realidade à procura de luz, que permite uma orientação rápida que compreende tudo. Não obstante, tais fórmulas, como parte desse processo social alienado, contribuem ainda mais para a produção de uma falsa-consciência. (ANTUNES, 2012, p. 195-196).

A compreensão da realidade como um universo complexo seria um passo importante no sentido da emancipação dos sujeitos. A velocidade com que as informações circulam nas redes sociais aliada à padronização dos modelos, a fragmentação e a espetacularização dos conteúdos cria um novo sujeito *bem informado*. Um indivíduo que sabe do mundo a sua volta por meio da *timeline* de suas redes sociais. O mundo é apreendido como aquilo que a bolha construída pelos algoritmos o mostra. Nesse formato, o espaço para discussão é apenas o de reafirmação dos próprios pontos de vista e não do diálogo que pode construir novas compreensões da realidade.

A redução do mundo a um Fla-Flu⁹⁸ interminável e violento serve tanto para manter uma política apolítica quanto para alimentar os mecanismos que geram lucros fabulosos com os cliques nas polêmicas e discursos virulentos. O pensamento padronizado e a personalização não são apenas formatos para obtenção de uma coesão social. São também uma gigantesca máquina lucrativa.

3.6 Imprensa e internet

A coerção à emissão e a pauperização estética dos conteúdos nos espaços de comunicação digital impõem um novo modelo midiático que os veículos tradicionais da imprensa precisam perseguir para se manter em sintonia com o público. A manipulação da retroatividade (DUARTE, 2011) atua no sentido de *exigir* da imprensa que adote padrões que estejam de acordo com os conteúdos circulantes nas redes sociais. A imprensa passa a fazer parte de uma estrutura maior que ela, pela qual passam, sem exclusividade, os conteúdos informativos. Se antes a imprensa se confundia com o próprio meio de comunicação, hoje ela se reduz à condição de perfil que disputa a atenção com vários outros dentro de um mesmo mecanismo algorítmico fornecido e gerenciado pelas *big techs*. Marcondes Filho (2019, p. 17) acredita que

98 Jogo de futebol entre os rivais Flamengo e Fluminense.

estamos diante de uma nova forma de dominação que veio substituir o discurso racional e republicano, alterando profundamente o papel dos meios de comunicação, especialmente a imprensa falada, escrita e televisionada, com o ingresso no cenário das redes sociais como ator decisivo de intervenção política.

O público, à medida que recebe doses cada vez maiores de conteúdos em padrões fragmentados e sensacionais, passa a exigir em outras esferas esse mesmo modelo. Assim, o ciclo se alimenta, levando a um empobrecimento maior dos conteúdos em relação àquilo que se espera de uma comunicação que seja capaz de colaborar para a emancipação do indivíduo, este que é o objeto da indústria cultural e não seu sujeito. É ilusória a afirmação de que se oferece às massas o que elas querem, como se elas fossem senhoras da indústria cultural (ADORNO, 1975, p. 288).

Um dos primeiros impactos da digitalização dos conteúdos e sua transmissão via rede de computadores foi a aceleração do tempo de produção e de consumo de notícias. Com a possibilidade de publicações instantâneas, sem a necessidade de espera pelo tempo industrial mecânico das rotativas, o aumento da pressa foi um fator exigido no novo modelo. A rapidez deixou de ser uma possibilidade para se tornar um imperativo da imprensa digital. A aceleração da velocidade ajuda a compor o cenário em que as informações circulam rapidamente, com efemeridade e fugacidade e tendem à “sensacionalização”. (COSTA, 2018, p. 50).

A produção acelerada gera outro imperativo que é o da elevação da quantidade, permitida por dois fatores: a) a praticamente infinita possibilidade de abrigar e circular conteúdos com limites, antes escassos, agora elásticos; b) a concorrência estimula a publicação do maior número de informações para ser o mais completo e provocar no leitor a sensação de estar bem informado. O aumento da quantidade de material publicado, diante de um cenário de crise do modelo de negócios da imprensa – por meio de novas possibilidades comunicativas sem que isso resultasse em incremento proporcional no faturamento das empresas – gerou uma precarização nos conteúdos, elaborados numa lógica industrial mais acelerada que no modelo impresso/analógico do século 20. Houve a “dessacralização do saber” ao mesmo tempo em que ocorreu a “pauperização estética” (COSTA, 2018, p. 53).

A precarização do trabalho jornalístico é outra fonte de impacto que gera o empobrecimento dos conteúdos quanto ao seu valor informativo e formativo. Na medida em que a dinâmica nas redações se alterou dada a velocidade e a possibilidade de novas linguagens, aumentou a sobrecarga dos profissionais, que passaram a operar num ritmo maior de produção, tendo que cumprir número elevado de tarefas justamente pela possibilidade que têm de ter acesso à informação rápida e a um contato mais veloz com as fontes. Este aumento de produtividade

do jornalista tem provocado uma superficialidade nas coberturas dada a ausência do acompanhamento dos repórteres dos fatos e da realização de *entrevistas* por e-mail ou mensageiro instantâneo. Acentua-se na produção jornalística o caráter positivo que ignora os contextos e oferece ao leitor um conteúdo que não o aproxima do conhecimento amplo. Não falamos aqui do crescimento do setor de assessoria de imprensa, que tem alimentado boa parte da imprensa com pautas prontas de interesses de seus clientes, facilitando o trabalho do jornalista, ampliando a produtividade, reduzindo a qualidade da apuração. Obviamente, há produção de conteúdos jornalísticos com grande qualidade informativa e estética, explorando as características específicas do meio digital, no entanto, trata-se de conteúdo minoritário frente à avalanche de informações rasas e rápidas encontradas na rede.

O surgimento das redes sociais e a ampliação do uso de equipamentos com grande potencial de geração e distribuição de conteúdos, como os computadores e principalmente os *smartphones*, geraram ainda uma nova concorrência com a imprensa tradicional, a do próprio indivíduo, seja ele o leitor, seja a fonte geradora da notícia. A possibilidade de publicação de conteúdos por qualquer usuário na rede gerou duas necessidades de difícil compatibilização: de um lado a necessidade da diferenciação dos conteúdos profissionais daqueles produzidos por amadores, tendo como ponto central a qualidade do conteúdo informativo, mas se aproximando da estética destes; do outro lado, a aceleração ainda maior da produção e veiculação dos conteúdos. A esses fatores soma-se a criação de novas construções estéticas compatíveis com o universo das redes sociais que prioriza o acesso rápido, conteúdos imagéticos, textos categóricos e curtos que se propõem a absolutizar a realidade em poucas palavras. O resultado deste conjunto é a pauperização estética que Adorno e Horkheimer (1985a) já identificaram no primeiro estudo a respeito da indústria cultural. A notícia é produzida para satisfação rápida, na condição de produto perecível (COSTA, 2018, p. 45).

O hibridismo característico dos novos meios, possibilitados pela junção e composição de narrativas com formatos anteriormente isolados uns dos outros, levam à valorização da imagem em detrimento da composição de textos. Os processos de edição que buscam se adaptar à velocidade da rede, adotando modelos e formatos com ritmo mais veloz, aumentam o potencial de alcance de público, mas diminuem a possibilidade de construção de narrativas abertas que ajudem a compreender a realidade por meio de discursos menos assertivos e mais contextualizadores.

Os sites noticiosos têm possibilidades de explorar os acontecimentos em suas coberturas com espaço ilimitado e recursos que podem ajudar na compreensão por parte do público. No entanto, o uso das redes sociais como plataforma de divulgação de notícias, como iscas para

atrair o leitor, são frequentemente o próprio suporte da notícia. Dessa forma, conteúdos, mesmo que produzidos com densidade, são reduzidos intensamente para que se encaixem aos formatos pré-estabelecidos pelas redes sociais. Por sua vez, parte do público, habituado ao conteúdo fácil e sintético, informa-se apenas pelo que está presente nas *timelines*, sem consultar o material completo. Os mensageiros instantâneos também fazem parte deste universo de aplicações que permitem uma leitura extremamente superficializada dos conteúdos jornalísticos e priorizam títulos atrativos, impactantes. As chamadas despertam com poucas palavras o máximo de sensações no leitor, para que seja capaz, se não de tocar a tela para ter o acesso ao material completo, de compartilhar com outras pessoas. A notícia também está sob o imperativo da necessidade de se exibir na rede por meio da própria emissão. Depende não só das estratégias da empresa publicadora para que avance, mas da adesão do leitor que espera transferir a relevância ou a sensação da notícia como atributo para a sua própria existência digital. Quando o sujeito compartilha a notícia, coloca-se na condição também de um enunciador.

Toda narrativa midiática, por mais que tente se aproximar da realidade, é resultado de uma construção subjetiva, mediada pela técnica, e carrega angulações que estabelecem limites e visões que a distanciam de uma suposta realidade objetiva. Assim, aceitar a possibilidade de que mesmo no jornalismo a construção da verdade não pode ser absoluta nem categórica seria uma forma de provocar o público a pensar e refletir por si só e não por meio de esquematismos já estabelecidos de antemão pelas mensagens noticiosas. No entanto, essa possibilidade provocaria estranhamento nos leitores, acostumados pelo modelo assertivo da imprensa que, ao não se deixar escapar da tentativa de absolutização da verdade, passa ao largo dela.

Lembra Adorno (1993, p. 125) em *Mínima Moral*: “ela [a palavra, o texto] já legitima o mundo como sendo, ele próprio, igualmente dotado de sentido antes que o primeiro embuste planejado, a primeira distorção propriamente dita seja cometida”. Nessa obra o frankfurtiano trata da impossibilidade em comunicar a realidade por meio do cinema, mas acreditamos ser possível fazer uma aproximação em relação à imprensa nesta era de linguagens híbridas. A imagem escolhida, editada, carrega intencionalidades que ao mesmo tempo aproximam e distanciam seu conteúdo da realidade. A imagem não editada torna-se insuficiente para transpor o real e a palavra passa a ser necessária. Mas toda palavra carrega em si uma dose de intencionalidade, mesmo quando não quer. Aliada à palavra, a imagem é também um falseamento da realidade, mesmo quando esta é o seu objetivo.

Costa (2015, p. 158) afirma que a indústria cultural trabalha com conteúdos que maquiagem a realidade: a) a imagem síntese – obtida pela computação gráfica e animação, intensifica “as fronteiras incertas com a ficcionalidade” e “criam camadas de tolerância à dor e

uma moral de consentimento à violência simbólica”. B) a fantasia-clichê – memórias adquiridas de produtos da indústria cultural (filmes, propagandas) que nos remetem a experiências mediadas e não vividas plenamente pelo indivíduo.

As formas de produção dos conteúdos e a maneira como são reproduzidos replicam o modo de produção capitalista e por isso colaboram com o funcionamento do sistema como um todo. Tanto que a informação hoje pode ser comprada como um bem imaterial que tem valor de uso e de troca na sociedade. Quando não é comprada, o indivíduo se torna o produto da relação comercial estabelecida entre usuários, imprensa, anunciantes e sistemas digitais que exploram os *big data*.

No novo espaço da cultura digital, a imprensa se alia com setores oligopolísticos dos conglomerados transnacionais da informação, formando um novo bloco que busca a direção da sociedade. Mas há uma tensão nessa aliança devido ao caráter controlador dos gigantes conglomerados digitais frente às empresas de comunicação tradicionais, acostumadas ao seu poder do século 20. Estas são muito menores economicamente que as *big techs* e, apesar de sua grande força local, estão susceptíveis ao controle da informação global dos conglomerados digitais. As grandes empresas de tecnologia detêm poderes para tentar controlar o que pode e o que não pode ser visto pelo indivíduo. Isso impacta diretamente no negócio das empresas de comunicação tradicionais que há mais de duas décadas têm buscado migrar para o ciberespaço. Nessa disputa, não está claro que o indivíduo possa sair vitorioso, uma vez que o que está em jogo é o controle hegemônico dos discursos e do fluxo de informação, sem que se proponha uma abertura no acesso à informação ou à produção de conteúdos que busquem romper com a lógica da informação fragmentada e pauperizada. Com a aceleração dos fluxos informativos via internet e a disputa por conteúdos que aguçam a sensorialidade, a espetacularização da notícia tende a aumentar para concorrer no efêmero mundo digital.

3.7 Fake news e a perda do espaço público de debates

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 foram marcadas pela presença talvez decisiva das chamadas *fake news*, transmitidas principalmente por meio do mensageiro Whatsapp, mas também pela rede social Facebook, e outras formas de comunicação digital. Havia conteúdos de diversos tipos, mas o que ganhou maior notoriedade foram as que beneficiavam o candidato que veio a ser eleito, Jair Bolsonaro (PSL), e que atacavam seu opositor Fernando Haddad (PT). As *fake news* também foram destaque negativo em duas outras

grandes eleições: as presidenciais nos Estados Unidos que elegeram Donald Trump e o plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia e que ficou conhecido com *BrExit*, também em 2016. Em vários outros países fenômenos semelhantes aconteceram durante períodos eleitorais. O documentário *Privacidade hackeada*, de Karim Amer e Jehane Noujaim, mostra como os dados pessoais e as redes sociais foram utilizadas em eleições para favorecer posições e políticos de extrema direita por meio da empresa Cambridge Analytica. Na eleição dos Estados Unidos em 2016, o escândalo do uso de dados por parte da empresa envolveu a rede social Facebook. No Brasil dois anos mais tarde, o escândalo se deu pelo uso em massa do mensageiro Whatsapp de propriedade da empresa Facebook Inc.

Mentiras na política e nos meios de comunicação não são novidade. Há inúmeros casos de notícias falsas propagadas no século 20, muitas com claros objetivos de influenciar e manipular a opinião pública. A novidade nos episódios recentes é o uso da internet, as redes sociais e os mensageiros instantâneos de maneira massiva e planejada. “Nova, em verdade, é a combinação entre *fake news*, transformações da política e a ação da internet intervindo em decisões políticas, transformando radicalmente o debate, especialmente em momentos de crise”, afirma Marcondes Filho (2019, p. 21). Alexandre Sá (2019, p. 114) lembra que já há quase um século, Walter Lippmann via a relevância da comunicação de massa para dirigir a sociedade: a democracia precisava ser organizada pela propaganda, que exerceria papel de mediação entre o público e o mundo. Adorno e Horkheimer (1985a) iriam compreender esta atuação de maneira muito mais ampla por meio da indústria cultural. Mas considerando o ponto de vista de Lippmann na atualidade, a busca pela organização social foi feita por meio dos mecanismos digitais em rede tendo forte apelo nas mensagens tradicionais da extrema-direita, que, para Prior (2019, p. 127), elege temas “controversos e de baixa percepção pública, como a xenofobia, o nacionalismo e a corrupção política”. Os temas polêmicos, observa o autor, servem também para aumentar a audiência em programas de TV, na imprensa sensacionalista, o que é um dos motivos para a adesão das empresas de comunicação ao discurso fascista. “O ódio, infelizmente, vende bem mais que a solidariedade”, lembra Morozov (2018, pos. 88). Mas há também a identificação com as pautas extremistas, não só por parte dos proprietários, mas também de parcela dos profissionais. No alinhamento entre neoliberalismo e fascismo, a adesão do empresariado do setor de comunicação encontra um bom motivo econômico para ignorar, ou mesmo apoiar, posições antidemocráticas.

Nas eleições brasileiras de 2018, Facebook e Whatsapp foram as duas principais ferramentas para difusão das *fake news*. Mas as mensagens das lideranças ocorriam num outro ambiente digital: o Twitter, no qual as frases curtas proliferam em alta velocidade e repercutem

nas outras redes. Ali estavam os presidenciáveis Bolsonaro e Haddad, entre outros. O discurso de ódio, moralista, nacionalista, discriminatório de Bolsonaro encontrou terreno perfeito num ambiente em que o estereótipo tem muito mais aceitação que a reflexão. Prior (2019, p. 133) diz que as mensagens das lideranças da extrema direita “tendem a ser simplistas, eminentemente denotativas e de fácil difusão e penetração no eleitorado”. Também faz parte deste discurso, segundo o autor, um simulacro de “democracia direta” em que as instituições são questionadas e exerce-se um poder *dialogando* diretamente com a população – ou com parcela dela – obtendo-se apoio de uma minoria ruidosa que aponta os rumos para o conjunto da sociedade. Esse *diálogo* direto coloca de lado os partidos políticos, a imprensa tradicional e outras instituições estabelecidas na democracia representativa. O resultado é menos democracia e menos diálogo. Estes serviriam apenas aos aliados. Aos demais, a força e o monólogo.

O que diferencia o Whatsapp dos meios de comunicação tradicionais? Em primeiro lugar, ele é um serviço privado oferecido por uma empresa estrangeira que atua no Brasil, a Facebook Inc. Diferente das emissoras de rádio e TV, que em geral também são empresas privadas, mas seus canais são concessões públicas e devem seguir a legislação quanto à isonomia e à honra dos candidatos⁹⁹. A outra questão é que os veículos tradicionais são de massa e operam na lógica de distribuição de um para muitos (*broadcast*). Tendo um só emissor e uma só forma de distribuição, é muito mais fácil verificar e controlar o conteúdo veiculado. Já o Whatsapp é um serviço de mensagens privadas, inclusive criptografadas¹⁰⁰, que permite a troca de mensagens entre duas pessoas ou mais. O Whatsapp permite comunicação multidirecional, enquanto rádio e TV fazem comunicação unidirecional. “Liberal, o telefone permitia que os participantes ainda desempenhassem o papel do sujeito. Democrático, o rádio transforma-os a todos igualmente em ouvintes, para entregá-los autoritariamente aos programas, iguais uns aos outros, das diferentes estações” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 100) O Whatsapp conseguiu reunir o liberalismo do telefone com o autoritarismo dos meios de comunicação de massa. O resultado estamos conhecendo.

O deslocamento do debate político não só mudou de espaço. Foi alterada também a forma de comunicação com esta nova arena. Se no rádio e na TV o debate se dá em meios de comunicação que são concessões públicas e seguem regras estabelecidas pelo Estado, no

99 Houve nestas eleições casos de diferenciação de tratamento em relação aos candidatos, mas que foram compreendidos como dentro da lei pela Justiça Eleitoral, como as entrevistas exclusivas concedidas pelo candidato Jair Bolsonaro a emissoras de TV sem que outros candidatos tivessem a mesma oportunidade.

100 Código eletrônico que impede a leitura do conteúdo sem que seja por meio dos dispositivos e contas do emissor e do destinatário da mensagem. Nem o próprio Facebook, proprietário do serviço, teria condições de ler os conteúdos das mensagens de seus usuários.

Whatsapp, tanto o aplicativo é privado, como o âmbito em que estas mensagens circulam é privado, pois diz respeito a conversas entre indivíduos (muito embora alguns usuários sejam simplesmente robôs). Temos, neste caso das eleições, o debate público deslocado para uma arena privada e desregulamentada, permitindo diversos abusos. O *laissez-faire* vai se ampliando e avançando sobre setores da vida social antes ainda sob a regência do Estado.

O poderoso mecanismo que pode ser utilizado para facilitar a troca de informações e conhecimentos foi ampla e largamente usado para disseminação de *fake news* com o intuito claro de interferir na vontade popular e obter determinado resultado eleitoral. Marcondes Filho (2019, p. 22) aponta dois aspectos das *fake news*: o apelo à emotividade com estereótipos “de fácil absorção e nenhuma reflexão”, e o “massacre volumoso de posts” nos ambientes digitais.

Com o Whatsapp, instrumento da indústria cultural digital, houve um intenso trabalho de indução dos eleitores a tomar uma determinada atitude – a escolha do voto – com base em informações fragmentadas, invertidas, falseadas das mais diversas formas. O indivíduo semiformado tem cerceada a possibilidade do pensamento autônomo. Ao contrário, tem suas ações induzidas a partir de uma versão da realidade construída justamente para atingi-lo.

A padronização das mensagens correspondeu à construção de conteúdos estereotipados, levando ao raciocínio simplório sobre grandes questões nacionais. Assim, o debate sobre os problemas da educação foi resumido, em grande medida, à polêmica sobre o *kit gay* e a *mamadeira de piroca*¹⁰¹, que jamais existiram, entre tantos outros exemplos grotescos. A racionalidade dá a vez para a emotividade estimulada por discursos sensacionais:

Arron Banks, fundador da campanha pela saída da União Europeia, declarou, logo após, ao The Guardian: “A exposição de fatos não teria ajudado a ganhar o referendo; os fatos não funcionam e ponto final... É necessário estabelecer uma conexão emocional com as pessoas” (MARCONDES FILHO, 2019, p. 21).

A privatização do espaço público de discussão se enquadra no propósito de uma sociedade neoliberal que valoriza o individualismo e a propriedade privada, com cada vez menos regulação estatal. Assim, curiosamente, até o destino do Estado, definido em grande parte por meio das eleições, é construído longe do alcance do Estado e contra ele.

Por meio das conversações em rede, o debate deixa de ser do âmbito restrito dos indivíduos e se trava numa nova arena pública, porém regulada e mediada pela tecnologia privada, longe do controle estatal. As regras que existem são definidas pela empresa e no geral

¹⁰¹ O *kit gay* e a *mamadeira de piroca* foram dois grandes casos de *fake news* que circularam abundantemente nas redes contra o candidato do PT, Fernando Haddad.

há uma sensação de liberdade na rede sob a gestão das *big techs*. Assim, o que ocorre é uma mudança profunda no local onde se dão as conversas e quem exerce algum controle sobre elas. O Estado, que numa sociedade democrática tem legitimidade para atuar em nome da população, perde seu papel para a iniciativa privada que se alimenta, inclusive da polêmica e das discussões acaloradas que geram cliques e audiência. Nessa condição, a barbárie passa a ser a fonte de lucros e, portanto, o objetivo da discussão pública. “Assim como as alterações climáticas são o subproduto natural do capitalismo fóssil, as *fake news* são o subproduto do capitalismo digital”, diz Morozov (2018, pos. 2302). A questão é saber se as grandes corporações não alimentam, elas mesmas, as *fake news*, uma vez que geram audiência e cliques, que lhes asseguram lucros. De subprodutos, as notícias falsas podem ser um outro produto, mas não inferiores aos demais que as *big techs* oferecem.

Uma reportagem do site The Intercept Brasil¹⁰² mostra que blogueiros que criavam e disseminavam *fake news* foram orientados pelo Google para gerar mais audiência em seus *posts*. O interesse da empresa era o sistema de anúncios AdSense. Quanto mais visitas aos blogs, mais a *big tech* ganhava com a exibição de anúncios. “Só tinha uma regra: notícias negativas contra o PT, deveriam ser publicadas [...] O Google não ia pedir isso pra gente numa reunião, né? Eles podiam ser gravados. Mas a recomendação era que esse tema era o que mais remunerava”, disse a fonte da reportagem, um dos blogueiros que participou de reuniões com a equipe do Google.

O uso das redes sociais e mensageiros, em que pese sejam muito estimuladas por robôs e publicações profissionais, não encontra um terreno totalmente passivo. A atividade do usuário é fundamental para que o discurso funcione nas redes, afinal, é preciso buscar engajamento. A *fake news*, por mais absurda que possa parecer, encontra eco porque corresponde à expectativa de verdade do indivíduo. Mesmo quando há um desmentido de uma *fake news*, pode-se manter o discurso: “não é verdade, mas poderia ser”. A construção da pós-verdade está além do pensamento racional, mas alcança a intencionalidade do indivíduo.

Em uma matéria que desmente a postagem sobre a *mamadeira de piroca*¹⁰³, uma leitora questionou em um comentário:

102 Ver: *Grana por cliques: Fake news a R\$25 mil por mês: como o Google treinou e enriqueceu blogueiros antipetistas*. <https://theintercept.com/2019/11/19/fake-news-google-blogueiros-antipetistas/>.

103 Ver: *É verdade que o PT de Haddad distribuiu mamadeira erótica nas escolas?* <http://www.e-farsas.com/e-verdade-que-o-pt-de-haddad-distribuiu-mamadeira-erotica-nas-escolas.html>.



ana

16 de novembro de 2019 em 11:23

Os petistas são depravados o suficiente para fazerem uma coisa dessa, pq eles já fizeram pior, colocaram em uma sala crianças para verem um viado nu, levaram crianças para um museu que só continha pornografia, distribuí mangá para crianças com cenas de viado se beijando e outras coisas mais.

RESPOSTAR

O comentário foi postado em 16 de novembro de 2019, mais de um ano depois do pleito, trazendo consigo várias outras *fake news*. Percebe-se que, mesmo depois de confirmada que a história da tal *mamadeira* é falsa, ela continua sendo válida, pois corresponde ao que o leitor, no fundo, gostaria que fosse verdade. A factualidade passa a ser relativizada numa era de *pós-verdade*, em que a os fatos importam menos que suas versões ou a interpretação que se faz deles.

[...] o populismo tem uma relação problemática ou diferente com a verdade, sobretudo porque a noção de verdade passou a estar ancorada em interesses particulares e tudo aquilo que não esteja de acordo com esses interesses, com as visões partidárias ou ideológicas, passou a ser desqualificado independentemente da verificação dos factos, da objetividade e do princípio de realidade (PRIOR, 2019, p. 141).

O que difere a pós-verdade da manipulação que já ocorreu no passado é que antes distorciam-se os fatos. Agora, negam-se os fatos em favor de uma versão que não traz correspondência com a realidade factual. A pós-verdade “permite às pessoas dissimular sem se considerarem desonestas”, afinal, apenas têm uma outra versão dos fatos (PRIOR, 2019, p. 142). A velocidade da comunicação em rede, recheada de conteúdos estereotipados, somada à criação de bolhas de pensamentos convergentes, favorece ao enraizamento de narrativas que pouco, ou quase nada, se aproximam da realidade factual. Estes fatores criam condições para o estabelecimento das narrativas falsas uma vez que não precisam ser confrontadas com a razão. Antes que isso aconteça, uma nova *fake news* já está sendo disseminada.

Na cultura digital são estabelecidas novas formas de comunicação, identificadas por Marcondes Filho (2019, p. 14) a partir de três fatores:

o esvaziamento da formação da opinião pública através da crise dos agentes tradicionais de veiculação de informação e o subsequente desmoronamento das práticas racionais e consensuais de discurso; [...] a exploração de um espaço virtual por meio de sistemas convergentes de pressão, constituindo-se, através deles, um *continuum* orquestrado de operações que visam monopolizar o trânsito de informações relevantes; [...] um sentimento de se estar sob a pressão de uma nuvem densa e opressora que impede ou paralisa o estímulo para a ação das oposições.

A arena pública, segundo estes fatores apontados pelo autor, tem então outros atores fazendo sua mediação e uma intensidade maior que antes, estabelecendo uma sensação de pressão permanente sobre o indivíduo. A política como espaço de diálogo e busca pelo consenso e respeito pelo contraditório passa a ser um ambiente de busca pelo monólogo e do estabelecimento de uma narrativa única que se sobreponha às outras e as sufoque. Sendo a arena pública um espaço privado, controlado pelas *big techs*, os limites da mediação estatal para garantir condições de pluralidade e diálogo são bastante restritos. No vale tudo da comunicação privatizada, tende a vencer o mais forte que se impõe aos demais.

3.8 Utopia e distopia

O novo espaço comunicacional construído por meio da cultural digital é um local virtualizado e totalmente mediatizado, sob o controle de grandes grupos empresariais que moldam a forma como as informações circulam na sociedade, mesmo com a possibilidade de narrativas múltiplas e híbridas. A democratização da comunicação, tendo a internet como espaço de ação, é uma necessidade utópica em uma realidade que vai se configurando distópica.

Os estragos da viralização, do terror e das pressões em páginas pessoais, das campanhas difamatórias mudaram o mundo nos colocando diante de uma barbárie civilizatória cujas consequências para o Estado de direito estão longe do alcance de qualquer imaginação política do nosso tempo. (MARCONDES FILHO, 2019, p. 26).

Estamos diante de um intenso confronto entre forças bárbaras e civilizatórias; as tecnologias digitais são a ponte de mediação dessas forças. Para que lado elas penderão depende de vários fatores. Enquanto estivermos sob a hegemonia do capitalismo neoliberal, há uma forte tendência de que a barbárie seja fortalecida, uma vez que o lucro passa a ser o objetivo principal da razão humana e não o bem-estar da própria humanidade.

O desenvolvimento das novas tecnologias obedece à racionalidade capitalista de acumulação de capital e exploração da força de trabalho. Sendo a informação um dado valioso, deve ser acumulada mediante a exploração do indivíduo para que o forneça. Não é apenas pela exploração da força de trabalho que se dá a acumulação, mas por novas formas de subordinação do humano para que ele contribua com o capitalismo. Gerar dados espontaneamente para

mecanismos que os coletam, armazenam e processam é uma grande colaboração. Os mecanismos de comunicação digital são parte integrante e primordial deste sistema e colaboram para que funcionem plenamente, mesmo que com suas tensões internas.

No conto *Minority Report*, de Philip K. Dick, era possível prever os assassinatos que aconteceriam no futuro, permitindo à polícia a ação prévia. Na sociedade digital, é possível que as empresas prevejam o comportamento dos indivíduos com base em seu histórico de ações e também no passado de pessoas que agiram de maneira similar. Assim, é possível oferecer à venda um produto que o indivíduo poderia se interessar. A ação humana passa não só a ser prevista, como pode passar a ser planejada pelos sistemas informacionais.

Esse novo espaço onde se dão as relações mediadas pela tecnologia digital atua no sentido de promover a plena adaptação do indivíduo à realidade do capitalismo neoliberal, oferecendo a ele as condições subjetivas de suportar o fardo do trabalho e da dominação a que é submetido. Enquanto se deixa seduzir pelo canto da sereia do fetiche tecnológico, o indivíduo se entrega à lógica da autoexploração em troca da possibilidade de conquistar uma tela maior em que se possa ver refletido em mensagens, em redes sociais, em games e conteúdos informativos e de entretenimento.

4 NOVAS DIMENSÕES TEMPORAIS

Qual o valor de todo o nosso patrimônio
cultural, se a experiência não mais o
vincula a nós?

Walter Benjamin, Experiência e pobreza

Quando a tortura de um jovem negro de 17 anos é filmada e compartilhada em redes sociais¹⁰⁴, as chicotadas que recebeu perduram no tempo. Jamais cessarão. O tempo da dor que acomete toda a humanidade se faz infinito.

A divulgação do açoite perenizou a barbárie que acontece no Brasil desde que os primeiros indígenas foram escravizados – e depois os negros – pelos europeus que aqui chegaram. A tortura em vídeo de um acusado de furtar uma barra de chocolate é a representação simbólica do mal cruel a que estamos habituados a ler nos livros e que banalizamos no cotidiano sombrio das grandes cidades visto pelas telas luminosas.

O registro midiático da tortura estabelece uma perenidade incômoda e mostra mais que uma regressão: jamais saímos da barbárie humana apesar de toda a crença no progresso, no esclarecimento e na evolução da sociedade. A cena impactante talvez sirva para colocar a utopia em estado de alerta diante da distopia que se impõe.

Vire a página (ou role a tela).

Estão avançados os projetos para levar turistas ao espaço, inclusive à Lua e à Marte, consolidando uma nova modalidade de excursões. Nos primeiros anos do século 21, o turismo espacial tornou-se real com um programa privado russo que levava ricos para dar um giro mediante o pagamento de alguns milhões de dólares. No plano da Nasa, ainda em desenvolvimento, a agência espacial dos Estados Unidos pretende levar turistas em troca do pagamento de US\$ 58 milhões para um passeio na Estação Espacial Internacional (ISS). Há, no entanto, *pacotes* mais em conta oferecidos por empresas para viagens mais curtas¹⁰⁵.

As notícias publicadas sobre estes dois episódios (tortura e turismo espacial) estão separadas por alguns meses. São fatos contemporâneos um do outro. Poderíamos listar diversos

104 E. foi torturado com chicotadas por seguranças dentro de um supermercado em São Paulo após ser flagrado furtando um chocolate. Os algozes gravaram a tortura em vídeo. O jovem aparece sem camisa, com calça arriada e recebe os golpes sem piedade. O caso veio à tona em setembro, mas ocorreu, ao que tudo indica, em julho de 2019. Ver <https://ponte.org/jovem-negro-e-amarrado-nu-agredido-e-filmado-em-supermercado-de-sp/>.

105 Ver *NASA anuncia turismo espacial para 2020 e revela preços de passagem e hospedagem* (<https://www.infomoney.com.br/consumo/nasa-anuncia-turismo-espacial-para-2020-e-revela-precos-de-passagem-e-hospedagem/>) e *Duas empresas lideram corrida e turismo espacial pode estar cada vez mais próximo* (<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/duas-empresas-lideram-corrida-e-turismo-espacial-pode-estar-cada-vez-mais-proximo.ghtml>).

outros que demonstram tanto o desenvolvimento tecnológico a que chegamos (e que certamente avançará ainda mais) e a brutalidade crua da existência humana. Ambas as notícias são de um mesmo tempo, embora falem de realidades tão diferentes. O modelo de desenvolvimento tecnológico é fruto de uma lógica de exclusão liderada pela razão concorrencial neoliberal e seu resultado só pode ser a diferenciação e a exclusão¹⁰⁶. Nesse modelo, o avanço técnico e a eliminação dos perdedores são verso e reverso da mesma moeda.

A ideia de “esgotar” as possibilidades técnicas dadas, a ideia da plena utilização de capacidades em vista do consumo estético massificado, é própria do sistema econômico que recusa a utilização de capacidades quando se trata da eliminação da fome (ADORNO; HORKHEIMER, 1985a, p. 115).

De que tempo(s) falamos quando nos referimos à realidade virtual, inteligência artificial, tortura, fome, turismo espacial, *big data*, refugiados, intolerância? Há tempos diferentes para um mundo único e ao mesmo tempo múltiplo, plural?

A resposta de Nicolau Sevcenko (2001) para a cegueira que impede a sociedade de perceber sua barbárie é que a velocidade das transformações tecnológicas cerceia a compreensão do mundo ao redor. Após séculos de ascese iluminista e a vertigem do século 20, com grandes catástrofes humanas e desenvolvimento técnico acelerado, hoje vivemos um *loop*, tal qual o da montanha russa, em que a alta velocidade e a confusão dos sentidos e da orientação não nos permitem pensar e refletir. Tudo é rápido demais para que possa ser compreendido. Assim, é melhor nos deslumbrarmos com o reconhecimento facial de Google e Facebook que compreender a gestão da vida das pessoas que essas empresas pretendem fazer – e em grande medida já o fazem.

[...] a partir da década de 1970, a evolução tecnológica dispara, caracterizando um movimento que Fuller chama de efemeralização, isto é, aceleração da aceleração, aceleração exponencial que faz com que as transformações comecem a se precipitar. (SANTOS, L., 2003, p.16).

A ideia de aceleração está no trabalho de Paul Virilio (1996, p. 115-116), para quem, estar presente era estar perto, portanto, a presença temporal estava ligada à noção de espaço. Com a aceleração do tempo e a experiência humana se dando no tempo da máquina, abole-se a necessidade espacial para se estar presente no tempo. O aqui e agora tem uma nova dimensão, em que o agora se sobrepõe sendo a dimensão que se coloca antes do aqui. O tempo passa a ter uma hipercentralidade.

106 Ver seção 1. A jaula de silício.

Ao contrário da corrida espacial, a ciência se ocupa atualmente de promover a colonização do humano, corpo e mente, todo ele tomado pelos dados que o objetificam e tornam algo concreto e realizável enquanto ativo de negócios. Para Laymert Santos (2003, p. 18), “aliado à tecnociência, o capitalismo tem a ambição de apropriar-se do futuro”.

As contradições e desigualdades sociais parecem apontar para a resposta de que o tempo não segue linearmente num sentido único. O acúmulo de conhecimento não necessariamente nos direciona para o mesmo sentido de uma humanidade que se aperfeiçoa. Ao contrário, o progresso técnico caminha, em muitos sentidos, lado a lado com a barbárie.

A própria ideia de Adorno (1995a) de que Auschwitz foi uma regressão pode ser pensada em quanto não foi apenas a demonstração mais cruel de que a barbárie jamais nos deixou. Para isso, basta uma busca rápida no Google (sim, ele mesmo) para identificarmos o quanto faz parte da humanidade a ação desumana para com o outro. A regressão de Adorno é o fantasma que atravessa toda a história, instala-se no presente e assombra o futuro. Mas, para Laymert Santos (2003), as novas formas de seleção são mais sofisticadas que os campos de concentração nazistas que eliminavam as minorias indesejáveis. O capitalismo, aliado às tecnologias, promovem uma exclusão silenciosa. Citando Müller (1992), o autor diz que

Auschwitz seria o altar do capitalismo porque ali o homem é sacrificado em nome do progresso, porque o critério da máxima racionalidade reduz o homem ao seu valor de matéria-prima; seria o último estágio das Luzes, como a realização plena do cálculo por ela inaugurado. (SANTOS, L., 2003, p. 24).

Nesse último momento do capitalismo, não estaríamos perto de seu fim, mas de seu apogeu e vitória final. O futuro perde sua perspectiva em nome do presente, enquanto que o passado perde sua relevância. Trata-se de um presente que busca o gozo, sem perspectivas de algo novo no horizonte, num tempo-mundo que marca o contexto atual, segundo o ensaio de Paulo Arantes (2015a) que abordamos a seguir:

4.1 O novo tempo do mundo

A ideia de novo tempo mundial de Arantes (2015a, p. 28) sustenta-se em Wolfram Eberhard¹⁰⁷ quando este diz que há um tempo-mundo, um “contexto mundial de uma época determinada”. A despeito deste tempo geral, hegemônico, sob o qual o mundo está submetido, há outros contextos específicos que podem escapar a ele. Mas o tempo mundial abordado por

¹⁰⁷ EBERHARD, Wolfram. **Conquerors and Rulers: Social Forces in Medieval China**. Leiden: Brill, 1970.

Arantes é o da economia-mundo europeia (e que inclui também os Estados Unidos), aquela que vai influenciar e dominar as sociedades ocidentais desde o iluminismo. O tempo mundial seria a superestrutura, ou seja, o ambiente em que se dão as relações culturais, sociais, de poder etc., “como se nele culminasse todo um jogo de forças que se desenrolaria na sua base e sobre a qual ele exercesse, por sua vez, uma pressão equivalente” (ARANTES, 2015a, p. 30).

Neste tempo mundial há duas noções importantes que Arantes traz de Reinhart Koselleck¹⁰⁸, o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*. Para o filósofo brasileiro, há um encurtamento entre estas duas categorias. As experiências humanas hoje se resumem à acumulação irracional de capital, transformada em fim em si mesma. Outrora, a busca pelo capital se traduzia na capacidade de adquirir bens que melhorassem a qualidade de vida de quem detinha o capital. Hoje, diante da acumulação em nível planetário por parte de uma elite financeira global e do consumo como elemento norteador da vida, por meio da crescente fetichização da mercadoria, a vivência do passado e do presente, que constituem a experiência, se esvazia. Por outro lado, o horizonte de expectativa limita-se diante de uma sociedade que organiza e planifica seus riscos pela securitização da vida. Diante do medo do incerto e da financeirização das ações sociais, todos os riscos podem ser calculados e transformados em bens seguráveis, como a saúde, a aposentadoria, as férias, a educação dos filhos. Sendo possível securitizar, não há mais riscos. O espaço de expectativa, sem riscos, se encurta. Antes esperava-se ou pelo fim dos tempos, ou pela revolução, ou pela guerra. Hoje, não há nada que se possa esperar. O futuro passa a ser calculável, mensurável, rompendo-se com o passado, pois se vive projetado para frente, em função de uma expectativa, calculando o que se pode arriscar para atingir o objetivo.

Para alcançar este futuro sem riscos, as expectativas são reduzidas e, com um presente esvaziado de sentido, a urgência se sobrepõe. Ela é característica marcante deste novo tempo em que a história teria chegado ao seu fim, como renunciou Francis Fukuyama (1990). O fim da história seria “el punto final de la evolución ideológica de la humanidad y la universalización de la democracia liberal occidental como la forma final de gobierno humano” (FUKUYAMA, 1990, p. 6-7). No horizonte encurtado do mundo neoliberal, a tese de fim da história faz sentido. No entanto, este epílogo se parece muito mais com um produto capitalista que oferece satisfações que vão além do que de fato consegue concretizar.

108 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

Fukuyama (1990) tomou emprestado a Marx a noção de fim da história. Porém o pensador alemão referia-se ao momento em que o homem abandonasse o capitalismo e conseguisse chegar ao estágio do comunismo, eliminando os conflitos pela propriedade e a exploração do trabalho pelo capital. O autor transformou a utopia marxista em seu reverso, a utopia liberal supostamente realizada: a sociedade do Estado mínimo – existente tão somente para garantir as regras do jogo neoliberal e um grande mediador dos negócios privados – na qual prevalece o espírito de concorrência. A racionalidade pragmática de Fukuyama já havia sido prevista na visão crítica de Adorno (1994, p. 69). Para este, o “triunfo da produtividade técnica” já teria levado ao simulacro da utopia, ou seja, a utopia marxista não teria mais espaço a partir do momento em que imperasse a utopia capitalista.

Boaventura Santos (2001, p. 33-34) traz dois aspectos relevantes à visão de fim da história, abraçada por pensadores liberais nos anos próximos à virada do milênio. Um deles é o de que chegávamos ao fim das grandes disputas políticas mundiais e isto se dava - este é o segundo aspecto – pelo fim do ideário comunista após a dissolução da União Soviética e do bloco sob sua influência. No mesmo sentido ocorre, simultaneamente, a condenação do modelo social democrata presente na Europa como incapaz de garantir o desenvolvimento do capitalismo e, por isso mesmo, inviabilizador do próprio bem-estar que defende. Neste ambiente sem adversários é adicionado um clima de guerra constante sem que exista no front o inimigo claro de outrora. A incerteza do futuro se mantém sem que se saiba quem o ameaça. A hegemonia neoliberal leva à dissolução de tudo o que já foi, inclusive a modernidade. Todas as conquistas do passado não fazem mais sentido num mundo que não possui história a ser construída. Fredric Jameson (2001b, p.44) chama a atenção para análises simplistas de um novo momento, em que o moderno é abandonado para ingressarmos na pós-modernidade. De um lado, a celebração das novas liberdades individuais possibilitadas pelas tecnologias de comunicação que despontavam na virada do milênio. De outro, a perda do que foi o moderno:

as glórias e possibilidades do modernismo nas artes, o desaparecimento da história como o elemento fundamental onde vivem os seres humanos ou ainda, o fim de um campo de luta política essencialmente modernista, onde as grandes ideologias ainda tinham a força e a autoridade que foram, em outros tempos, das religiões. (JAMESON, 2001b, p.44).

Sem o comunismo como esperança (ou ameaça) e sem o Estado para prover as necessidades básicas que porventura lhe faltem, o indivíduo tem suas expectativas achatadas. Precisa sacrificar seu presente em busca de um futuro melhor, sem que de fato existam garantias de que isso vai acontecer. Diminui-se o risco e achata-se ainda mais a expectativa. “Decantado o consenso, basicamente liberal, ou melhor, hegemonicamente liberal, acerca da normalidade

da mudança, devidamente calibrada para não anular nos condenados da terra ‘a esperança e a expectativa de mudanças mais fundamentais no futuro’”¹⁰⁹ (ARANTES, 2015a, p. 93). Viver é, portanto, uma luta constante do indivíduo contra si mesmo, uma defesa quanto ao futuro que pode vir e para evitá-lo, sacrifica-se o presente. O indivíduo torna-se o seu próprio algoz.

4.2 Uma dimensão temporal

Enquanto Dardot e Laval (2016) preocupam-se com o aspecto econômico do neoliberalismo sobrepondo-se sobre cultural, Jameson (2012), por sua vez, observa a “virada cultural” que leva à pós-modernidade. Para o autor, a pós-modernidade é o modo de produção capitalista em sua fase avançada em que não se consegue distinguir a economia da política, ambas estão atreladas de tal forma que a ação política é uma defesa do capitalismo e do seu avanço. Haveria uma percepção falsa de que política e economia estão separadas, mas não por uma condição autônoma, que levaria à superação da pós-modernidade, mas de uma submissão de uma em relação à outra. A esquerda acredita no potencial da política e de uma nova democracia global e comunicacional possibilitada pelas novas tecnologias. A direita, por outro lado, vê na supremacia da economia sobre a política, no mercado regulando a sociedade e estabelecendo o equilíbrio e a justiça necessária. A pós-modernidade seria o viés cultural da globalização, que é econômica.

Laymert Santos (2003) considera que Jameson, ao abordar a virada cultural da pós-modernidade e da globalização, não dá à técnica e relevância que merece no contexto capitalista. Mais que um dos aspectos da mudança de configuração capitalista, a tecnologia é o motor da acumulação que permite essa reorganização do modelo econômico. Portanto, a tecnologia não é um aspecto como outros, ela é central. Virilio (1996, p. 109) chega a propor a adoção de uma nova categoria para a organização da sociedade no campo marxista: além da estrutura e da superestrutura, haveria agora uma *intraestrutura*, que corresponde aos meios técnicos pela qual o capitalismo neoliberal pode se exercer para além dos modos de produção. Essa nova categoria amplia o sentido do termo indústria cultural, uma vez que sendo indústria, está ligada ao modo de produção, sendo cultura, àquilo que é simbólico. As redes informacionais digitais compõem exatamente a ligação entre esses dois campos e as *big techs* se posicionam tanto como mediadoras da cultura como pela organização do mundo da

¹⁰⁹ 7 “[...] hope and expectation of more fundamental changes later”: WALLERSTEIN, Immanuel. **After Liberalism**. Nova York: The New Press, 1995, p. 256.

produção. Pela mesma rede em que circulam notícias, *games*, filmes e séries, circulam dados financeiros e operações em bolsas de valores, além de toda uma comunicação entre e intraempresas.

Adorno (1995b, p. 32-33) pontuou que no capitalismo, a produção industrial dá-se à revelia do tempo, pois produz em seu próprio ritmo, em sua própria pulsação. A analogia adorniana se referia ao ritmo constante e frenético das máquinas mecânicas. A pulsação rítmica dá lugar agora à ausência do tempo pela aceleração exponencial e às trocas capitalistas realizadas em átimos de segundos.

As tecnologias da informação extrapolam imensamente o campo de atuação da mídia e das novas mídias, pois operam – em todos os campos – a codificação e a digitalização do mundo ao manipularem a realidade informacional que permeia a matéria inerte, o ser vivo e o objeto técnico. (SANTOS, L., 2003, p. 11-12).

Têm-se então três dimensões de interação na atividade humana: a natureza, o humano e a tecnologia – esta última atuando como elemento mediador dessa relação que resultaria num “substrato comum” eliminando as “fronteiras estabelecidas pela sociedade moderna” e levando à submissão completa da natureza ao humano (SANTOS, L., 2003, p. 13).

Para Virilio (1993), o tempo que importa é o da tecnologia que impõe um novo ritmo ao humano. O tempo abstrato, do relógio, limitado pela percepção humana e as ações do corpo é ultrapassado pelo das tecnologias digitais, tendo a velocidade da luz (das ondas eletromagnéticas) como referência, agora calculada em velocidade de processamento e de transmissão de dados digitais.

Também as chamadas mercadorias culturais se intercambiam num ritmo tão alucinante que se torna cada vez mais difícil ter a sensação de que já existiram, de tão efêmeras e fugazes que são, ou melhor, que foram. Foi por isso que Adorno relacionou [...] a semiformação com a fraqueza em relação ao tempo e à destruição da memória. (ZUIN; ZUIN, 2015, p. 207).

Vivemos em megabits por segundo e somos capazes de produzir uma série de tarefas em pouquíssimo tempo abstrato. Um vacilo do motorista de Uber é mais que suficiente para que ele perca uma corrida. Não responder imediatamente às mensagens que chegam incessantemente no celular pode levar a perdas nos negócios e nas relações afetivas.

Mais que novas possibilidades ao humano, a tecnologia instala novas formas de viver. A aceleração não é apenas uma impressão, pois diz respeito a uma nova configuração da vida. O mundo gira mais rápido na tela resplandecente e em seu background nanoscópico.

4.3 Uma arma na mão e uma câmera na cabeça

Glauber Rocha propunha a arte, construída com novos artefatos técnicos, como manifesto estético-político. O terror usurpa a máxima “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” do cineasta brasileiro e constrói uma nova estética da barbárie executada em tempo real.

A possibilidade liberal de democratizar a produção e a difusão de conteúdos, esperada pelos entusiastas da tecnologia sofreu novos golpes com as transmissões ao vivo dos atentados a sinagogas na Nova Zelândia¹¹⁰ e na Alemanha¹¹¹, em março e outubro de 2019. Ambos os casos guardam uma terrível semelhança: os atiradores gravaram os ataques com câmeras instaladas em seus capacetes, transmitindo ao vivo, em tempo real, a barbárie que executavam.

Antes da existência das redes sociais digitais como conhecemos hoje, o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque em 2001 já nos avisava que a barbárie, dali em diante, seria vista praticamente sem mediação temporal. O primeiro avião que se choca com uma das torres é mais que um atentado, é o chamado para que as câmeras estejam a postos para transmitir ao vivo para todo o mundo o segundo ataque ao império capitalista global.

A violência em tempo real, celebrada com as transmissões televisivas, em especial a Guerra do Golfo, nos anos 1990, já não choca. A sensorialidade da audiência já foi devidamente acostumada às cenas que poderão se repetir. Os atiradores agora apenas adotaram a prática que a imprensa já havia praticado com as transmissões ao vivo das grandes tragédias. Além da transmissão instantânea, as imagens distribuídas em redes sociais passam a ter uma perenidade e uma desconexão com seu tempo, acontecendo repetidamente a cada vez que o vídeo é reproduzido. A possibilidade de assincronia é mais um fator que não só permite chegar a uma audiência maior, como também possibilita uma permanência temporal graças à sua força espetacular. As imagens finalmente cairão no esquecimento tão logo outros conteúdos sensacionais passem a circular nas telas.

O caso do ônibus 174¹¹² no Rio de Janeiro em 2000 apenas abriu as portas para o inferno. Só que agora, tanto deus quanto o diabo estão com as câmeras nas mãos na terra do sol. A violência hoje banaliza-se pelo que é mostrado, não pelo que é dissimulado.

110 Ver: *Atentado a tiros contra mesquitas da Nova Zelândia deixa ao menos 49 mortos*, <https://oglobo.globo.com/mundo/2019/03/15/2273-atentado-tiros-contr-mesquitas-da-nova-zelandia-deixa-ao-menos-49-mortos>.

111 Ver: *Atirador postou vídeo de ataque em Halle, na Alemanha*, <https://oglobo.globo.com/mundo/atirador-postou-video-de-ataque-em-halle-na-alemanha-24006540>.

112O sequestro do ônibus por um jovem que fez passageiros de reféns foi transmitido ao vivo pela televisão brasileira. Quando o sequestrador descia do veículo para se entregar, com uma refém, foi atacado por um

[...] como foi a narração da Guerra do Golfo – demarcada pelo preciosismo técnico, e não pelas imagens do morticínio e da destruição real, assinalam níveis de insensibilidade que vão se constituindo pela mediação dos aparatos comunicativos. (COSTA, 2002, p. 180).

Uma das dificuldades encontradas pelas empresas administradoras de redes sociais para evitar a transmissão ao vivo dos atentados, segundo elas próprias, é o fato de que os algoritmos têm dificuldade em saber se as cenas violentas são reais ou se trata de videogame¹¹³. A realidade passa a ser tão cruamente violenta quanto jogos construídos para a prática virtual do morticínio juvenil. O público, por sua vez, diante da banalização da violência explícita transmitida ao vivo, também tem dificuldade em fazer esta distinção. Mesmo ciente de que se trata de cenas reais, a vulgarização da violência anestesia os sentidos e, por mais espetaculares que sejam as imagens, jamais serão capazes de provocar o choque compatível com a barbárie veiculada. Nenhum estímulo consegue ser forte o suficiente diante de uma audiência sedada pelo excesso de estímulos. A fugacidade e efemeridade das informações tem papel relevante nesse processo:

a compulsão pela novidade informativa e a exploração da curiosidade, do grotesco, acomodando a narrativa dos fatos à determinação da lógica de que tudo deve fluir rapidamente e paradoxalmente de forma repetitiva em diversos canais, meios e circunstâncias, traz comprometimentos à formação da sensibilidade em tal ordem que, de modo crescente e cumulativo, o receptor deixa de ser capaz de se sensibilizar quanto ao trágico, à miséria, à dor. (COSTA, 2002, p. 135).

A construção mediada pelas tecnologias, que geram a impressão de imediatidade, leva a duas sensações distintas: o primeiro é o estímulo sensorial, provocando uma excitação inicial aguda. A outra age exatamente no sentido oposto, já que o estímulo é mediado – e, portanto, mantém uma distância espaço-temporal da realidade do sujeito. Quando o estímulo se perde no tempo para outro, a excitação do primeiro dá lugar ao segundo. Transmitidas em plataformas digitais de alta performance e alta velocidade, as imagens sensacionais são tão agudas quanto efêmeras. Se na televisão isso é trabalhado no ritmo em que as notícias se sucedem (da guerra ao esporte, da cultura ao acidente de trânsito), ou os programas (do telejornal à novela), na internet a velocidade é de uma rolagem da tela no celular. Por ser ainda mais rápida, precisa ser cada vez mais intensa. Türcke (2010) escreveu sobre a sociedade excitada antes dos smartphones, mas parecia já prever sua chegada:

policia que errou o alvo. O sequestrador então matou a refém. Levado pela polícia em seguida, foi morto por asfixia dentro da viatura. O episódio ficou famoso tanto pela atuação policial que resultou em duas mortes quanto pela transmissão ao vivo do episódio, inclusive da morte da refém. O caso se tornou tema de documentário do cineasta José Padilha. Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Sequestro_do_%C3%B4nibus_174.

113 Ver: *Vídeo transmitido ao vivo do ataque na Alemanha é desafio tecnológico*, <https://www.istoedinheiro.com.br/video-transmitido-ao-vivo-do-ataque-na-alemanha-e-desafio-tecnologico/>.

O meio audiovisual necessita mobilizar todas as forças específicas de seu gênero e ministrar a notícia com toda a violência de uma injeção multissensorial, de forma que atinja o ponto que almeja: o aparato sensorial ultrassaturado dos contemporâneos. [...] O que atinge, toca, comove é aquilo que, enquanto injeção, foi agudizando o suficiente o nosso sistema nervoso e, ainda que seja apenas por um instante, chama a atenção. (TÜRCKE, 2010, P. 19-20).

Os dispositivos de realidade virtual e realidade aumentada, tecnologias que promovem uma integração mais intensa entre o atual e o virtual, ampliam as condições de excitação e estímulos sensoriais no sujeitos, ao mesmo tempo que levam à não separação de uma condição à outra. Dados e o mundo da natureza são percebidos cada vez mais como uma coisa só, mediados pela tecnologia. Portanto, a percepção do mundo passa a ser dependente desta mediação e precisa ocorrer na velocidade da transmissão e processamento dos dados.

Essa velocidade explica por que o mundo natural, (podemos chamá-lo assim?) é tedioso para crianças e jovens com acesso intenso a equipamentos eletrônicos como celulares e tablets. A excitação do ambiente virtual deixa o mundo imediato sem brilho, sem vida. Lento, o mundo atual é enfadonho e só pode ser vivido se estiver de alguma maneira integrado ao ambiente digital.

Rodrigo Duarte (2011, p. 112) observa que uma realidade mediada por dispositivos e softwares permite maior controle dos poderes constituídos no capitalismo pois no ambiente controlado digitalmente é possível estabelecer limites para os imprevistos e para reações inesperadas e contrárias ao sistema. Por outro lado, num mundo não mediado, o imprevisível é sempre uma possibilidade ameaçadora.

A ampliação da exposição aos dispositivos eletrônicos e o crescimento exponencial de sua velocidade (de processamento, de transmissão, mas também dos estímulos sensoriais) leva ao afastamento cada vez maior da realidade não mediada. Esta, para ser vivida, precisará de doses crescentes de estímulos eletrônicos digitais.

O problema da adaptação do sensorio humano aos aparatos técnicos se agrava na medida em que eles se tornam cada vez mais ubiquamente disponíveis e capazes de atingir os sentidos sem serem mediados por outra realidade temporal que não seja a do próprio aparato. (MAIA, 2014, p. 234).

Mesmo antes da digitalização, Müller (1992, p. 200) dizia: “o verdadeiro problema da era tecnológica é a desrealização da realidade: sua remoção para o abrigo da fantasia. Nada é como está. Tudo se torna cada vez menos verdadeiro. Essa é a tendência”. As novas tecnologias levarão a uma confusão maior entre realidade e ficção. A criação de mundos paralelos que

objetificam ainda mais o indivíduo, retirando dele a condição de sujeito, uma vez que sua atenção se volta para o virtual e se retira do real.

A satisfação dos desejos estimulados jamais será alcançada. Cada estímulo gera o desejo e sua pseudorealização seguida de outro desejo mais intenso. O suplício de Tântalo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 115) é o que a indústria cultural digital nos entrega de maneira muito mais intensa que os meios analógicos foram capazes. Zuin e Zuin (2012, p. 109) destacam que as forças produtivas estão em constante aperfeiçoamento “para que ocorra a ilusão da satisfação plena” e para garantir a “sensação de que é o cardápio que está sendo degustado, e não mais apenas a sua leitura”.

4.4 Memória

Perder a memória para o que lhe é exterior é perder-se a si mesmo. Não há humanidade possível sem a capacidade de lembrar, esquecer e fazer relações entre lembranças e esquecimentos. A transferência da memória para arquivos digitais significa, entre outras coisas, a perda de um modelo de humanidade e construção de um novo, refém de um passado que não mais pertence ao sujeito.

O episódio Urso Branco, da série Black Mirror, traz o horror do esquecimento total e da necessidade de lembrar, a cada dia, do que há de pior em seu passado. A personagem principal, Victoria, descobre quem é diante de perseguidores cruéis e uma audiência sádica. A única possibilidade de encontrar seu passado está nas telas dos celulares que lhe são negados. Sem saber de sua culpa, o castigo que recebe atinge o ápice da crueldade.

Viver sem memória é viver sem liberdade. Ou é viver em razão do outro, daquele que domina o passado. A externalização da memória por meio de gigantescos bancos de dados que registram cada passo humano tem o potencial de anular parte de nossa humanidade, uma vez que as decisões, por mais simples que sejam, passam a ser tomadas pelas máquinas. Desde a escolha pelo trajeto mais rápido no trânsito, até nossas opções de consumo, de lazer e de relacionamentos. O Facebook lembra-se, por meio de seus bancos de dados e seus algoritmos, cada interação realizada com nossos *amigos* e escolhe para nós quem veremos na rede social e, portanto, com quem vamos nos relacionar. Transferir a memória do sujeito para o sistema algorítmico é uma maneira de aprofundamento da semiformação.

A semiformação é uma fraqueza em relação ao tempo, à memória, única mediação capaz de fazer na consciência aquela síntese da experiência que caracterizou a formação cultural em outros tempos. Não é por acaso que o

semiculto faz alarde de sua má memória, orgulhoso de suas múltiplas ocupações e da conseqüente sobrecarga. (ADORNO, 2010, p 33).

O que devemos lembrar e *quando* é também uma decisão humana, sujeita a falhas, mas que garante nossa humanidade. “Igualmente importante é a nossa capacidade de esquecer, de nos libertar das amarras do passado e de viver no presente”, (MAYER-SCHÖNBERGER, 2009, tradução nossa¹¹⁴). A exteriorização da memória e a sua recuperação por meio da máquina, faz-nos não só reféns do *que* a máquina quer que lembremos, mas também *como* quer. Mayer-Schönberger (2009) destaca que o padrão de memória se inverteu na cultura digital: hoje o padrão é a memorização de tudo, enquanto o esquecimento se tornou a exceção; inclusive armazenar e recuperar a informação é mais fácil e mais barato que esquecer-la, apagá-la. As escolhas das memórias do passado não vêm à mente apenas em função de imagens, sons, cheiros, sensações que nos remetem a algo já vivido. O algoritmo faz as escolhas em função de critérios definidos por outrem, sabe-se lá com que objetivos e que vão funcionar de maneira externa ao indivíduo. Quando o Google nos lembra do aniversário de uma foto em nosso celular, toma como base uma informação precisa: a data de aniversário da imagem. Mas, que outros critérios o fazem lembrar de algumas fotos e outras não? Se delegamos ao Google este poder de nos lembrar do passado, não estamos nos tornando autômatos como o próprio robô da *big tech*? Não deve ser à toa que o sistema operacional hegemônico nos celulares do mundo hoje chama-se Android. “Aquele que não pode se lembrar já não absorve experiências. O universo sensível está sendo colonizado pelas máquinas” (MÜLLER, 1992, p. 202).

As *big techs* têm em seu poder inúmeras informações a respeito do cotidiano de cada indivíduo conectado à rede. Quanto mais conectado, mais informações alimentam seus bancos de dados que constroem a memória eletrônica de cada indivíduo. Onde esteve, com quem esteve, o que comprou, que música ouviu, que notícia leu, que tipo de prato almoçou... informações que criarão uma memória externa do indivíduo para ser utilizada de maneira totalitária (porque não é livre) pela máquina.

Para Mayer-Schönberger (2009), a memorização de tudo pelas máquinas impede o humano de viver como tal, ou seja, transformando-se com o tempo, tornando-se outra pessoa, relacionada àquela que já foi, mas que já não é a mesma, com todo o dinamismo que ser humano permite. Ao contrário, a memória da máquina é imutável e nos prende ao mesmo passado permanentemente, sem que haja a possibilidade do esquecimento, das reconfigurações, dos

114 “Equally important is our ability to forget, to unburden ourselves from the shackles of our past, and to live in the present”.

intercâmbios relacionais criados em nossas mentes. A memória da máquina, para o autor, é o panóptico temporal do século 21.

Enquanto as memórias do humano são permeadas de sentimentos, desejos, necessidades, racionalidades, a memória da máquina é construída, organizada e recuperada em função de critérios estabelecidos pelos algoritmos em função dos interesses de quem construiu tanto o banco de dados como a programação que o organiza e permite seu acesso. Assim, a memória passa a ser refém do interesse da empresa e não mais da própria pessoa.

Mais grave que isso, toda uma coletividade passa a ser reconstruída em função desse mesmo interesse. Considerando o poder de empresas como o Google de armazenar nosso passado com base na coleta de dados no presente, nosso futuro passa a ser moldado em partes pelo interesse da empresa.

Há, com certeza um fator humano que não deixa de existir. Se delegamos ao Google e à Apple parte de nossas memórias, poderemos construir outras, com outros aspectos não abarcados pelos coletores de dados. Mas o resgate de nossas memórias estará sempre condicionado à forte interferência dos robôs. Na sociedade das lembranças digitais, os robôs é quem vão ditar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Ao preservar as lembranças em formato de dados objetivos, as big techs promovem o esquecimento, uma vez que o passado começa a ser uma série de informações armazenadas e recuperadas quando convém (ao indivíduo ou ao algoritmo). De uma experiência rica, que conforma o sujeito, o passado se transforma em um bem funcional e utilitário que corresponde a uma sociedade que preza pela eficiência e pela eficácia. Portanto, o passado é reduzido à condição de um instrumento utilizável no presente, que se ajusta à afirmação de Jameson (2006) que vivemos uma realidade de presentes perpétuos. Para o autor, a história perde seu sentido com o constante esquecimento dos fatos, relegando-os a um passado distante rapidamente para que novos possam ocupar lugar em nosso presente. “A função informativa da mídia seria, portanto, a de nos ajudar a esquecer, a de servir como os agentes e mecanismos de nossa amnésia histórica” (JAMESON, 2006, p. 44).

A ideia de presentes perpétuos torna-se mais forte em uma sociedade que se esquece dos fatos na mesma velocidade em que eles surgem nas telas dos celulares.

Ora, justamente na sociedade em que predomina a perpetuação do presente por meio da reprodução *ad eternum* das imagens e informações, [...] realiza-se o paradoxo de que se tudo pode ser lembrado é porque se desenvolveram outras formas de esquecimento. (ZUIN; ZUIN, 2015, p. 210).

Essas novas formas de esquecer se dão “porque as informações se tornam algoritmicamente pontuais, desconectadas, intercambiáveis e efêmeras”, afirmam Zuin e Zuin (2018), parafraseando Adorno (2010). A memória e o mundo já vêm prontos para serem usados e descartados no instante seguinte e perde-se a ideia de futuro como uma associação do passado com o pensamento presente.

A própria história é esquecida em nome de uma construção fragmentada de fatos que se sucedem sem conexões e mostram um mundo do qual o sujeito parece alheio e ao qual não pertence. Em *Blade Runner*¹¹⁵, os androides têm memórias implantadas que lhe dão uma sensação de estarem vivos e provocam a incerteza da condição de serem autômatos. São criaturas que têm um passado formado por dados desconexos e fragmentados, recuperados quando interessa ao contexto presente. De maneira similar, interessa ao mundo capitalista o indivíduo com memórias funcionais, lembranças que colaboram em sua adaptação e integração social por meio do pensamento estereotipado. Quando as memórias vêm dos algoritmos, estão submetidas à conformação social e não ao seu questionamento e ruptura. A vida submetida aos algoritmos passa a ser um presente funcional em que o passado é uma sucessão de informações padronizadas e fragmentadas pelos serviços digitais. Descontextualizados, nos levam a uma vida sem passado ou de passados desconexos. Quando a máquina começa a ocupar os espaços das lembranças, não dá tempo ao pensamento para que utilize as memórias como elementos de criação e recriação do passado. O nome de uma rua pode trazer diversos elementos da história de vida do sujeito, desde sua infância. Mas quando andar pela cidade passa a ser uma atividade automática guiada pelo GPS, aquelas associações se desfazem. Quando o sujeito estiver num carro autônomo, trabalhando enquanto é levado de um lugar a outro, a cidade perde sua referência enquanto local de experiência. As memórias reduzem-se a uma funcionalidade prática e produtiva. Sabedor de mais coisas, o sujeito semiformado conhece menos do mundo ao seu redor. O pensamento estereotipado, reduzido à sua eficácia, é plenamente adequado ao sujeito produtivo. Os estereótipos servem à confirmação de um mundo já previamente estabelecido na mente do sujeito, levando a “racionalizações justificadoras de atitudes autoritárias e preconceituosas em relação àqueles que ousaram divergir, que se atreveram a pensar de outro modo” (ZUIN; ZUIN, 2016, p. 762). Até a diversão e a descontração são elementos importantes neste processo em que divertir-se é também uma forma de esquecer e de se integrar-se. “Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na

115 Filme dirigido por Ridley Scott e lançado em 1982, mostra a distopia de um caótico planeta Terra em 2019 ocupado por excluídos, enquanto colônias espaciais são exploradas. O filme é baseado no romance de ficção científica *Androides sonham com carneiros elétricos?* de Philip K. Dick, publicado em 1968.

adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva de desenvolvimento” escreveu ADORNO (1995b, p. 33) no ensaio *O que significa elaborar o passado*. A vida transforma-se numa sucessão de metas a serem alcançadas.

As memórias recuperadas via informações digitais trazem resultados precisos e imutáveis, portanto, constroem um passado sempre igual, sem a capacidade humana de recontextualização e de construção de algo novo. Zuin e Zuin (2015, p. 211) alertam que, com um passado sempre igual e um presente perpétuo, não há interesse em transformar o futuro.

Quando a vida é mediatizada, as lembranças individuais também são construídas, em grande parte, por aquilo que é visto nas telas. Aquilo que é repetidamente visto tem mais lugar na memória individual. Nossas lembranças passam a ser também as recordações que os algoritmos escolheram de acordo com seus critérios, como por exemplo, maior audiência, definida em grande medida pela característica sensacional do conteúdo ou pelo seu patrocínio financeiro. Guardamos até hoje lembranças de comerciais da televisão do século 20, mas sabemos que se trata de comerciais. Mas no futuro lembraremos de mensagens vistas em rede que jamais soubemos que eram impulsionadas mediante pagamento de patrocinadores. O que é mais acessado e o que é mais pago será mais visto e será também o mais lembrado.

Caminhamos para a radicalização dessas condições com a internet das coisas, fazendo com que aparelhos do cotidiano – e não apenas computadores e celulares – estejam conectados e ajam também de acordo com a memória que processam por nós. A geladeira pode não apenas manter os alimentos resfriados como também pode “avisar” quando algum item estiver em falta. A TV pode ligar na hora do programa favorito mesmo que, por um ato inconsciente, naquele dia talvez fosse melhor não assistir ao programa. “Os objetos não apenas poderiam como que se ‘comunicar’, como também selecionar, armazenar e ‘interpretar’ os dados obtidos através desta comunicação, os quais seriam então retransmitidos para outros objetos. (ZUIN; ZUIN, 2018).

1.1 Experiência e vivência

Quando as luzes da plateia se apagam, as do palco se acendem e o artista entra em cena, a grande estrela de nossos dias começa a brilhar: a tela do celular. Dezenas, centenas, milhares delas em pleno funcionamento captando o momento ímpar em que o artista se apresenta no show. A performance cultural deve ser registrada individualmente para ser compartilhada em redes sociais e aplicativos de mensagens com o emblemático texto: *eu fui!*.

Assim como enriquece o instante efêmero por poder eternizá-lo, a tecnologia digital o empobrece. Em termos benjaminianos, a vivência se prolonga no tempo e no espaço, mas a experiência, aquela que marca o indivíduo por sua interação com o vivido, reduz-se significativamente. São enormes as possibilidades que a tecnologia digital nos traz, principalmente quando está em nossas mãos com um aparelho tão pequeno quanto sofisticado. Mas não podemos deixar de notar sua capacidade de tornar o real mais opaco por sua mediação, uma vez que o brilho da tela ofusca o que nossa sensorialidade seria capaz de captar por si só, sem mediação.

No aforismo *Não bater à porta*, de *Minima Moralia*, ADORNO (1993) pontua que a relação funcional do humano com o mundo ao seu redor – a natureza e as criações humanas – impede a experiência pela restrição que esta funcionalidade provoca. Não há “liberdade de ação” nem “independência da coisa” para aquilo que vá além da utilização pragmática do objeto. Seria o extrapolar este pragmatismo que poderia permitir a experiência. Maia (2014, p. 225) chama a atenção para o núcleo temporal da experiência: “o que restringe o trato das coisas à mera manipulação é que esta se esgota num instante”. Esse agir sem refletir, apenas reproduzindo ações na velocidade acelerada das máquinas, transforma o ser humano num simulacro da máquina “para que ela possa finalmente substituí-lo”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985c, p. 32).

A respeito da forma mediada de existir, convém lembrar dos conceitos de Benjamin (2004, p. 111): experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*). Esta substitui aquela quando estamos sob o domínio da técnica. A vivência se caracteriza por informações assimiladas às pressas, mas que podem se tornar experiência se forem relacionadas ao passado e à memória e processadas por meio do pensamento, gerando um novo conhecimento (ZUIN; ZUIN, 2016).

É nossa saída para resistir aos contínuos choques de sensações emitidos a todo momento no ciberespaço. Os conteúdos intermitentes e variados, acessados por múltiplos canais que nos chamam a atenção ininterruptamente com suas atualizações constantes e notificações infinitas, mantêm os indivíduos num estado permanente de atenção ao que virá. Os cortes do cinema que já representavam esse chamado para a atenção na década de 1930, hoje se reproduzem ubiquamente. Continuam nas salas escuras, mas espalharam-se pelas cidades, nas fachadas e vitrines das lojas, na televisão e agora nas onipresentes telas de computadores e celulares. A cada momento de atenção dispensada a estes sedutores dispositivos, os indivíduos se desligam, momentaneamente ou não, da realidade à sua volta para se defender das sequências de choques a que se submetem. Resistir aos choques midiáticos significa entregar-se mais a eles.

Benjamin não poderia ser mais preciso, mesmo sem viver ou prever a cultura digital: “Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’”. (BENJAMIN, 1987b, p. 119). Ao renunciar ao passado, nos vemos sem futuro.

O tempo é tomado como um presente contínuo, sem vínculo com o passado e sem esperança. Sem vínculo temporal com o passado se impossibilita o pensamento e sem essa elaboração do presente este se converte na busca viciosa de estímulos cada vez mais intensos, na tentativa de quebrar o feitiço com mais uma dose do seu próprio veneno. (MAIA; COSTA, 2015, p. 141-142).

A experiência da qual abrimos mão, segundo Leandro Konder (1999, p. 83), é construída coletivamente, se acumula com o já vivido, com a tradição e se sedimenta no tempo; em seu lugar ficamos com a vivência individual e instantânea, movida pela pressa. Ficamos satisfeitos com aquilo que temos. A humanidade que abandona a experiência – a cultura – não sente sua falta, ao contrário, se ri dela. (BENJAMIN, 1987b).

A tecnologia que pode nos abrir portas inimaginadas por gerações anteriores corrompe nosso tempo presente de tal forma que limita a experiência do instante. Tudo se passa tão rápido que é impossível apreender por meio da troca com as experiências passadas. A efemeridade é uma das marcas deste tempo em que a memória é total. A “compressão temporal” que ocorre quando da utilização dos aparatos tecnológicos elimina o tempo necessário à experiência devido à aceleração da vivência ao ritmo dos dados digitais, numa “incessante repetição do mesmo”, impedindo que o tempo seja fator fundante da criação do novo (MAIA, 2014, p. 226).

A indústria cultural digital, dessa forma, age com tal capacidade de envolver o indivíduo que ele não se dá conta de estar o tempo todo participando da produção e do consumo do que mais importa hoje: dados. Enquanto consome informações em formato de diversão efêmera, alimenta continuamente as *big techs* com informações precisas sobre seu comportamento. As gigantes da tecnologia têm condições, desta forma, de oferecer produtos ainda mais adaptados aos seus gostos, para que o rompimento com seu funcionamento seja ainda menos provável. A pequena tela reluzente do celular soube captar bem o que sua predecessora lhe ensinou: “A associação de idéias do espectador é interrompida imediatamente, com a mudança da imagem. Nisso se baseia o efeito de choque provocado pelo cinema, que, como qualquer outro choque, precisa ser interceptado por uma atenção aguda” (BENJAMIN, 1987a, p. 192).

A perda da experiência nos barra a possibilidade da formação, pois com a efemeridade com que as informações vêm e vão não é possível estabelecer uma conexão com o já vivido.

“O tempo para maturar uma idéia, para construir pensamentos fecundos, para elaborar o passado, para reagir contra as imposições ininterruptas do sistema, nos é cada vez mais surrupiado do processo formativo”, observam Pucci e Oliveira (2007, p. 45) a respeito da busca pelo rápido sem uma volta ao passado e ignorando o apelo deste para que sua experiência se transforme em construção histórica.

Mas esse momento reflexivo não interessa a uma indústria que necessita *vender* bens simbólicos a todo instante. O que conta, nas condições criadas pelo capitalismo neoliberal, não é a assimilação de uma experiência humana que se desdobra no tempo, através de um movimento complexo: é a informação, em toda a sua secura e que só tem valor enquanto for nova (KONDER, 1999, p. 82). Esse apelo ao novo tem uma contradição com a cultura digital pois esta é capaz de produzir memória de tudo que for passível de ser transformado em dado. O imenso catálogo da indústria cultural nas mídias digitais hoje compõe um acervo que serve mais à indústria que ao cidadão. Registra todo o comportamento de quem por ali passou e permite aos gestores dos bancos de dados traçar perfis e encontrar cada potencial cliente onde ele estiver. Essa relação com a memória técnica permitida pela cultura digital pouco, ou quase nada, tem a ver com o retorno ao passado que Benjamin propunha para se chegar à experiência. Silva (2012, p. 55) observa que Benjamin vinculava a experiência à rememoração do passado, enquanto a cultura digital a transforma em vivência que oferece apenas a frieza do conhecimento armazenado e da técnica.

Não só a experiência é ameaçada, como a própria existência, pois para existir socialmente hoje é necessária a mediação da tecnologia digital. É preciso estar aí, consumir informação digital e, mais importante, emitir para que a existência do sujeito possa ser percebida (TÜRCKE, 2010). Para Maia e Costa (2015, p. 141), a existência está “submetida às normas espetaculares”. O espetáculo, mediação tecnológica da comunicação, definido por Debord (1997, p. 108) nos anos 1960, seria “a falsa consciência do tempo” na medida em que representa “a paralisia da história e da memória”.

Esse abandono da experiência vai se refletindo em vários aspectos da vida. Uma notícia publicada na Folha de S. Paulo demonstra como a preferência pela máquina vai avançando até mesmo no campo das relações afetivas e sexuais. A matéria trata da compra de robôs como parceiros(as):

“Robôs nunca estão aborrecidos e nunca trairão ou trarão doenças aos parceiros. O que nossos clientes querem é amor incondicional”, diz à **Folha** o fundador da companhia [True Companion], Douglas Hines, que não revela quantos robôs, feitos sob demanda, já vendeu (ZARA, 2015).

O uso das redes sociais permitiu contato mais rápido e mais constante com maior número de pessoas. No entanto, provocou a perda da intensidade das relações, à medida que estas passam a ser realizadas por meio de mensagens assíncronas. Boa parte dessa comunicação é feita por meio do envio de textos, evitando o uso da voz, rica em expressões subjetivas. Mas a troca de parceiros sexuais humanos por robôs eleva a questão a um outro patamar. Não se trata apenas de substituir o humano no trabalho, mas também eliminar outros humanos de sua vida. “Segundo a Al-Altech, a robô Emma já oferece uma experiência quase humana, ao memorizar a personalidade do usuário para manter uma fluidez na conversa e consegue também reproduzir expressões faciais e piscar”, relata notícia do site TechTudo (TOLEDO, 2019).

O isolamento do indivíduo das outras pessoas, considerando que vivemos num mundo em que as relações vão sendo gradativamente mais mediatizadas, constrói um sujeito com dificuldades em lidar com o diferente, o antagônico. O narcisismo característico da sociedade atual, que se enxerga por meio das telas das redes sociais, provoca uma dificuldade de tolerar o que lhe é estranho. A falta de experiência também leva a uma condição de adaptação do indivíduo à sociedade como ela é, reduzindo ou eliminando as possibilidades de transformações e de construções que possam levar a mudanças sociais. Maia (2014, p. 227) diz que:

a impossibilidade de produzir uma experiência em relação àquilo que é comunicado pode resultar na reprodução das estruturas sociais que mantêm a desigualdade e a exploração dos homens e da natureza em escala global. Ou ainda pior, pode resultar na exacerbação das tendências mais regressivas e violentas, na generalização da barbárie que, a olhos vistos, também se dissemina pelos meios digitais. (MAIA, 2014, p. 227).

Sem passado nem futuro, o presente se faz da satisfação instantânea dos desejos. Valores, como a solidariedade, têm pouco sentido se não existe uma experiência que permita a construção de uma formação cultural plural e diversificada, baseada na troca e no aprendizado com os outros indivíduos.

1.2 Tempo Livre

O modelo de capitalismo neoliberal busca uma totalidade: a integração completa do indivíduo ao seu sistema, seja trabalhando para produzir riqueza, seja na condição de consumidor. A cultura digital, como modelo inerente ao neoliberalismo, conseguiu fazer o sujeito desempenhar as duas funções ao mesmo tempo e praticamente todo o tempo. Torna-se opaca a distinção entre o trabalho e a folga, pois ambos os momentos são geradores de riqueza para o capitalismo. Não se trata apenas do ingresso do mundo do trabalho na vida privada e no

tempo livre de cada um. Esta é a faceta mais visível e perceptível das mudanças provocadas com as tecnologias digitais. Mas há algo novo: todo indivíduo conectado está produzindo aquilo que, para Morozov (2018), é o bem mais valioso do século 21: dados. Produção e consumo se tornam ubíquos com os smartphones conectados em rede.

Adorno (1995c) faz uma distinção importante entre o ócio – que ele entende como liberdade individual – e o tempo livre – que está “acorrentado ao seu oposto”, o tempo do trabalho. O tempo livre é uma “paródia” de si mesmo pois é o momento em que o indivíduo se prepara para a próxima jornada de trabalho. É quando busca na indústria cultural a fuga para uma rotina carente de sentido. Também desprovido de sentido é o que ele consome pelos meios de comunicação. Padronizados e fragmentados, os produtos da indústria cultural repetem o modelo do trabalho, de forma que o indivíduo, mesmo em sua folga, jamais o deixa.

O ócio, por sua vez, é o momento em que o sujeito pode dedicar-se à criação, é quando pode se dar à liberdade de pensar sem as amarras da eficiência e da eficácia, sem metas ou prazos a cumprir, enfim, é a criação sem utilidade enquanto fim. Na criação o sujeito resgata seu passado, confronta-o com seu presente, elaborando suas experiências e permitindo o surgimento de algo novo e livre, fruto da autonomia do sujeito e que colabora com sua formação.

Mas o ócio é um desperdício dentro da estrutura capitalista, pois é dotado de uma ineficiência que só pode ser corrigida transformando-o em tempo livre, ou seja, um tempo dedicado ao capital. Se na avaliação de Adorno (1995c) o tempo livre era dedicado à preparação ao trabalho, a transição dos séculos 20 e 21 colocou o consumo no centro da atividade do indivíduo em seu descanso. Tanto que a referência de lazer nas grandes cidades passou a ser os shoppings centers.

Para Adorno (1995c, p. 71), no tempo livre se prolonga a não-liberdade, que é desconhecida das pessoas não-livres. O tempo livre é característico de uma sociedade em que impera a semiformação. “Sob as condições vigentes, seria inoportuno e insensato esperar ou exigir das pessoas que realizem *algo produtivo* em seu tempo livre, uma vez que se destruiu nelas justamente a produtividade, a capacidade criativa” (ADORNO, 1995c, p. 77, grifo nosso). A produtividade, para o frankfurtiano, diz respeito à criação livre e não à produção mercantil do capitalismo.

Em seu tempo livre, o trabalhador, ou está consumindo entretenimento como fuga da realidade para se preparar à nova jornada, ou está se dedicando às mecas do consumo – a expansão dos shoppings centers inclusive em regiões de classe média baixa demonstra isso – como forma de compensar todo seu esforço no trabalho que existe só para uma finalidade: poder

consumir. Os shoppings, mas não só eles, reúnem duas coisas em uma só: possibilidade de entretenimento e de consumo. Fazem aquilo que o mercado deseja construir em todas as esferas da vida: promover a fusão destas duas dimensões de forma que se torne impossível divertir-se sem que haja consumo. O riso gratuito tende a ser produto raro.

As fronteiras entre o trabalho e o descanso vão se tornando gradativamente menos visíveis. O tempo livre vinha separado do trabalho por “zelo puritano” (ADORNO, 1995c), mas as tecnologias digitais permitiram as condições para que o falso moralismo se dissipasse. Os equipamentos eletrônicos, em especial o celular, levaram tanto a diversão para o mundo do trabalho, quanto o trabalho para o tempo livre do sujeito.

Mas há ainda resistências à integração total. Embora muito mais avançada no modelo neoliberal que no capitalismo tardio de Adorno, a sociedade busca alternativas para a subsunção total do indivíduo. “Evidente que ainda não se alcançou inteiramente a integração da consciência e do tempo livre. Os interesses reais do indivíduo ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistir à apreensão [Erfassung] total” (ADORNO, 1995c, p. 81). Para Müller (1992), a escapatória da integração ocorre por meio da arte e do uso de drogas. Na arte é possível buscar o momento da criação como forma de romper com a razão capitalista de eficiência e eficácia com objetivo de concorrência. No uso de drogas, o sujeito permite-se momentos em que não se faz útil ao capitalismo e rompe sua racionalidade. Para Dardot e Laval (2017) a saída está na construção de uma nova racionalidade, que valorize o comum em detrimento da propriedade privada e da acumulação de capital¹¹⁶.

Mas ao contrário das drogas, novas formas de estímulos sensoriais são desenvolvidas e em harmonia com o capitalismo. Por meio dos conteúdos midiáticos, os indivíduos estão sujeitos a doses constantes e cada vez mais fortes de excitação (TÜRCKE, 2010). Não seria por acaso que nos encontramos viciados em nossos celulares¹¹⁷.

Na cultura digital, a passividade do indivíduo em seu tempo livre tomou uma nova forma. Se antes boa parte do tempo destinado ao descanso era entregue ao consumo de bens simbólicos da indústria cultural, atualmente esse tempo é tomado em boa medida pelo uso do celular. Neste pequeno dispositivo o indivíduo permite uma interatividade que provoca a falsa sensação de estar ativamente fazendo algo, ao contrário da passividade explícita da televisão

116 Ver capítulo 5 *Uma luz em direção à tela*.

117 Ver: *Vício em celular pode ser comparado ao vício em drogas; especialistas dão dicas para desapegar*, <https://f5.folha.uol.com.br/viva-bem/2019/04/vicio-em-celular-pode-ser-comparado-ao-vicio-em-drogas-especialistas-dao-dicas-para-desapegar.shtml> e também *Vício em celular é semelhante a crack ou heroína, afirma autor*, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/vicio-em-celular-e-semelhante-a-crack-ou-heroína-afirma-autor.shtml>.

ou outros meios analógicos. A atividade, que parece ser uma virtude das novas mídias em relação às anteriores, é uma forma de geração de riqueza para o capitalismo enquanto nos distraímos diante das telas coloridas. Não se trata da produção criativa que o indivíduo consegue alcançar durante o ócio. O sujeito autônomo e criativo do ócio é objetificado pelo capitalismo e transformado em produtor de dados.

Dessa forma, faz todo sentido o estímulo ao uso do celular como ferramenta fundamental para o trabalho, diversão, deslocamento, comunicação, prática de esportes, educação, ou seja, todas as esferas da vida. Uma das formas mais sedutoras para a captação de dados do sujeito é o estímulo à emissão, que é o momento em que o indivíduo consegue se fazer visível, se fazer alguém na rede. É exatamente no instante em que emite que o sujeito alimenta os bancos de dados das empresas com suas informações pessoais. Quando para de trabalhar e acessa o Facebook publicando, comentando, curtindo, o sujeito produz dados. Se estes são o bem mais valioso do século, o valor desta produção enquanto mercadoria é altíssimo. O pagamento que o sujeito recebe é apenas uma sensação de gozo instantâneo que se dissipa à velocidade do rolar da tela. É necessário produzir mais para obter novas doses de excitação e satisfação. Adorno havia percebido essa fórmula muito antes: “por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas” (ADORNO, 1995c, p. 73). O ser humano se tornou um hamster de si mesmo.

A compulsão à ocupação é especificada em uma compulsão à emissão. Ela transforma-se, entretanto, em uma forma vital de expressão. Emitir quer dizer tornar-se percebido: ser. Não emitir é equivalente a não ser – não apenas sentir o *horror vacui* da ociosidade, mas ser tomado da sensação de simplesmente não existir. Não mais apenas: “há um vácuo em mim”, porém “sou um vácuo” – de forma alguma “aí” (TÜRCKE, 2010, p. 44-45).

Não parece ser coincidência que das oito empresas de maior valor de mercado no mundo, as sete são de tecnologia digital, que oferecem um conjunto de produtos para produtividade no trabalho e para o lazer e entretenimento: Apple, Amazon, Microsoft, Alphabet (Google), Facebook, Alibaba e Tencent. Nenhuma delas sequer existia há meio século. Estas empresas transformaram o seu negócio de produtoras de hardware e software em administração de dados de terceiros como um valioso bem a ser explorado. No capitalismo liberal, o poder estava associado à propriedade dos meios de produção. No neoliberalismo, “é identificado com a propriedade dos meios de modificação comportamental” (ZUBOFF, 2015, p. 82, tradução nossa¹¹⁸).

¹¹⁸ *If power was once identified with the ownership of the means of production, it is now identified with ownership of the means of behavioral modification.*

As *big techs* não apenas transformam o comportamento humano em algo concreto, um dado, uma mercadoria que pode ser utilizada para vender. Esse mesmo dado, convertido em mercadoria, servirá como meio de estimular a compra de um novo produto. Enfim, não perdemos apenas a nossa privacidade enquanto donos de nosso próprio comportamento, perdemos também nossa autonomia, pois somos instados a agir conforme os interesses das *big techs* e seus parceiros. “Todos devem ter sempre algo que fazer. O tempo livre há que aproveitá-lo” (ADORNO, 1993, p. 129-130). Somos induzidos a pensar que temos liberdade nas redes enquanto importam ao sistema empresarial os metadados que produzimos.

O consumo de bens simbólicos exige uma passividade ativa do usuário: ele deve se entregar de corpo e alma aos conteúdos padronizados e fragmentados, num divertimento aborrecido em que o novo é sempre mais do mesmo e é isso que lhe dá a segurança da diversão. O verdadeiramente novo exige uma postura ativa e crítica, obriga-o a pensar e isso é incompatível com o lazer submetido ao capitalismo. O pensar reduz-se a uma ação pertencente ao mundo da produção capitalista e o descanso deve ser alienante. Por isso, os conteúdos da indústria cultural são apresentados de tal forma que o pensar não é exigido. Todos se assemelham de maneira que seu conhecimento prévio garante a distração do sujeito. “O prazer acaba por se congelar no aborrecimento, porquanto, para continuar a ser um prazer, não deve mais exigir esforço e, por isso, tem de se mover rigorosamente nos trilhos gastos das associações habituais” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p 113).

A indústria cultural se aperfeiçoou e complexificou de tal maneira que as distinções entre diferentes campos da comunicação social passaram a se integrar em dois níveis. O primeiro é a união de empresas de diferentes campos atuando conjuntamente. O segundo é por meio de linguagens híbridas que reúnem não só tipos de mídias diferentes (vídeos, texto, fotos, áudios etc.) como também mesclam conteúdos com finalidades díspares, como a informação jornalística e o conteúdo de entretenimento.

O aparecimento de produtos que têm em si mesmos finalidades diversas é o primeiro resultado dessa convergência. Assim, portais de conteúdo – como o Uol¹¹⁹, por exemplo, pertencente ao Grupo Folha¹²⁰ – chamam o público por seu conteúdo primário ser jornalístico, mas reúnem no mesmo espaço publicidade, jogos, fofocas, chats, serviços digitais, compras. Percebe-se o ingresso de temas do campo do divertimento e do lazer junto ao jornalismo. Assim, ações triviais de celebridades dividem o mesmo espaço que notícias sobre tragédias, decisões

119 www.uol.com.br

120 Proprietário do jornal *Folha de S. Paulo*, entre outras mídias.

políticas, fatos econômicos e resultados esportivos. A assimilação do jornalismo como um produto de entretenimento se intensifica, ao mesmo tempo que permite ao sujeito a sensação de estar bem informado enquanto se distrai. O hibridismo se acentua nos *feeds* das redes sociais em que diversos tipos de conteúdos surgem no mesmo formato e compartilham o mesmo espaço. Cabe repetir Adorno e Horkheimer (1985a, p. 113): “o pretense conteúdo não passa de uma fachada desbotada”. O que importa ao sujeito é entregar-se à distração.

Mas há uma diferença central da cultura digital para a cultura de massa: a passividade é acrescida da necessidade da emissão. O desejo narcísico de se mostrar para poder existir move o sujeito a sair da absoluta entrega passiva de si para um nível de atividade dirigida à emissão¹²¹. Duarte (2011) identificou que seus produtos sofreram alterações com a justificativa da procura pública por atividades que os retire temporariamente do mundo do trabalho. O ritmo das mudanças se intensificou e hoje é possível identificar as preferências do indivíduo praticamente em tempo real, analisando os rastros que deixa rede.

A emissão é uma ferramenta central na obtenção dos dados e insere no campo do lazer e do tempo livre a lógica que está presente na raiz do capitalismo neoliberal: a concorrência. Por meio do ranqueamento das reações na rede, o indivíduo realiza seu desejo de exibição, observando a quantidade de reações provocadas a cada conteúdo emitido. O sujeito entra num jogo de competição consigo mesmo e com as outras pessoas; a publicação compete com a postagem com maior número de interações digitais. A competitividade, característica do neoliberalismo, entra no campo da diversão e da satisfação narcísica individual.

Para TÜRCKE (2010), esse processo de associação entre o mundo agressivo da produção capitalista e o momento de relaxamento nos conteúdos midiáticos provoca reações do indivíduo para se equilibrar entre as duas situações.

Esse malabarismo já representa uma resistência do organismo a seu estado de deriva diluidora, ou seja, não se trata justamente de uma submersão em um relaxamento distraído, mas de um amortecimento fisiológico de fenômenos de dissociações mentais [...]. O malabarismo é exaustivo; não compensa a dissociação, mas é o padecimento crônico dela. (TÜRCKE, 2010, p. 44).

Na cultura digital as forças vêm por meio do retorno da emissão e da satisfação do ego em expor-se diante de uma audiência com a qual concorre. Enquanto distrai-se, o sujeito mantém viva dentro de si a lógica concorrencial. Para Zuin e Zuin (2016, p. 759), os indivíduos mantem fortemente unidos os tempos de trabalho e livre, por meio da conexão constante, “sem quaisquer tipos de rupturas espaço-temporais”. Trabalho e distração concentrada (TÜRCKE,

121 Ver seção 3.1 *Coerção à emissão*.

2010, p. 264-267) mantêm-se ubiquamente unidos. O autor alemão demonstra que a utilização dos meios eletrônicos (e ele ainda não falava dos smartphones) leva à distração concentrada: “De modo fulminante, o choque (audiovisual) concentra a atenção num ponto, para poder triturar essa concentração através de incontáveis repetições” (TÜRCKE, 2010, p. 266). Assim, todo o tempo vivido, seja no serviço, seja na entrega descompromissada às telas coloridas, é um tempo dedicado à exploração pelo trabalho. É esta mesma distração concentrada que leva o sujeito à perda da capacidade de concentração.

4.5 Tempo irreversível

Há um episódio da série *Black Mirror*¹²² em que é possível copiar os dados cerebrais de uma pessoa e criar um clone digital armazenado em um chip e inserido em um *cookie*, um pequeno equipamento em formato de um sugestivo ovo – de onde o clone jamais poderá eclodir. É possível recriar as dimensões espaço-temporais ali dentro e compor o universo do clone digital que, no entanto, consegue ver e se comunicar verbalmente com o mundo lá fora. Local e tempo são definidos pelo software a partir de escolhas dos programadores e usuários do equipamento, inclusive com a possibilidade de alteração ilimitada na velocidade temporal. Quando acelerada, a noção de tempo cria um insuportável presente perpétuo. O clone digital pode ser um escravo de seu outro, aquele que lhe deu origem, condenado a uma entediante infinitude que não se extingue e nem altera sua realidade.

O que nos separa da caricatura do clone, mas nos aproxima do que ele representa, é a incapacidade dele de fugir do tédio e da obrigação de fazer algo que esteja fora da programação do software. A nosso favor – se podemos dizer assim – temos a indústria cultural, que da mesma forma nos lança ao tédio de um presente perpétuo, nos oferece como saída conteúdos ubíquos fragmentados gerados por meios de softwares que se sucedem ininterruptamente nas telas. Essa exposição tanto alivia quanto reforça o tédio. Quando estamos absortos na efemeridade dos conteúdos que nos cercam, perdemos a noção de história. Jameson (2006, p. 43-44) em *A virada cultural* escrito em 1998, trata do

desaparecimento do sentido de história, o modo pelo qual todo o nosso sistema social contemporâneo começou, pouco a pouco, a perder sua capacidade de reter o seu próprio passado, começou a viver em um presente perpétuo e em

122 Natal, segunda temporada, episódio 4.

uma mudança perpétua, que obliteram as tradições do tipo preservado, de um modo ou de outro, por toda a informação social anterior.

O ingresso na era da cultura digital torna o esquecimento do passado, que é dotado de sentido histórico, como padrão de uma sociedade que valoriza e estimula o efêmero. Maia e Costa (2015, p. 143) destacam que temos “a ilusão do aparente novo diante de estruturas que se repetem”, graças à “ditadura do movimento” identificada por Paul Virilio¹²³, em que a velocidade, em constante aceleração, torna-se a medida da sociedade e fator primordial de seu desenvolvimento.

Maia (2014) busca uma atualização da noção de tempo constante na obra *Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord (1997), escrito na segunda metade da década de 1960. O autor francês observava a alteração na condição temporal na sociedade moderna em relação às anteriores. Observa que a humanidade vivia um tempo cíclico, marcado pela natureza, em que o decorrer do dia, das estações do ano eram a principal referência para a vida, que ciclicamente se repetia a cada dia, a cada ano. A era moderna, com o avanço das máquinas, da divisão do tempo com referências matemáticas e o ingresso do tempo como elemento central da determinação de valor das mercadorias provoca sua alteração de cíclico para irreversível. O tempo passado não é mais o que foi vivido, mas o perdido, aquele que não é mais possível recuperar. Vivemos a angústia de não perder tempo, enquanto o que fazemos é tão somente deixá-lo escapar pelos nossos dedos enquanto manipulamos as imagens nas telas sensíveis ao toque.

A partir do Renascimento o tempo é identificado como um acúmulo infinito de acontecimentos, conhecimentos e usufrutos. Pela primeira vez é o tempo do trabalho em si mesmo, liberado das concepções do tempo cíclico ou regressivo, que dá suas caras. (MAIA, 2014, p. 229).

Mas até o fatiamento do tempo e sua divisão precisa, demarcando também seu uso social (trabalho, lazer, descanso, alimentação etc.) se transforma mais uma vez na cultura digital. Embora a precisão do controle torna-se maior com mecanismos digitais e ubíquos da contagem do tempo, as suas divisões sociais tornam-se difusas. Trabalha-se fora do expediente, diverte-se dentro. Assim, a submissão do indivíduo ao tempo do trabalho passa a ser total, pois têm-se a sensação de que que é possível fugir dele. No trabalho, enquanto exploração do humano pelo humano, tenta se tornar o ambiente cada vez mais agradável. As salas de descompressão¹²⁴ têm um nome que diz exatamente o que é o ambiente de trabalho contemporâneo. A ubiquidade dos

123 VIRILIO, Paul. *Velocidade e política* (1996), *A arte do motor* (1996), *A máquina de visão* (1994).

124 Espaços dentro das empresas com sofás, pufs, jogos, máquinas de refrigerantes que podem ser utilizados por trabalhadores durante o expediente para aliviar a tensão.

dispositivos da microeletrônica tornou-se a ubiquidade do tempo do trabalho sobre todos os outros.

Quando diminui o tempo de trabalho gasto para produzir um determinado produto (material ou simbólico), reduz-se também o valor do trabalho empregado na produção daquela mercadoria (MARX, 1996). Quando a produção é acelerada à velocidade da microeletrônica o valor do trabalho se torna muito menor. O neoliberalismo consegue reduzir o valor do trabalho enquanto gera riqueza em setores em que era mais difícil: na financeirização e na produção de bens simbólicos.

Nosso ingresso na internet das coisas significa o aprofundamento do nosso tempo na relação de produção e consumo do mundo neoliberal. Passamos a ter um tempo permanente do consumo e da produção, com fronteiras difusas, mas controlado em milésimos de segundos pelos aparelhos e sensores conectados à rede transmitindo dados em tempo real. Tudo se move muito rápido e se acelera na velocidade do avanço das transmissões e processamento dos dados.

O tempo torna-se tempo das coisas, já que toda a sociabilidade capitalista está voltada para a produção de mercadorias; é o tempo abstrato percebido como movimento das coisas, dos objetos animados e dos homens coisificados. Tempo é dinheiro! (MAIA, 2014, p. p. 229).

Há uma revolução nas práticas de produção possibilitada pelas tecnologias digitais que permitem um aprimoramento do trabalho em níveis e formas muito superiores ao que havia antes. Revolucionaram-se as técnicas de como o indivíduo se sujeita ao trabalho e ao consumo, de forma que estas duas dimensões agora se tornam ubíquas em sua vida. Maia (2014, p. 231) lembra, no entanto, que as relações de produção ainda não foram revolucionadas. É isso que faz com que as tecnologias digitais sejam ao mesmo tempo, revolucionárias e conservadoras, anunciadoras de um novo tempo que, entretanto, mantém – e acelera e intensifica - a estrutura de exploração do trabalho.

No desejo irrefreável de aproveitar o tempo, dentro de uma lógica de eficácia, seja no trabalho, seja no tempo livre, o que conseguimos é perdê-lo. O tempo vivido de maneira incessante para ser aproveitado com uma finalidade racional é o tempo perdido para o sistema de produção-consumo.

Assim, ao invés de um usufruto do tempo o que temos é um consumo do tempo em atividades estranhadas, uma tentativa de fuga do tempo estranhado que, no campo da imagem do consumo do tempo, resulta no lazer administrado, no consumo do espetáculo e, finalmente, numa realidade temporal que é substituída por sua propaganda. A promessa do usufruto do tempo substitui a realidade da posse do tempo. (MAIA, 2014, p. 230).

O nosso tempo hoje é o da urgência, nem cíclico, pois os ciclos foram engolidos, atropelados, nem apenas irreversível, pois ele não é simplesmente o tempo da produção e do acúmulo. O tempo da urgência é o tempo da necessidade do gozo. Urgência que Arantes (2015a) demonstrou, com o esquecimento do passado e o encurtamento do horizonte. Um tempo em que a revolução digital levou ao esquecimento da possibilidade de um futuro utópico.

2 UMA LUZ EM DIREÇÃO À TELA

Como a integração é ideologia, é também
— por ser ideologia — frágil,
desmoronável.

Adorno, Teoria da semi-formação

O século 21 já se aproxima de sua terceira década e não se desvencilhou, ainda, do mito do progresso científico contínuo e sempre benéfico, como bem já haviam observado Adorno e Horkheimer (1985c) em sua *Dialética do Esclarecimento*. A mítica visão positiva nos impele para o deslumbramento e o atual fetiche é o das tecnologias digitais. O brilho da tela tanto nos encanta quanto ofusca o intenso processamento de dados que ocorre no interior dos pequenos aparelhos em nossas mãos e, principalmente, nos gigantes servidores alimentados pelas redes de informação. A contradição de uma crença mítica na ciência e a descrença no iluminismo, vista pelos frankfurtianos há mais de meio século, se mantêm hoje, conforme pontua Marcondes Filho (2019, p. 20-21), que vê a sociedade colocando em seu horizonte a perspectiva de um paraíso a ser alcançado, seja pela religião, seja pelo progresso tecnológico. Em outra obra¹²⁵, o autor faz uma provocação: se já estamos totalmente entregues à racionalidade neoliberal da competição e da eficácia, “se a única obsessão é seguir as regras do jogo, regras de disciplina e de submissão, e se o preço é a própria vida, então não nos resta mais nada a perder, já que não fazemos outra coisa senão perder, perder tudo” (MARCONDES FILHO, 2005).

Talvez caiba neste ensaio discutir a possibilidade de colocar tudo a perder justamente com a expectativa de que só temos a ganhar. A Teoria Crítica não pode se furtar de seu papel de diagnóstico social, político e econômico e também de apresentar uma compreensão de mundo que possa resultar na sua transformação. “Fosse a dominação total e garantida, não seria necessário o esforço por parte do sistema, sempre mais qualificado, para manter a todos cada vez mais tecnologicamente integrados” (ANTUNES; MAIA, 2018, p. 197). Não chegamos ao estágio de integração total e, portanto, há formas de resistências vivas na sociedade. Estas formas podem se fortalecer tanto pelo enfraquecimento do próprio sistema como pelo desenvolvimento articulado das forças de oposição.

Nossa proposta é refletir de maneira inversa ao fascínio que as reluzentes telas nos causam e lançar luzes sobre a tecnologia digital para tentar encontrar nela alternativas para a barbárie autoritária para o qual caminhamos gradual e cotidianamente. Fazer o movimento de

125 Perca tempo! Paulus, 2005.

analisar criticamente a tecnologia em busca de soluções que passem por ela é um grande desafio. Para Laymert Santos (2003, p. 22), como “o mito do progresso continua intocado, as forças progressistas não discutem politicamente a tecnologia”. Como se posicionar criticamente em relação a algo que, em tese, só traria benefícios?

Há todo um engendramento social que amarra o ser humano à racionalidade neoliberal, mediada pelas tecnologias digitais, estabelecida no financismo internacional. Fruto de seu meio, somente se for capaz de alterá-lo, o sujeito poderá alcançar sua emancipação, estabelecendo limites para sua integração e adaptação, limites que lhe garantam autonomia em uma vida social que não signifique impingir a barbárie ao outro. Dar um coletivo grito de basta pode ser o elemento-força que falta para inverter a lógica neoliberal e buscar um novo regime político, econômico e social, ou como era comum dizer nos primeiros anos deste século, um outro mundo possível. Pode-se pensar numa revolução que não seja apenas dos meios, mas fundamentalmente das relações econômicas e sociais que permitam uma outra racionalidade. Uma revolução que não se dá pela força e violência com derrubadas de regimes e que colocam no lugar, outro tipo de despotismo. Uma transformação democrática na sociedade, como pregam Dardot e Laval (2017), por meio do estabelecimento do *comum* como centralidade da organização social. Os autores defendem uma revolução no sentido de uma profunda transformação na sociedade, principalmente em suas relações de produção.

Não pode haver instituição do comum na escala da sociedade se o direito de propriedade, o domínio absoluto do proprietário sobre a terra, o capital ou a patente, não for submetido ao direito de uso do comum, o que implica a perda de seu caráter absoluto. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 559).

Em uma conferência proferida em 1953 a acadêmicos da universidade técnica Karlsruhe, Adorno (1986) identificou aquilo que provoca a ilusão de ser o caminho *natural* da técnica: uma única direção em função da centralidade do poder econômico. Assim, um novo direcionamento da técnica só pode se dar com um novo rumo econômico.

A história nos conta que não há regime ou sistema que perdure para sempre. Embora, tratando-se de sistemas políticos e econômicos, não há de se esperar que as mudanças ocorram na velocidade do processamento dos computadores. A aceleração total parece funcionar apenas de acordo com o regime. Contra ele, há um grande complexo de freios. Embora hoje seja difícil vislumbrar uma saída para o neoliberalismo, é também inverossímil pensar que chegamos ao fim da história como Fukuyama (1990) fez muitos acreditarem. O fim da guerra fria, do medo como fator gerador da paz, e o fim da possibilidade do comunismo permitiu ao capitalismo avançar livremente enquanto dominava os homens. Não houve limites impostos ao capitalismo

após os anos 90. O avanço do fascismo em vários países do mundo, inclusive na maior potência, os Estados Unidos, e aqui no Brasil, mostra que há muito o que se escrever na história, que pode caminhar para a barbárie se forças democráticas e solidárias não a frearem. A possibilidade de buscar uma nova racionalidade é o desafio que se coloca ao pensamento crítico.

Marcuse (1973) alerta para a necessidade de que o indivíduo tome consciência da condição em que se encontra para uma possível mudança de rumos. “Toda libertação depende da consciência de servidão e o surgimento dessa consciência é sempre impedido pela predominância de necessidades e satisfações que se tornaram, em grande proporção, do próprio indivíduo” (MARCUSE, 1973, p. 28). O desafio é pensar não apenas em quem é o indivíduo, mas como ele se vê e como se compreende no mundo. Esta consciência não tem condições de aflorar espontaneamente e nem pode ser algo de fora para dentro da sociedade. É uma transformação que deve ocorrer no interior do próprio tecido social. Neste caso, o papel da tecnologia é primordial, pois passam por ela os bens simbólicos – conteúdos que dotam o mundo de sentido e, numa sociedade mediatizada, dão sentido ao próprio indivíduo. Será pelos canais da tecnologia digital que uma nova racionalidade pode se difundir na sociedade e nela instalar. Há duas observações: primeiro, a tecnologia não é o fator da mudança social, mas pode ser o seu vetor; segundo, o próprio desenvolvimento da tecnologia precisa ser modificado num processo dialético de construção de uma nova realidade que se distancie da barbárie.

Adorno (1986) não condena a técnica nem e a coloca num nível inferior à cultura no que diz respeito à formação cultural. Para ele, ambas têm o mesmo nível de relevância na construção da sociedade e por isso não podem caminhar desvinculadas, como se uma fosse inimiga da outra. “Portanto, devemos nos agarrar o tanto quanto nos seja possível à formação, sem que com isso imaginemos que tenha acontecido algo de decisivo para a organização do mundo” (ADORNO, 1986, p. 7). É preciso, pois, dar um novo sentido ao desenvolvimento técnico.

Esse processo pode se aproveitar do potencial libertador e plural da internet para permitir que uma outra lógica – ou outras lógicas – prospere. No entanto, a ausência de utopias hoje nos impede de acreditar nisso. Um dos caminhos talvez seja justamente o de encontrar vários rumos possíveis e não um só, totalitário. A oposição à totalização neoliberal só poderia ser de fato algo novo se pudesse ser plural.

Sevcenko (2001) propõe uma freada para se analisar criticamente a tecnologia em seu estado de extrema aceleração. Mais que isso, a freada é necessária não só para a crítica, mas para a transformação, para uma práxis que incorpore o desenvolvimento tecnológico em favor do humano e não contra ele. A freada deve funcionar mais como um “cavalo de pau”, oferecendo um novo direcionamento para o desenvolvimento social sem, no entanto, abandonar

o avanço tecnológico já alcançado. A inversão do movimento deve lançar luzes sobre as telas que dominam nossos dias e nos permitir deixar de ser reféns dela. Está ainda atual o desafio proposto por Adorno (1993, p. 40): “progresso e barbárie estão hoje tão emaranhados na cultura de massas que só uma ascese bárbara contrária a esta e ao progresso dos meios pode restabelecer a ausência da barbárie”.

A inversão deve ter como princípio a possibilidade de permitir o diferente, o plural e combater a padronização total, que se dá não só nos sistemas monopolistas de tratamento e tráfego das informações, mas também com a possibilidade de aceitar alternativas a todo o modelo hoje implantado. Inverter, nos parece, significa retomar a discussão sobre uma sociedade que coloque valores e princípios de solidariedade e respeito acima da concorrência pelo lucro e pela eficácia máxima. Significa aceitar novas formas de existir e não apenas incorporá-las ao sistema capitalista, como ocorreu com diversas expressões culturais que perderam sua essência. Neste caso podemos citar a contracultura hippie como expressão anticapitalista que se tornou grife.

A radicalização democrática é a proposta de Dardot e Laval (2017) para a criação de um novo modelo de sociedade – e de desenvolvimento técnico – que retire a centralidade da economia, especificamente do capital. Para os autores franceses, se a concorrência está no cerne da lógica neoliberal, esta deve ser substituída por uma outra racionalidade. Isso poderia ser alcançado por meio do *comum*, um novo princípio. Não se trata resgatar a o comunismo de estado experimentado no século 20, mas de criar uma sociedade pós-capitalista, em que a economia também passa a ser submetida a um amplo processo democrático com a constituição de comunas, coletivos de decisão plurais, diferentes do modelo atual em que apenas os proprietários decidem a respeito do futuro das empresas. Os autores não defendem o fim da propriedade privada, mas seu enquadramento em um ambiente democrático.

A dificuldade em dar um passo para uma racionalidade plural e democrática em oposição a uma autoritária e única está na própria história humana. “Se a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador” (ADORNO, 1995a, p. 120). Laymert Santos (2003, p. 28), por seu turno, afirma que o modelo atual de sociedade ocidental exclui a possibilidade de qualquer alternativa. Ou ocorre a integração ou o desaparecimento das culturas. Não há espaço para diferenças profundas e de convívio pacífico. O autor entende que superar isso requer uma atenção especial para a inclusão de grupos sociais.

A questão da resistência ao modelo dominante passa pela luta em prol da manutenção da diversidade de culturas e de sociedades, mas também em prol

da diversidade de temporalidades e de ritmos, que não se aniquilam diante do imperativo da aceleração total. (SANTOS, L., 2003, p. 28).

Embora a história nos apresente uma enorme variedade de exemplos de que a barbárie instala-se na humanidade em diversos momentos, inclusive recentemente, é possível ainda acreditar que outros caminhos podem ser construídos. Mas para isso, é necessário entender que a tecnologia pode e deve ser utilizada como um instrumento, mas sem perder de vista a crítica de que hoje ela é uma ferramenta justamente do oposto: do oligopólio, da visão única, da integração total do indivíduo à razão neoliberal. “Mas não devemos nos iludir com a crença de que um meio de emancipação social possa surgir e prosperar num ambiente político extremamente tóxico, que é individualista e consumista e não admite a existência de vida fora do mercado”, afirma Morozov (2018, pos. 252).

A unificação do mundo num só sistema capitalista, de produção e de consumo, talvez seja o principal adversário a ser combatido. Marcuse (1973) via a dimensão única da existência humana como um dos graves problemas da nossa sociedade, que não admite que outras racionalidades convivam mutuamente. A globalização neoliberal significa também a unificação e a padronização em nível planetário.

Defender a transformação da racionalidade neoliberal para alcançar outro modelo de sociedade significa abrir espaço para alternativas em todas as áreas. Combater o monopólio das *big techs* no tráfego, armazenamento e processamento de dados assume uma relevância ímpar, embora não seja a única e nem mesmo a mais importante quando relacionada com outras frentes.

A definição física de inércia é de que um corpo tende a manter a condição em que está até que uma força contrária atue sobre ele. A aceleração em que vivemos e que nos leva rapidamente à barbárie da dominação do humano pelos instrumentos tecnológicos criados pelo próprio humano, tende a continuar até que uma “força” (MARCUSE, 1973) realmente grande possa provocar um outro tipo de movimento. Mas como, na sociedade contemporânea, encontrar essa força e fazê-la agir com tal intensidade que seja capaz de tirar do movimento contínuo a sociedade que caminha para o progresso irracional? O caminho não virá apenas da tecnologia, assim como já dissemos, mas não poderá ocorrer sem ela.

A transformação tecnológica é, ao mesmo tempo, transformação política, mas a mudança política só se tornaria mudança social qualitativa no quanto alterasse a direção do progresso técnico — isto é, desenvolvesse uma nova tecnologia. Pois a tecnologia estabelecida se tornou um instrumento de política destrutiva. (MARCUSE, 1973, p. 211).

Não seria possível pensar uma sociedade plural, diversa, se todos utilizassem o mesmo e-mail do Google, ou utilizassem o mesmo mensageiro eletrônico do Facebook. A totalização do uso dos dados pessoais por poucas empresas em favor da produção e do consumo é um dos fatores que impede a diversificação da realidade social. A possibilidade de construir ferramentas digitais que permitam a privacidade e impeçam uso comercial dos dados é uma utopia necessária. É preciso outras formas de lidar com a tecnologia, de transmitir informações, armazená-las, processá-las sem que estejam sendo usadas constantemente para a obtenção do lucro concentrado nos oligopólios. Impedir a totalização em favor da pluralidade tecnológica.

É necessário fortalecer – sem ter a pretensão ingênua de voltar ao passado – os movimentos que estavam presentes no início da popularização da internet nos anos 1990. Os projetos de compartilhamentos, de saberes difundidos livremente, da cultura hacker são exemplos de novos usos que trazem outros objetivos que não o lucro. Marcuse (1973, p. 213-214) defendia chegar ao ápice da racionalidade tecnológica, em que todo o trabalho humano que pudesse ser substituído de fato o fosse, de tal forma que não haveria mais sentido na busca pela substituição do homem pela máquina em função do lucro. A partir desse momento, seria necessário implantar outra racionalidade, voltada para o homem e não para o lucro. Mas alcançar este momento significa atingir uma grave crise do capitalismo, sistema que funciona pela exploração do trabalho humano. Sem mais humanos a explorar, ou o capitalismo acaba ou precisaria se reinventar. Novamente, Blade Runner é a metáfora distópica com a Terra povoada por uma humanidade decadente, enquanto as classes superiores ocupam colônias espaciais e têm à disposição androides para a realização do trabalho. Diante de suas grandes crises, o capitalismo tem se transformado e se aperfeiçoado. Supor uma crise do capitalismo não é necessariamente prever o seu fim.

Ainda seguindo os passos de Marcuse (1973) para pensar uma saída para a sociedade, é necessário dar uma nova finalidade à tecnologia para que ela seja aplicada em favor de valores diversos do lucro. A noção de tecnologia deve ser tomada em sentido amplo e não estrito das tecnologias digitais. O próprio pensar científico precisa de uma nova racionalidade. Seria

uma nova idéia de ciência, de Razão. [...] O que está em jogo é a redefinição dos valores em termos técnicos, como elementos do progresso tecnológico. Os novos fins, como fins técnicos, operariam então no projeto e na construção da maquinaria e não apenas em sua utilização. (MARCUSE, 1973, p. 214).

Por isso, a discussão vai muito além da tecnofobia que rejeita a tecnologia pela finalidade com que ela é desenvolvida hoje. Combater a tecnologia significaria abdicar a uma série de benefícios alcançados por ela em diversos campos: na medicina, no conforto, na

educação, no trabalho produtivo, ou seja, em todos os setores de atuação humana. É por isso que propor uma nova racionalidade tecnológica não pode ser o mesmo que combater a tecnologia. Para Morozov, (2018, pos. 322), “o verdadeiro inimigo não é a tecnologia, mas o atual regime político e econômico”.

Dalbosco (2015, p. 17) lembra que apesar da integração social e da adaptação do indivíduo, há ainda espaço para a criatividade humana no uso da tecnologia e que isso pode permitir saídas, mesmo que parciais e singulares, do quadro de domínio em que a sociedade se encontra. A internet e as tecnologias digitais permitem este movimento, no entanto, ele precisa ser organizado para se opor de fato à ação das *big techs* que controlam boa parte do que circula pela rede.

Marcuse (1973) propõe uma pacificação, que é um encontro do homem consigo e com a Natureza, de forma que construa uma sociedade racional, em que a técnica é desenvolvida em favor do homem e para uma relação pacificada com a natureza. Assim, abandona-se a relação de dominação existente hoje, tanto do humano em relação à natureza como também de um sujeito sobre o seu semelhante. Mas essa troca de racionalidade vai muito além de uma mudança de postura individual ou com ações pontuais em defesa do meio ambiente e da solidariedade humana, embora essa consciência seja fundamental. Há necessidade de deslocar o lucro para o próprio homem. O frankfurtiano defende que a arte é o caminho para esta mudança de racionalidade, justamente por ser o espaço em que há uma racionalidade estética e não uma racionalidade da eficácia e o lucro. Somente a adesão a um domínio da natureza libertador é que pode permitir a construção desta nova racionalidade. O domínio repressivo nos levaria ao mesmo lugar.

Jameson (2001) não aposta num retorno conservador e retrógrado, mas numa utopia de algo novo, transformador, capaz de vencer a globalização, inclusive com o uso de novas tecnologias de comunicação. O autor relembra que ao longo da história, nos movimentos de trabalhadores, as formas de comunicação foram fundamentais para sua organização.

a troca eletrônica de informação parece ter sido fundamental onde quer que tenham aparecido novas formas de resistência política à globalização [...] Por agora, podemos usar a palavra “utópico” para designar quaisquer dos programas ou representações que expressam, não importa de que forma distorcida ou inconsciente, as exigências de uma vida coletiva que virá e identificar a coletividade social como um ponto crucial da elaboração de uma resposta política verdadeiramente inovadora e progressista à globalização. (JAMESON, 2001a, p. 41).

Na visão de Dardot e Laval (2017) seria necessário mais que isso, uma revolução que se utilizasse das ferramentas digitais para promover a radicalização democrática. As relações

sociais (inclusive as econômicas) passam a ser regidas por um autogoverno, estabelecido pelos diferentes setores da sociedade participantes de coletivos. Assim, reduz-se tanto o poder do estado quanto o das empresas em favor de espaços comunitários de decisão. Isso se aplicaria tanto em nível local, quanto em nível global, estabelecendo novas relações políticas internacionais, rompendo inclusive o dogma moderno da soberania das nações.

A política do comum é sempre transversal às separações instituídas, ela efetiva uma exigência democrática ao mesmo tempo generalizada e coerente: é literalmente “por toda parte”, em todos os domínios, que os homens agem em conjunto e devem ter a possibilidade de participar das regras que os afetam, do governo das instituições nas quais atuam, vivem e trabalham. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 556).

Adorno (1986) observa que as decisões quanto à produção não se dão no exatamento no ambiente produtivo, mas num “posto” de direção distante dele. Para o frankfurtiano, essas decisões devem ser tomadas tanto no posto, quanto junto à produção como também distante dos dois, permitindo a aproximação da produção da classe trabalhadora e do pensamento crítico. Os três papéis são importantes: do trabalhador, do desenvolvimento estratégico e do pensamento crítico. Atualmente, o direcionamento tecnológico se dá no coração da empresa privada, que é o capital, movido pela competição. Se houver um deslocamento para outro plano, com outro propósito, poderá haver um novo direcionamento técnico. Isso se alinha com Dardot e Laval (2017) numa proposta de radicalização democrática que transforme a economia.

A mudança de finalidade da tecnologia não pode acontecer da tecnologia para fora, mas dos conjuntos sociais em todas as suas dimensões. Assim, é preciso todo um leque de transformações que vão impactar nas tecnologias, gerando um novo ciclo, diferente do atual de acumulação de dados e de poder nas mãos de grandes oligopólios capitalistas. Para Jameson (2001a), o conteúdo dessa transformação é a coesão social em torno de um novo projeto de sociedade, que só pode ser conquistado com uma luta permanente em todas as esferas da vida. As tecnologias são parte fundamental neste processo, mas para Morozov (2018) é necessário mudar-lhe o papel, que hoje é praticamente definido pelas *big techs* dentro do contexto do neoliberalismo.

4.6 Tecnofobia e tecnofilia

Fazer a crítica à tecnologia digital não é rejeitá-la de pronto, o que seria tão alienante quanto aceitá-la sem restrições. Trata-se de identificar em que condições ela colabora para a integração do indivíduo ao sistema capitalista e, pior, o quanto é construída e utilizada para a

barbárie. Por outro lado, a crítica deve reconhecer aspectos emancipadores que podem lhes fazer um instrumento de resistência contra-hegemônica. Por isso, a dicotomia entre tecnofóbicos e tecnófilos não apresenta uma colaboração adequada à compreensão da tecnologia no presente e do papel que pode desempenhar no futuro. A aversão da tecnologia pela tecnologia dificilmente será capaz de reverter os rumos do desenvolvimento técnico, assim como no passado os movimentos de trabalhadores contra a utilização das máquinas não conseguiram impedir sua implantação nas fábricas. O deslumbramento diante das novas tecnologias, por outro lado, encobre os problemas causados por sua utilização dentro de um contexto de oligopólios globais e redução dos espaços democráticos.

Dalbosco (2015) considera que há autores nos dois extremos: entre os tecnófilos, estariam Howard Rheingold, Dan Gilmor e Henry Jenkins, que consideram a cultura digital um novo espaço democrático e de oportunidades para avanços sociais e econômicos; do outro lado estariam os tecnófobos, como Andrew Keen e Lee Siegel, que percebem a perda de conteúdos culturais e a valorização do individualismo e do narcisismo. Morozov (2018) compartilha da ideia de ocupar os espaços de desenvolvimento tecnológico ao contrário de rejeitá-los:

Os progressistas radicais – entre os quais felizmente me incluo – não podem se dar ao luxo de serem tecnofóbicos. Rejeitar a inteligência artificial e outras soluções que fazem uso intensivo de dados somente porque a Amazon e a Alibaba recorrem a elas para fins execráveis é atarmos nossas mãos num momento absolutamente crucial. (MOROZOV, 2018, pos. 67-68).

Para Morozov (2018), é necessário romper com o poderio e com a forma de agir do oligopólio das *big techs* e propor tecnologias que estejam dirigidas ao bem-estar da sociedade como um todo. O autor é um crítico do uso cada vez mais individualista dos aplicativos digitais, em especial para celulares. Defende uma aplicação ligada à participação do Estado, fortalecendo as políticas públicas com o uso de tecnologias digitais avançadas, que permitam aos governos organizar o espaço coletivo, que hoje vem sendo colonizado pelas gigantes da tecnologia. O autor considera que as *big techs* estimulam o uso individual dos aplicativos, fazendo com que o sujeito busque sozinho soluções para problemas que são da coletividade.

A adoção dos carros autônomos, num futuro próximo, é uma indicação disso. Os recursos massivos para pesquisas em mobilidade poderiam ser dirigidos para aplicações que melhorassem a qualidade do sistema de transporte coletivo. Ônibus, trens e outros veículos dotados de inteligência artificial e mecanismos de funcionamento avançados poderiam reduzir o número de automóveis em circulação, reduzir o tempo das viagens, o custo financeiro e o impacto ambiental. Mas para o usuário deixar o uso do carro é necessário um sistema coletivo eficiente e eficaz, capaz de competir com os veículos individuais –, que o leve com velocidade,

segurança e conforto. As tecnologias digitais, com uso de mapas, GPS e veículos autônomos poderiam oferecer soluções para este problema. Mas o maior e mais alardeado investimento no setor se dá em função do automóvel autônomo, aquele que levará um ou dois passageiros por viagem e que tornará empresas como a Alphabet (Google) ainda mais rica. O modelo de carros autônomos individuais não reduz o número de veículos nas ruas, mas oferece ao sujeito uma solução apenas para si: enquanto aguarda no congestionamento pode trabalhar enviando mensagens, falando ao telefone, usando o computador, lendo e escrevendo relatórios. Desenvolve-se um modelo que favorecerá aos fabricantes de veículos e aos desenvolvedores de tecnologia digital. Ao cidadão caberá a tarefa de trabalhar durante o seu lento deslocamento ou, na melhor das hipóteses, consumir mídia e produzir dados para as *big techs*. Livre da missão de dirigir, o indivíduo poderá usar seu tempo para a produtividade, ou seja, para entregar-se mais uma vez à lógica do consumo e da produção.

Este é apenas um exemplo de como as tecnologias digitais são dirigidas para o funcionamento da economia concorrencial do neoliberalismo. Com outra finalidade, por exemplo, a de permitir uma experiência coletiva e lúdica aos cidadãos, a tecnologia digital aplicada aos transportes estaria seguindo por outros rumos.

O problema, fica claro, não é o emprego das tecnologias digitais, mas a opção que a sociedade faz delas. Quando se fala em sociedade, não podemos cair no engodo de acreditar que se tratam de são escolhas livres dos sujeitos. Há todo um sistema organizado que levará os indivíduos a escolherem um carro autônomo chamado via aplicativo, ao contrário de optar pelo transporte público. A escolha é previamente construída e feita anteriormente à decisão do indivíduo.

Morozov (2018) toca num ponto importante: a esquerda não faz a crítica da tecnologia e nem tem propostas para elas, deixando os interesses do mercado serem impostos com facilidade. Sem alternativas, a construção tecnológica voltada para o lucro e não para o indivíduo se estabelece e avança sem barreiras. A tecnologia construída atualmente não é uma arma em favor de ricos e pobres, mas uma “arma apontada aos fracos e pobres”, afirma Morozov (2018, pos. 2142).

Para escapar à dualidade entre tecnófilos e tecnofóbicos é preciso ter críticas e propostas, mas a esquerda seria mais deslumbrada que crítica:

A esquerda, que nunca se distinguiu por narrativas empolgantes de cunho tecnológico, não tem nada parecido a oferecer. Pior ainda, jamais vai propor algo assim se não reescrever a história da internet – o âmbito intelectual do Vale do Silício – como uma história do capitalismo e do imperialismo neoliberais. (MOROZOV, 2018, pos. 196).

A questão colocada, portanto, é a escolha feita no conjunto da sociedade e que se estabelece de maneira hegemônica para os indivíduos. Esta posição está tão arraigada que não há uma oposição clara a ela, embora seus problemas e ameaças venham sendo estudados e denunciados há anos. A tecnologia digital pode ser capaz de colaborar na construção de sociedades mais justas e permitir indivíduos mais autônomos, com

maior liberdade para o indivíduo e uma maior possibilidade de participação política relacionada às características dos novos meios digitais: interatividade, interconexão, criação coletiva, cooperação etc. Sem excluir tais possibilidades, é importante apontar que, como toda ideologia, elas têm um conteúdo de verdade e de falsidade. (MAIA, 2014, p. 226).

Pensar essas possibilidades, buscando uma dialética da tecnologia, é um caminho que a teoria crítica, atual e atenta, pode fazer.

4.7 Cultura hacker e produção colaborativa de conhecimentos

A criação da *World Wide Web* foi feita em código aberto para permitir que fosse ampliada, aperfeiçoada e utilizada para sustentar diversas aplicações. Seu caráter livre foi fundamental para sua ampla utilização. Apesar dessa matriz livre, por meio de outras tecnologias restritivas, empresas privadas se apoderam dos dados de quem trafega pela rede.

A forma como os softwares são desenvolvidos interfere radicalmente em seu uso social. Assim como nos anos 80 e 90 foi desenvolvida a tecnologia base para sustentar a web, seu modelo pode se tornar referência para novos avanços que contemplem a colaboração e a participação coletiva. A característica do software livre é ter seu código-fonte aberto. Com ele, qualquer desenvolvedor ou usuário pode conhecer seu funcionamento, encontrar erros, modificá-los.

A ideia de transparência, no entanto, parece que mudou de sentido, ou pelo menos mudou de quem ou o que deve ser livre. O desenvolvimento de algoritmos que coletam dados e “aprendem” com o usuário para fins comerciais passou a adotar a ideia de que são os usuários que devem ser transparentes, com seus dados sendo coletados, armazenados e explorados livremente. Mas Silveira (2017) lembra que para governos e empresas, a lógica da opacidade é mantida para proteção contra o terrorismo e contra os concorrentes. Restou ao indivíduo a transparência total, entregando seus dados para exploração do mercado para lhe oferecer uma melhor experiência de consumo. Por outro lado, as informações e, por extensão, o conhecimento, passa a ser uma propriedade privada do oligopólio e não um direito coletivo.

As características dos softwares provocam alterações relevantes quanto ao alcance, o público, as possibilidades de interação, de memória das informações que circulam socialmente. A forma e a finalidade com que os softwares são desenvolvidos interferem no resultado do processo comunicativo e cultural.

Resgatando Adorno (2010), um dos requisitos para a formação cultural é que haja “autonomia e liberdade”. Como a formação humana depende da capacidade do indivíduo ter sua autonomia para agir socialmente, não se pode pensar em uma formação quando nossas vidas passam a ser mediadas por algo que nos é alheio e proibido, aquilo que é definido como propriedade privada dos grandes grupos econômicos.

Não se pode falar apenas no conteúdo, mas também na técnica que encerra ou que libera esse conteúdo. Mais: deve-se considerar também o *back-end*¹²⁶, o que está por trás do software que nos entrega o conteúdo. É principalmente ali, e não no resplandecente visível, que está uma das armadilhas da semiformação na cultura digital.

Possibilitar o desenvolvimento de softwares livres para o uso nos computadores e smartphones é um passo no extenso caminho para a formação, uma vez que estes programas carregam dentro deles a lógica da não restrição. Na verdade, mais do que uma mudança de software, o que se discute é uma mudança de paradigma. O software livre é uma forma de permitir o desenvolvimento colaborativo sem que haja proprietários desse conhecimento. Isso pode permitir usos compartilhados e que gerem conhecimentos não voltados exclusivamente ao lucro.

A adoção de softwares livres de códigos abertos não significa, por si só, a chegada à formação. Nem significa que estes aplicativos não possam colaborar para a semiformação dos indivíduos. A certeza que podemos ter é que não se pode esperar uma formação cultural com aplicações proprietárias. Com softwares livres, existe ao menos a possibilidade diante de uma mudança de racionalidade da finalidade da tecnologia. Se não há uma revolução, ao menos tem-se a abertura de uma fresta.

O acesso restrito às informações disponíveis na rede, principalmente pela forma como o indivíduo pode acessar, impede a formação cultural, assim, como TV, rádio, revistas cumpriram este papel no passado. Por mais que pela internet o indivíduo tenha liberdade de buscar o que quiser, o bombardeamento de informações fragmentadas dificulta, quando não

¹²⁶ Parte da programação responsável pelo funcionamento do software, é a sua estrutura. Por outro lado há o *front-end*, responsável pela interface e experiência do usuário.

impede, o acesso a informações que poderiam lhe mostrar o caminho da emancipação. Hoje, navegar é uma forma de integração.

Outra questão que se coloca urgente é discutir a coleta dados dos usuários para seu uso comercial. “O Vale do Silício acabou dominando completamente nossa maneira de pensar sobre a tecnologia e a subversão. [...] O ato de ‘hackear’ era uma crítica moral do capitalismo tecnológico contemporâneo. (MOROZOV, 2018, pos. 141; 169).

A liberdade necessária também precisa de outros mecanismos, como a criptografia para eliminar (ou reduzir) a possibilidade de vigilância e controle. Este é um mecanismo que pode oferecer privacidade aos usuários, mas que não interessa às *big techs* e nem a governos que defendem a vigilância constante como forma de segurança. Sem esta ferramenta estamos todos sujeitos à vigilância e, portanto, à falta de liberdade. Para que o indivíduo não seja tutelado, controlado e dirigido, a privacidade é condição básica. Sem ela não pode existir um ser emancipado.

Inclusive o uso de dados, hoje apropriados pelas empresas a partir da produção dos indivíduos, deveria ser submetido ao *comum* proposto por Dardot e Laval (2017). Existiriam coisas que inapropriáveis, que não podem se tornar propriedade de ninguém, embora possam ser utilizadas. Entendemos que os dados individuais devem ser considerados dessa forma. Mesmo que possam ser utilizados, não podem se tornar uma propriedade privada das empresas que os detêm.

4.8 Tecnologias digitais e educação

A Universidade Aberta do Brasil é um dos exemplos em que a Educação à Distância pode levar a ciência além das capitais e centros econômicos. Os polos são instalados preferencialmente em cidades médias onde não existam outras instituições oferecendo os mesmos cursos. Assim, setores da população que não teriam acesso à formação superior ou que teriam que se deslocar para outras cidades, passam a ter uma oportunidade de estudar.

A educação à distância é um modelo controverso de educação, eivado de problemas como o distanciamento do estudante do professor e de seus colegas, levando muito mais à vivência educacional que a uma experiência plena. Há uma série de outras questões que não serão abordadas aqui, mas consideramos interessante pontuar que o modelo da Universidade Aberta permite levar conhecimento para aqueles que já estavam excluídos da educação superior. Obviamente, esta inclusão traz problemas referentes à qualidade e à dissintonia entre

a realidade local, experimentada pelo aluno, e a realidade global, levada pelos professores em sua abordagem. Trata-se da expansão de um localismo globalizado (SANTOS, B., 2001), uma vez que professores nos grandes centros levam seus conteúdos e verdades aos alunos sem que estes tenham possibilidade, na mesma intensidade, de oferecer ao docente a sua realidade como contrapartida de diálogo.

A Universidade de São Paulo é outra instituição pública que utiliza as tecnologias digitais como forma de levar o conhecimento produzido e discutido na universidade para além de seus limites geográficos. Para isso, apresenta o Canal USP¹²⁷ no Youtube com videoaulas e um ambiente próprio, *e-Aulas*¹²⁸, com aulas nas mais diversas áreas. Ambos canais são abertos a qualquer interessado. É uma interessante forma de fazer com que o conhecimento deixe a zona Centro-Sul da capital de São Paulo, onde está o campus sede.

A utilização da Educação à Distância encontra no mercado, porém, uma condição que leva às características da indústria cultural – fragmentação, pauperização estética, padronização – para o campo do ensino. O ganho desse empobrecimento educacional é a redução dos custos para promover uma educação massiva que zela pelo lucro e renuncia à qualidade.

Portanto, há dois usos distintos de ferramentas de tecnologias digitais empregadas em contextos diversos. Ao indivíduo cabem poucas escolhas quando o sistema já lhe diz qual deve ser a sua opção. Por isso, a adoção de políticas educacionais que valorizem o conhecimento e sua disseminação na sociedade deveria se sobrepor à lógica do lucro. As tecnologias podem ser o instrumental para isso e podem se aperfeiçoar ainda mais para garantir mais educação e de qualidade para um público maior sem condições de acesso aos grandes centros de conhecimento no país. Mas não é isso que temos visto de maneira majoritária, ao menos no Brasil.

Há ainda outras considerações que poderiam ser feitas mas que não são o objetivo neste ensaio. Por exemplo, a questão dos conteúdos e como os estudantes, especialmente os jovens lidam com eles. As possibilidades abertas pelas tecnologias digitais de novas experiências sensíveis no campo educacional, com a utilização não só de recursos audiovisuais tradicionais, mas tecnologias como a realidade virtual e a realidade aumentada. Estas iniciativas podem permitir um aprendizado com níveis de sensibilização estética impossíveis há pouco tempo. No entanto, são também ferramentas que podem levar ao seu oposto, que é a redução cada vez maior do contato com o mundo sensível. Calibrar a dose entre virtual e atual é um dos grandes desafios. A realidade virtual poderia levar alunos brasileiros para dentro do Catedral de Notre

127 www.youtube.com/usponline.

128 aulas.usp.br.

Dame, parcialmente destruída por um incêndio em 2019. Mas o uso intenso de tecnologias digitais pode fazer com que a própria cidade onde o estudante vive passe a ser um local ignorado, em que sua história diz pouco e passa a ser descolada do aprendizado formal. Portanto, a utilização das tecnologias precisa estar ancorada no passado do aluno e sua comunidade, para que sejam confrontados com os conteúdos estudados, permitindo uma ampliação da vivência e a formação cultural ampla. Caso contrário, se chegará novamente à formação, só que por outros caminhos. Dalbosco (2015, p. 12) acredita que

a filosofia da educação pode contribuir para transformar a sala de aula num espaço de interatividade virtual, estimulando para que o manuseio dos dispositivos digitais, orientado pedagogicamente, possa conduzir ao pensar por si mesmo.

As tecnologias digitais podem oferecer um mundo de oportunidades que os estudantes anteriores jamais tiveram oportunidade. As diferenças geracionais também chamam a atenção, uma vez que crianças e jovens crescem já num ambiente de utilização de dispositivos digitais, ao contrário das gerações mais velhas que devem se adaptar às inovações. A percepção estética a partir de conteúdos midiáticos e interativos trazidos à sala de aula pode mudar a própria concepção de educação, deixando o puro intelectualismo racional de outrora em favor de uma educação sensitiva, que explore a inteligência humana de forma mais ampla e que facilite o aprender a pensar.

Penso que hoje estamos em melhores condições de compreender o que sustentava a crítica de Rousseau à educação intelectualista e o quanto a compreensão da criança como um ser mais sensitivo do que intelectual pode ser fecunda para a organização do processo pedagógico e, sobretudo, para auxiliar o uso pedagógico adequado em sala de aula dos dispositivos oriundos da tecnologia digital. (DALBOSCO, 2015, p. 23).

O uso das tecnologias digitais deve também permitir uma aproximação geracional entre estudantes e professores. Essa não é uma característica inerente da tecnologia digital, mas deve ser trabalhada para que possa colaborar no suporte de redução dos conflitos geracionais. A exploração das tecnologias pode levar a uma integração maior do professor em contato com seus alunos em sala de aula, permitindo um aprendizado mais humanizado e dialogado, considerando que as relações humanas não podem ser substituídas pela tecnologia e nem totalmente mediatizadas. As ferramentas digitais na educação devem ser formas de facilitação das relações.

Hoje, no entanto, é comum ver a mecanização das relações mediante o uso de tecnologias em diversos níveis educacionais, como alertam Zuin e Zuin (2016, p. 766): em troca do acompanhamento do aprendizado dos filhos por meio de câmeras instaladas nas escolas, os

país aceitam acriticamente o panóptico eletrônico pelo uso de câmeras dentro das escolas, permitindo que “a própria autoridade do professor seja subsumida à da câmera”. Os autores defendem o uso emancipatório das tecnologias digitais na escola, um uso que leve em conta a possibilidade do pensar e do interagir com o conteúdo estudado. Acreditam que a tecnologia pode ser usada de forma que permita a transformação, da própria tecnologia, como do ambiente em que ela é utilizada, se este perfil emancipatório estiver presente, ao contrário do seu uso autoritário. O uso simplesmente maquínico, que reduz o professor a um mero transmissor de conteúdos enquanto os softwares cuidam de administrar a vida escolar dos alunos, leva a construção de um modelo em que o humano tem pouca relevância e reforça a crença na autoridade da máquina. Zuin e Zuin (2106) lembram que o projeto Escola sem Partido¹²⁹ ganha espaço exatamente de acordo com uma racionalidade que privilegia a concepção de uma educação que transfere conhecimentos ao contrário de algo que se constrói com a participação coletiva entre professores e alunos utilizando materiais pedagógicos (inclusive com tecnologia digital) e as experiências de todos os que estão envolvidos no processo. Para os autores, seria uma nova mentalidade *ticket* (ADORNO, 2019), quando professores transmitirem conteúdos “para seus alunos de forma superficial, estereotipada e supostamente neutra” (ZUIN; ZUIN, 2016, p. 770).

4.9 Meios de comunicação

Jamais, em toda sua história, o ser humano teve tantas oportunidades comunicativas. O mundo de conteúdos que se apresenta para a humanidade pode permitir um grande salto formativo se forem enfrentadas as questões que podem aprisioná-lo. Como podemos nos apropriar deste potencial informativo em favor da emancipação do indivíduo e criação de laços sociais carregados de solidariedade e respeito entre as pessoas e entre os povos?

Um dos principais aspectos é conseguir estabelecer novas relações de poder dentro das redes, estimulando a construção de alternativas descentralizadas que permitam diálogos plurais e que se estabeleçam além das mesmas ferramentas centralizadoras de dados e que rompam as bolhas digitais.

129 Proposta de legislação em diversos níveis no Brasil para obrigar uma suposta neutralidade dos professores na educação, compreendendo seu papel apenas como transmissores de conteúdos sem que possam expressar seus pontos de vista e/ou opiniões. Trata-se, a nosso ver, de uma mordaca autoritária que proíbe a crítica em favor de uma visão única de mundo.

Crescente nos anos 2000, um fenômeno que conseguiu se consolidar com alguma relevância no espectro comunicacional foi a blogosfera, ambiente de blogs individuais ou coletivos que se propunham a fazer comunicação alternativamente aos meios tradicionais. Sucessora da imprensa alternativa da segunda metade do século 20, a blogosfera se coloca como meios de comunicação independentes dos veículos tradicionais de mídia, tentando furar um bloqueio da imprensa comercial. Embora tenha presença relevante para fazer o contraponto, a blogosfera enfrenta dificuldade em sair da bolha, reforçando ainda padrões presentes na cultura digital. Se conseguir promover o rompimento de sua bolha e alcançar um padrão de comunicação mais plural, terá dado uma grande contribuição para o estabelecimento de um marco mais democrático nos meios digitais de comunicação.

Na eleição presidencial de 2010, por exemplo, quando a blogosfera já tinha relevância na comunicação brasileira, o episódio conhecido como “bolinha de papel” marcou o embate entre a poderosa Rede Globo e uma produção colaborativa de blogueiros analisando a agressão que teria sofrido o então candidato José Serra (PSDB). Enquanto a versão oficial, veiculada pela Globo, dava conta de uma agressão, a blogosfera denunciava que o objeto que atingiu o candidato foi uma bolinha de papel. O embate mostrou a força da blogosfera aliada ao fenômeno das redes sociais que começava a propagar¹³⁰.

Já na eleição de 2018, a comunicação alternativa foi marcada pelo discurso de ódio e pelas *fake news*¹³¹. O ambiente já estava mais controlado pelas grandes corporações, neste caso, a empresa Facebook com sua rede homônima e também o Whatsapp, de sua propriedade. Além disso, mecanismos de identificação dos usuários, aliados a possibilidades de envios de mensagens para grandes audiências mudaram as características da forma de circulação dos conteúdos na rede.

Talvez um passo que busque o ambiente de 2010 possa ser salutar para reencontrar o ambiente libertário que marcou as primeiras décadas eufóricas da existência da rede e o estabelecimento da cultura digital. Maia (2014) entende que deve-se mudar a relação temporal.

Seria necessário procurar desenvolver relações com objetos cuja estrutura temporal fosse diversa daquela presente nos meios audiovisuais contemporâneos, não porque estes sejam intrinsecamente incapazes de produzir uma experiência temporal alternativa ao tempo espetacular, mas porque a própria possibilidade de emancipação com os novos meios pressupõe a capacidade de dar dois passos atrás. (MAIA, 2014, p. 236).

130 Ver: Bolinha de papel, a farsa política desmascarada, <https://jornalggn.com.br/eleicoes/bolinha-de-papel-a-farsa-politica-desmascarada/>.

131 Ver seção 3.7 *Fake news* e a perda do espaço público de debates.

4.9.1 Educação para a mídia

Maia e Costa (2015) propõem a educação para a mídia como um dos caminhos para promover emancipação do indivíduo, para que este conheça as estruturas que o aprisionam e que possa assim, adotar uma práxis libertadora. Esta educação poderia ser um dos alicerces para o surgimento da força necessária para transformação social esperada por Marcuse (1973).

Educar para a mídia perpassa a ação formativa de identificar os mecanismos regressivos associados às tecnologias: no novo mundo digital significa interpretar no fascínio da imagem, da mutação em velocidade, do compartilhamento imediato em rede, os invólucros da dominação econômica e simbólica, nos quais o sujeito contraditoriamente se realiza e se projeta. (MAIA; COSTA, 2015, p. 152).

Pensar em uma formação educacional que contemple todos os aspectos da vida pressupõe que o indivíduo deve ser educado para compreender a cultura digital. Como aspecto da cultura, é importante que consiga desenvolver uma visão crítica a respeito das tecnologias digitais e de seus conteúdos. A educação para a mídia já é defendida há algum tempo, como demonstram Kellner e Share (2008). Para os autores, em todas as etapas do processo educacional a análise e a produção críticas de mídia devem estar presentes.

Ela [a alfabetização] deve intensificar os nossos processos crítico-analíticos e explorar a recepção da audiência, para que se aprenda a ler e criar criticamente textos de mídia e buscar justiça social, além de compreender os contextos políticos, econômicos, históricos e sociais em que todas as mensagens são escritas e lidas. (KELLNER; SHARE, 2008, p. 707).

Bévort e Belloni (2009) destacam que a mídia-educação, como preferem chamar, compreende a inclusão digital, ou seja, o aprendizado de como usar as tecnologias, mas também de compreender as mensagens da cultura digital de um ponto de vista crítico e contextualizado. “As mídias fazem parte da cultura contemporânea e nela desempenham papéis cada vez mais importantes, sua apropriação crítica e criativa, sendo, pois, imprescindível para o exercício da cidadania” (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1083).

Não se trata de um processo simples, haja vista que a leitura crítica de mídia jamais foi um conteúdo prioritário no sistema educacional brasileiro. Atualmente, com a relevância que as mídias digitais têm na vida dos sujeitos – tanto que é chamada de cultura digital – torna-se fundamental que o indivíduo tenha condições de compreender o contexto em que faz chegar uma mensagem na tela de seu celular, por mais fútil e inofensiva que possa parecer.

4.10 Expressões artísticas e culturais

Se a sociedade estabelecida controla toda comunicação normal, validando-a ou invalidando-a de conformidade com as exigências sociais, então os valores estranhos a essas exigências podem talvez não ter qualquer outro meio de comunicação a não ser o meio anormal da ficção. (MARCUSE, 1973, p. 227).

A saída pode estar na arte, na dramaturgia, na imaginação e na criação humana. Outras formas de comunicação estão ligadas demais ao sistema que impede uma força modificadora da razão, justamente por serem instrumentos desta. Jornalismo, publicidade e a própria ciência apresentam esta dificuldade. Embora a cultura encampada pela indústria também enfrente enormes barreiras, ela tem um potencial libertador maior porque pode se declarar livre.

Benjamin (1987a, p. 185) considerava que a “expropriação do capital cinematográfico é uma exigência prioritária do proletariado”. Percebia há cerca de um século que a produção cultural e artística deve ser uma propriedade coletiva e não um capital acumulável. Na cultura digital, as condições para esta propriedade coletiva estão mais que claras e viabilizadas tecnicamente. Mas vimos na última década um movimento que se opõe a isso, para garantir os direitos de propriedade intelectual, e a centralização da produção cultural sob a guarda das empresas. O modelo Napster naufragou não por culpa do Metallica, mas do Spotify¹³².

O discurso oficial sempre criticou o compartilhamento de arquivos via tecnologia P2P¹³³, usado pelo Napster, por deixar o computador do usuário vulnerável a ataques, pois ao ingressar numa rede deste tipo, abre-se uma porta a invasões maliciosas. O que o discurso oficial não conta é que os modelos centralizadores de streaming disponíveis hoje – e que fazem muito sucesso – coletam dados dos usuários para utilizarem comercialmente. Se no modelo P2P o usuário tem condição de igualdade em sua relevância na rede, no modelo centralizado ele é um objeto a ser vendido à indústria da publicidade.

A apropriação dos meios técnicos de produção e transmissão de conteúdos midiáticos poderia ser usada mais intensamente como forma de expressão artística popular por parcelas expressivas da sociedade. Isto seria uma forma de uma reconciliação, segundo Duarte (2011), da expressão das massas com a criatividade. Esta seria uma também uma das forças possíveis

¹³² Em 1999 o Napster foi criado como primeiro software de compartilhamentos de arquivos, muito utilizado nos anos 2000 para trocar arquivos de músicas. A banda de rock Metallica entrou na justiça contra o site, o que resultou numa grande indisposição com seus fãs. Mas o modelo de compartilhamento de fato perdeu espaço para serviços de streaming como o Spotify, Deezer, Play Música. Estes softwares oferecem serviços gratuitos e pagos. No gratuito, as opções são poucas e no pago os limites são mais elásticos. Em ambos os casos, os softwares coletam dados dos usuários.

¹³³ *Peer-to-peer*, par a par ou ponto a ponto: o computador do usuário é ao mesmo tempo cliente e servidor. Nesta lógica, não há o intermediário que centraliza as informações. A rede é distribuída e cada usuário representa um nó com a mesma relevância dos demais.

de um movimento estético que se propusesse a superar os limites impostos pela indústria cultural digital e colaborar no sentido de criar uma nova racionalidade, dando não só novas funcionalidades à técnica, como participando de um movimento maior de criação de uma razão que não seja a neoliberal. Seria uma forma de construir formas arquitetônicas de expressão coletiva e escapar da jaula à qual nos prendemos cada dia mais.

Mas a arte precisa ser crítica para enfrentar a construção da barbárie. “Em vez de ser a serva do aparato estabelecido, embelezando os seus negócios e a sua miséria, a arte se tornaria uma técnica para destruir êsses negócios e essa miséria”, defende Marcuse (1973, p. 221). O movimento de globalização, ao mesmo tempo em que leva a uma tentativa de homogeneização total, permite a confluência cultural que pode levar a construções simbólicas diversas e ricas que garantam a formação de novas identidades plurais ao contrário de uma identidade única.

Appadurai liga o movimento das migrações intensas com as facilidades de transportes e as necessidades locais, com a velocidade dos produtos midiáticos.

A questão das migrações de massas (voluntárias e forçadas) não é nada de novo na história humana: Mas se a colocarmos em justaposição com o rápido fluxo de imagens, textos e sensações mediatizados, temos uma nova ordem de instabilidade na moderna produção de subjectividades, (APPADURAI, 2004, p. 15).

Boaventura Santos (2001) acredita que o movimento de globalização, com todos os problemas que carrega por trazer consigo uma hegemonia neoliberal do modelo econômico norte-americano, gesta uma grande oportunidade: a miscigenação e o encontro das culturas que são capazes de fermentar uma mesclagem cultural intensa.

Os próprios movimentos humanos, muitas vezes levados pelas exigências das condições geopolíticas e econômicas atuais, podem permitir formas de fomento de novas expressões culturais que combatam a unicidade pretendida pelo sistema. Se, além de expressões culturais e artísticas, este movimento humano for capaz de trazer consigo novas expectativas humanas e, portanto, novas racionalidades, então há possibilidades de um novo foco de resistência.

Duarte (2011) lembra, no entanto, que a apropriação pela indústria cultural das culturas tradicionais são uma ameaça a esta pluralização necessária. A transformação da cultura tradicional em mero folclore não contribui para um ambiente de fomento da diversidade cultural, senão apenas a mantém presa ao sistema de totalização. O autor defende a reconciliação da expressão das massas com a criatividade.

Esa reconciliación significaría el resurgir de la cultura popular en tanto que legítima expresión de las masas, la cual no existe desde su mencionada absorción por la cultura mercantilizada tan sólo en bases tecnológicas que aún no habían existido en toda la historia. (DUARTE, 2011, p. 114).

As possibilidades de criação de novas estéticas artísticas, aliadas à construção de públicos diferentes – porque não mais fechados nas galerias – dão à arte e às expressões culturais uma nova significação capaz de romper as barreiras anteriores determinadas pela utilização do tempo e espaço limitados. Pisani (2014, p. 30), relembra a defesa de Buck-Morss¹³⁴ para “desfazer a alienação do sensorio corporal”, utilizando as tecnologias como forma de construir novas sensibilidades. Enfrentar o apelo emotivo do discurso neofascista talvez possa ser feito apenas com novas dimensões estética que não apenas o discurso racional. Mas mesmo essa arte tem agora novos espaços para se fazer acontecer, apropriando-se das redes digitais como *local* onde se manifesta. “A nova estética das redes digitais aponta para uma nova dimensão da subjetividade, como herança e superação da subjetividade moderna” (PISANI, 2014, p. 42).

Com uma nova configuração espaço-temporal, a arte pode se expandir com novas experimentações e a inclusão de culturas antes alijadas dentro do processo de elitização dos conteúdos. Obviamente, esta democratização precisa contar com suporte tecnológico que dê conta dele, para não cair em uma nova centralidade. São lindas e ricas as percepções permitidas pelo Google Arts & Culture¹³⁵, mas se tudo estiver ali, a arte estará fechada na totalidade da empresa.

4.11 Mobilizações políticas

Há uma dúvida importante a respeito do avanço da extrema direita no mundo: estamos mesmo diante do início de um recrudescimento social, com possibilidades concretas de entrarmos num novo período de barbárie em escala planetária; ou o que vemos é uma reação do pensamento extremista conservador a um avanço social e humanitário experimentado – com dificuldades – nas últimas décadas?

Não há uma resposta para isso pois o futuro que se encarregará de dar uma posição está em construção. Os fatores que levam a um lado ou a outro já estão na mesa, mas ainda há muito que se construir. Temos diante de nós uma grande oportunidade, mas nos deparamos também com uma profunda ameaça desumanizadora.

134 BUCK-MORSS, Susan. Estética e anestésica: O “Ensaio sobre a obra de arte” de Walter Benjamin reconsiderado. **Travessia**, n. 33, p. 11–41, 1996.

135 <https://artsandculture.google.com/>.

As tecnologias digitais, ancoradas na centralização das *big techs* e apropriadas por governos de vertente autoritária (mesmo que em países reconhecidamente democráticos), tendem atualmente a levar a resposta para a o campo da totalização e da exclusão. As dimensões ético-políticas construídas a partir do fluxo de informações via redes privadas de comunicação levam à construção gradativa da barbárie. *Fake news*, aceleração do tempo sem condições para a reflexão, direcionamento das mentes a partir da vigilância e do controle, tudo isso desenha uma sociedade politicamente autoritária.

No entanto, as condições para a resistência contra-hegemônica estão também colocadas na mesa. Embora hoje em condições desiguais, podem ser o contraponto essencial para evitar que a política e a economia partam para a dominação total, implantando o mundo vigiado de Orwell. Para Jameson, o contato entre culturas é um dos grandes ganhos permitido pela tecnologia. Isso pode ser direcionado para construção de uma nova utopia.

Mais além dessa celebração da diferença cultural, e em geral intimamente relacionada com ela, está a celebração do aparecimento, na esfera pública, das vozes de uma imensa gama de grupos, raças, gêneros, etnias, constituindo uma quebra das estruturas que condenavam segmentos inteiros da população ao silêncio e à subalternidade, e um crescimento mundial da democratização – por que não? – que parece ter alguma relação com a evolução dos mídias, mas que é de imediato representada pela nova riqueza e variedade de culturas no novo espaço mundial. (JAMESON, 2001b, p. 46).

As questões identitárias, ameaçadas pelo avanço fascista, têm uma força política acumulada por décadas de batalhas e conquistas nos movimentos negro, feminista, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais), entre outros. Para Müller (1992, p. 209), só se pode “pensar a partir das minorias”. A existência das minorias incomoda, pois são justamente elas que impedem a totalidade. Por isso, os projetos autoritários precisam eliminá-las. São as primeiras a serem atacadas pelos movimentos fascistas e são a primeira resistência a eles. “As minorias representam sempre algo autônomo, barrando o caminho da aceleração. As minorias são freios. Daí advêm o ímpeto de aniquilá-las, pois elas insistem em manter sua velocidade própria” (MÜLLER, 1992, p. 202).

Resta saber se o acúmulo das minorias terá força suficiente diante de um aparato repressivo que hoje tem a seu favor o poder do Estado e as informações das *big techs*. A lógica neoliberal, que estabelece o padrão de concorrência como o modelo a ser adotado por toda a sociedade, precisa ser combatida em todas as esferas. Desta forma, a luta por uma sociedade justa e solidária, com indivíduos emancipados, se dá nos campos político, cultural e econômico. Todos estão interligados e não há uma frente única de batalha. Cabe a visão gramsciana de que a direção da sociedade se dá na superestrutura, para que ocorra a dominação econômica na

estrutura. Se há alguma alternativa, ela reside justamente em ser crível e diversa, sem que seja única e totalitária.

A confluência básica do pensamento de Gramsci e da Escola de Frankfurt consiste em contrapor o papel do intelectual (da atividade do jornalista) na superação do senso comum, compreendido como forma de pensar difusa da complexidade histórico-social. Trata-se de mediatizar o papel do intelectual orgânico na (des)construção da hegemonia dominante, por meio da reocupação dos meios de produção simbólica com outra perspectiva: emancipatória. (COSTA, 2018, p. 49).

O papel do intelectual hoje deve ser ampliado não só para aqueles que fazem a construção dos bens simbólicos, mas para quem cria os mecanismos técnicos de produção e disseminação destes conteúdos. Hoje, engenheiros, programadores, analistas de sistemas são tão importantes quanto aqueles que produzem as mensagens, sejam jornalistas, publicitários ou *digital influencers*.

Marcuse (1973) demonstra a sua utopia: se alcançá-la plenamente não parece possível hoje, tê-la como horizonte pode ser a meta para uma vida longe da barbárie humana que prioriza a exploração do humano pelo humano:

De qualquer modo, a combinação de autoridade centralizada e democracia direta está sujeita a infinitas variações, segundo o grau de desenvolvimento. A autodeterminação será real desde que as massas tenham sido dissolvidas em indivíduos libertos de toda propaganda, doutrinação e manipulação, capazes de conhecer e compreender os fatos e de avaliar as alternativas. Em outras palavras, a sociedade seria racional e livre desde que fosse organizada, mantida e reproduzida por um Sujeito histórico essencialmente novo. (MARCUSE, 1973, p. 231).

Se a utopia marcuseana acima se mostra inatingível, pelo menos é possível esperar que a digitalização da informação possa abrir caminhos para uma outra realidade, na qual a memória por meio dos dados, as possibilidades de comunicação e a velocidade no fluxo informativo possam ser recombinações para construção de experiências formativas. A recontextualização dos conteúdos por parte dos grupos minoritários de forma a permitir melhor compreensão e apropriação do passado pode fazer com que o presente não seja tão encurtado pela falta de perspectiva. E que o futuro possa ser uma construção coletiva e plural, que não caminhe no sentido totalitário da barbárie para o qual, infelizmente, parecemos caminhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é a técnica o elemento funesto, mas o seu enredamento nas relações sociais, nas quais ela se encontra envolvida. Basta lembrar que os interesses do lucro e da dominação têm canalizado e norteadado o desenvolvimento técnico: este coincide, por enquanto, de um modo fatal com a necessidade de controle

Adorno, Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial

O romance *Ubik*, de Philip K. Dick, revela sujeitos em *meia-vida*, presos a uma condição entre viver e morrer, sem que alcancem plenamente nenhuma das duas. O corpo inerte permite apenas a comunicação limitada com o mundo exterior. A partir do livro, hoje podemos refletir a respeito de questões como as tecnologias digitais, os avatares pessoais, e uma *vida* que parece se desenrolar por meio dos dados digitais sem que o sujeito real tenha controle sobre ela. O indivíduo neste século 21 consegue *viver* além do mundo atual, a partir de novas noções de espaço e tempo criadas com as tecnologias digitais. Mais que isso, a ubiquidade tecnológica faz também do sujeito um objeto onipresente nas relações de produção e consumo. O *spray Ubik* do livro poderia ser entendido hoje como uma metáfora dos aparatos técnicos que nos permitem uma expansão de nosso ser e uma presença constante na rede, mesmo que não estejamos conscientes dela. Como no romance, percorremos um mundo ainda sem compreendê-lo bem, sem saber exatamente para onde vamos e qual nossa condição. A reflexão aprofundada e a busca de respostas faz-se urgente para que se possa dar um novo rumo ao desenvolvimento técnico na cultura digital.

As alternativas apresentadas no último capítulo desta tese estão longe de compreender uma totalidade de qual poderia ser o caminho a seguir em busca da emancipação do indivíduo e construção de uma sociedade que respeite tanto a individualidade quanto a coletividade e a construção de um ambiente de paz e harmonia. Aliás, as propostas apresentam justamente a ideia de que é fundamental deixar a totalidade, seja ela de qualquer matiz. É na pluralidade, não só de opiniões, mas de culturas, de relações espaço-temporais diversas, que se pode construir uma sociedade coletiva que não tenha pré-disposição para realizações bárbaras. Somente na coexistência dos diferentes é que se pode almejar chegarmos a uma plena condição de humanidade.

As mediações tecnológicas devem estar orientadas para esta diversidade, não só para permiti-la, mas também para ser um constructo plural que apenas pode ser atingido mediante a colaboração plena entre os sujeitos. Colaboração, inclusive, é a palavra que se opõe à concorrência que move o neoliberalismo. Fazer esta oposição é enfrentar o grande poderio econômico que orienta a racionalidade social hegemônica e leva à exclusão e à colocação do humano contra ele mesmo.

A racionalidade neoliberal apontada por Dardot e Laval (2016) nos guia por um caminho de desprezo pelo outro, visto como concorrente, adversário, inimigo. Enquanto solidariedade e colaboração forem palavras secundárias na sociedade, a disputa e a disposição para a guerra se firmam como centralidade da razão. O advento do neofascismo em vários locais do mundo, inclusive no Brasil, é o sintoma desse adoecimento social a que estamos nos entregando. O ressurgimento do fascismo como política de Estado não se configura como um desvio do caminho neoliberal, ao contrário, é sua trajetória natural, uma vez que não há lugar para todos no atual modelo. A democracia não só é insuficiente como é também inconveniente ao avanço neoliberal. A racionalidade da concorrência é o combustível necessário para a regressão à intolerância, a injustiça, a perseguição e o extermínio das minorias.

O neoliberalismo permitiu a formação de grandes oligopólios da informação no século 21, de modo que as empresas mais valiosas do mundo são aquelas que armazenam, transportam e processam informações. Concentradas e com mecanismos de rastreamento de dados funcionando todo o tempo e onde houver conexão à rede, estas empresas têm hoje um poder que ninguém jamais teve na história. Reconfiguraram a indústria cultural identificada por Adorno e Horkheimer (1985a), ampliando sua atuação no sentido de manutenção da coesão social global e estabelecimento de uma sociedade de vigilância e controle da qual ninguém consegue escapar. A indústria cultural digital passa a operar num sentido mais amplo que aquela identificada pelos frankfurtianos há mais de 70 anos. A fragmentação dos conteúdos, aliada à uma velocidade crescente no ritmo das tecnologias digitais, mais o apelo ao sensacional, leva a uma sociedade excitada (TÜRCKE, 2010), estimulada intensamente ao consumo e à emissão de mensagens. A indústria cultural passou de meio assessorio para manutenção e fortalecimento do capitalismo para ser elemento central e fundamental do capitalismo neoliberal do século 21.

Nesta indústria cultural digital, o ciberespaço, que se encontra com o mundo atual, passa a ser o novo local de existência, no qual as relações são difusas e fragmentadas e o sujeito busca o prazer imediato como um imperativo. Neste novo espaço de convívio, a presença virtual é marcada pela emissão constante para que se possa existir. O pensamento *ticket* (ADORNO, 1969), estereotipado, passa a ser o padrão de uma sociedade que se relaciona midiaticamente e

com mensagens rápidas e superficiais. O pensar em profundidade não tem lugar num mundo em que a imagem de si tem mais valor que a própria identidade. Ou talvez seja melhor dizer que a identidade passa a ser confundida publicamente com o que se emite sobre si. Essa falta de reflexão é um aspecto importante da semiformação do indivíduo, sujeito que não alcança sua autonomia justamente porque é incapaz de pensar por si mesmo. O pensamento estereotipado abre caminho para a heteronomia, para a sujeição do indivíduo a escolhas que são tomadas por ele antes mesmo que possa refletir sobre isso. Assim, o sujeito apressado, abastecido de informações fugazes e velozes torna-se a presa fácil deste novo mundo digitalizado. O indivíduo acelerado ao ritmo da informação digital é o sujeito ideal para alimentar a grande máquina da atual indústria cultural.

A superficialidade dos conteúdos midiáticos que fazem a intermediação social em rede, marcada pela sensacionalização, pela fragmentação e pela padronização, favorece o aparecimento de discursos simplistas e populistas para solução dos problemas atuais. Chave do fascismo, este tipo de discurso, numa sociedade incapaz de refletir sobre si própria, encontra terreno fértil para se reproduzir. Em redes em que a velocidade da informação é tão importante quanto sua simplificação, o neofascismo encontra caminho para proliferação de seus conteúdos. Com uma rede contaminada por mensagens replicadas por robôs para aumentar a exposição da população aos conteúdos e sistemas de pagamentos para exibição de conteúdos, estão dadas as condições para que o poder econômico e o discurso antidemocrático fascista se reúnam e se desenvolvam no tecido social.

O pensamento estereotipado é reforçado pela aceleração social promovida pelo desenvolvimento da técnica. Passamos a agir na velocidade de processamento e transmissão de dados dos computadores, criando um ritmo que entorpece o indivíduo. Alta velocidade, aliada à falta de utopias e a perda da memória do passado – que se fragmenta por ser mediado tecnologicamente – levam à configuração de um tempo sem perspectiva de futuro (ARANTES, 2015a), de presentes perpétuos que se sucedem (JAMESON, 2006). Valorizamos a vivência em contrapartida à experiência (BENJAMIN, 1987b), num mundo em que a memória é externalizada. O resgate do que já aconteceu se dá também de maneira fragmentada, desconexa de seu contexto.

Mas há um fator central na cultura digital garantido pela ubiquidade dos aparelhos eletrônicos: o sujeito tornou-se um produtor e consumidor em tempo integral. Como os dados são bens valiosos administrados pelas *big techs*, o sujeito está ou gerando dados, ou consumindo praticamente todo o tempo. O neoliberalismo, munido das tecnologias digitais, conseguiu ofuscar a separação entre o tempo do trabalho e o tempo livre. Agora, estamos todos, a qualquer

tempo, em qualquer lugar, a serviço de um sistema que coloca a geração de lucro como principal sentido da vida. O sujeito ubíquo traduz-se na sua redução a dados armazenáveis, compartilháveis, negociáveis. É um sujeito submetido, todo tempo e em todo lugar, à sua reificação digital, à sua objetificação em bits e bytes. A lógica concorrencial do neoliberalismo, enraizada na sociedade contemporânea, materializa-se no cotidiano dos indivíduos por meio das ferramentas da cultura digital. Por isso, esta nova indústria cultural é tão importante para o sistema. De assessoria passou a ser central. E o indivíduo, antes produtor e consumidor de bens estranhos a ele, agora produz e consome dados ligados à sua existência na rede.

O desafio que se coloca para superar esta condição é como construir uma nova racionalidade, baseada em outros valores que não sejam os do lucro e da concorrência em todos os níveis da vida. Construir uma sociedade em que valores com a solidariedade e o respeito à vida humana estão acima da ideia de que uma seleção “natural” do mercado pode resolver os problemas sociais.

Na esteira da solidariedade e da colaboração, temos o desafio de fomentar a pluralidade em todas as dimensões da vida humana: ciências, religiões, política, economia, cultura etc. As mediações da tecnologia devem ser capazes de permitir esta pluralidade. Não só, devem ser também reflexo da multiplicidade. Não se pode ser plural de fato enquanto todas nossas informações foram propriedade privada de algumas *big techs*, que no futuro ainda podem ser resultado de compras e fusões, estreitando ainda mais o espectro do oligopólio.

A pluralidade também é uma forma de defesa da sociedade contra a totalidade do Estado associado ao oligopólio econômico. Estados autoritários podem se utilizar das informações concentradas para ampliar sua influência e poder sobre os indivíduos, eliminando a possibilidade de liberdade. A associação entre Estado e oligopólio, capaz de reter e processar detalhes relevantes de cada indivíduo, cria as condições para uma condição de autoritarismo jamais vista antes.

Por outro lado, diante de um governo democrático e um oligopólio forte, podemos nos deparar com a negativa deste em acatar as regras que conduzem a sociedade ao respeito ao indivíduo e à coletividade. O próprio Estado pode ser ameaçado diante do poder do oligopólio.

A distribuição das informações por meio de diferentes tecnologias, que se conversem, mas que respeitem a privacidade do indivíduo, e que atuem em harmonia com as regras democráticas do Estado podem ser um caminho possível para a construção de uma sociedade em busca de humanidade e justiça.

A revolução técnica possibilitada pela digitalização da informação deve se expandir para a cultura, a política e a economia, de modo que permita profundas transformações sociais,

capazes de dar novo rumo ao desenvolvimento da história humana. Vivemos um daqueles momentos em que a sociedade se transforma profundamente. É necessário que as transformações levem à construção de um mundo que se distancie da barbárie e que a nossa existência no planeta faça jus ao nome humanidade.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**, 19 fev. 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em: 13 maio. 2018.
- ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a. p. 119–138.
- ADORNO, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, Gabriel. (org.). **Theodor W. Adorno**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1994. p. 62-75.
- ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel. (org.). **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 287-295.
- ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor W. **Escritos sociológicos I**: obra completa. Madrid: Akal, 2004.
- ADORNO, Theodor W. **Introducción a la dialéctica**. 1. ed. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2013.
- ADORNO, Theodor W. **Minima moralia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, Theodor W. O Ensaio como Forma. In: ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2003, p. 15-45.
- ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado In: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b, p. 29-49.
- ADORNO, Theodor W. Política e economia no material das entrevistas. In: ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019, p. 337-482.
- ADORNO, Theodor W. **Sobre Técnica e Humanismo**. São Carlos: Grupo de Pesquisa Teoria Crítica e Educação. Referências originais: Über Technik und Humanismus. In: *Gesammelte Schriften* 20. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1986. Disponível em: <http://www.unimep.br/anexo/adm/13032015162121.pdf>. Acesso em 12 jan. 2020.
- ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995c. p. 70–82.
- ADORNO, Theodor W. Teoria da semiformação. In: PUCCI, Bruno.; ZUIN, Antonio Á. S.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco. (org.). **Teoria crítica e inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Coleção Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 7–40.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985a, p. 99-138. Reimpressão: 2006.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985b, p. 139-171. Reimpressão: 2006.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. O conceito de esclarecimento. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985c, p. 17-46. Reimpressão: 2006.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Sobre a nova edição alemã. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985d, p. 9-10. Reimpressão: 2006.

ADORNO, Theodor W.; SIMPSON, George. Sobre música popular. In: COHN, Gabriel. (org.). **Theodor Adorno: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994. p. 115–146.

ANTUNES, Deborah. C. **Por um conhecimento sincero no mundo falso: Teoria Crítica, Pesquisa Social Empírica e *The authoritarian personality***. 2012. 236f. Tese (Doutorado em filosofia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4791/4471.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 4 jan. 2020.

ANTUNES, Deborah. C.; MAIA, Ari F. Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. **Psicologia USP**, v. 29, n. 2, p. 189–199, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000200189. Acesso em 4 jan. 2020.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004.

ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo. In: ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015a.

ARANTES, Paulo. Sale boulot: Uma janela sobre o mais colossal trabalho sujo da história (uma visão no laboratório francês do sofrimento social). In: ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015b.

ASSANGE, Julian. *et al.* **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013. *E-book*.

ASSANGE, Julian. Prefácio para a América Latina. In: ASSANGE, Julian. *et al.* **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013. *E-book*.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas Vol. 1: Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 165–196.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas Vol. 1: Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 114–119.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. Sobre Alguns Temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**: Obras escolhidas volume 3. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 103–149.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. (org.). **Obras Escolhidas Vol. 1**: Magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987c. p. 222–232.

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico ou a casa de inspeção. In: TADEU, Tomaz (org). **O panóptico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, dez. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000400008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **The Forms of Capital**. [S. l.]: Marxists Internet Archive, 1986. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-capital.htm>. Acesso em: 29 jan. 2017.

BOYER, Robert. **La politique à l'ère de la mondialisation et de la finance**: le point sur quelques recherches régulationnistes: CEPREMAP Working Papers (Couverture Orange). [S. l.] CEPREMAP, 1998. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cpm/cepremap/9820.html>. Acesso em: 8 out. 2018.

CAMARGO-VEGA, Juan José; CAMARGO-ORTEGA, Jonathan Felipe; JOYANES-AGUILAR, Luis. Conociendo Big Data. **Facultad de Ingeniería**, v. 24, n. 38, p. 63–77, jan. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-11292015000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jan. 2019.

CARONE, Iray. A face histórica de “On Popular Music”. **Constelaciones**. Revista de Teoría Crítica, n. 3, p. 148–178, 2016. Disponível em: <http://constelaciones-rtc.net/article/view/753>. Acesso em: 4 jan. 2020.

CARONE, Iray. Indústria cultural e indústrias culturais: alguns apontamentos. **Impulso**, 9-17. v. 23, n. 57, 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/1810>. Acesso em: 4 jan. 2020.

CHUI, Michael; MANYIKA, James; MIREMADI, Mehdi. **Four fundamentals of workplace automation**. [S. l.]: McKinsey & Company, nov. 2015. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/digital-mckinsey/our-insights/four-fundamentals-of-workplace-automation>. Acesso em: 18 jan. 2019.

CIANCONI, Regina de Barros; LOTT, Yuri Monnerat. Do panopticon ao panspectron: uma reflexão sobre as mediações de poder e a materialidade da informação. **Liinc em Revista**, v.12, n. 2, p. 243-257, nov. 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3721>. Acesso em: 4 jan. 2020.

CLAUSSEN, Detlev. Atualidade da crítica da indústria cultural. In: **Das unerhört Moderne**. Lüneburg: Klampen, 1990.

CLAUSSEN, Detlev. Catástrofes civilizatorias, experiencia y teoría crítica de la sociedad. In: ZAMORA, José. A.; MATE, Reyes; MAISO, Jordi. (org.). **Las víctimas como precio necesario**. Colección Estructuras y procesos. Serie Filosofía. Madrid: Editorial Trotta, 2016. p. 15–31.

COSTA, Belarmino. Cesar. G. da. **Estética da violência**: jornalismo e produção de sentidos. Campinas; Piracicaba: Autores Associados; Editora Unimep, 2002.

COSTA, Belarmino. Cesar. G. da. Racionalidade técnica e estética na construção da notícia: perda da dimensão de totalidade. In: ZUIN, Antônio Á. S. *et al.* (org.). **Teoria crítica, formação cultural e educação**: homenagem a Bruno Pucci. Piracicaba: Unimep, 2018. p. 37–57.

COSTA, Belarmino. Cesar. G. da. Educação dos sentidos: a mediação tecnológica e os efeitos da estetização da realidade. In: PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco; COSTA, Belarmino. Cesar. G. da (org.). **Tecnologia, cultura e formação... ainda Auschwitz**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 115–28.

COSTA, Belarmino. Cesar. G. da. Indústria Cultural e Digitalização da Informação: Mudanças de Plataformas em Redes de Racionalidade. In: MAIA, Ari F.; ZUIN, Antônio. Á. S.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco (org.). **Teoria crítica da cultura digital**: aspectos educacionais e psicológicos. Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2015. p. 155–67.

CROCHÍK, José Leon. Teoria crítica e novas tecnologias da educação. In: PUCCI, Bruno.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco; COSTA, Belarmino. Cesar. G. da (org.). **Tecnologia, cultura e formação... ainda Auschwitz**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 97–114.

DALBOSCO, Claudio Almir. Formação humana na sociedade digital. In: MAIA, Ari F.; ZUIN, Antônio. Á. S.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco (org.). **Teoria crítica da cultura digital**: aspectos educacionais e psicológicos. Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2015. p. 11–26.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. Artigo de Pierre Dardot e Christian Laval. **Revista IHU On-Line**. São Leopoldo, 25 jul. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 29 set. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. E-book

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DICK, Philip K. **Ubik**. São Paulo: Aleph, 2009. *E-book*.

DOWBOR, Ladislau. Dowbor: “no capitalismo improdutivo, caminhamos em ritmo acelerado para um desastre” [Entrevista cedida a] Caio Costa e Thiago Domenici. **Agência Pública**, São Paulo, 12 set. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/09/estamos-destruindo-a-natureza-para-o-proveito-de-uma-minoria-diz-dowbor/>. Acesso em: 20 set. 2019.

DUARTE, Rodrigo. Indústria cultural 2.0. **Constelaciones Revista de Teoria Crítica**, n. 3, p. 90–117, dez. 2011. Disponível em: <http://constelaciones-rtc.net/article/view/750>. Acesso em: 11 jan. 2019.

EM discurso de ditador, Bolsonaro ameaça imprensa e expulsão de opositores. **Fórum**. Santos, 22 out. 2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/em-discurso-de-ditador-bolsonaro-ameaca-imprensa-e-expulsao-de-opositores/>. Acesso em: 08 set. 2019.

FEENBERG, Andrew. O que é a filosofia da tecnologia. In: **Conferência pronunciada para os estudantes universitários de Komaba**, jun. 2003. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_O_que_e_a_Filosofia_da_Tecnologia.pdf Acesso em: 25 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUKUYAMA, Francis. ¿El fin de la historia? **Estudios Públicos**, n. 37, p. 5–31, 1990. Disponível em: <https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160303/pags/20160303183556.html>. Acesso em: 4 jan. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HENKE, Nicolaus. et al. **A Era dos Analytics: Competir num Mundo Big Data**. [S. l.]: McKinsey & Company, dez. 2016. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/mckinsey-analytics/our-insights/the-age-of-analytics-competing-in-a-data-driven-world/pt-pt>. Acesso em: 18 jan. 2019.

HINKELAMMERT, Franz J. **La fe de Abraham y el edipo occidental**. San José (Costa Rica): Editorial DEI, 2000. Disponível em <http://www.pensamientocritico.info/index.php/libros/libros-de-franz-hinkelammert?download=16> . Acesso em: 07 set. 2019.

HORKHEIMER, Max. Art and mass culture. In: HORKHEIMER, Max. **Critical theory: Selected Essays**. New York: Continuum, 2002.

JAMESON, Fredric. **El giro cultural: Escritos seleccionados sobre el posmodernismo 1983-1998**. Buenos Aires: Manantial, 2002. *E-book*.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

JAMESON, Fredric. **El postmodernismo revisado**. Madrid: Abada, 2012.

JAMESON, Fredric. Globalização e estratégia política. In: JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001a. p. 17–41.

JAMESON, Fredric. Notas sobre a globalização como questão filosófica. In: JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001b. p. 43–72.

JUSTIÇA do Reino Unido decide que motoristas são empregados do Uber. **G1**, São Paulo, 28 out. 2016. Tecnologia e Games. Disponível em:

<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/10/justica-do-reino-unido-decide-que-motoristas-sao-empregados-do-uber.html>. Acesso em: 13 mai. 2018.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, p. 687-715, out. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000300004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 2019.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin**: o marxismo da melancolia. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KREIN, José Dari *et al.* Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis M.; SANTOS, Anselmo. Luis. dos (org.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018. p. 95–122.

LAZARFELD, Paul F.; MERTON, Robert K. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 105–127.

LEE, Sang Yup. DNA Data Storage Is Closer Than You Think. **Scientific American**, 1. Jul. 2019. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/dna-data-storage-is-closer-than-you-think/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

LOPES, Gilmar. É verdade que o PT de Haddad distribui mamadeira erótica nas escolas?. In: **E-farsas**. 27 set. 2018. Disponível em: <http://www.e-farsas.com/e-verdade-que-o-pt-de-haddad-distribui-mamadeira-erotica-nas-escolas.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço**: Max Weber e o marxismo weberiano. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAAR, Wolfgang Leo. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor. W. **Educação e emancipação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 11–28.

MAIA, Ari F. As aporias do conceito de autonomia. In: ZUIN, Antônio Á. S.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco; GOMES, Luiz Roberto (org.). **Teoria crítica e formação cultural**: aspectos filosóficos e sociopolíticos. Coleção Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 73–88.

MAIA, Ari F. Cronos acorrentado? Notas sobre a temporalidade na cultura digital. In: PUCCI, Bruno; FRANCO, Renato; GOMES, Luiz Roberto (org.). **Teoria crítica na era digital**: desafios. Coleção Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2014. p. 225–236.

MAIA, Ari F.; COSTA, Belarmino. Cesar. G. da. Cultura digital e educação: reflexões sobre tecnologia, linguagem e estética. In: LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco *et al.* (org.). **Teoria crítica escritos sobre educação**: contribuições do Brasil e Alemanha. Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2015. p. 138–153.

MARCONDES FILHO, C. Apresentação – Fake news: o buraco é muito mais em baixo. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio (org.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa**

na era da pós-verdade: Manipulação, Polarização, Filter Bubbles. [Coimbra]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 13–27. *E-book*.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Perca tempo!:** É no lento que a vida acontece. São Paulo: Paulus, 2005. *E-book*.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Delete:** the virtue of forgetting in the digital age. Princeton: Princeton University Press, 2009. *E-book*.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor.; CUKIER, Kenneth. **Big Data:** La revolución de los datos masivos. Madrid: Turner, 2013.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1969.

MENDONÇA, Ricardo. Antes de construir é preciso 'desconstruir muita coisa' no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA. **O Globo.** Rio de Janeiro. 18 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/antes-de-construir-preciso-desconstruir-muita-coisa-no-brasil-diz-bolsonaro-nos-eua-23530792>. Acesso em: 08 set. 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech:** Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018. *E-book*.

MÜLLER, Heiner. O pensar é fundamentalmente culposos: entrevista de Heiner Müller a Frank Raddatz. **Novos estudos**, v. 2, n. 33, p. 199–212, jul. 1992.

NICOLELIS, Miguel. **Muito além do nosso eu:** a nova neurociência que une cérebro e máquinas - e como ela pode mudar nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NOBRE, Marcos. **A dialética negativa de Theodor W. Adorno:** a ontologia do estado falso. São Paulo: Iluminuras, 1998.

NOBRE, Marcos. Max Horkheimer: A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica**, Campinas, SP: Papirus, 2008, p. 35-52.

OLIVEIRA, Robespierre de. Mídia, tecnologia e recusa: o desafio à educação de Marcuse. In: PUCCI, Bruno; FRANCO, Renato; GOMES, Luiz Roberto (org.). **Teoria crítica na era digital:** desafios. Coleção Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2014. p. 109–119.

ORWELL, George. **1984.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PISANI, Marília M. Teoria crítica, técnica e tecnologia. In: PUCCI, Bruno; FRANCO, Renato; GOMES, Luiz Roberto (org.). **Teoria Crítica na era digital: desafios.** Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2014. p. 312.

PRETTO, Nelson de L.; ASSIS, Alessandra. Cultura digital e educação: redes já! In: PRETTO, Nelson de L.; SILVEIRA, Sérgio A. da (org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder.** Salvador: Edufba, 2008, p. 75-84. *E-book*.

PRIOR, Hélder. Em nome do povo: o populismo e o novo ecossistema mediático. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio (org.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade: Manipulação, Polarização, Filter Bubbles.** [Coimbra]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 123–145. *E-book*.

PUCCI, Bruno. A dialética negativa enquanto metodologia de pesquisa em Educação: atualidades. **e-Curriculum**, v. 8, n. 1, p. 1–24, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9030>. Acesso em: 4 jan. 2020.

PUCCI, Bruno. A Ontologia da Semiformação em tempos de neoliberalismo. **Veritas**, Porto Alegre, v. 63, n. 2, p. 595–613, ago. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/30764>. Acesso em: 4 jan. 2020.

PUCCI, Bruno. Indústria cultural e educação. In: VAIDERGORN, José; BERTONI, Luci Mara (org.). **Indústria Cultural e Educação: ensaios, pesquisas, formação.** Araraquara: JM, 2003. v. 1 p. 9-29. Disponível em: <http://www.unimep.br/~bpucchi/industria-cultural-e-educacao.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

PUCCI, Bruno. O riso e o trágico na indústria cultural: a catarse administrada. In: CARVALHO, Alonso B. de; SILVA, Wilton Carlos L. da (org.). **Sociologia e Educação: Leituras e Interpretações.** 1. ed. São Paulo: Avercamp, 2006. p. 97-112.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos. O enfraquecimento da experiência na sala de aula. **Pro-Posições**, v. 18, n. 1, p. 41–50, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643572>. Acesso em: 23 jan. 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

SÁ, Alexandre F. de. Pré-verdade, verdade e pós-verdade: um percurso rumo à política contemporânea. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio (org.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade: Manipulação, Polarização, Filter Bubbles.** [Coimbra]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 101–122. *E-book*.

SANTAELLA, Lúcia. Desafios da ubiquidade para a educação. **Ensino Superior**, n. 9, p. 19-28, abr. 2013. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09_abril2013/NMES_1.pdf. Acesso em: 4 jan. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Ed. Afrontamento, 2001, p.31-106.

SANTOS, Laymert G. dos. A informação após a virada cibernética. In: SANTOS, L. G. dos et al. (org.). **Revolução tecnológica, internet e socialismo.** Socialismo em discussão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 9–33.

SANTOS, Laymert G. dos. A solução final capitalista. **Laymert Garcia dos Santos**, 10 jul. 2017. Disponível em: <https://www.laymert.com.br/a-solucao-final-capitalista/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Divino José da. Temporalidade do presente, experiência e tempo livre. In: ZUIN, Antônio Á. S.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco; GOMES, Luiz Roberto (org.). **Teoria crítica e formação cultural: aspectos filosóficos e sociopolíticos.** Coleção Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 53–71.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Tudo sobre tod@s: Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais.** São Paulo: Edições Sesc, 2017. *E-book*.

TOLEDO, Victor. “Emma” é a robô sexual muito real que pode imitar a respiração humana. **TechTudo**. 16 nov. 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/11/emma-e-a-robo-sexual-muito-real-que-pode-imitar-a-respiracao-humana.ghtml>. Acesso em: 6 dez. 2019.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada: filosofia da sensação.** 1 ed. Campinas: Unicamp, 2010.

VILELA, Rita Amélia T. O domínio dos mecanismos da indústria cultural na sala de aula e o bloqueio da experiência formativa. In: MAIA, Ari F.; ZUIN, Antônio Á. S.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco (org.). **Teoria crítica de cultura digital.** Coleção Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2015. p. 93–108.

VIRILIO, Paul. **El arte del motor: aceleración y realidad virtual.** Buenos Aires: Manantial, 1996.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZAMORA, José Antonio. Entre “cidadania” e “capital humano”: a dialética da modernidade educativa. In: ZUIN, Antônio Á. S. *et al.* (org.). **Teoria crítica, formação cultural e educação: homenagem a Bruno Pucci.** Piracicaba: Unimep, 2018. p. 341–362.

ZARA, André. Robôs que fazem sexo ficam mais reais e até já respondem a carícias. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: 7 dez. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/12/1715767-robos-que-fazem-sexo-ficam-mais-reais-e-ate-ja-respondem-a->

[caricas.shtml?utm_source=folha&utm_medium=site&utm_campaign=tecdir](#) Acesso em: 6 dez. 2019.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. **Journal of Information Technology**, n. 30, p. 75–89, 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2594754>. Acesso em: 14 out. 2019.

ZUIN, Antônio Á. S. Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 54, p. 9–18, ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000200002. Acesso em: 4 jan. 2020.

ZUIN, Antônio Á. S.; COSTA, Belarmino. Cesar. G. da. Ser é ser percebido: a indústria cultural e a reeducação dos sentidos. **Comunicações**, v. 13, n. 1, p. 13–22, jun. 2006. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/958/0>. Acesso em 4 jan. 2020.

ZUIN, Antônio Á. S.; PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco. **10 lições sobre Adorno**. Petrópolis: Vozes, 2015.

ZUIN, Vânia G.; ZUIN, Antônio Á. S. A formação no tempo e no espaço da internet das coisas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 757-773, set. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000300757&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 Out. 2019.

ZUIN, Vânia G.; ZUIN, Antônio Á. S. A indústria cultural algorítmica na era da Internet das Coisas. **Educação e Filosofia**, v. 32, n. 66, 21 dez. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/41478>. Acesso em: 4 jan. 2020.

ZUIN, Vânia G.; ZUIN, Antônio Á. S. A indústria cultural e a insustentabilidade dos rótulos verdes. In: ZUIN, Antônio Á. S.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco; GOMES, Luiz Roberto (org.). **Teoria crítica e formação cultural: aspectos filosóficos e sociopolíticos**. Coleção Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 105–122.

ZUIN, Vânia G.; ZUIN, Antônio Á. S. Indústria Cultural Digital e a Revolução Microeletrônica. In: MAIA, Ari F.; ZUIN, Antônio Á. S.; LASTÓRIA, Luiz A. C. Nabuco (org.). **Teoria crítica da cultura digital: aspectos educacionais e psicológicos**. Teoria Crítica. 1. ed. São Paulo: Nankin, 2015. p. 203–13.